

RELATÓRIO E CONTAS 2020

ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
A – RELATÓRIO DE GESTÃO	8
MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
A1 – EDA S.A.	10
1. VALORES CARACTERÍSTICOS – EDA.....	10
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL	13
2.1. Enquadramento Macroeconómico	13
2.2. Enquadramento Setorial	16
2.3. Regulação Económica	20
3. DESEMPENHO	24
3.1. Comercial	24
3.2. Transporte e Distribuição.....	27
3.3. Produção	29
3.4. Investimento	33
4. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	37
5. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE	46
5.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais.....	46
5.2. Ações próprias	58
5.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores.....	59
5.4. Sucursais da sociedade	59
5.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período	59
6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	60
A2 – GRUPOEDA	69
1. UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO	69
2. ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS	71
3. VALORES CARACTERÍSTICOS – GRUPO EDA.....	72
4. DESEMPENHO	74
4.1. EDA.....	74
4.2. EDA RENOVÁVEIS	75
4.3. Globaleda	80
4.4. SEGMA	81
5. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	83
B. SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA	91
1. DOMÍNIO SOCIAL	91
1.1 Valorização dos trabalhadores	91
1.2 Formação profissional e Academia EDA	96
1.3 Segurança no trabalho.....	99
1.4 Ética e prevenção da corrupção	102
2. DOMÍNIO AMBIENTAL	104
2.1 Âmbito do Reporte Ambiental.....	104
2.2 Parte interessadas	104
2.3 Ciclo de Vida do Produto/Serviço	106
2.4 Gestão ambiental	107
2.5 Cartilha de Sustentabilidade.....	108
2.6 Certificações e Reconhecimentos.....	109
2.7 Conformidade Ambiental	110
2.8 Prevenção da Poluição e Emergências Ambientais	110
2.9 Utilização sustentável dos recursos ambientais	111
2.10 Emissões atmosféricas.....	116

2.11 Alterações climáticas	117
2.12 Gestão da cadeia de fornecedores	122
2.13 Envolvimento com a Comunidade	123
2.14 Inovação	126
C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	130
D. APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	136

ÍNDICE DE TABELAS

	<i>Pág.</i>
Tabela 1 – Indicadores de atividade, de 2016 a 2020.....	11
Tabela 2 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2016 a 2020.....	12
Tabela 3 – Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais).....	12
Tabela 4 – Emissão e aquisição de energia, por tecnologia, de 2016 a 2020	18
Tabela 5 - Número de clientes e consumo por clientes de 2016 a 2020	24
Tabela 6 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2016 a 2020.....	25
Tabela 7 – Ações de manutenção em subestações e redes MT/AT de 2016 a 2020.....	28
Tabela 8 – Ações de manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação de 2016 a 2020	28
Tabela 9 – Ações de manutenção em redes Baixa Tensão em 2019 e 2020.....	28
Tabela 10 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2016 a 2020.....	30
Tabela 11 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, de 2016 a 2020.....	31
Tabela 12 – Manutenções em centros produtores, 2020.....	33
Tabela 13 - Investimento realizado em 2020.....	33
Tabela 14 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2019 e 2020.....	37
Tabela 15 – Balanço da EDA, em 2019 e 2020.....	40
Tabela 16 – Resultados do período da EDA, em 2019 e 2020	42
Tabela 17 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2019 e 2020.....	44
Tabela 18 – Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2019 e 2020	44
Tabela 19 – Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2020	44
Tabela 20 – Empresas incluídas na consolidação	70
Tabela 21 – Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2016 a 2020.....	72
Tabela 22 – KPI Sociais de 2016 a 2020	72
Tabela 23 – KPI Ambientais de 2016 a 2020.....	73
Tabela 24 - Indicadores económico financeiros da EDA de 2016 a 2020.....	75
Tabela 25 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2020	76
Tabela 26 - Indicadores económico financeiros da EDA RENOVÁVEIS, de 2016 a 2020	78
Tabela 27 - Investimento realizado em 2020.....	79
Tabela 28 - Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2016 a 2020.....	81
Tabela 29 - Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2016 a 2020.....	82
Tabela 30 – Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2019 e 2020.....	83
Tabela 31 – Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2019 e 2020	85
Tabela 32 – Resultados do período do Grupo EDA, em 2019 e 2020	86
Tabela 33 - Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2019 e 2020.....	88
Tabela 34 – Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2020.....	89
Tabela 35 – Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2020	89
Tabela 36 – Número de trabalhadores por empresa e género - 2016 a 2020	91
Tabela 37 – Número de trabalhadores por empresa e faixa etária - 2016 a 2020.....	92
Tabela 38 – Número de saídas por empresa e faixa etária - 2016 a 2020	92
Tabela 39 – Número de admissões por empresa e género - 2016 a 2020.....	93
Tabela 40 – Novas contratações por empresa e faixa etária - 2016 a 2020.....	93

Tabela 41 – Número de regressos de requisitados / Licenças sem vencimento (LSV) - 2016 a 2020	93
Tabela 42 – Número de saídas de requisitados / Licenças sem vencimento (LSV) - 2016 a 2020.....	94
Tabela 43 – Saídas por empresa e género - 2016 a 2020	94
Tabela 44– Trabalhadores do Grupo EDA por chefia e género – 2020	96
Tabela 45- Número de exames por empresa e tipologia – 2020	98
Tabela 46- Número de exames por empresa – 2016 a 2020	98
Tabela 47- Número de visitas por empresa – 2016 a 2020.....	99
Tabela 48- Resumo dos dados estatísticos de 2020 e respectiva evolução, comparativamente.....	102
Tabela 49 – Partes interessadas e a sua influência no SGQAS.....	105
Tabela 50 – Metas e objetivos de Gestão Ambiental das centrais certificadas	108
Tabela 51 – Certificações e Acreditações das atividades do Sistema de Gestão da EDA, SA	109
Tabela 52 – Medidas de proteção da biodiversidade implementadas pela EDA	114
Tabela 53 – Quantidades de tipos de plásticos de uso único 2020.....	116
Tabela 54 - Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas de 2016 a 2020.....	116
Tabela 55 - Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2020	119
Tabela 56 - Emissões indiretas de Gases de Efeito de Estufa de âmbito 3	121
Tabela 57 – Patrocínios atribuídos em 2020	124

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	<i>Pág.</i>
Gráfico 1 – Indicadores financeiros EDA, de 2016 a 2020	10
Gráfico 2 – Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2016 a 2020	10
Gráfico 3 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2016 a 2020	11
Gráfico 4 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE27	16
Gráfico 5 - Consumo per capita de 2016 a 2020.....	17
Gráfico 6 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2020	17
Gráfico 7 – Aquisição de energias renováveis/recursos endógenos (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2020	19
Gráfico 8 – Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2020	19
Gráfico 9 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2016 a 2020.....	25
Gráfico 10 - Indisponibilidades totais por ilha de 2018 a 2020.....	26
Gráfico 11 - Potência térmica instalada por ilha.....	29
Gráfico 12 – Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha.....	30
Gráfico 13 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2016 a 2020	31
Gráfico 14 - Investimento total a preços correntes 2016 a 2020.....	34
Gráfico 15 – Investimento a custos técnicos de 2016 a 2020	34
Gráfico 16 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2019 e 2020.....	42
Gráfico 17 – Resultados da EDA em 2019 e 2020.....	43
Gráfico 18 – Resultados por ação da EDA em 2019 e 2020 (em euros)	43
Gráfico 19 – Estrutura Acionista	46
Gráfico 20 – Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2020.....	69
Gráfico 21 – Valor Económico Gerado e Distribuído, entre 2016 e 2020	72
Gráfico 22 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2016 a 2020	77
Gráfico 23 - Investimento total a preços correntes 2016 a 2020.....	79
Gráfico 24 – Investimento a custos técnicos de 2016 a 2020	80
Gráfico 25 - EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2019 e 2020.....	87
Gráfico 26 – Resultados do Grupo EDA em 2019 e 2020.....	87
Gráfico 27 – Qualificações dos trabalhadores do Grupo EDA – 2020	94
Gráfico 28 – Número de horas de formação e participações, por empresa e por ano – 2016 a 2020.....	97
Gráfico 29 – Acidentes com baixa médica, por empresa – 2017 a 2020.....	100
Gráfico 30 – Acidentes sem baixa médica, por empresa – 2017 a 2020.....	100
Gráfico 31 – Índice de Frequência das empresas do Grupo EDA e respectiva evolução, por empresa	101
Gráfico 32 – Partes interessadas	104
Gráfico 33 – Ciclo de vida do produto/serviço da EDA	107
Gráfico 34 – Consumo das principais matérias no grupo EDA	111
Gráfico 35 – Eficiência energética – 2016 a 2020	112
Gráfico 36 – Evolução do consumo de água nas Centrais Termoelétricas da EDA	112
Gráfico 37 – Relação entre o usos da água pelas diversas atividades desenvolvidas pela EDA e a quantidade de água disponível em cada ilha (água superficial e água subterrânea explorável)	113
Gráfico 38 – Estado de Conservação de algumas espécies protegidas da RAA, segundo a classificação (categorias) da IUCN	113
Gráfico 39 – Impactes das atividades da EDA na biodiversidade.....	114

Gráfico 40 – Produção de resíduos 2016 a 2020 e tipologia dos resíduos.....	115
Gráfico 41 – Distribuição do destino dos resíduos	115
Gráfico 42 - Distribuição das emissões de GEE estimadas da EDA, por área de atividade.....	117
Gráfico 43 - Distribuição das emissões de GEE estimadas por âmbito.	118
Gráfico 44 – Total de CO ₂ emitido e Emissões Específicas de CO ₂ – 2016 -2020	119
Gráfico 45 - Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2020	119
Gráfico 46 - Emissões de Âmbito 1	120
Gráfico 47 - Emissões de Âmbito 2	120
Gráfico 48 - Emissões de Âmbito 3	121
Gráfico 49 – Mix energético 2020	122

A – RELATÓRIO DE GESTÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas

Em 5 de março de 2021 foi aprovada a recomposição dos órgãos sociais da EDA, na sequência da aposentação do anterior Presidente do Conselho de Administração, Prof. Doutor Duarte Ponte, a quem gostaria de agradecer, bem como aos restantes membros que cessaram funções, a colaboração prestada nesta transição e a sua contribuição ao longo dos anos que dedicaram a esta empresa.

No período a que respeita o presente relatório, os negócios da empresa foram conduzidos pela anterior equipa de gestão, sendo da responsabilidade da atual a preparação e apresentação deste relatório e contas com total isenção.

O ano de 2020 fica marcado pelo profundo impacto da pandemia na vida de todos nós e do mundo em geral. Este evento inesperado exigiu uma capacidade de adaptação rápida das nossas equipas para assegurar a continuidade do serviço público essencial de fornecimento de energia elétrica. Para isso contribuíram os nossos colaboradores, bem como os nossos clientes, fornecedores e acionistas pela confiança mantida na EDA.

Apesar desta conjuntura, todas as empresas do Grupo apresentaram resultados positivos. Estava previsto obter um resultado global do Grupo EDA de cerca de 15,6 milhões de euros em 2020, de acordo com os pressupostos utilizados na elaboração do Plano, mas obteve-se um resultado de 14,4 milhões de euros, 12,7 % inferior ao do ano anterior.

Esta redução de resultados consolidados é justificada pela redução dos resultados na casa-mãe, a EDA. Existem múltiplos fatores que contribuíram para esta evolução, sendo de realçar a redução da faturação de energia elétrica em 5,9%, em consequência das reduções do consumo de eletricidade em 3,2% e da tarifa média em 2,7%, e da redução das compensações recebidas da entidade reguladora do setor, a ERSE, nomeadamente de custos não reconhecidos com a aquisição de combustíveis para produção de energia elétrica, com impacto negativo em resultados de cerca de 3,1 milhões de euros, bem como pela diminuição da remuneração do ativo da EDA, que sofreu uma baixa muito significativa, superior aos ganhos obtidos pelo Grupo com a redução dos custos do financiamento, em 2020. Por outro lado, a redução dos custos não acompanhou a redução dos proveitos, sendo de sublinhar o aumento dos gastos com o pessoal em 4,0%. Em 2020 foi concluída a revisão do Acordo de Empresa da EDA com todos os sindicatos, esperando-se que o mesmo seja uma base de entendimento que contribua para a estabilidade social da empresa, sem causar maior pressão sobre a evolução desses gastos.

Como referido anteriormente, todas as subsidiárias do Grupo EDA apresentaram um desempenho muito positivo em 2020, apesar das limitações causadas pela pandemia. A EDA Renováveis obteve um resultado de cerca de 10 milhões de euros, mais 6,0% do que o valor registado no ano anterior. De assinalar o excelente resultado obtido pela SEGMA em 2020, de cerca de 1,2 milhões de euros, mais 53,1% do que no ano anterior. A GLOBALEDA também obteve um excelente resultado, de cerca de 0,7 milhões de euros, mais 107,0% do que no ano anterior, consolidando a trajetória de recuperação desta empresa. Parabéns aos colaboradores, gerentes e administradores destas subsidiárias. No perímetro do Grupo EDA deixou de fazer parte a NORMA, cujo processo de alienação ficou concluído em fevereiro de 2020.

De sublinhar ainda que, em 2020, o Grupo EDA atingiu 40% de produção de energia elétrica com origem em fontes renováveis, o valor mais elevado de sempre.

Durante o ano de 2020, a EDA investiu cerca de 38,3 milhões de euros nas infraestruturas necessárias ao bom funcionamento dos serviços que presta, nomeadamente nas centrais térmicas, na melhoria das redes de transporte e de distribuição, na evolução dos sistemas de informação e na manutenção de equipamentos e de edifícios espalhados pelas diversas ilhas dos Açores.

O ano de 2021 arrancou sob a continuação da ameaça da pandemia Covid-19, que obriga a EDA e seus colaboradores a adaptarem-se continuamente de forma a cumprir com o serviço público de produção, transporte e distribuição de eletricidade em segurança. A EDA Renováveis também se reorganizou de forma a manter em funcionamento todos os centros produtores. A vacinação dos trabalhadores críticos para a atividade da EDA é uma prioridade.

O Grupo EDA irá manter para 2021 os objetivos que tinha planeado, embora possam ocorrer alguns adiamentos devido a este contexto que continuamos a passar.

O futuro próximo apresenta-se com enormes desafios estratégicos nos domínios da energia e da proteção ambiental. O Grupo EDA tem a obrigação de liderar a transição energética nos Açores conforme linhas de orientação definidas no Plano de Recuperação e Resiliência. O Grupo EDA também dispõe de competências para dar um contributo decisivo na transição digital nos Açores. Para enfrentar estes desafios, temos de desenvolver uma organização mais ágil e eficiente.

A1 – EDA S.A.

1. VALORES CARACTERÍSTICOS – EDA

Gráfico 1 – Indicadores financeiros EDA, de 2016 a 2020

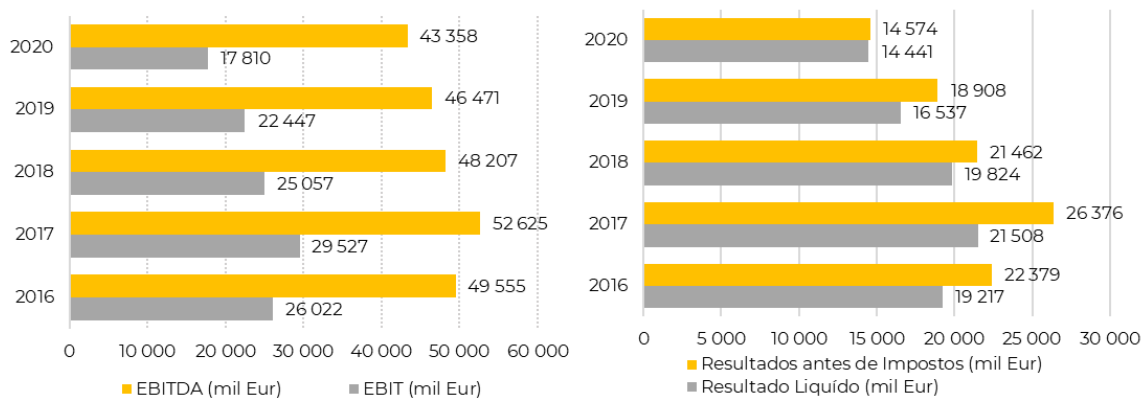
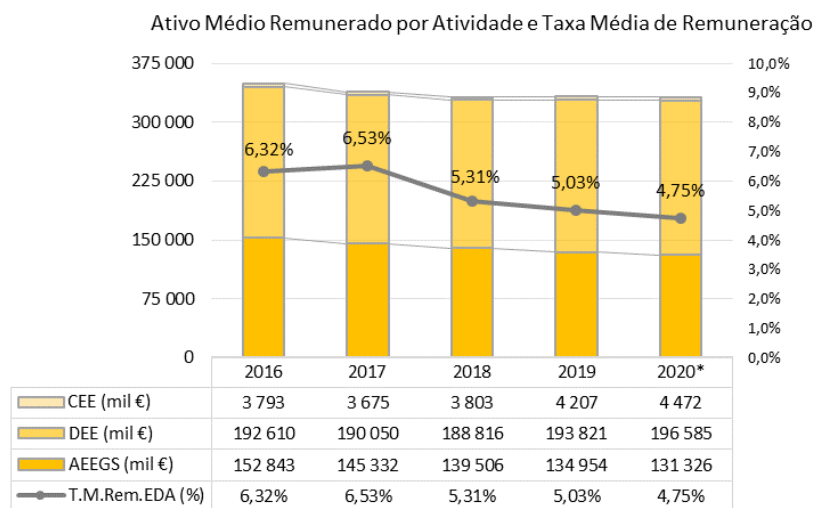
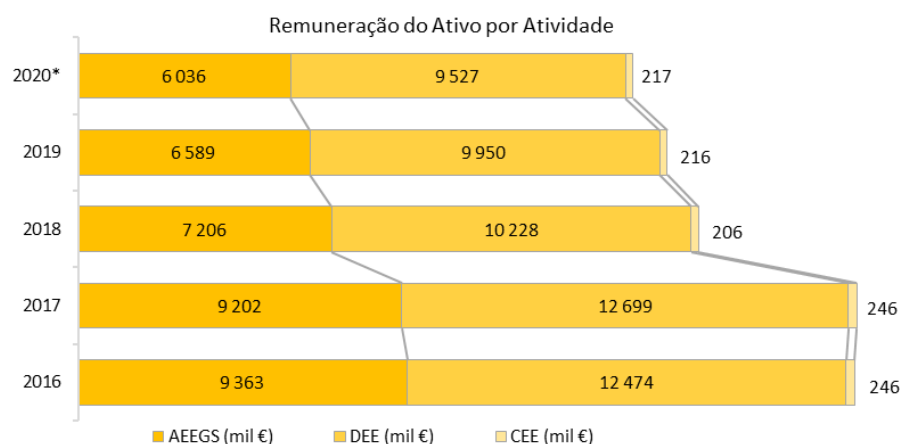


Gráfico 2 – Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2016 a 2020



(*) Valores estimados para o ano de 2020

Gráfico 3 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2016 a 2020



(*) Valores estimados para o ano de 2020

Tabela 1 – Indicadores de atividade, de 2016 a 2020

	2016	2017	2018	2019	2020
Emissão total (GWh)	781	784	795	793	769
Variação anual da emissão total (%)		0,5	1,3	-0,2	-3,1
Emissão térmica (GWh)	516	490	483	489	458
Variação anual da emissão térmica (%)		-4,9	-1,4	1,3	-6,3
Emissão renovável/recursos endógenos (GWh)	265	294	311	304	311
Variação anual de emissão renovável/recursos endógenos		11,1	5,9	-2,3	2,2
Consumo de serviços auxiliares (GWh)	20	19	19	19	19
Variação anual do consumo de serviços auxiliares (%)		-8,2	3,1	1,7	-1,4
Consumo (GWh)	732	735	744	743	719
Variação anual do consumo de eletricidade		0,3	1,3	-0,1	-3,2
Comprimento de linhas AT/MT (km)	1947	1970	1986	2 001	2 063
Potência de transformação em PT (MVA)	599	597	603	613	621
Perdas na rede (%)	6,2	6,3	6,4	6,3	6,5
Tempo de interrupção equivalente da potência instalada da RAA (TIEPI) (hh:mm) ⁽¹⁾	2:56	3:09	2:29	3:30	1:26
Zona A	2:02	2:00	1:30	1:33	0:39
Zona B	2:14	3:04	1:57	2:21	1:29
Zona C	3:40	3:49	3:11	4:56	1:52
Número consumidores ⁽²⁾	123 339	124 194	125 140	126 113	127 500
MT	763	763	758	758	766
BT	122 576	123 431	124 382	125 355	126 734

⁽¹⁾ Inclui interrupções longas e curtas de todas as origens e naturezas⁽²⁾ Inclui instalações de consumo próprio

Tabela 2 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2016 a 2020

Número de Trabalhadores EDA						
	Género	2016	2017	2018	2019	2020
EDA		110	112	114	123	125
		624	630	653	649	676
		734	742	767	772	801

Inclui trabalhadores cedidos

Tabela 3 – Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais)

Matérias Sociais	2016	2017	2018	2019	2020
Custos com pessoal (mil €)	24 754	25 608	27 679	29 134	30 563
Benefícios sociais (mil €)	1 792	1 874	2 018	2 093	1 901
Investimento direto com formação (mil €)	253	208	327	255	139
Investimento direto com formação por trabalhador (€/trabalhador)	345	281	427	330	173
Human Capital ROI ⁽¹⁾ (€/trabalhador)	2,75	2,70	2,47	2,33	2,17

⁽¹⁾ Human Capital ROI = (Vendas e serviços prestados - CMVMC - FSE) / Gastos com Pessoal
 Este indicador representa o retorno do investimento efetuado com os trabalhadores.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

2.1. Enquadramento Macroeconómico

Perspetiva económica mundial: uma retoma longa e exigente

O atual enquadramento económico é indubitavelmente marcado pelos efeitos negativos da pandemia do novo coronavírus, que se iniciou na China no final de 2019, e rapidamente se propagou pelo Mundo durante os primeiros meses de 2020. Este revés na economia mundial, sem precedentes, distingue-se de crises económicas anteriores pelo impacto direto e abrupto na generalidade dos países (atingiu 90% das economias mundiais, segundo o Fundo Monetário Internacional – FMI), potenciado pelas medidas de contenção adotadas pelos vários governos, que originaram em simultâneo uma queda acentuada ao nível da procura e da oferta. A crise pandémica levou a um decréscimo acentuado do comércio mundial, com uma intensidade ainda maior do que a registada durante a crise financeira global de 2008-2009 (de acordo com o Banco Central Europeu). Contudo, a economia global parece emergir de uma das suas maiores recessões, iniciando um processo de recuperação moderada.

De acordo com o *World Bank Group – Global Economic Prospects*, perspetiva-se uma recuperação económica em 2021, com um crescimento de 4%, ainda que permaneça mais de 5% abaixo das projeções pré-pandemia. Para o ano de 2022, estima-se um crescimento global de 3,8%. Adicionalmente, espera-se que a recuperação da economia global seja consolidada ao longo do horizonte de previsão, em função da melhoria dos indicadores de confiança, de consumo e de comércio, bem como dos esforços envidados no processo de vacinação contínua.

O consumo privado mundial sofreu uma forte contração, como consequência da adoção de medidas de contenção do vírus, por parte dos governos mundiais, além da deterioração da situação no mercado de trabalho e do incremento da incerteza. De acordo com os dados do Eurostat, em 2020, o PIB da Zona Euro e da União Europeia diminuiu em 6,8% e 6,4%, respetivamente.

Num panorama nacional, as perspetivas de curto prazo gravitam, também, em torno de um ambiente de incerteza associado à evolução da pandemia e ao seu impacto no comportamento dos agentes económicos. O prolongamento da crise pandémica pode conduzir a um ciclo de retração da despesa e da oferta, colocando uma pressão enorme nos decisores, no sentido de adotarem políticas económicas adequadas ao processo de recuperação. Os efeitos devastadores da pandemia são manifestos em diversos níveis. A queda abrupta e sincronizada da economia mundial implicou um decréscimo de 12,6% do nível de procura externa dirigida a Portugal em 2020, face ao mesmo período em 2019, de acordo com dados do BdP. Os fluxos comerciais foram significativamente afetados em 2020, com as exportações de bens e serviços em volume a registarem uma queda de 18,6% (em contraste com o crescimento de 3,9% registado em 2019). As exportações de turismo foram a componente do PIB com o declínio mais acentuado (56,6%), explicando cerca de metade da redução das exportações totais.

A projeção para a inflação, medida pela taxa de variação média anual do IHPC, situa-se em 0,39%, 1,17% e 1,43% para os anos de 2021, 2022 e 2023, respetivamente (dados do BdP).

O Produto Interno Bruto (PIB), em termos reais, registou uma variação homóloga de -6,1% no 4º trimestre de 2020 (-5,7% no trimestre anterior). O contributo da procura interna para a variação homóloga do PIB foi menos negativo, passando de -3,5 pontos percentuais (p.p.), no 3º trimestre, para -2,7 p.p., em resultado, sobretudo, da diminuição menos intensa do investimento, enquanto o consumo privado registou uma redução mais pronunciada. A procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo no 4º trimestre, passando de -2,1% no trimestre anterior para -3,5%, verificando-se uma contração mais intensa das Exportações de Bens e Serviços (-14,1%), comparativamente à intensidade observada nas Importações de Bens e Serviços (-6,5%). Quanto ao conjunto do ano de 2020, o PIB registou uma contração de 7,6% (crescimento de 2,5% em 2019), refletindo os efeitos

marcadamente adversos da pandemia do novo coronavírus na atividade económica. Na base da variação do PIB, é de destacar o contributo negativo significativo na procura interna (-4,6% comparativamente ao registado em 2019: +2,8%), devido, principalmente, à contração do consumo privado. Para os próximos anos, projeta-se um crescimento do PIB a rondar os 3,9%, em 2021, 4,5%, em 2022, e 2,4% em 2023. A recuperação da atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022, impulsionada por uma melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados de 2022 (dados BdP e INE).

Em 2020, o Valor Acrescentado Bruto (VAB), a preços base, registou uma taxa de variação de -6,4%, em volume, após ter aumentado 2,4% em 2019. O VAB dos sectores de Outras Atividades de Serviços, Indústria, Transportes e Armazenagem, Atividades de Informação e Comunicação, Agricultura, Silvicultura e Pescas, Atividades Financeiras, Seguros, Imobiliárias, Energia, Água e Saneamento contribuiu significativamente para o decréscimo do VAB, ao invés do sector da Construção, que registou um aumento de 3,3%, em 2020, o que se traduz num contributo, para o VAB, a rondar os 0,1 p.p. (dados do INE).

No que concerne ao consumo privado, verificou-se uma redução de 6,8% em 2020, com previsões de crescimento de 3,9%, 3,3% e 1,9%, respetivamente, no período 2021-2023. No final de 2022, estima-se que o consumo privado assumira um nível próximo do nível observado antes da crise pandémica (dados BdP).

No que diz respeito ao contexto da Região Autónoma dos Açores, a evolução recente da economia regional transparece um cenário de contração intensa. De acordo com os dados do Serviço Regional de Estatística (SREA), em dezembro de 2020 verificou-se, no Indicador de Atividade Económica, uma diminuição homologa de 2,7%, devido à situação pandémica e ao confinamento que se vive desde março de 2020.

Contudo, o Indicador do Consumo Privado (ICP), em termos homólogos, apresenta um ligeiro aumento de 0,2%, revelando uma recuperação de 0,5 p.p. em relação ao valor do mês anterior (-0,3%). Apesar da melhoria no ICP, estes valores continuam a transparecer, sobretudo, o desempenho desfavorável dos indicadores associados ao turismo, não obstante a evolução favorável da maioria dos indicadores referentes ao sector primário (como: leite entregue as fábricas (+3,1%), abate de gado bovino e aves (+6,0% e +6,5%, respetivamente), entre outros).

No sector secundário e da construção, de realçar, também, alguns indicadores favoráveis em dezembro de 2020, relativamente ao período homólogo, como: a saída de conservas de peixe (+1,0%), as vendas de cimento (+49,5%), o consumo doméstico e industrial (+5,4% e +4,1%, respetivamente), apesar da involução dos licenciamentos (-1,0%), da produção de queijo (-10,4%) e da produção de leite para consumo (-5,3%).

No sector terciário, para além dos indicadores associados ao turismo: dormidas (-71,0%) e passageiros desembarcados (-59,0%), em dezembro de 2020, outros sectores registaram indicadores negativos, como: o consumo de energia neste sector (-8,8%) e da venda de automóveis ligeiros (-8,2%). No entanto, a venda de produtos alimentares registou um aumento de 4,3%.

Em termos homólogos, apesar do decréscimo de 2,1% na taxa de desemprego regional para o último trimestre de 2020 (fixando-se em 5,5%), esta permanece inferior à taxa de desemprego nacional para o mesmo trimestre em análise (7,1%). A população empregada aumentou 3,1% e a taxa de atividade económica rondou os 50,2%.

No que diz respeito à taxa média de inflação dos Açores, esta ascendeu a 0,12% em dezembro de 2020 (a média nacional foi nula), registando um decréscimo face à taxa de setembro do mesmo ano 0,4%, com uma taxa homóloga implícita de -2,0%.

Por último, no que concerne ao fluxo de transações, no último trimestre de 2020, as exportações regionais de bens atingiram cerca de 27,1 M€ (uma diminuição de 6,8%, em termos homólogos) e as importações rondaram os 34,4 M€ (diminuição de 14,7%, em termos homólogos), sendo que a maior quota de exportação (61%) e importação (50%) foi respeitante a produtos alimentares

e bebidas, num contexto de comércio internacional maioritariamente Intra-U.E. (68,8% na entrada e 70,2% na saída), de acordo com dados do SREA.

2.2. Enquadramento Setorial

EVOLUÇÃO DA PROCURA DE ELETRICIDADE

O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, bem como por uma estrutura de consumo de eletricidade predominantemente de comércio e serviços (incluindo serviços públicos) que representam 41,4% do total. Os consumos decorrentes de utilizações domésticas e industriais representam 36,4% e 18,3%, respetivamente.

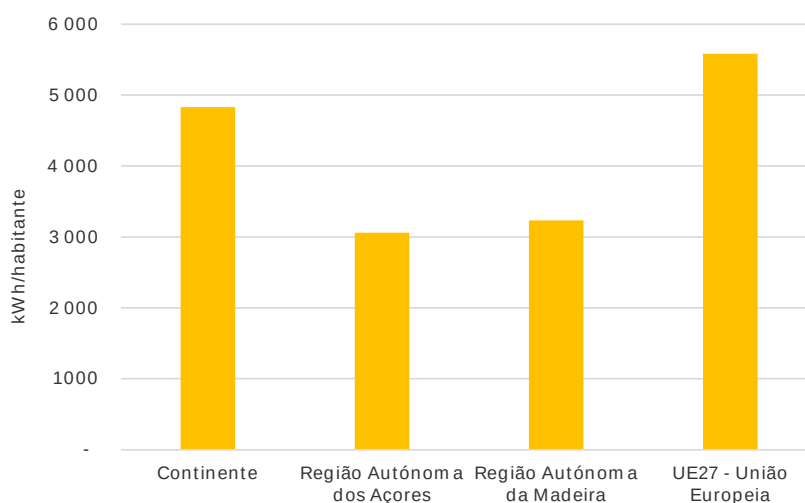
Na estrutura do consumo de eletricidade predomina o setor do comércio e serviços

A maior concentração geográfica de clientes encontra-se nas ilhas de S. Miguel e Terceira, que comportam 78,8% do consumo de energia elétrica e 73,1% do número de instalações.

Após um ciclo de crescimentos na emissão de energia elétrica (2015-2018), verificou-se, em 2019 e 2020, um decréscimo de 0,2% e 3,1%, respetivamente.

Em 2020, a taxa de decréscimo do consumo *per capita*¹ na Região foi de 3,2%, traduzindo um rácio de 2 963 kWh/habitante. O maior consumo de kWh por habitante foi registado na ilha de Santa Maria, com um valor de 3 371 kWh/habitante, e o mais baixo na ilha das Flores, de 2 823 kWh/habitante. Em termos relativos, o consumo *per capita* na RAA corresponde a cerca de menos 37% e 45%, comparativamente ao mesmo indicador em Portugal Continental e média da UE27, respetivamente.

Gráfico 4 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE27²



¹ No cálculo do consumo anual *per capita*, foram utilizadas as estimativas do número de habitantes publicadas pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores para o ano de 2019. Para 2020, foram utilizados o Consumo de 2020 e estimativa do número de habitantes de 2019.

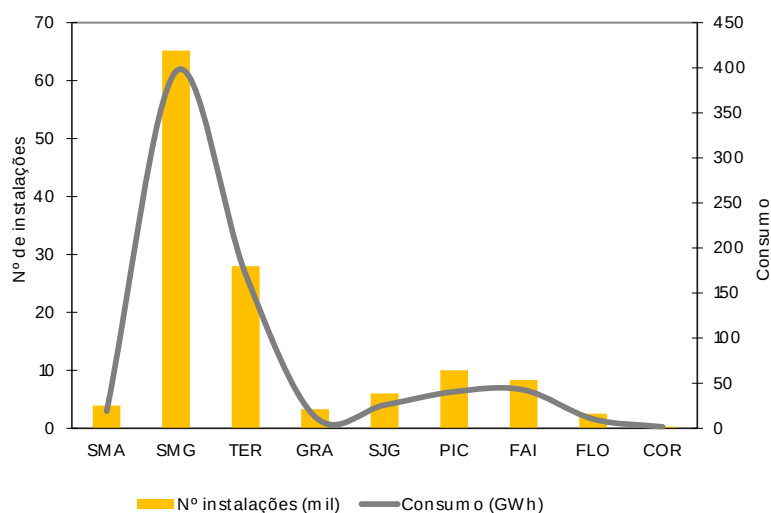
² Fontes: Portugal, RAA e RAM – Dados provisórios do número de habitantes INE 2019 e dados de consumo de energia DGEG 2019 UE27: PORDATA (dados provisórios relativos a 2019)

Gráfico 5 - Consumo per capita de 2016 a 2020



* - Consumo de 2020 e estimativa do número de habitantes de 2019

Gráfico 6 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2020



Inclui instalações de Média Tensão, Baixa Tensão, Iluminação Pública e Consumos próprios

Na RAA registou-se, em 2020, um decréscimo do consumo de eletricidade na ordem dos 3,2%, embora seja relevante destacar a evolução positiva nos segmentos do consumo doméstico e industriais. Ao invés, ocorreu a redução do consumo nos segmentos do comércio e serviços, incluindo serviços públicos, e iluminação pública. A redução mais significativa (-10,7%) ocorreu no segmento do comércio e serviços, incluindo públicos, que correspondem aos segmentos mais afetados pelo contexto de pandemia.

EMIÇÃO PRÓPRIA E AQUISIÇÃO DE ENERGIA

A emissão própria e a aquisição anual de eletricidade atingiu os 769 GWh, correspondendo a um decréscimo de 3,1% relativamente ao ano anterior. A emissão própria, de origem térmica, contribuiu com 59,6%, destacando-se a emissão a fuelóleo, com 52,4%. A aquisição de energia elétrica, de origem renovável e de recursos endógenos, totalizou 311 GWh, representando cerca de 40,4% da energia injetada na rede, com preponderância para a energia de origem geotérmica que representou cerca de 25,1% do valor total.

Em 2020, a energia renovável e de recursos endógenos representou 40,4% da emissão de energia na RAA

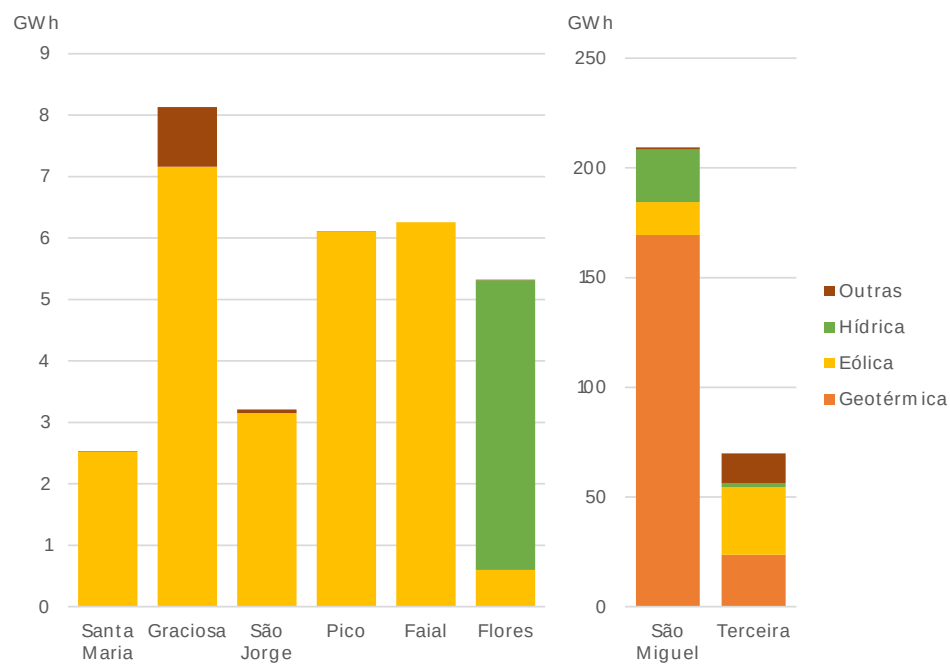
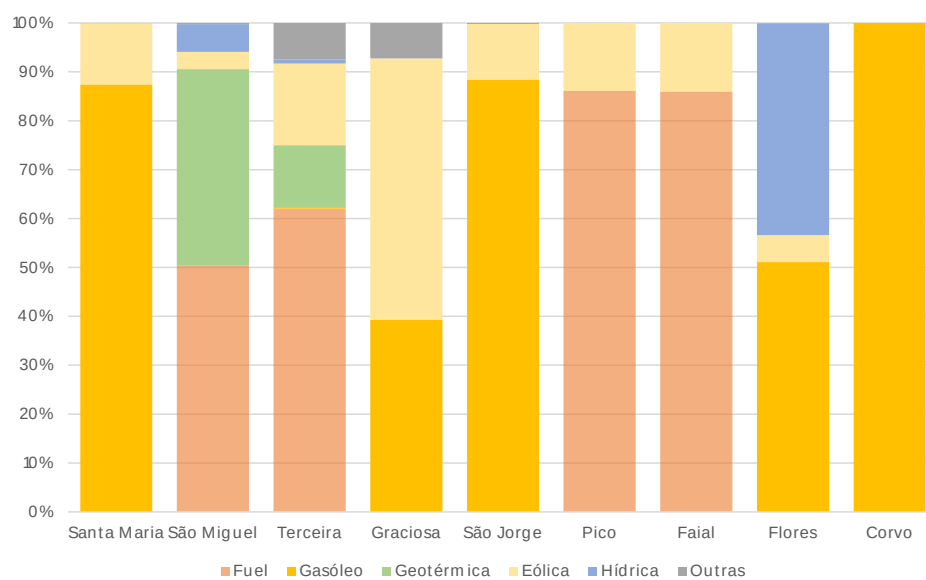
Atualmente, encontram-se em curso e em preparação investimentos no âmbito das energias renováveis, que irão permitir aumentar o seu contributo nos sistemas elétricos dos Açores. A introdução de mecanismos que concorram para uma maior capacidade de penetração de energias renováveis nos Açores, nomeadamente sistemas de armazenamento e de controlo de tensão e frequência, reveste-se da maior importância, não apenas pela diminuição da dependência dos combustíveis fósseis, por parte da RAA, mas também pela redução da pegada ecológica da atividade.

Alinhado com a estratégia europeia onde vários países aprovaram moções que proíbem a venda e circulação, em cidades, de automóveis de combustão interna nas próximas décadas, através de mecanismos de incentivo à adoção do veículo elétrico, também na Região têm existido programas de atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de veículos elétricos e de pontos de carregamento. A implementação dum programa de mobilidade elétrica, tem merecido a atenção das entidades governativas, potenciando os Açores, no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro *Living Lab* de soluções para a mobilidade elétrica, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos objetivos do desenvolvimento sustentável, bem como na descarbonização da economia, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e na melhoria da eficiência energética.

Tabela 4 – Emissão e aquisição de energia, por tecnologia, de 2016 a 2020

	2016	2017	2018	2019	2020	Var.% 19/20
Emissão própria	515,8	490,3	483,4	489,5	458,5	-6,3
Fuel	452,7	425,9	418,5	429,9	403,5	-6,2
Gasóleo	63,1	64,4	64,9	59,5	55,0	-7,6
Aquisição	264,7	294,1	311,3	304,0	310,7	2,2
Hídrica	30,7	29,4	26,5	29,6	30,2	1,9
Geotérmica	152,4	193,0	204,2	191,5	193,2	0,9
Eólica	72,5	62,2	66,6	69,8	71,6	2,6
Outras	9,1	9,5	14,1	13,1	15,8	20,5
Total	780,5	784,4	794,7	793,5	769,2	-3,1

Outras: Biogás, central das ondas, microgeração, RSU, fotovoltaica e aquisição térmica.

Gráfico 7 – Aquisição de energias renováveis/recursos endógenos (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2020**Gráfico 8 – Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2020**

2.3. Regulação Económica

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, de acordo com o Regulamento Tarifário, em que, para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

Na RAA, desde 2003, as tarifas de eletricidade são fixadas anualmente pela ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Em Portugal Continental, com a extinção das tarifas reguladas decorrente das diretivas do mercado interno de energia, os preços da eletricidade são determinados pelo mercado liberalizado, para todos os segmentos de consumidores. Através da Portaria n.º 83/2020, de 1 de abril, foi fixado o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em baixa tensão normal, que não exerçam o direito de mudança para um comercializador de mercado livre, em 31 de dezembro de 2025, enquanto que a extinção das tarifas transitórias para os fornecimentos de eletricidade em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE), foram fixados em 2021 e 2022, respectivamente.

Estes princípios de liberalização do setor elétrico, não se aplicam na RAA, atendendo a que a Diretiva³ que estabelece as regras comuns para o mercado interno da eletricidade, foi parcialmente derogada ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, tendo o Regulamento Tarifário, de 18 de janeiro de 2019, inscrito no Artigo 158, n.º. 3, o seguinte:

“3 - A estrutura dos preços das tarifas de Venda a Clientes Finais da RAA em MT, BTE e BTN deve resultar da estrutura dos preços de venda a clientes finais de Portugal Continental, aplicáveis a fornecimentos em MT, BTE e BTN, respetivamente, determinados tendo em conta: (i) os resultados da monitorização dos preços de eletricidade praticados no mercado, (ii) as variações das tarifas de Acesso às Redes e (iii) as variações dos preços de energia nos mercados grossistas.”

Aquando da divulgação (15 de dezembro de 2020) das tarifas e preços de energia elétrica para 2021, o regulador referiu:

*“No caso da Região Autónoma do Açores (RAA) é aplicada a tarifa de Venda a Clientes Finais, não estando perspectivada a liberalização do mercado de eletricidade nessa região. Ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, nas Regiões Autónomas os comercializadores de último recurso continuam a desempenhar o papel de fornecedor em todos os segmentos de consumo.”*⁴

Para todos os períodos regulatórios, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, são determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+2, o diferencial que decorre do confronto daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste procedimento, referente ao ano n. Refira-se, também, a existência de um mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível da tarifa social e do custo com capital das atividades reguladas, efetuado no ano n+1.

³ Diretiva 2009/72/CE, transposta para a legislação portuguesa através do DL 78/2011 de 20 de junho e DL 215-B/2012 de 8 de outubro

⁴ ESTRUTURA TARIFÁRIA DO SETOR ELÉTRICO EM 2021, (Pág. 51)

O diferencial entre o somatório dos proveitos permitidos por atividade e as receitas obtidas, decorrentes da aplicação do tarifário, constitui o sobrecusto da RAA.

Os sobrecustos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Períodos regulatórios 2003-2017

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da RAA, a EDA – Electricidade dos Açores, S. A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de

Em 2003, primeiro ano de regulação pela ERSE, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites a todas as atividades reguladas.

regulação das atividades de Distribuição e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap*, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, manteve-se o mesmo tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

No período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela empresa.

A atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, foi sujeita a uma regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, manteve-se a regulação por *price cap*. Os custos de exploração resultam do *mix* entre os custos fixos e os custos variáveis, que dependem dos respetivos *drivers* de custos e das metas de eficiência aplicadas.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX passou a ter, a partir de 2012, uma regulação por custos aceites.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário, designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série — N.º 2, da Diretiva N.º. 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

As metodologias de regulação aplicadas à EDA, no âmbito do OPEX são:

AEEGS - regulação por revenue cap e custos aceites em base anual para a aquisição de energia elétrica, amortizações, combustíveis, lubrificantes e gastos com manutenção.

DEE e CEE – regulação através de price cap.

O CAPEX tem uma regulação por custos aceites em base anual.

O Artigo 117-A.º da Diretiva N.º. 1/2014, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

Relativamente à remuneração dos ativos (2015-2017), o regulador manteve a mesma metodologia de equiparação do custo de capital a aplicar a cada uma das atividades da EDA, com as atividades equivalentes às do Continente. Face ao anterior período regulatório,

destaca-se a alteração verificada no indexante para determinação do custo de capital, passando a utilizar-se as *yields* das OT a 10 anos (em substituição dos CDS⁵), mantendo-se, assim, a indexação do valor do custo de capital base à evolução dos mercados.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário⁶, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e,
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A ERSE apresentou, em dezembro de 2016, o documento intitulado “Aplicação dos resultados do estudo para definição de custos de referência para aquisição de combustíveis nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira” aplicando retroativamente a 2015, os parâmetros resultantes do estudo realizado, tendo sido alargado o seu âmbito ao gasóleo e ao gás natural para produção de eletricidade.

Período Regulatório 2018-2021

A ERSE decidiu através do Regulamento 6/2020, prolongar o período regulatório de 2018-2020, até 2021, considerando que a crise sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus gerou um elevado índice de imprevisibilidade, que não permitiu a definição consistente de novas metas e metodologias regulatórias para vigorar no horizonte de três anos, i.e. num novo período regulatório.

Para o período regulatório 2018-2021, a ERSE manteve as metodologias de regulação, designadamente:

AEEGS – Atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema

OPEX - regulação por *revenue cap* e custos aceites em base anual para aquisição de energia eléctrica, amortizações, combustíveis e lubrificantes e gastos com manutenção.

DEE e CEE – Distribuição de Energia Elétrica e Comercialização de Energia Elétrica

OPEX - regulação através de *price cap*.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX terá uma regulação por custos aceites.

Relativamente ao referencial do gasóleo, o indexante foi alterado⁷, passando a considerar-se, no período regulatório 2018-2020, a média ponderada do preço do gasóleo de 14 países⁸ da União Europeia, para o produto “*Automotive Gas Oil*” retirados do “*Weekly Oil Bulletin*” da Comissão Europeia.

A EDA desenvolve, assim, as atividades de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica num contexto totalmente regulado, pela legislação em vigor e pela regulamentação emitida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos

⁵ CDS – Credit Default Swap

⁶ Regulamento Tarifário de 18 de janeiro de 2019 – Artigo 112.º

⁷ De 2015 a 2017 o referencial do preço para o gasóleo correspondeu aos valores publicados no “*Weekly Oil Bulletin*” da Comissão Europeia, do produto “*Automotive Gas Oil*”

⁸ Os países considerados são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido e Suécia

municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016. Esta remuneração tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

Tarifa Social

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, foi criada pelo Decreto -Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 172/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 7 -A/2016, de 30 de março. A tarifa social de fornecimento de energia elétrica é calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal.

O valor do desconto a aplicar na tarifa de acesso às redes é calculado pela ERSE nos termos do Despacho n.º 9807/2020, do membro do Governo responsável pela área da energia. A partir de 1 de janeiro de 2021, foi fixado um desconto de 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

3. DESEMPENHO

3.1. Comercial

No ano de 2020, o consumo de eletricidade ascendeu a 719 GWh, resultando num decréscimo global de 3,2% relativamente ao ano anterior, verificando-se um decréscimo da procura na baixa tensão de 1,4% e na média tensão de 6,1%.

No mesmo ano, a rede de distribuição abasteceu 127 500 clientes, correspondendo a uma variação de 1,1%.

Tabela 5 - Número de clientes e consumo por clientes de 2016 a 2020

	2016	2017	2018	2019	2020	Var.% 19/20
Nº de Clientes	123 339	124 194	125 140	126 113	127 500	1,1
Baixa Tensão	122 576	123 431	124 382	125 355	126 734	1,1
Média Tensão	763	763	758	758	766	1,1
Consumo de Energia (GW h):	732,1	734,6	744,3	743,4	719,4	-3,2
Doméstico	243,9	243,2	245,5	250,2	261,9	4,7
Comércio e Serviços	253,9	254,8	260,4	261,3	231,0	-11,6
Serviços Públicos	74,6	76,2	77,3	74,6	69,0	-7,6
Industriais	128,9	129,9	130,9	128,9	131,9	2,3
Iluminação Pública	30,8	30,4	30,1	28,4	25,7	-9,3

Faturação de energia elétrica

A faturação de energia elétrica ascendeu, em 2020, a cerca de 108 milhões de euros, dos quais 77 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão e 31 milhões de euros a fornecimentos em Média Tensão. A faturação em BT corresponde a cerca de 71% e a MT a 29% da faturação de energia total, embora concentrados em apenas 0,6% do número de contratos de fornecimento de energia elétrica.

Em 2020, a faturação de energia eléctrica ascendeu a 108 milhões euros

O valor de faturação, em dezembro de 2020, apresenta uma quebra de 5,9%, face a 2019, por via das diminuições de 3,2% no consumo de energia elétrica (sem consumos próprios), e de 2,7% no preço médio de venda. Esta última reflete a alteração tarifária ocorrida em abril de 2020, de acordo com a diretiva 6/2020 da ERSE, associada à implementação de um conjunto de medidas no sentido de minimizar os efeitos decorrentes da pandemia do novo coronavírus, nomeadamente na redução do termos de potência.

Tabela 6 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2016 a 2020

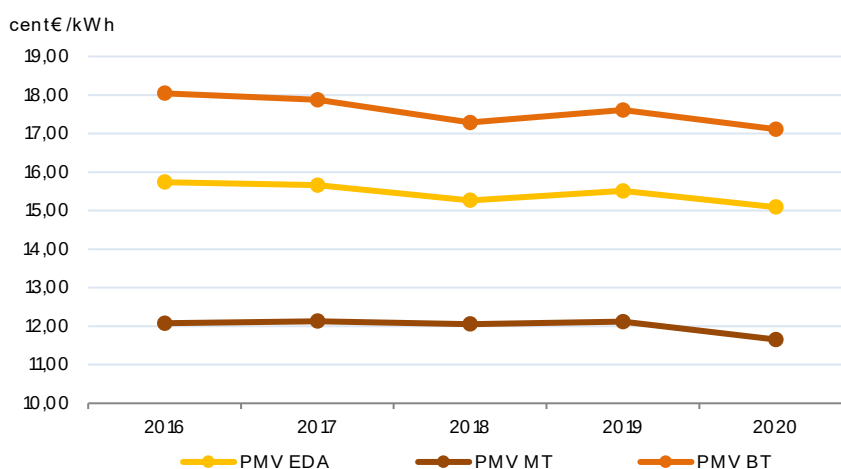
	2016	2017	2018	2019	2020
Faturação (mil Eur) *	114 923	114 760	113 341	115 024	108 285
Média Tensão**	34 064	34 260	34 554	34 286	30 938
Baixa Tensão**	80 859	80 500	78 787	80 738	77 347
Energia Faturada (GWh) ***	730,2	732,8	742,5	741,5	717,6
Média Tensão	282,1	282,5	286,7	283,0	265,6
Baixa Tensão	448,1	450,3	455,8	458,5	452,0
Preço Médio Venda (c€/kWh)	15,74	15,66	15,27	15,51	15,09
Média Tensão	12,07	12,13	12,05	12,11	11,65
Baixa Tensão	18,05	17,88	17,29	17,61	17,11

* Não inclui energia em contadores e compensação tarifária

** Inclui a variação de energia em contadores entre os anos n/n-1

*** Não inclui consumos próprios

Gráfico 9 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2016 a 2020



Indicadores de continuidade de serviço

A disponibilidade de fornecimento de energia elétrica, ou continuidade de serviço, é aferida por um conjunto de indicadores gerais e individuais relativos aos fornecimentos de eletricidade em média e baixa tensão. De salientar que o cálculo destes indicadores é estabelecido por normas regulamentares e incluem todas as interrupções verificadas, curtas e longas, intrínsecas aos sistemas da EDA.

Em 2020, verificou-se uma redução da frequência média de interrupções face ao ano anterior, excepto na ilha do Corvo em resultado de um aumento de deslastre de cargas por razões de segurança e de interrupções previstas por razões de serviço. Na generalidade das ilhas verifica-se uma menor duração média de interrupções em pontos de entrega da rede de média tensão, com exceção de Santa Maria. O acréscimo nesta ilha deve-se a interrupções previstas por razões de serviço e causas próprias. O indicador tempo de interrupção equivalente da potência instalada apresenta evolução semelhante ao indicador SAIDI, sendo que apenas se verifica aumento deste indicador na ilha de Santa Maria, pelas mesmas razões anteriormente identificadas.

Em 2020, verificou-se uma redução da frequência média de interrupções face a 2019

Gráfico 10 - Indisponibilidades totais por ilha de 2018 a 2020



3.2. Transporte e Distribuição

Na mesma linha de atuação dos anos anteriores, a atividade de Transporte e Distribuição, durante 2020, pautou-se pela continuidade da adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade e continuidade de serviço, com menor custo e em respeito pelo ambiente, dando prioridade a ações que concorrem para o aumento da fiabilidade das instalações.

A empresa tem mantido uma postura de permanente procura de soluções técnicas e materiais mais adequadas às exigentes condições climatéricas, bastante adversas, não só pela proximidade do mar e consequente elevado nível de salinidade no ar, mas também pelas recorrentes intempéries com ventos ciclónicos que fustigam as infraestruturas e que se traduzem num sobrecusto para esta atividade. Ainda no âmbito da manutenção e conservação das instalações, destacam-se as ações que implicam a substituição de equipamentos tecnologicamente ultrapassados ou cujo estado de conservação já não garanta a segurança de pessoas e bens. Apesar do esforço desenvolvido com recurso à mão-de-obra interna, é incontornável a necessidade de recorrer a prestadores de serviço em todas as ilhas, sendo que este é outro dos nossos maiores desafios. Nem sempre é possível manter estas empresas com as suas estruturas implantadas em todas as ilhas, sobretudo num cenário de contenção de custos que implica a necessária redução de contratação externa. A este facto alia-se a dificuldade de não ser fácil em todas as ilhas recrutar mão-de-obra jovem e com competências para as atividades mais importantes. É importante salientar o recurso à formação interna, aproveitando o “know-how” e experiência de alguns trabalhadores, que, associados ao seu perfil, constituem uma boa equipa de formadores internos.

É política da EDA procurar as soluções técnicas e materiais mais adequadas às exigentes condições climatéricas, que ocasionalmente se verificam na RAA

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, cuja certificação foi obtida em 2014, abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT). A implementação do sistema de gestão nesta área introduziu um conjunto de ações com forte impacto na programação e execução dos trabalhos. Os objetivos definidos foram alcançados com elevada taxa de sucesso. Destacam-se a uniformização de procedimentos em todas as ilhas, a gestão da manutenção através de uma única plataforma informática que reúne as valências técnica e financeira e o controlo das obrigações legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, encontra-se certificado desde 2014, segundo a Norma ISO 9001 e abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT)

Manutenção Preventiva

No ano de 2020, as ações de manutenção, ao nível do transporte e distribuição, seguiram a mesma tendência de anos anteriores.

Subestações e rede MT/AT

A tabela seguinte apresenta o número de ações de manutenção aos equipamentos das Subestações da EDA e da rede MT/AT ao longo dos últimos anos:

Tabela 7 – Ações de manutenção em subestações e redes MT/AT de 2016 a 2020

Ilha	2016		2017		2018		2019		2020	
Nº Equipamentos	769		816		824		925		926	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Manutenções	271	35%	284	35%	273	33%	307	33%	274	30%

Ano	2016		2017		2018		2019		2020	
Rede Aérea (km)	1429		1447		1463		1485		1494	
	km	%	km	%	km	%	km	%	km	%
Inspeções	300	21%	465	32%	412	28%	204	14%	347	23%
Manutenções	178	12%	192	13%	235	16%	234	16%	232	16%

Em 2020, foram inspecionadas 23% das linhas AT/MT, tendo sido objeto de ações de manutenção 16% do total da extensão destas linhas. Em número de apoios, num total de 9534, as percentagens são da mesma ordem de grandeza, tendo sido inspecionados 2184 apoios (23%) e efetuadas intervenções de manutenção em 1529 apoios (16%).

Relativamente à manutenção de aparelhos de manobra da rede aérea de MT, num total de 615, foram efetuadas intervenções de manutenção a 288 equipamentos (47%).

Postos de Seccionamento e Transformação

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção dos PST, realizadas desde 2016:

Tabela 8 – Ações de manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação de 2016 a 2020

Ano	2016		2017		2018		2019		2020	
Universo de PST's	1300		1326		1357		1393		1405	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Inspeções	581	45%	715	54%	760	56%	805	58%	741	53%
Manutenções	723	56%	642	48%	744	55%	653	47%	777	55%

Em 2020, foram inspecionadas 741 PST, tendo sido objeto de ações de manutenção 777 PST, de um total de 1405. Foram realizadas ações de manutenção aos sistemas de proteção, comando e controlo de 8 PST.

Rede de Baixa Tensão

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção nas redes BT e IP, realizadas em 2019 e 2020:

Tabela 9 – Ações de manutenção em redes Baixa Tensão em 2019 e 2020

Ano	2019		2020	
Universo de Redes BT	1271		1287	
	un.	%	un.	%
Inspeções	193	15%	226	18%
Manutenções	173	14%	121	9%

Ano	2019		2020	
Universo de Redes IP	1 127		1 129	
	un.	%	un.	%
Manutenções	2 092	186%	2 218	196%

Em 2020, foram inspecionadas 226 redes de baixa tensão, tendo sido objeto de ações de manutenção 121 redes de um total de 1 287.

Relativamente à rede de iluminação, foram efetuadas ações de manutenção a 2 218 redes de iluminação pública.

Manutenção Condicionada

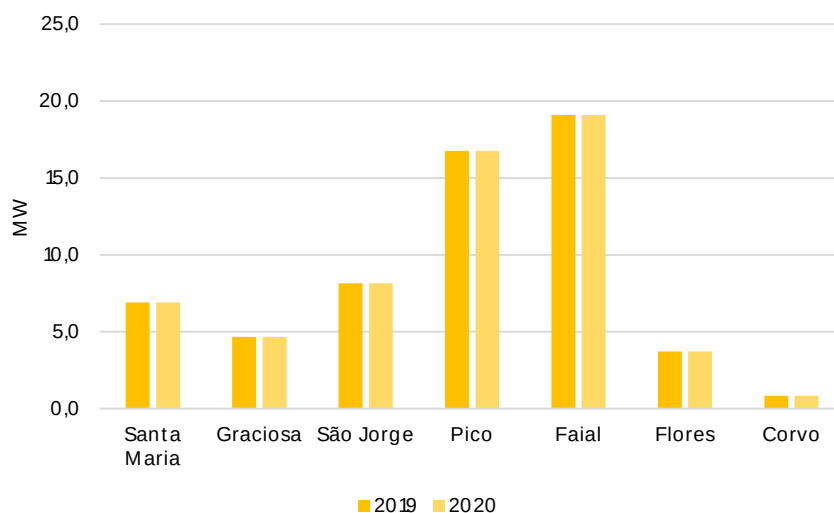
A manutenção preventiva condicionada, consistiu:

- em 277 inspeções (20 subestações e 257 postos de seccionamento e transformação) de termografia num universo de 1 314 instalações,
- na realização de análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos, em 36 transformadores.

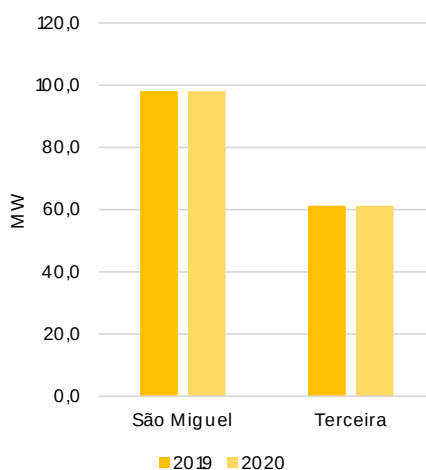
3.3. Produção

Em 2020, os sistemas eletroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, eram constituídos por nove centrais termoelétricas com uma potência total instalada de 219 MW.

Gráfico 11 - Potência térmica instalada por ilha

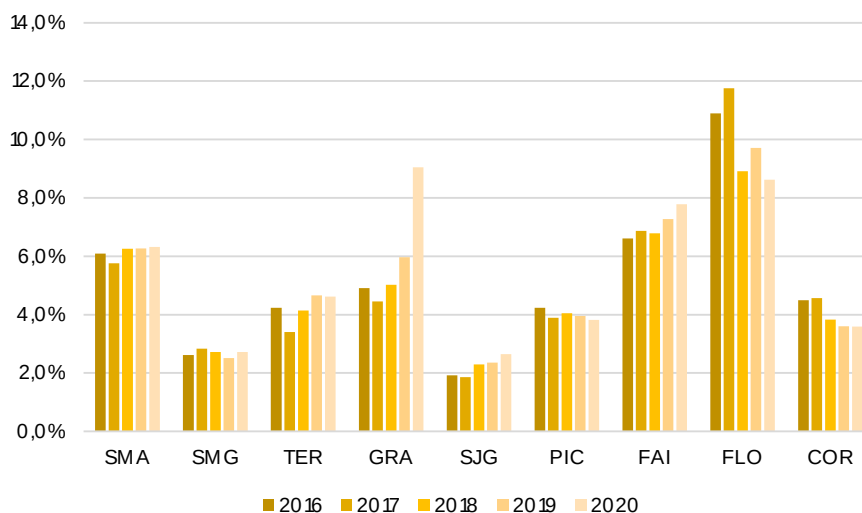


Potência térmica instalada nas ilhas de São Miguel e Terceira



O Gráfico seguinte apresenta a evolução do consumo de serviços auxiliares nos centros produtores. Importa referir que o incremento percentual verificado na ilha das Flores, nos anos de 2016 e 2017, deve-se a uma redução de produção térmica (dado o aumento de aquisição de energia), sendo que a redução verificada entre 2017 e 2018, ocorre pelas razões inversas. O aumento percentual verificado na ilha Graciosa em 2020 deve-se sobretudo a uma redução de produção térmica resultante do aumento de aquisição de energia.

Gráfico 12 – Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha



A emissão energética das ilhas de São Miguel e Terceira representa cerca 54,9% e 24,0%, respetivamente, do total de energia emitido para as redes. Realça-se o facto das centrais (térmicas) do Caldeirão, em São Miguel, e do Belo Jardim, na Terceira, gerarem uma emissão correspondente a cerca de 43% do total da energia emitida na Região.

Tabela 10 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2016 a 2020

	GW h					
	2016	2017	2018	2019	2020	Var.% 19/20
Santa Maria	20,2	20,7	20,6	20,3	20,2	-0,7
São Miguel	424,1	427,8	436,9	440,4	422,1	-4,1
Terceira	191,6	189,5	190,8	187,6	184,6	-1,6
Graciosa	13,5	13,6	13,4	13,5	13,4	-0,8
São Jorge	28,4	28,8	28,9	28,6	27,7	-3,0
Pico	44,2	44,9	44,9	44,8	44,1	-1,7
Faial	45,9	46,3	46,3	45,6	44,6	-2,2
Flores	11,1	11,3	11,4	11,1	10,9	-1,8
Corvo	1,6	1,6	1,6	1,6	1,7	1,2
	780,5	784,4	794,7	793,5	769,2	-3,1

As pontas máximas em cada uma das ilhas nos últimos anos ocorreram, maioritariamente, no 2º semestre de cada ano.

Verificaram-se exceções em 2016 na Graciosa, em 2017 no Corvo, em 2018 na Terceira, Graciosa e Corvo, e, em 2019 na ilha das Flores, onde ocorreram no 1º semestre. Em 2020, as pontas máximas ocorreram no 2º semestre em todas as ilhas. No que respeita à evolução da ponta em 2020, relativamente a 2019,

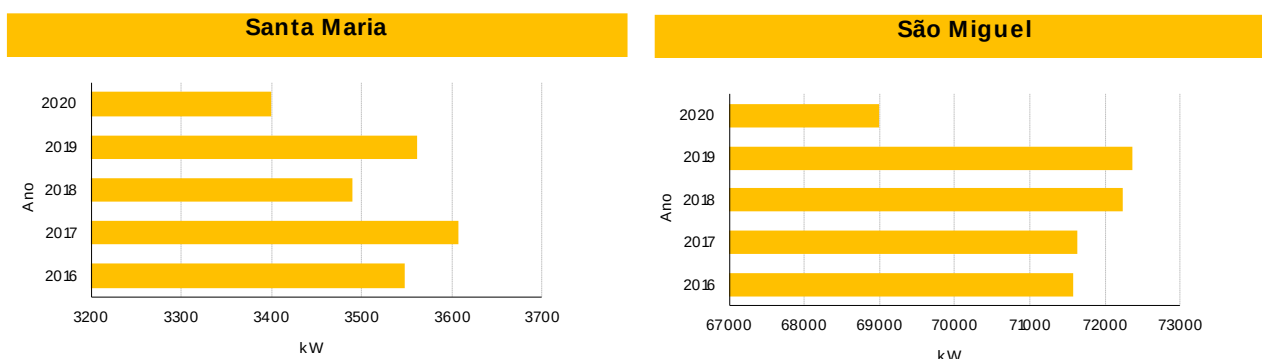
constatou-se um decréscimo em cinco das nove ilhas dos Açores, Santa Maria, São Miguel, Terceira, Faial e Flores, verificando-se que a maior redução foi registada na ilha de São Miguel, com um decréscimo de 4,7%, e a menor redução na ilha do Faial, 0,6%. Em sentido contrário, as restantes ilhas viram aumentar o valor da ponta máxima anual em relação ao ano anterior, tendo mais expressão na ilha Graciosa, com um crescimento de 8,3%, e do Corvo, 1,3%.

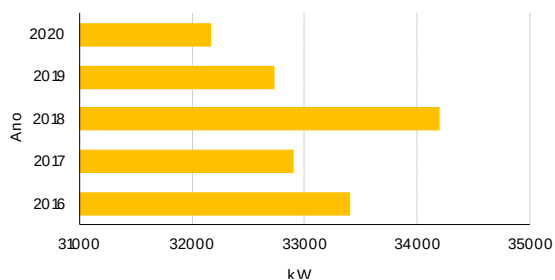
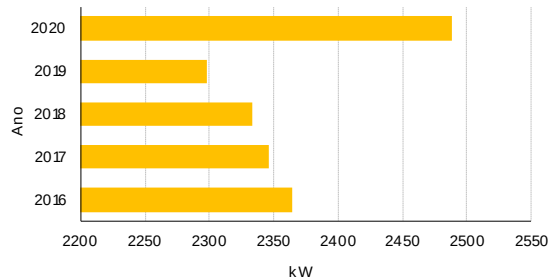
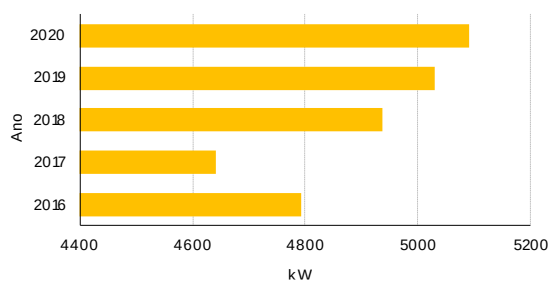
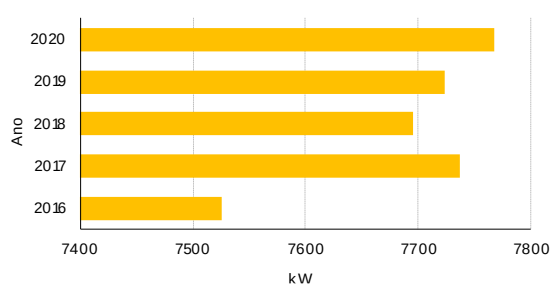
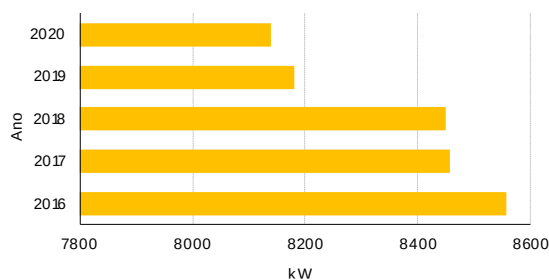
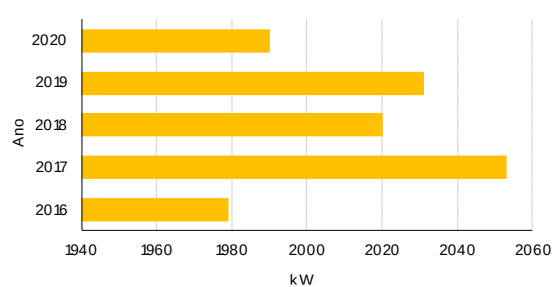
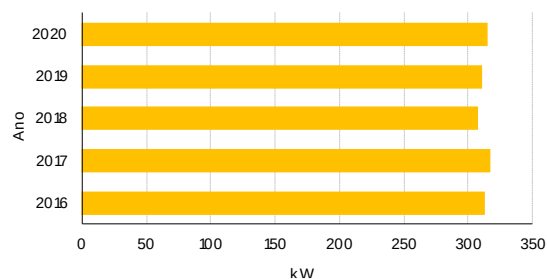
Nos últimos anos as pontas máximas de cada ilha, ocorreram, maioritariamente, no segundo semestre

Tabela 11 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, de 2016 a 2020

	2016	2017	2018	2019	2020	Data da ocorrência em 2020
Santa Maria	3 548	3 608	3 489	3 562	3 399	24 de dezembro
São Miguel	71 570	71 630	72 241	72 366	69 000	28 de agosto
Terceira	33 400	32 900	34 200	32 727	32 172	29 de dezembro
Graciosa	2 364	2 346	2 333	2 298	2 488	05 de dezembro
São Jorge	4 792	4 642	4 938	5 030	5 092	26 de agosto
Pico	7 526	7 737	7 695	7 723	7 768	29 de dezembro
Faial	8 557	8 456	8 450	8 180	8 140	26 de agosto
Flores	1 979	2 053	2 020	2 031	1 990	31 de agosto
Corvo	313	317	308	311	315	03 de dezembro

Gráfico 13 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2016 a 2020



Terceira**Graciosa****São Jorge****Pico****Faial****Flores****Corvo**

A EDA desenvolve esforços para homogeneizar os ciclos de manutenções dos seus sistemas electroprodutores, no entanto existem diversas variáveis que restringem esses ciclos. Não se tratando de sistemas interligados, os fatores de carga e o número de horas de funcionamento dependem estreitamente da procura, do escalonamento dos grupos, bem como do nível da produção renovável. O escalonamento tem como objetivo a procura do ótimo técnico-económico e a satisfação total da procura.

As manutenções, embora programadas com base nos escalonamentos previsíveis das máquinas associadas ao número de horas de funcionamento e ao desgaste dos equipamentos, podem sofrer num ano alterações significativas. A cada período anual podem existir flutuações consideráveis nos ciclos e custos das manutenções, dependendo dos programas *standard* referidos pelo fabricante (horas de funcionamento), especificidade do(s) grupo(s) a intervir e o nível de dimensão da manutenção.

A tabela seguinte resume as intervenções mais significativas realizadas nos centros produtores da EDA, em 2020.

Tabela 12 – Manutenções em centros produtores, 2020

Ilha	Central Termoelétrica	Nº. Intervenções manutenção preventiva	Nº. Intervenções manutenção curativa
Santa Maria	Aeroporto	4	33
São Miguel	Caldeirão	17	228
Terceira	Belo Jardim	6	37
Graciosa	Graciosa	39	2
São Jorge	Caminho Novo	41	11
Pico	Nova	3	5
Faial	Santa Bárbara	3	24
Flores	Flores	3	15
Corvo	Corvo	9	12
Total		125	367

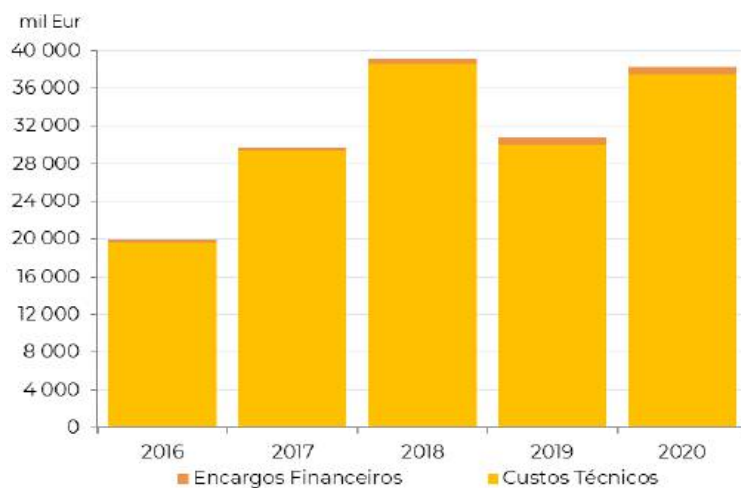
3.4. Investimento

Em 2020, o investimento realizado por parte da EDA, S. A. ascendeu a 38,3 milhões de euros, a custos totais. Do total de investimento realizado, cerca de 37% e 25% foi respeitante a investimentos ao nível das redes de transporte e distribuição e ao nível dos centros produtores, respetivamente. Os outros investimentos (não incluídos nas categorias anteriores), alocaram 38% do investimento realizado em 2020, e estão associados a despesas de investimento com estudos e projetos, aquisições diretas e participações financeiras.

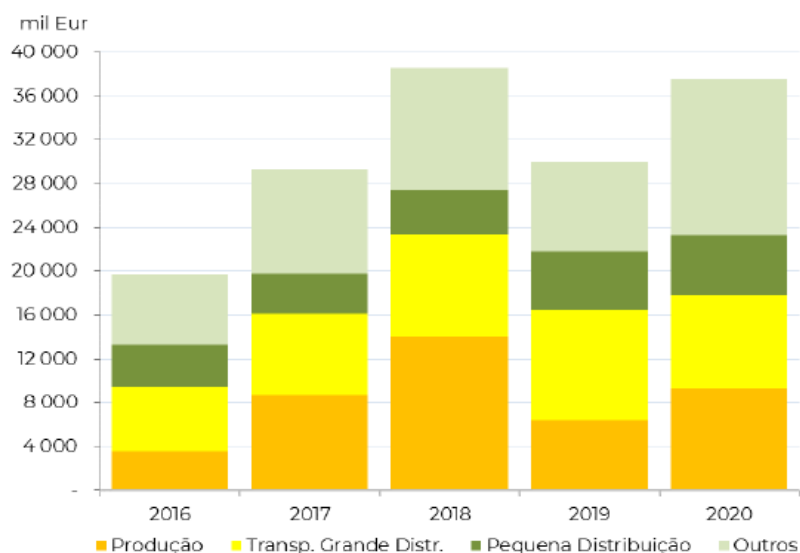
Tabela 13 - Investimento realizado em 2020

Atividade	mil Eur		
	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Total
Centros Produtores	9 224	302	9 526
Rede Transporte e Grande Distribuição	8 566	293	8 859
Rede Pequena Distribuição	5 436	62	5 498
Outros	14 298	115	14 412
Total	37 524	772	38 296

De seguida, no Gráfico 14, é apresentada uma evolução dos montantes de investimento realizados nos últimos anos. Os anos de 2018 e 2020 foram aqueles que apresentaram um maior nível de realização do investimento.

Gráfico 14 - Investimento total a preços correntes 2016 a 2020

O Gráfico 15, apresentado de seguida, concentra dados relativos à evolução do investimento a custos técnicos, para o período compreendido entre 2016 e 2020.

Gráfico 15 – Investimento a custos técnicos de 2016 a 2020

Relativamente aos projetos de investimento realizados em 2020, destacam-se como mais significativos os seguintes, por áreas de investimento:

PRODUÇÃO

- Sistemas de armazenamento de energia, com destaque para o sistema de armazenamento da ilha Terceira;
- Central termoelétrica de Belo Jardim, na ilha Terceira: ampliação da central, com a instalação do grupo XI; ampliação da central, com a instalação do grupo XII para substituição dos grupos 1, 2 e 4 desta central; substituição de maciços e reparação de caldeiras dos grupos 9 e 10; Beneficiação de tanques do parque de combustível.
- Central térmica de Caminho Novo: construção do centro de distribuição de São Jorge.

TRANSPORTE E GRANDE DISTRIBUIÇÃO**SÃO MIGUEL**

- Remodelação da subestação de Ponta Delgada;
- Construção da subestação de Ponta Garça;
- Remodelação das linhas e ramais a 30 kV da subestação de Ponta Garça;
- Remodelação da rede MT a 10 kV da cidade de Ponta Delgada - 5ª fase;
- Remodelação da rede MT a 30 kV dos Arrifes.

TERCEIRA

- Remodelação da linha e ramais MT a 15 kV PT30 - Serreta;
- Remodelação da rede MT a 15 kV da cidade de Angra do Heroísmo;
- Ampliação de várias redes MT a 15 kV subterrâneas.

SÃO JORGE

- Diversas ampliações de rede MT a 15 kV.

FAIAL

- Remodelação de linhas e ramais MT a 15 kV cidade da Horta – Varadouro;
- Remodelação de postos de transformação;
- Montagem de teleinterruptores na rede MT a 15 kV.

FLORES

- Montagem de teleinterruptores na rede MT a 15 kV.

PEQUENA DISTRIBUIÇÃO

- Ampliação das redes aéreas e subterrâneas em BT de São Miguel;
- Ampliação das redes aéreas e subterrâneas em BT da ilha Terceira;
- Eletrificação da Fajã de Santo Cristo, São Jorge;
- Campanhas de substituição de luminárias VSAP (vapor de sódio de alta pressão) por LED.

OUTROS INVESTIMENTOS

A rubrica de Outros investimentos inclui:

- 7,4 milhões de euros, referentes a Estudos, Projetos e Outros;
- 5,3 milhões de euros, que dizem respeito à apropriação dos efeitos da aplicação do MEP, na valorização das participações financeiras;

- 2,6 milhões de euros, dos quais 0,4 milhões de euros referem-se a cedência de equipamentos e 1,5 milhões de euros a aquisições diretas.

No computo geral, destaca-se o investimento efetuado no âmbito do projeto de “Evolução Sistema Gestão Empresarial EDA (IA_SAP)”.

Ao nível dos Sistemas de Informação e Comunicações, salientam-se as seguintes ações de investimento:

- Evolução Sistema Gestão Empresarial EDA (IA_SAP);
- Evolução DWBI - Indicadores RQS;
- Consultoria/Formação Transição Digital EPROD;
- *Disaster Recovery* e Continuidade;
- Projeto Estratégico de Segurança da Informação;
- Substituição *WorkCare SafetyCare*;
- Solução de Arquivo SAP;

Relativamente ao investimento executado em beneficiações e remodelações de ativos incluídos em estudos, projetos e outros, evidencia-se:

- Centro de Controlo do Despacho Central;
- Novo Edifício Administrativo da EDA, no Caminho da Levada, em São Miguel;
- Novo Edifício para a Distribuição e para os aprovisionamentos em Santa Maria.

4. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

De seguida, é apresentada a Demonstração do Rendimento, que reflete o desempenho económico obtido no ano de 2019 e no ano de 2020, além da variação de resultados, em termos de valor e em percentual.

Tabela 14 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2019 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

	mil Eur			
	2020	2019	Var. 2020-19	Var. % 2020-19
Vendas e serviços prestados	180 033,1	195 274,9	(15 241,8)	(7,8%)
Subsídios à exploração	30,4	60,9	(30,5)	(50,1%)
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	11694,5	10 540,0	1154,5	11,0%
Trabalhos para a própria entidade	4 186,0	4 859,8	(673,9)	(13,9%)
Outros rendimentos	4 364,4	4 113,3	251,1	6,1%
Rendimentos Operacionais	200 308,3	214 848,9	(14 540,6)	(6,8%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	85 065,0	97 148,1	(12 083,1)	(12,4%)
Fornecimentos e serviços externos	24 428,6	25 210,8	(782,2)	(3,1%)
Gastos com o pessoal	32 463,8	31227,5	1236,4	4,0%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	(25,3)	25,3	(100,0%)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	587,3	43,6	543,7	1246,5%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	102,6	(102,6)	(100,0%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25 548,3	24 024,4	1523,9	6,3%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	
Outros gastos	14 405,4	14 670,5	(265,2)	(1,8%)
Gastos Operacionais	182 498,5	192 402,2	(9 903,7)	(5,1%)
Resultado Operacional	17 809,8	22 446,7	(4 636,9)	(20,7%)
EBITDA	43 358,1	46 471,1	(3 113,0)	(6,7%)
Resultados financeiros	3 235,8	3 539,2	(303,4)	(8,6%)
Resultado antes de impostos	14 574,0	18 907,5	(4 333,6)	(22,9%)
Imposto sobre o rendimento do período	132,7	2 371,0	(2 238,3)	(94,4%)
Resultado líquido do período	14 441,3	16 536,6	(2 095,3)	(12,7%)

ANÁLISE DOS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2020, o resultado líquido da EDA ascendeu a 14,4 milhões de euros, traduzindo uma diminuição homóloga de 12,7%. O volume de negócios, por seu turno, totalizou 180 milhões de euros e 195 milhões de euros, em 2020 e 2019, respetivamente, correspondendo a uma variação homóloga (entre 2020 e 2019) de cerca de -7,8%. Os serviços prestados totalizaram 15,9 milhões de euros (17 milhões de euros em 2019), sendo os serviços de construção, no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12), registados nesta rubrica no valor de 13,9 milhões de euros (15 milhões de euros no ano anterior).

Em 2020, o resultado líquido da EDA atingiu os 14,4 milhões de euros.

Entre 2019 e 2020, a faturação de energia elétrica diminuiu 5,9%, por via de uma contração de 3,2% na procura de eletricidade, e da baixa no preço médio de venda (2,7%), conforme supramencionado, como consequência da alteração tarifária ocorrida em abril de 2020, que conforme a Diretiva 6/2020 da ERSE, resultou do facto de se verificar um desvio do preço médio da energia favorável à descida do preço da tarifa de energia⁹. Do total faturado, 77,3 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão, sendo os restantes 30,9 milhões de euros associados a fornecimentos em Média Tensão. A compensação tarifária, contabilizada em 2020, atingiu os 56 milhões de euros (cerca de 63 milhões de euros em 2019).

Os ganhos reconhecidos resultantes da apropriação da quota-parte da EDA no resultado do período, das subsidiárias e associadas, apresentam uma subida de 1,2 milhões de euros, explicada pelo aumento dos resultados líquidos das empresas do grupo, em 2020, relativamente ao exercício homólogo.

Os trabalhos para a própria empresa, no montante de 4,2 milhões de euros, diminuíram cerca de 0,7 milhões de euros, comparativamente a 2019.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que comporta outros rendimentos operacionais como juros cobrados a clientes pelo atraso no pagamento, rendimentos obtidos com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores, rendas obtidas pela cedência de edifícios, além de amortizações dos subsídios ao investimento, evoluiu para 4,3 milhões de euros (variação homóloga de 6,1%).

Em termos globais, de 2019 para 2020, os Gastos Operacionais registaram uma diminuição de cerca de 10 milhões de euros (-5,1%), derivado da evolução do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), dada a sua relevância na estrutura dos Gastos Operacionais. Em 2020, o CMVMC ascendeu a 85 milhões de euros, ou seja, uma diminuição de cerca de 12,4%, comparativamente ao valor de 97 milhões de euros registado em 2019. Os gastos com combustíveis para produção de eletricidade constituem a componente de maior peso nesta rubrica, totalizando 41,8 milhões de euros, cerca de 23,6% abaixo do valor gasto no ano homólogo. A redução registada nos custos médios com o fuelóleo e com o gasóleo rondaram os 18,8% e 15,3%, respetivamente, refletindo um custo médio por tonelada de 378,13 euros, para o fuelóleo e de 524,69 euros por quilolitro, no que concerne ao gasóleo.

Os Gastos com o Pessoal ascenderam a 32,5 milhões de euros, em 2020, o que traduz um aumento homólogo de 4%. Os Fornecimentos e serviços externos (FSE) ascenderam a 24,4 milhões de euros, diminuindo cerca de 800 mil euros, comparativamente ao valor registado em 2019, o que representa uma redução de 3%.

De salientar que o valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades

⁹ O artigo 144.º-A do Regulamento Tarifário, aprovado pelo Regulamento n.º 76/2019, de 18 de janeiro, prevê um mecanismo de adequação dos custos de aquisição de energia elétrica previsto para o CUR face à dinâmica verificada no mercado grossista, prevendo a revisão extraordinária da tarifa de Energia pela ERSE de forma transparente, automática e balizada em termos dos impactes tarifários associados à sua aplicação.

concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico estão incluídos em Fornecimentos e Serviços Externos. Neste âmbito, encontram-se registados 7,2 milhões de euros em 2020 (7,7 milhões de euros em 2019). As rubricas de gastos com FSE com maior expressão são: trabalhos especializados, conservação e reparação e comunicações. Os Trabalhos Especializados, que comportam serviços relacionados com a vertente contabilística e financeira, serviços informáticos e outros, representam cerca de 28% do total de gastos com FSE. A rubrica de Conservação e reparação engloba, essencialmente, gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros eletroprodutores.

No ano de 2020, os Outros gastos e perdas diminuíram 1,8%, em termos homólogos, ascendendo a 14,4 milhões de euros. Esta rubrica inclui o pagamento de 4,9 milhões de euros de direitos de passagem aos Municípios¹⁰, os gastos com as licenças de emissões de CO₂ em 7 milhões de euros e a contribuição extraordinária sobre o setor energético no valor de 1,8 milhões de euros e encargos com as taxas de exploração dos ativos afetos à atividade da produção e distribuição.

Ao nível dos Resultados financeiros, verifica-se um decréscimo de 8,6%, entre 2019 e 2020, nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos pela empresa.

¹⁰ Esta remuneração não representa um gasto para a EDA, atendendo a que em termos regulatórios, tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O Balanço da EDA para 2019 e 2020, que ilustra a posição financeira e a estrutura de capitais da empresa é apresentado na Tabela seguinte.

Tabela 15 – Balanço da EDA, em 2019 e 2020

	m il Eur			
	2020	2019	Var. 2020-19	Var. % 2020-19
Activos fixos tangíveis, Intangíveis e Propriedades de investim en	388 561,0	382 776,9	5 784,0	15%
Participações financeiras e outros investim entos	125 595,1	120 241,7	5 353,3	4,5%
Activos por im postos diferidos	6 454,5	4 029,6	2 424,9	60,2%
Créditos a receber	1386,5	722,8	663,7	91,8%
Activo Não Corrente	521 997,0	507 771,1	14 226,0	2,8%
Inventários	12 009,6	10 616,6	1393,0	13,1%
Clientes e outras contas a receber	49 236,6	50 276,2	(1039,6)	(2,1%)
Diferim entos	341,9	339,8	2,1	0,6%
Caixa e depósitos bancários	5 308,1	4 552,6	755,6	16,6%
Activos não correntes detidos para venda	-	1775,3	(1775,3)	(100,0%)
Activo Corrente	66 896,3	67 560,4	(664,1)	(1,0%)
Activo Total	588 893,4	575 331,5	13 561,9	2,4%
Capital Próprio	212 431,0	217 778,9	(5 348,0)	(2,5%)
Financiam entos obtidos	221 898,6	206 568,1	15 330,5	7,4%
Responsabilidades por beneficios pós-em prego	14 173,0	12 182,2	1990,8	16,3%
Passivos por im postos diferidos	2 577,0	3 143,2	(566,3)	(18,0%)
Outras dívidas a pagar	10 965,1	1484,3	9 480,8	638,7%
Passivo Não Corrente	249 613,7	223 377,8	26 235,8	11,7%
Fornecedores e Outras dívidas a pagar	314 315	27 751,0	3 680,5	13,3%
Financiam entos obtidos	910 518	10 1794,6	(10 742,9)	(10,6%)
Estado e outros entes públicos	4 365,5	4 629,1	(263,7)	(5,7%)
Diferim entos	-	-	-	-
Passivo Corrente	126 848,8	134 174,8	(7 326,0)	(5,5%)
Total Passivo	376 462,4	357 552,6	18 909,8	5,3%
Total do capital próprio e passivo	588 893,4	575 331,5	13 561,9	2,4%

O Ativo Líquido Total da EDA no final de 2020 ascendeu a 589 milhões de euros, mais 13,6 milhões de euros que no final de 2019. O Ativo não corrente, que representava 89% do ativo total, ascendeu a 522 milhões de euros, mais 14,2 milhões de euros, comparativamente a 2019. O total de Ativos fixos tangíveis e intangíveis, líquidos de amortizações e depreciações, totaliza 388,6 milhões de euros (cerca de 74% do Ativo não corrente), mais 5,8 milhões de euros que o valor registado no ano anterior.

As Participações financeiras, que resultam da evolução dos capitais próprios das participadas, nomeadamente, dos resultados líquidos do exercício e dos dividendos distribuídos, ascenderam a um valor próximo dos 126 milhões de euros, em 2020, compreendendo cerca de 24% do total do Ativo não corrente.

Em termos de Ativo Corrente, de salientar a diminuição de 1 milhão de euros no saldo de Clientes e Outras Contas a receber registado em 2020, comparativamente a 2019.

Os Capitais próprios da EDA ascendem aos 212,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 5,3 milhões de euros, por via do resultado do exercício e pela aplicação do resultado do período anterior. Foram distribuídos dividendos no valor global de 16,2 milhões de euros, em que 11,2 milhões de euros são relativos ao exercício de 2019 e 5 milhões de euros relativos a anos anteriores. Refira-se também, a diminuição do saldo de outras variações no capital próprio, na ordem dos 1,2 milhão de euros, referentes ao reconhecimento da amortização de subsídios ao investimento.

Os capitais próprios da EDA totalizaram 212,4 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 5,3 milhões de euros, face a 2019

Relativamente ao Passivo, em 2020 o montante dos financiamentos obtidos, correntes e não correntes, ascende aos 313 milhões de euros, apresentando um aumento de 4,6 milhões de euros (+1,5%). Salienta-se, ainda, que 71% dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

As Responsabilidades por benefícios pós emprego não financiadas em 2020, fixaram-se em 14,2 milhões de euros, apresentando um aumento de 2 milhões de euros, cerca de 16%, face aos 12,2 milhões de euros registados no final de 2019.

O Passivo corrente evidencia um decréscimo próximo dos 11 milhões de euros nos financiamentos obtidos (seja por via da cedência de fundos das empresas do grupo, seja por via de instituições de crédito) de curto prazo, ascendendo a cerca de 91 milhões de euros, em 2020, enquanto que o montante registado em fornecedores e outras dívidas a pagar apresenta um aumento de 3,7 milhões de euros.

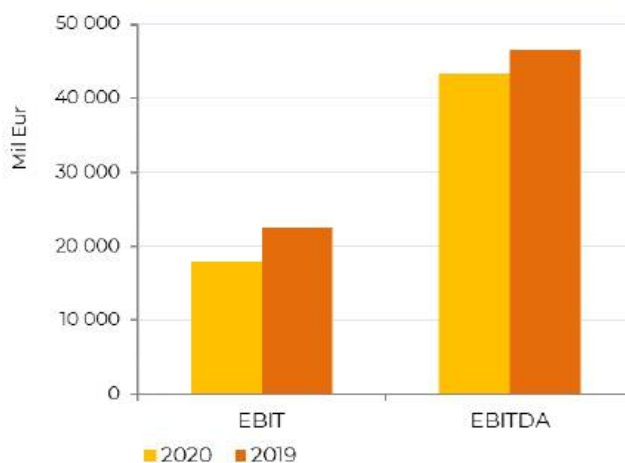
RESULTADOS DO PERÍODO

Tabela 16 – Resultados do período da EDA, em 2019 e 2020

Rúbricas	mil Eur			
	2020	2019	Var. 2020-19	%
EBIT	17 809,8	22 446,7	(4 636,9)	(20,7%)
EBITDA	43 358,1	46 471,1	(3 113,0)	(6,7%)
Resultados financeiros	(3 235,8)	(3 539,2)	303,4	(8,6%)
Resultados antes de im postos	14 574,0	18 907,5	(4 333,6)	(22,9%)
Resultado Líquido do exercício	14 441,3	16 536,6	(2 095,3)	(12,7%)
Resultado por Acção (€ /acção)	1,0315	1,1812	(0,15)	(12,7%)

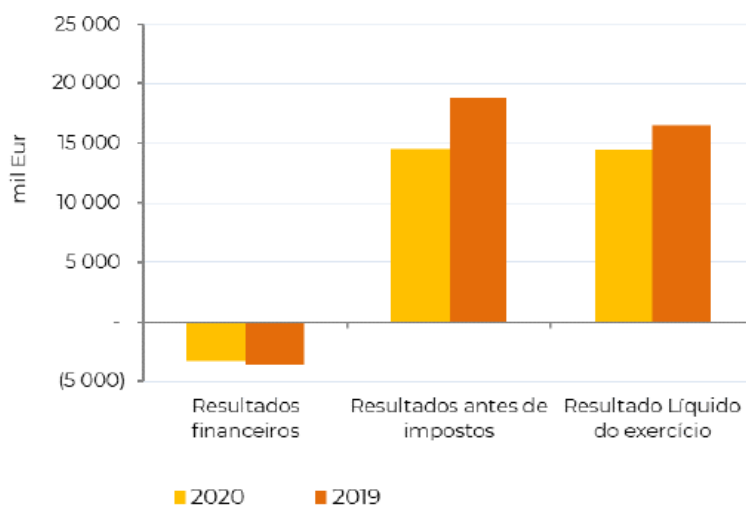
Em 2020, o Resultado operacional ascendeu a 17,8 milhões de euros (22,4 milhões de euros em 2019), o que representa um decréscimo na ordem dos 20,7%, explicado pela descida dos rendimentos operacionais de 6,8%, por um lado, e decréscimo nos gastos operacionais de 5,1%, por outro. Os resultados operacionais antes de amortizações diminuíram 6,7%, ascendendo a cerca de 43,4 milhões de euros.

Gráfico 16 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2019 e 2020



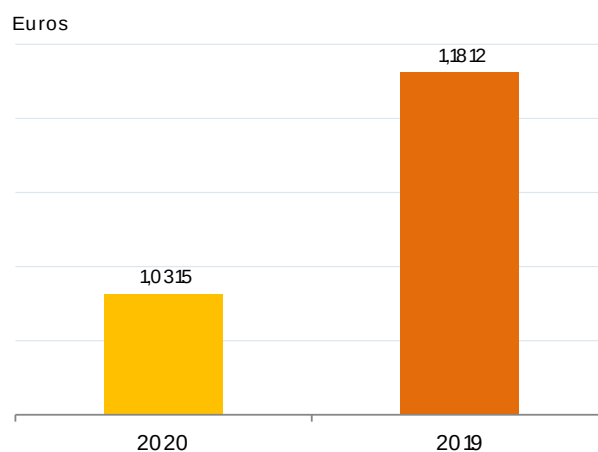
No que diz respeito ao Resultado líquido do período, este ascendeu a 14,4 milhões de euros, o que evidencia uma redução homóloga de 12,7% (cerca de 2,1 milhões de euros, comparativamente ao registado em 2019).

Gráfico 17 – Resultados da EDA em 2019 e 2020



Tendo em conta o atual número de ações e rendimentos atingidos em 2020, o resultado por ação foi de 1,03 euros, o que representa 0,15 euros abaixo dos 1,18 euros por ação verificados em 2019.

Gráfico 18 – Resultados por ação da EDA em 2019 e 2020 (em euros)



GESTÃO FINANCEIRA

No final de 2020 a dívida bancária da EDA ascendia a 256,8 milhões de euros, mais 6 milhões de euros do que em 2019. A dívida total atingiu 313,3 milhões de euros¹¹, mais 4,7 milhões de euros que a dívida registada no final de 2019, correspondendo os fundos excedentários das associadas EDA Renováveis, Globaleda e SEGMA utilizados pela EDA a 56,5 milhões de euros.

¹¹ Não inclui juros pagos (antecipação)

Tabela 17 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2019 e 2020

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
	mil Eur					
Papel Comercial	20 000	112 500	132 500	15 000	85 000	100 000
Empréstimos bancários	12 076	70 502	82 578	13 741	82 578	96 319
Obrigações	0	40 000	40 000	0	40 000	40 000
Contas Correntes Caucionadas	1 760	0	1 760	14 530	0	14 530
Outros empréstimos	56 460	0	56 460	57 715	0	57 715
	90 296	223 002	313 298	100 986	207 578	308 564
Juros a pagar - Empréstimos	755	0	755	809	0	809
Juros pagos (antecipação)	0	(1 103)	(1 103)	0	(1 010)	(1 010)
	91 052	221 899	312 950	101 795	206 568	308 363

Do total da dívida os Programas de Papel Comercial representam 42,3%, os empréstimos bancários (mercado interno e externo) 26,4%, as obrigações 12,8% e as contas correntes caucionadas 0,6%. Os outros empréstimos, onde são englobadas a cedência de fundos das participadas, representam 18% da dívida.

Tabela 18 – Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2019 e 2020

	mil Eur	
	2020	2019
Custos Financeiros ¹		
Juros Empréstimos	(1 887)	(1 863)
Comissões, Taxas aval e Outros	(1 349)	(1 676)
	(3 236)	(3 539)

(1) Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 771,95 mil euros

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida totalizaram no período 3 235,8 mil euros (incluindo encargos financeiros capitalizados no montante de 771,95 mil euros), menos 303,4 mil euros que os custos financeiros suportados em 2019.

Tabela 19 – Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2020

Evolução Custo Médio Dívida	
2008	4,99%
2009	2,91%
2010	2,60%
2011	3,53%
2012	4,76%
2013	3,69%
2014	2,95%
2015	2,28%
2016	1,29%
2017	1,25%
2018	1,34%
2019	1,27%
2020	1,27%

O custo médio da dívida da EDA foi idêntico em 2020 e 2019, situando-se em 1,27%. A EDA tem 67,5% da dívida a taxa variável indexada à Euribor.

No que concerne às políticas de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação, são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

No âmbito da sua ação social, a EDA proporciona aos seus trabalhadores um complemento de reforma, existindo com esse intuito dois planos de pensões, um de benefício definido e outro de contribuição definida. Para o financiamento das responsabilidades decorrentes dos complementos estão constituídos igualmente dois fundos de pensões.

Em 2020, o custo médio da dívida da EDA foi de 1,27%

O fundo de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários. Em 2020, a empresa efetuou contribuições para este fundo no valor de 460 mil euros.

O fundo de benefício definido é totalmente financiado pela empresa e gerido por uma sociedade gestora de fundos de pensões de acordo com a política de investimentos definida no respetivo contrato de gestão. As responsabilidades com benefícios de reforma são calculadas anualmente com base em estudo atuarial efetuado por atuário independente. As contribuições para o fundo são determinadas pelo nível de financiamento das responsabilidades. No final de 2020, as responsabilidades a cargo do fundo eram de 38,4 milhões de euros. O valor do fundo ascendia a 33,8 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu a cargo de 88,2 %.

Nos termos das disposições previstas na Diretiva n.º 2/2014 da ERSE, que regulamenta os “Incentivos para a gestão otimizada dos CAE não cessados e das licenças de CO₂”, procedeu-se, em 2020, à aquisição no mercado de 264 000 licenças de emissão de CO₂ (EUA's) pelo valor de 6 504 mil euros, para cobertura dos direitos de emissão do ano.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE

5.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

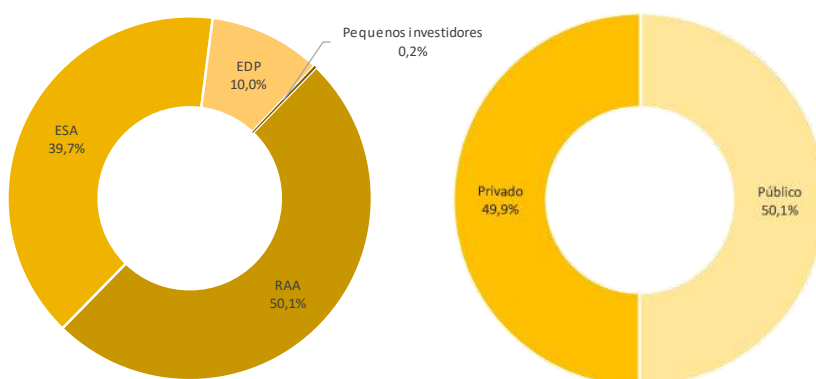
A EDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. De acordo com o art. 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que, de seguida, se explicitam.

ESTRUTURA ACIONISTA

O Capital Social da EDA, no montante de 70 milhões de euros, é representado por 14 000 000 de ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor e tipo de investidor da estrutura acionista da EDA em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Gráfico 19 – Estrutura Acionista



ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA estão vertidas no Plano Estratégico Plurianual e Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2020, a Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2020 foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 17 dezembro de 2019 e encontra-se publicada no site da empresa, em <http://www.eda.pt/Investidores/Paginas/default.aspx>.

As orientações estratégicas são ainda fixadas anualmente em objetivos e indicadores financeiros e não financeiros, conforme quadro seguinte:

Resolução do Conselho de Governo n.º 117/2017, de 27 de outubro		Pnd era ção	2020		Limites, desvio padrão 5%		Grau de Cumprimento	
Indicadores Financeiros		80,00%	Objetivo	Execução	95,00%	105,00%	75,92%	
Eficiência e Atividade	EBITDA/Custos Operacionais	8,00%	29,87%	30,54%	28,38%		102,24%	8,00%
	EBITDA/Gastos Pessoal	6,00%	141,43%	133,56%	134,36%		94,44%	5,67%
	Prazo Médio de Pagamentos (dias)	2,00%	61,59	39,06		64,67	136,58%	2,00%
Endividamento	Gastos de Financiamento/Divida Financeira	16,00%	1,37%	1,26%		1,44%	107,69%	16,00%
Rentabilidade e Crescimento	EBITDA	16,00%	46 474 000 €	43 358 069 €	44 150 300 €		93,30%	14,93%
Proveitos	EBITDA/Proveitos	8,00%	23,21%	23,51%	22,05%		101,29%	8,00%
Resultados	Resultado antes de impostos	8,00%	17 262 000 €	14 573 966 €	16 398 900 €		84,43%	6,75%
Outros Indicadores Financeiros	Autonomia financeira	8,00%	38,80%	36,07%	36,86%		92,96%	7,44%
	Solvabilidade	8,00%	63,26%	56,43%	60,10%		89,20%	7,14%
Indicadores Não Financeiros		20,00%					17,40%	
Qualidade de Serviço	Adoptar metodologias para melhoria contínua da qualidade de serviço prestado e grau de satisfação dos clientes	5,00%						2,40%
	Realização de 1 inquérito à qualidade do serviço comercial com abrangência regional	2,60%	1	0				0,00%
	SAIFI MT Zona A da RAA <= 4	0,40%	4	0,64				0,40%
	SAIFI MT Zona B da RAA <= 7	0,40%	7	3,18				0,40%
	SAIFI MT Zona C da RAA <= 10	0,40%	10	4,79				0,40%
	SAIDI MT Zona A da RAA <= 3:00:00	0,40%	03:00:00	00:16:21				0,40%
	SAIDI MT Zona B da RAA <= 5:00:00	0,40%	05:00:00	01:09:48				0,40%
	SAIDI MT Zona C da RAA <= 9:00:00	0,40%	09:00:00	01:16:21				0,40%
Política de Recursos Humanos	Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa, e promover a igualdade e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional	5,00%						5,00%
	Taxa de cobertura da formação superior a 50% dos colaboradores	2,00%	50,00%	57,00%				2,00%
	Realização de pelo menos 2 ações de formação/valorização sobre Segurança e Saúde no trabalho	2,00%	2	39				2,00%
	Número de visitas aos locais de Trabalho pelo Serviço de Medicina > 5	1,00%	5	6				1,00%
Sistemas de informação	Utilizar as tecnologias de informação que forem mais adequadas e com menor custo para a prestação de informação, garantindo a transparência de processos e o cumprimento dos normativos contabilísticos, bem como promover medidas de controlo interno adequadas à dimensão e complexidade da empresa;	5,00%						5,00%
	Número de interrupções não previstas, com disrupção geral, <= 10	2,50%	10	0				2,50%
	Execução de pelo menos 75% do Plano de Manutenção aplicacional preventiva	1,25%	75,00%	95				1,25%
	Realização de 1 ação de monitorização da gestão de acessos	1,25%	1	2				1,25%
Política de inovação e sustentabilidade	Implementar políticas de inovação científica e tecnologicamente consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, produtos ou serviços, processos e abordagens, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental.	5,00%						5,00%
	Realização de 1 estudo de Tendências Tecnológicas em matéria de Armazenamento de Energia	2,50%	1	1				2,50%
	Realização de 1 estudo dos diagramas de carga de cada sistema elétrico para análise de oportunidade de penetração de energias renováveis com abrangência regional	2,50%	1	1				2,50%
		100,00%					93,32%	

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Governo Societário da empresa, de acordo com o art. 8.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no art. 21.º do pacto social, é constituído pelo Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não integra o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade.

Os Órgãos Sociais para o triénio 2020/2022 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 15 maio de 2020 e objeto de recomposição na Assembleia Geral de 5 de março de 2021. A sua composição durante o ano de 2020 e até à data de aprovação das contas, foi a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (Executivo):	Dr. Nuno Henrique Pimentel (eleito a 5 de março de 2021)
	Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte (até 5 de março de 2021)
Administrador (Executivo):	Eng.º Francisco Manuel Sousa Botelho (eleito a 5 de março de 2021)
Administrador (Executivo):	Eng.º Paulo Jorge da Costa André (eleito a 5 de março de 2021)

Administrador (Executivo):	Dr. José Luís Pimentel Amaral (até 5 de março de 2021)
Administrador (Executivo):	Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro (até 5 de março de 2021)
Administrador (Executivo):	Eng.º João Carlos Santos Correia
Administradora (Executiva):	Dr.ª Maria Conceição Costa Arruda Pimentel (cooptada a 4 de fevereiro de 2021)
Administradora (Executiva):	Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel (até 4 de fevereiro de 2021)
Administrador (Não Executivo):	Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues (eleito a 5 de março de 2021)
Administrador (Não Executivo):	Dr. Fernando Francisco de Paiva Dias (eleito a 5 de março de 2021)
Administrador (Não Executivo):	Eng.º João Carlos Chaves de Sousa Braga (até 5 de março de 2021)
Administrador (Não Executivo):	João Manuel Bandarra dos Santos (até 5 de março de 2021)
Administrador (Não Executivo):	Dr.ª Joana Oliveira Freitas
Administrador (Não Executivo):	Eng.º Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	Dr. Luís Paulo Elias Pereira (eleito a 5 de março de 2021)
	Doutora Andreia Melo Carreiro (até 5 de março de 2021)
Vice-Presidente:	Dr. Nuno Frade Correia da Silveira Serejo
Secretário Efetivo:	Dr. José Emanuel Lopes Fernandes
Secretário Suplente:	Dr. Paulo Linhares Dias

CONSELHO FISCAL

Presidente:	Dr.ª Catarina Isabel Furtado Pacheco
Vogal Efetivo:	Dr. Carlos Eduardo Ferreira Oliveira
Vogal Efetivo:	Dr. João Manuel Beliz Trabuco
Vogal Suplente:	Dr.ª Maria Olinda Soares Aguiar

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, LDA. - SROC n.º 292 representada por Rúben Mota Cordeiro

PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO;

Dr. Nuno Henrique Oliveira Pimentel: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1985. Assistente Estagiário da Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, de novembro de 1985 a março de 1987, período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade III (Analítica ou de Custos) e Controlo Orçamental. Subdiretor da Caixa Económica da Misericórdia da Ponta Delgada, de março de 1987 a novembro de 1988, com responsabilidade nas áreas financeira, administrativa e informática. Monitor do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, de março de 1987 a março de 1990,

período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade Analítica e Controlo Orçamental. Diretor Regional do Tesouro, da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, de novembro de 1988 a novembro de 1989. Vogal do Conselho de Administração do Banco Comercial dos Açores (BCA), nomeado pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, de novembro de 1989 a setembro de 1996, data de conclusão do processo de reprivatização do BCA. Diretor do Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), de outubro de 1996 a dezembro de 2008, tendo sido responsável sucessivamente pela Direção Operacional e Direção de Planeamento e Contabilidade. Coordenador do projeto de implementação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) no Grupo Banif, adotadas a partir de 1/1/2005, entre julho de 2004 e junho de 2006. Diretor do Banif - Banco Internacional do Funchal (Banif), de julho de 2007 a dezembro de 2015, tendo sido responsável sucessivamente pelas Direção de Contabilidade, Orçamento e Estatística, Direção de Contabilidade e Planeamento e Direção de Contabilidade e Controlo. Vogal do Conselho de Administração das empresas do Grupo SATA (SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, S.G.P.S., S.A., SATA Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A., SATA Internacional - Azores Airlines, S.A., SATA -Gestão de Aeródromos, S.A.) de 6/4/2016 a 31/10/2016, tendo cessado as funções por renúncia ao cargo. Administrador da Universidade dos Açores, em regime de comissão de serviço, desde 15 de maio de 2018 até 31 de janeiro de 2021.

Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte: Licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutorado em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, Professor Associado da Universidade dos Açores, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993, de Pró-Reitor da Universidade dos Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996, de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008, e de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, desde 2009. Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S. A. desde maio de 2011 e Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S. A. desde junho de 2011.

Eng.º Francisco Manuel Sousa Botelho: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Produção, Transporte e Distribuição de Energia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1985. Participou no Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, em 1994/1995.

Quadro Superior da EDA - Electricidade dos Açores, S.A., desde 1986, foi requisitado pela Direção Regional de Energia da Secretaria Regional da Economia, entre 1989 e 1990, onde trabalhou, entre outros, no Plano Energético Regional. Foi Chefe do Serviço de Planeamento da EDA, entre 1995 e 1997, ano a partir do qual passou a membro do Conselho de Administração, durante dezassete anos, tendo representado a empresa na negociação dos sistemas de convergência dos preços da energia elétrica entre as Regiões Autónomas e o Continente e da entrada da EDP no capital social da EDA como parceiro estratégico. Foi ainda membro do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás, Lda., Vogal da Direção da Fundação Engenheiro José Cordeiro, Presidente da Assembleia Geral da TV Cabo – Açores, Presidente da Assembleia Geral da SOGEO - Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A., Membro do Conselho de Administração da ARENA – Agência Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Presidente da Assembleia Geral da Geoterceira, S.A., Membro do Conselho Consultivo da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Presidente da Assembleia Geral da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.. É Membro do Conselho Directivo da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, Membro do Conselho Externo de Aconselhamento e Aferição (CEAA) da Iniciativa Energy for Sustainability (Efs) da Universidade de Coimbra (UC), Membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico (CC APVE) e Membro da Mesa da Assembleia Geral da APE – Associação Portuguesa de Energia, representante em Portugal do WEC – World Energy Council.

Eng.º Paulo Jorge da Costa André: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Ramo de Energia e Sistemas pelo Instituto Superior Técnico, em 1999. Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Segurança pela Universidade dos Açores, em 2005. Diretor da Direção Construção de Infraestruturas e Equipamentos da EDA desde 2015. Chefe de Departamento de Construção de Equipamentos de Produção da EDA de 2006 a 2015; Gestor de Projeto na EDA de 2004 a 2006; Quadro Superior de Engenharia na Direção de Produção da EDA entre 2001 e 2003; Técnico Comercial da SEGMA de 1999 a 2000.

Dr. José Luís Pimentel Amaral: Licenciado em Matemática/Físico-Química (Matemática - via ensino) pela Universidade dos Açores. É professor de Matemática da Escola Secundária Domingos Rebelo, tendo exercido vários cargos no âmbito da categoria profissional. Exerceu ainda funções na Direção Regional da Educação e foi Professor Assistente Convidado do Departamento de Matemática da academia açoriana. Entre 1996 e 2000 foi Diretor do Centro de Formação Profissional dos Açores e Escola Profissional de Capelas, tendo assumido também o cargo de Presidente do Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores. Em 2000 foi Adjunto do Secretário Regional da Economia, tendo desempenhado o cargo de Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia dos VIII e IX Governos Regionais dos Açores entre 2001 e 2008, com competências delegadas para a IRAE - Inspeção Regional das Atividades Económicas. Ao longo do seu percurso exerceu ainda outras funções, sendo de destacar a de Presidente da Direção do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Presidente da Direção da ENTA – Escola das Novas Tecnologias dos Açores e Fundador e Presidente da Direção da ARENA – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores. Foi coordenador e dinamizador regional de vários projetos, onde se destaca a Estratégia para a Qualidade na RAA; Plano Tecnológico e Inovação Empresarial – INOTEC Empresa; Green-Island em parceria com o MIT- Portugal; ProEnergia; Seproqual – Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar. Exerceu ainda as funções de Assessor Coordenador para os Assuntos Económicos e Cooperação Externa do Senhor Presidente do Governo no X governo regional e foi Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor. Administrador da EDA – Eletricidade dos Açores, S. A. desde maio de 2014 e Administrador da EDA Renováveis, S. A. desde junho de 2014.

Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pela Universidade dos Açores, em 1991. Participou no Programa de Gestão Avançada para Executivos, ministrado pela Universidade Católica Portuguesa. Frequentou formações em Gestão numa ótica comercial, tais como Satisfação Total de Clientes, Fidelização de Clientes e Planeamento, Gestão e Custos da Qualidade.

Entre 2005 e 2017 foi Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e Presidente do Conselho de Administração da Associação Gestora do Parque Industrial do Porto da Praia da Vitória. Foi Presidente da Assembleia Intermunicipal dos Açores no mandato 2009/2013, Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores no mandato 2013/2017, Presidente da Confederação dos Municípios Ultraperiféricos da Europa, no mandato 2015/2016 e Presidente do Conselho da ilha Terceira no mandato 2015/2017. Durante este período foi ainda Consultor de 20 empresas da ilha Terceira para as Áreas de Gestão, Financeira, Qualidade e Marketing de Serviços e elaborou 245 candidaturas no âmbito dos Fundos Comunitários disponibilizados no I, II e III Quadros Comunitários de Apoio a Empresas. Entre 1996 e 2005 foi gerente da CONTROLAUTO e entre 1999 e 2000 acumulou na EDA os cargos de Diretor no Centro de Exploração do Pico e de Diretor de Serviços Comerciais para as ilhas do Grupo Central e Ocidental. Foi Diretor Comercial da EDA entre 2001 e 2005 e Gerente da SEGMA entre 2003 e 2005. Administrador Executivo da EDA desde fevereiro de 2018 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda desde 15 de novembro de 2019.

Eng.º João Carlos Santos Correia: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição desde 2009; Responsável pela Gestão do Sistema Elétrico da EDA, entre 2006 e 2008, pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção, entre 2001 e 2005 e pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de São Miguel

entre 1999 e 2000; Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de São. Miguel entre 1995 e 1998 e pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de São. Miguel de 1990 a 2000. Integra a Gerência da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

Dr.ª Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda, Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores. Funções na EDA: Diretora de Finanças e Seguros desde 2013; Coordenadora do Gabinete de Auditoria Interna de 1/1/2010 a 11/7/ 2013; Coordenadora do Grupo de Atividades de Gestão Financeira e Seguros de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2009; Técnica Superior, com funções técnicas no Centro de Exploração de São Miguel e na Direção de Estudos e Desenvolvimento (Investimentos) de 1996 a 2000 e com funções técnicas no Departamento Central de Coordenação Económica (Planeamento) de 07 setembro de 1987 até 17 de janeiro de 1991. Na Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, foi Diretora Regional da Habitação de 2 de dezembro de 1994 até outubro de 1996 e Diretora do Gabinete de Organização e Gestão Financeira de 18 de janeiro de 1991 até 1 de dezembro de 1994

Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel: Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1988. Participante no Programa Avançado de Gestão para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1995 e no Programa Avançado de Finanças para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1996. De outubro de 1987 até junho de 1988: Monitora como prestação eventual de serviço na Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, período em que lecionou as cadeiras de Gestão Financeira I e Gestão Financeira II. Desde 5 de dezembro de 1988 integra os quadros da Empresa de Electricidade dos Açores, S.A., tendo desempenhado as seguintes funções: Até 30 de setembro de 1990, desempenhou funções técnicas na Direção Financeira, área da Fiscalidade, durante 6 meses e, posteriormente, prestou apoio técnico ao Diretor; De 1 de outubro de 1990 até 22 de abril de 1993, foi Coordenadora do Gabinete de Estudos e Análise Financeira, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1993 até 22 de abril de 1994 e de 29 de outubro de 1996 a 31 de dezembro de 2000 chefiou o Serviço de Finanças, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1994 até 15 de novembro de 1997 foi Adjunta da Direção Financeira; A partir de janeiro de 2001 foi Diretora da Gestão Administrativa e Contabilidade, da Electricidade dos Açores, S. A. e Gerente da SEGMA, Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., desde 12 de julho de 2013. Administradora da EDA - Electricidade dos Açores, S.A. desde 11 de julho de 2013.

Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues: Licenciado em Física, em 1986, pela Universidade de Lisboa, com Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Biofísica pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Coimbra, em 1994. Doutorado em Ciências do Ambiente-Ramo Poluição Atmosférica, em 2001, pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Aveiro, é Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, onde exerceu os cargos de Diretor dos Cursos de Engenharia do Ambiente, de Engenharia e Gestão do Ambiente e de Mestrado em Engenharia do Ambiente entre 2001 e 2018 e de membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores em dois mandatos consecutivos entre 2015 e 2021. Lecionou disciplinas nos cursos de: Engenharia Agrícola, Engenharia Zootécnica, Engenharia do Ambiente, Mestrado em Engenharia do Ambiente, Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Água, Mestrado em Ambiente Saúde e Segurança, Mestrado em Ensino de Física e Química, Engenharia e Gestão do Ambiente, Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem (Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia), Preparatórios de Ciências da Nutrição (parceria com a Universidade do Porto), Preparatórios de Medicina Veterinária (parceria com a Universidade Técnica de Lisboa), Preparatórios de Ciências Farmacêuticas (parceria com a Universidade do Porto), licenciatura em Tecnologia Agro-Alimentar, licenciatura em Guias da Natureza, licenciatura em Natureza e Património, licenciatura em Enfermagem e Licenciatura em Energias Renováveis, todos da Universidade dos Açores, para além de outros cursos não conferentes de grau. Coordenou e colaborou em mais de uma dezena de projetos de investigação científica com universidades portuguesas e estrangeiras e foi membro da Comissão Organizadora de vários

Congressos Nacionais e Internacionais. Participou na Missão Portuguesa de Ensino na Universidade Díli em Timor-Leste em 2001. Possui um vasto conjunto de artigos científicos publicados em diversos domínios científicos e orientou dezenas de teses de mestrado e dois doutoramentos. Foi vogal do Conselho de Administração da Empresa Municipal Culturanga, entre 2009-2010 e Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores entre 2014 e 2015.

Dr. Fernando Francisco de Paiva Dias: Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (I. S. E. G.) da Universidade Técnica de Lisboa; Desde junho de 1989 e até ao momento, quadro superior de empresa industrial privada com a categoria de adjunto da Administração, com responsabilidades em várias áreas, nomeadamente, recursos humanos, formação profissional, áreas administrativa e financeira, custeio industrial e acompanhamento da execução de projetos de investimento financiados por fundos comunitários. Membro da Ordem dos Economistas Portugueses. Entre outubro de 1984 e junho de 1989, foi Chefe de Divisão de Apoio à Gestão das Autarquias Locais na Secretaria Regional da Administração Interna; em janeiro de 1983, ingressou no quadro da Secretaria Regional da Administração Interna como técnico superior; em junho de 1981 ingressou no Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (D. R. E. P. A.) com a categoria de técnico superior.

Representante da Secretaria Regional da Administração Interna, entre 1986 e 1989 na Comissão Técnica de Planeamento Regional e na Comissão Técnica Interdepartamental para apreciação e elaboração de propostas de cofinanciamento pelo Governo Regional de obras municipais. Monitor de diversos cursos dirigidos a pessoal das autarquias e eleitos locais nas áreas de crédito, contabilidade e fundos comunitários; autor de diversas comunicações e intervenções em seminários e simpósios nacionais e internacionais. **Eng.º João Carlos Chaves de Sousa Braga:** Bacharelato em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, em 2003. De 2004 a 2005 desempenhou funções no âmbito da análise de especialidades, acompanhamento de execução de infraestruturas e loteamentos, licenças de utilização de habitações individuais e coletivas na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Delegado da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, de 2005 a 2008, Responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais e habitação social); Delegado da Secretaria Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos, entre 2008 e 2012, Responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais e apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico); de 2012 a 2016, Delegado da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, Responsável pela coordenação da delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais, apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico, coordenação dos postos de turismo e manutenção/criação de trilho). Desde 2016 até à data, Delegado da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, Responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das Estradas Regionais, apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico). Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores, S.A. desde abril de 2017.

João Manuel Bandarra dos Santos: Bacharelato em “Meteorologia” pelo American Department of Defense (81st Technical Training Group, Keesler AFB) MISSISSIPPI (United States of America). Sócio-Gerente da NextEnergy com responsabilidades na área de recursos humanos e financeira. Habilitações literárias - Licenciatura em Ciências do Ambiente, 1.º ano. 2009- 2010 – Membro do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores, S.A. desde maio de 2014.

Eng.º Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo Instituto Superior Técnico. Tem Formação Avançada no Programa de Direção de Empresas (PDE) pela AESE (2000), e em “Sustainable Energy Markets” pelo European Energy Institute (2006-2007). Ingressou na EDP em 1988, na Equipa de Engenharia do projeto da Central Termoelétrica do Pego. Foi Responsável da área de Controlo & Instrumentação na central de Gasificação Integrada em Ciclo Combinado de 320 MW, durante sete anos, em Espanha. Assumiu a chefia do departamento de Controlo & Instrumentação da PROET, empresa de engenharia

térmica do Grupo EDP, em 2000. Foi Diretor de Engenharia de Energia da EDP Produção em 2005, Diretor na Direção de Reequipamentos em 2010, e na área de Engenharia de Equipamentos em 2013. Coordenou diversas equipas de engenharia em projetos de referência térmicos, biomassa, hídricos e de automação, tais como a remodelação dos sistemas de controlo de todas as centrais térmicas da EDP, o Centro de Telecomando da Renováveis, o desenho do despacho da EDA em São Miguel, com o INESC, o sistema ibérico integrado de monitorização de ativos de geração convencional da EDP Produção, o projeto hídrico de Frades II de 2 x 400 MVA de velocidade variável, nova barragem do Alto da Ceira, as centrais hídricas do plano nacional de barragens, bem como diversos estudos e projetos para a EDA em centrais térmicas e de geotermia. Desenvolveu igualmente e coordenou o projeto Fotovoltaico Flutuante do Alto Rabagão, o primeiro a nível mundial em centrais hidroelétricas. Desde dezembro de 2017 é Diretor da nova Área de Inovação e Tecnologia da EDP Produção. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores, S.A. desde dezembro de 2017.

Dr.ª Joana Oliveira Freitas: É uma profissional do sector da energia, com uma carreira como executiva em operações e área financeira de infraestruturas, tendo trabalhado nos setores aeroportuário, imobiliário e da energia, após iniciar a sua vida profissional como consultora da McKinsey & Company, onde trabalhou sete anos em Londres, Rio de Janeiro e Lisboa. Licenciada em Economia pela Universidade de Economia do Porto, com um MBA pelo INSEAD, completou em 2019 o Future Grid Managers Programme, pela Florence School of Regulation e Vlerick Business School.

CARGOS OCUPADOS PELOS ADMINISTRADORES NOUTRAS EMPRESAS:

Dr. Nuno Henrique Pimentel: Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S. A. a partir de 5 de março de 2021.

Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte: Presidente do Conselho de Administração da EDA RENOVÁVEIS, S. A.; Presidente da Direção do INOVA.

Eng.º Francisco Manuel Sousa Botelho: Administrador da EDA Renováveis, S.A. a partir de 5 de março de 2021.

Dr. José Luís Pimentel Amaral: Administrador da EDA RENOVÁVEIS, S. A.; Vogal da Direção do INOVA.

Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro: Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A..

Dr.ª Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Gerente da SEGMA, Lda.; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDA Renováveis, S.A. .

Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel: Gerente da SEGMA, Lda.; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDA Renováveis, S.A. . e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da NORMA AÇORES, S. A..

Eng.º João Carlos Santos Correia: Gerente da SEGMA, Lda..

Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues: Administrador Executivo da EDA Renováveis, S.A..

INFORMAÇÃO SOBRE O MODO E AS CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DE FUNÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL

A EDA presta um serviço de interesse geral tendo-lhe sido cometida em exclusivo, através de concessão, o transporte e a distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. O contrato de concessão, outorgado no ano 2000, com a duração de 50 anos, regula o exercício desta atividade, a qual se encontra, também, sujeita à supervisão da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

As atividades de produção, transporte e distribuição e comercialização de energia elétrica são reguladas, estando as competências de regulação destas atividades atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Esta entidade estabelece os critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e estrutura tarifária e à determinação dos proveitos permitidos. As normas e parâmetros de regulação são definidos nos diversos regulamentos publicados pela ERSE, nomeadamente: Regulamento de Qualidade de Serviço, Regulamento de Relações Comerciais, Regulamento de Acesso às Redes e Interligações e Regulamento Tarifário. O serviço prestado aos clientes é objeto de avaliação e de elaboração de um relatório da qualidade de serviço que está disponível no site da empresa no endereço www.eda.pt.

EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE POR PARTE DE EMPRESAS QUE SEJAM TITULARES DESSE TIPO DE PODERES

A atividade concedida à EDA é considerada de utilidade pública. No corrente exercício não ocorreram processos de expropriação por utilidade pública.

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 15 de maio de 2020, que determinou para o mandato 2020/23 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

Administradores Executivos: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva - 5.899,06 €, sobre a qual incidem as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor;
- b) Administrador Executivo - 5.546,37 €, sobre a qual incidem as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor.

Administradores Não Executivos - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de 260,06 €; Dois Administradores Não Executivos renunciaram à remuneração.

Membros do Conselho Fiscal - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho Fiscal – 600,00 €;
- b) Vogal Efetivo do Conselho Fiscal – 400,00 €.

Membros da Mesa da Assembleia Geral - Estas funções não são remuneradas;.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2019 corresponderam a:

	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Órgão de Gestão 1	78 457,54 €	22 196,53 €	100 654,07 €
Órgão de Gestão 2	73 766,70 €	21 066,03 €	94 832,73 €
Órgão de Gestão 3	73 766,70 €	21 400,48 €	95 167,18 €
Órgão de Gestão 4	73 766,70 €	17 622,96 €	91 389,66 €
Órgão de Gestão 5	73 766,70 €	22 849,77 €	96 616,47 €
Órgão de Gestão Não Executivo	3 120,72 €	2 012,28 €	5 133,00 €
Órgão de Gestão Não Executivo	0,00 €	1 556,16 €	1 556,16 €
Conselho Fiscal 1	7 200,00 €	1 910,64 €	9 110,64 €
Conselho Fiscal 2	4 413,34 €	1 325,88 €	5 739,22 €
Conselho Fiscal 3	4 800,00 €	1 407,00 €	6 207,00 €
Totais	393 058,40 €	113 347,73 €	506 406,13 €

Os Administradores Executivos e os Administradores Não Executivos gozam dos benefícios sociais em vigor na Sociedade para os seus trabalhadores, previstos no acordo de empresa e respetivos regulamentos e que não estejam vedados pelo n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A de 19 de maio.

INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO COM REFERÊNCIA SUCINTA ÀS MATÉRIAS VERSADAS

Durante o ano de 2020, o Conselho de Administração realizou 15 (quinze) reuniões, a maioria das quais através de meios telemáticos, devido à pandemia do novo coronavírus. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia do Grupo EDA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa e das suas subsidiárias, à apreciação dos *Tableau de Bord* mensais, à aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2019, bem como da Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2021. Previamente a cada reunião do Conselho são disponibilizadas todas as atas das reuniões anteriores da Comissão Executiva para acompanhamento, informações ou esclarecimentos que se entendam necessários. A delegação de competências na Comissão Executiva foi fixada em regulamento aprovado pelo Conselho de Administração, pela Deliberação 21/CA/2017, de 27 de abril, que vigorou até 15 de maio de 2020, tendo sido efetuada nova delegação de competência na Comissão Executiva nessa data e com o mesmo alcance. As decisões de valor superior a 1,5 milhões de euros são da competência do Conselho de Administração. As decisões sobre participações sociais não são delegáveis na Comissão Executiva.

Na primeira reunião, realizada no mês de janeiro, foram apreciadas as Contas e o Tableau de Bord Geral de novembro de 2019. Foi autorizada a decisão de adjudicação da proposta para a aquisição de peças de reserva para exploração dos grupos térmicos das centrais termoelétricas da EDA, equipamentos MAN, aprovada a minuta de contrato de acordo quadro, efetuada a delegação de competências para a decisão de contratar ao abrigo de acordo quadro e aprovadas as minutas de convite e de contrato para aquisição ao abrigo de acordo quadro. Foi efetuado o ponto de situação do processo de lançamento de concurso público para aquisição de baterias para o sistema elétrico da ilha de São Miguel e das versões preliminares das peças desse procedimento, designadamente do programa do concurso, das bases e condições gerais do projeto e do estudo de viabilidade.

Na reunião de 5 de março foi analisada a versão preliminar das Contas de Dezembro de 2019 e o Tableau da Qualidade de Serviço de janeiro de 2020. Foi autorizado a abertura de concurso limitado por prévia qualificação para a instalação do sistema de armazenamento de energia para a ilha de São Miguel, Açores, com um valor estimado de 25 milhões de euros. Foi tomada a decisão de contratar a empreitada de construção do edifício da distribuição e armazém de aprovisionamentos da ilha de Santa Maria, com um preço base de 2,53 milhões de euros. Foi tomada a decisão de adjudicação relativa à aquisição por lotes de cabos isolados MT para redes subterrâneas, cabos BT em torçada para redes aéreas, cabos isolados BT, cabos de cobre nu e cabos cobertos para linhas aéreas MT. O Conselho deliberou, ainda, aprovar o conjunto das ações que constituem a candidatura ao programa IP (Integrated Projects) enquadrados no programa LIFE para o Ambiente e Ação Climática, bem como a despesa associada de 3,7 milhões de euros, cuja comparticipação será a correspondente a 40%.

Na reunião de 27 de março foram analisadas as contas de dezembro e o Tableau de Bord Geral e da Qualidade de Serviço de Fevereiro. Foi ratificada a decisão de contratar com convite a 4 empresas a empreitada de remodelação da subestação de 60/10 kV de Ponta Delgada – instalações elétricas gerais, ilha de São Miguel, com um valor estimado de 1,2 milhões de euros. O Conselho de Administração foi informado que as empresas do Grupo EDA, considerando a carência de meios hospitalares face ao perigo iminente de aumento do número de pessoas contaminadas com a pandemia do novo coronavírus, e no âmbito da responsabilidade social empresarial, atribuíram um donativo em espécie à Secretaria Regional de Saúde, para apoio aos hospitais, sediados na Região Autónoma dos Açores, para aquisição de 12 (doze) monitores para uso intra-hospitalar em unidade de cuidados intensivos para utilização em complemento com ventiladores, no valor de 130 mil euros.

Na reunião de abril, o Conselho de Administração aprovou o Relatório de Gestão e as Contas de 2019 e a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ambos submetidos à Assembleia Geral. Foi informado ao Conselho de Administração, o ponto da situação relativamente aos investimentos efetuados em 2019 e aos investimentos em curso, tendo em conta as condicionantes derivadas da pandemia, bem como uma estimativa grosseira para a realização em 2020 impactada por esta pandemia. Foi ratificado o auto de suspensão aceite pela Comissão Executiva da empreitada de construção e revitalização do sistema de comando e controlo da Central Termoelétrica do Caminho Novo, em São Jorge, devido ao estado de contingência que havia sido decretado na região e às recomendações e resoluções do Governo Regional neste âmbito. Foi autorizada a contratação do fornecimento de peças para as centrais termoelétricas da EDA – equipamentos WÄRTSILÄ, e autorizada a respetiva despesa que se estimou poder chegar a 1,7 milhões de euros. Deliberou aprovar a assinatura das declarações de acordo a celebrar com todos os sindicatos outorgantes do acordo de empresa em vigor e com os sindicatos representativos dos trabalhadores de quadros superiores. Foi autorizada a adjudicação do contrato relativo ao concurso limitado por prévia qualificação para a instalação do sistema de armazenamento de energia para a ilha Terceira pelo valor de 13,7 milhões de euros. Foi ratificada a aquisição das 292.000 licenças de CO2, no montante total de 7,2 milhões de euros, das quais 273.943 para o ano 2019 e 18.057 para 2020.

Na reunião de 15 de maio, após eleição dos órgãos sociais para o triénio 2020-2023, o Conselho de Administração aprovou o respetivo regulamento de funcionamento bem como a delegação de competências na Comissão Executiva e designou o Secretário da Sociedade. Procedeu à análise das contas do 1.º trimestre de 2020 e do Tableau de Bord da Qualidade de serviço de abril. Autorizou a decisão de contratar, por concurso público, da aquisição de serviços de manutenção de software SAP (SAP Enterprise Support) com vista a garantir o suporte do software SAP em uso na EDA, autorizando a respetiva despesa no valor de 2,95 milhões de euros. Deliberou adjudicar a empreitada de construção do edifício da distribuição e armazém de aprovisionamentos da ilha de Santa Maria, pelo valor de 2,5 milhões de euros e aprovar a respetiva minuta de contrato.

A 18 de junho foram analisadas as contas de abril, o tableau de Bord de março e o Tableau de Bord da Qualidade de Serviço de abril. Foi efetuada uma apresentação ao Conselho de Administração relativa à proposta do Plano Estratégico de Segurança da Informação do Grupo EDA. Durante a mesma foram explicitadas as diversas ações desenvolvidas durante o projeto para a definição da referida estratégia, medidas a implementar, planeamento e estimativa de esforço. O prosseguimento desta iniciativa ficou condicionado a uma reflexão mais aprofundada e à apresentação e preparação dos procedimentos contratuais associados. Atentas a exclusão de todas as propostas apresentadas no âmbito do concurso público da Empreitada de Remodelação da Subestação 60/10 kV de Ponta Delgada – Instalações Elétricas Gerais, ilha de São Miguel, o Conselho de Administração revogou a anterior decisão de contratar e autorizou o lançamento de novo concurso público para a mesma empreitada e com o mesmo preço base de 1,2 milhões de euros. Devido aos constrangimentos causados pela COVID-19 e às medidas de mitigação implementadas, foi necessário rever as metodologias definidas para o programa de Implementação das Tecnologias SAP ERP S/4HANA, SAP Gestão de Ativos S/4HANA, SAP IS-U S/4HANA e SAP Utilities Customer Management S/4HANA por forma a minorar a situação e garantir a execução do programa num formato diferente ao que estava inicialmente planeado pelo que o Conselho de Administração autorizou o reajuste ao Plano de Execução do Contrato de 25 para 29 meses para a “Prestação de Serviços De Implementação das Tecnologias SAP ERP S/4HANA, SAP Gestão de Ativos S/4HANA, SAP IS-U S/4HANA e SAP Utilities Customer Management S/4HANA”, não existindo alteração do valor da proposta do consórcio implementador. Nesta reunião foi informado o Conselho de Administração sobre o processo negocial que levou ao acordo salarial para 2020, já celebrado sob aprovação da Comissão Executiva, no dia 17 de junho de 2020.

Na reunião de 24 de julho foi aprovado o Relatório e Contas intercalar do 1.º trimestre, e analisados os resultados provisórios de junho, bem como o Tableau de Bord Geral e o Tableau de Bord da Qualidade de Serviço de junho. Foi tomada a decisão de adjudicar o “Contrato de Aquisição de Serviços de Manutenção de Software SAP (SAP Enterprise Support)”, pelo valor total de 2,3 milhões de

euros, pelo prazo de execução de 36 meses, bem como foi aprovada a minuta de contrato. Foi deliberado autorizar a decisão de contratar a empreitada de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios, entrada em serviço e manutenção do Sistema de Armazenamento de Energia para a ilha de Santa Maria, com consulta a 5 empresas, com um preço base de 4 milhões de euros, bem como aprovar as peças do procedimento e a designação do júri. Foi tomada a decisão de contratação do Fornecimento de Lubrificantes para as centrais termoelétricas da EDA, por concurso público, e autorizada a despesa correspondente, que foi estimada em 2,3 milhões de euros, bem como designado o respetivo júri e aprovadas as peças do procedimento. O Conselho de Administração ratificou todos os atos praticados no âmbito do cumprimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 10/2020, de 6 de janeiro, relativos à dissolução da Oniaçores.

A 28 de agosto foi aprovado o Relatório e Contas Intercalar do primeiro semestre, foram analisadas as contas de julho e o Tableau de Bord Geral e da Qualidade de Serviço de janeiro a julho. Foi autorizado o lançamento de procedimento de ajuste direto para a celebração do contrato de ampliação da Central Termoelétrica do Belo Jardim – grupo 12, ilha Terceira pelo valor de 11,35 milhões de euros, contratação que já fora prevista no âmbito do anterior concurso público para aquisição do grupo 11. Foi adjudicado o contrato da EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA SUBESTAÇÃO 60/10 KV DE PONTA DELGADA – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS GERAIS, ILHA DE SÃO MIGUEL, pelo valor de 1,1 milhões de, com o prazo de execução de 12 meses. Foi autorizada a despesa e a decisão de contratar da “Empreitada de substituição dos grupos 3 e 4 da Central Termoelétrica de Santa Bárbara – grupos 9 e 10”, através de Concurso Público Internacional, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1 e 36.º do CCP, com um preço base em 15 milhões de euros, tendo sido aprovadas as respetivas peças do procedimento e designado o júri. Foi deliberado autorizar a contratação com convite a 3 empresas, dos serviços especializados externos para a realização de Auditoria às Demonstrações Financeiras Individuais, Consolidadas e Reguladas da EDA, S.A. e Individuais das Participadas EDA Renováveis, S. A. e GLOBALEDA, S. A., para os anos de 2020-2022e aprovar as respetivas peças de procedimento e designar o júri.

A 24 de setembro foram analisadas as contas de agosto e o Tableau de Bord Geral e da Qualidade de Serviço de janeiro a agosto. Foi autorizada a celebração, e a respetiva despesa, do “Contrato de prestação de serviços informáticos, em regime de outsourcing”, nas áreas de Centro de Processamento de Dados (CPD), “Service Desk”, e Suporte; Redes WAN (“Wide Area Network”) e LAN (“Local Area Network”); e Manutenção Aplicacional (MA)”, nas condições previstas nas peças do procedimento, formando com a EDA Renováveis, S.A., e a SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção Lda., nos termos do estabelecido no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, um agrupamento de entidades adjudicantes; Foi fixar como preço base do concurso, o montante de 11,5 milhões de euros. Foi autorizado adjudicar o contrato de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço para Ampliação da Central Termoelétrica do Belo Jardim – Grupo 12 pelo valor global de 11,2 milhões de euros, acrescido do IVA e com o prazo de execução de 516 dias. O Conselho de Administração deliberou propor à Assembleia Geral a aprovação do Relatório Final do Júri do Concurso e autorizar a adjudicação da proposta apresentada pela Ernst & Young para a Realização de Auditoria Externa para os exercícios de 2020, 2021 e 2022 para as Demonstrações Financeiras Individuais, Consolidadas e Reguladas da EDA – Electricidade dos Açores, S. A. e Demonstrações Financeiras Individuais da EDA Renováveis, S. A. e GLOBALEDA, S. A.. Foi tomada a decisão de adjudicação do contrato de fornecimento óleos lubrificantes para as centrais termoelétricas da EDA, pelo período de 36 meses, a contar da data da sua entrada em vigor, a proposta no montante total estimado de 2, 5 milhões de euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor na RAA.

A 22 de outubro o Conselho de Administração, no âmbito da apresentação efetuada pelo Administrador Carlos Bicudo, tomou conhecimento do ponto da situação do programa de investimentos da EDA Renováveis, com vista a expandir o aproveitamento dos recursos geotérmicos para a produção de eletricidade do campo geotérmico da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel e no campo geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira. O Conselho de Administração, na sequência da apresentação das linhas gerais do projeto IANOS - IntegrAted SolutioNs for the DecarbONization and Smartification of Islands, levada a efeito pela EDP NEW, na qualidade de líder do consórcio vencedor de uma candidatura oportunamente submetida no âmbito do programa H2020 da Comissão Europeia, do

qual a EDA e o GRA também fazem parte, reiterou o interesse e importância que tal iniciativa se reveste para todo o grupo EDA. O Diretor da Direção Planeamento, Controlo de Gestão e Regulação (PLCOR), Fernando Ferreira, efetuou uma breve exposição sobre o documento recebido da ERSE “Proposta de Tarifas e Preços para a Energia Elétrica e Outros Serviços em 2021” tendo salientado os seus principais aspetos. O Conselho de Administração deliberou autorizar a despesa e a decisão de contratar relativa à “Empreitada de Construção do Novo Edifício Administrativo da EDA no Caminho da Levada, Ilha de São Miguel”, através de Concurso Público Internacional, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1 e 36.º, do CCP. Foi fixado o preço base no valor de 5,6 milhões de euros, aprovadas as peças do procedimento e designado o júri.

A 24 de novembro o Conselho de Administração, no âmbito do Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a celebração de contrato de Prestação de Serviços Informáticos em Regime de Outsourcing (20CLPQ_SIRO), deliberou qualificar o Agrupamento “Outsourcing – 20CLPQ_SIRO”, integrado pelas sociedades GLOBALEDA - TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A., AXIANS – DIGITAL SOLUTIONS, S.A., AXIANSEU II DIGITAL CONSULTING, S.A. e ITGest – Software e Sistemas Informáticos, Lda. Deliberou ainda aprovar o convite e respetivos anexos, a enviar ao Candidato qualificado em simultâneo com a notificação da decisão e notificar o Agrupamento “Outsourcing – 20CLPQ_SIRO” da presente decisão de qualificação, acompanhada do Relatório Preliminar e Final da fase de qualificação no qual aquela decisão vai suportada e, bem assim, do convite à apresentação de proposta.

A 3 de dezembro o Conselho de Administração apreciou e aprovou a proposta da Comissão Executiva relativa ao Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2020. Analisou as Contas, o Tableau de Bord Geral e o Tableau de Bord da Qualidade de Serviço, de janeiro a outubro de 2020. Deliberou aprovar o aumento do montante máximo do Programa de Financiamento em forma de Papel Comercial junto de um banco de 15 para 25 milhões de euros.

A 10 de dezembro o Conselho de Administração deliberou aprovar o aumento do montante máximo do Programa de Financiamento em forma de Papel Comercial junto de outro banco para 60 milhões de euros.

A 23 de dezembro os Conselhos de Administração da EDA – Electricidade dos Açores, S.A., e da EDA Renováveis, S.A., e o Conselho de Gerência da SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda, reunidos entre si para o efeito, deliberaram em conjunto adjudicar ao Agrupamento “Outsourcing – 20CLPQ_SIRO”, de acordo com o disposto no artigo 73.º do Código dos Contratos Públicos, o “Contrato de Prestação de Serviços Informáticos em Regime de *Outsourcing*”, pelo valor total de 11,5 milhões de euros pelo período de 1 ano, com possível renovação, até ao limite máximo de 3 anos, bem como aprovar a minuta de contrato a celebrar.

A 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração analisou as Contas e o Tableau de Bord geral e do Tableau da Qualidade de Serviço de janeiro a novembro de 2020. Também nesta reunião, o Conselho de Administração, no uso das competências atribuídas pela Assembleia Geral na reunião de 30 de dezembro e, transitoriamente, durante o período em que estas vigoram, deliberou delegar na Comissão Executiva, com possibilidade de subdelegar nos termos do Regulamento de Execução Orçamental, todas as competências que lhe foram atribuídas pela Assembleia Geral na supra referida reunião, salvo as correspondentes a operações de valor superior a 1,5 milhões de euros.

A gestão corrente da sociedade foi delegada na Comissão Executiva que no exercício das suas funções realizou 50 reuniões, das quais resultaram 744 deliberações, sobre as diversas áreas de atividade da empresa, ao nível da exploração dos diversos sistemas elétricos, ao nível do investimento e, também, das áreas de apoio e suporte.

5.2. Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2020 a empresa não detinha ações próprias.

5.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

5.4. Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

5.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Santa Maria

		2016	2020
Superfície	(km ²)	96,9	96,9
População Residente ⁽¹⁾	(habitantes)	5 653	5 616 ⁽²⁾
Nº de Instalações	(nº)	3 791	3 932
Média Tensão		22	22
Baixa Tensão		3 661	3 791
Instalações de consumo próprio		3	5
IP		105	114
Consumo de Energia ⁽³⁾	(MWh)	18 955	18 934
Domésticos		5 901	6 259
Comércio/ Serviços		8 077	7 341
Serviços Públicos		2 275	2 647
Industriais		1 099	1 267
Iluminação Pública		1 604	1 420
Emissão de Energia	(MWh)	20 177	20 176
Térmica a Gasóleo		17 622	17 643
Eólica		2 541	2 520
Outras Renováveis ⁽⁴⁾		15	13
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 143	1 191
Ponta	(kW)	3 548	3 399
Vendas de Energia ⁽⁵⁾	(euros)	3 023 599	2 895 612
Trabalhadores ⁽⁶⁾	(nº)	31	35
Potência Instalada em Centrais ⁽⁷⁾	(kW)	8 407	8 407
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	85,1	89,7
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	18 630	19 970

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2019 (SREA - 2020)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

São Miguel

		2016	2020
Superfície	(km ²)	744,6	744,6
População Residente ⁽¹⁾	(habitantes)	138 138	137 307 ⁽²⁾
Nº de Instalações	(nº)	62 931	65 209
Média Tensão		411	409
Baixa Tensão		61798	64 055
Instalações de consumo próprio		15	23
IP		707	722
Consumo de Energia ⁽³⁾	(MWh)	399 949	396 302
Domésticos		128 447	139 377
Comércio/ Serviços		147 360	136 660
Serviços Públicos		29 939	25 478
Industriais		77 939	81009
Iluminação Pública		16 264	13 779
Emissão de energia	(MWh)	424 082	422 146
Térmica a Fuel		225 729	212 721
Térmica a Gasóleo		70	78
Hídrica		25 805	23 848
Geotérmica		152 430	169 448
Eólica ⁽⁴⁾		19 664	15 030
Biogás		26	702
Outras Renováveis ⁽⁵⁾		359	320
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	6 075	5 953
Ponta	(kW)	71570	69 000
Vendas de Energia ⁽⁶⁾	(euros)	62 129 445	58 733 759
Trabalhadores ⁽⁷⁾	(nº)	386	419
Potência Instalada em Centrais ⁽⁸⁾	(kW)	135 130	135 130
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	794,6	821,3
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	336 365	350 240

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2019 (SREA - 2020)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente

(5) Micro geração fotovoltaica e eólica e produção independente fotovoltaica

(6) Não inclui compensação tarifária

(7) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (14 em 2016; 10 em 2020)

(8) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Terceira

		2016	2020
Superfície	(km 2)	400,3	400,3
População Residente (1)	(habitantes)	55 955	55 124 (2)
Nº de Instalações	(nº)	27 185	27 976
Média Tensão		174	177
Baixa Tensão		26 629	27 410
Instalações de consumo próprio		9	12
IP		373	377
Consumo de Energia (3)	(MWh)	177 270	170 720
Domésticos		58 656	62 137
Comércio/ Serviços		58 101	48 730
Serviços Públicos		28 471	27 823
Industriais		27 168	28 030
Iluminação Pública		4 874	4 000
Emissão de energia	(MWh)	191568	184 609
Térmica a Fuel		148 606	114 477
Térmica a Gasóleo		1113	291
Hídrica		0	1629
Geotérmica			23 742
Eólica (4)		33 278	30 748
RSU		8 512	13 651
Outras Renováveis (5)		60	71
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	6 618	5 553
Ponta	(kW)	33 400	32 172
Vendas de Energia (6)	(euros)	27 333 621	25 322 935
Trabalhadores (7)	(nº)	132	139
Potência Instalada em Centrais (8)	(kW)	71655	75 155
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	416,0	438,5
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	134 678	131243

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2019 (SREA - 2020)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente

(5) Micro geração fotovoltaica

(6) Não inclui compensação tarifária

(7) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (3 em 2016 e 2020)

(8) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Graciosa

		2016	2020
Superfície	(km ²)	60,7	60,7
População Residente ⁽¹⁾	(habitantes)	4 301	4 208 ⁽²⁾
Nº de Instalações	(nº)	3 242	3 300
Média Tensão		21	22
Baixa Tensão		3 134	3 191
Instalações de consumo próprio		5	5
IP		82	82
Consumo de Energia ⁽³⁾	(MWh)	13 032	12 655
Domésticos		4 315	4 515
Comércio/ Serviços		3 549	3 546
Serviços Públicos		1200	904
Industriais		2 946	2 974
Iluminação Pública		1021	716
Emissão de energia	(MWh)	13 506	13 384
Térmica a Gasóleo		13 506	5 253
Eólica ⁽⁴⁾		0	7 162
Fotovoltaica ⁽⁵⁾		0	970
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	697	522
Ponta	(kW)	2 364	2 488
Vendas de Energia ⁽⁶⁾	(euros)	2 140 378	1997 255
Trabalhadores ⁽⁷⁾	(nº)	23	29
Potência Instalada em Centrais ⁽⁸⁾	(kW)	4 679	4 679
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	64,4	67,4
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	10 805	12 875

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2019 (SREA - 2020)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Produção independente eólica

(5) Produção independente fotovoltaica

(6) Não inclui compensação tarifária

(7) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(8) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

São Jorge

		2016	2020
Superfície	(km ²)	243,6	243,6
População Residente ⁽¹⁾	(habitantes)	8 491	8 277 ⁽²⁾
Nº de Instalações	(nº)	5 787	5 984
Média Tensão		21	23
Baixa Tensão		5 644	5 832
Instalações de consumo próprio		3	5
IP		119	124
Consumo de Energia ⁽³⁾	(MWh)	26 495	25 861
Domésticos		9 565	10 015
Comércio/ Serviços		6 284	5 712
Serviços Públicos		1516	1569
Industriais		7 729	7 415
Iluminação Pública		1401	1150
Emissão de energia	(MWh)	28 390	27 730
Térmica a Gasóleo		23 917	24 521
Eólica		4 445	3 150
Outras Renováveis ⁽⁴⁾		28	58
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	467	668
Ponta	(kW)	4 792	5 092
Vendas de Energia ⁽⁵⁾	(euros)	4 282 132	3 995 875
Trabalhadores ⁽⁶⁾	(nº)	40	40
Potência Instalada em Centrais ⁽⁷⁾	(kW)	10 008	9 960
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	128,2	160,9
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	19 000	21420

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2019 (SREA - 2020)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Pico

		2016	2020
Superfície	(km ²)	444,8	444,8
População Residente ⁽¹⁾	(habitantes)	13 834	13 651 ⁽²⁾
Nº de Instalações	(nº)	9 647	10 002
Média Tensão		39	41
Baixa Tensão		9 394	9 734
Instalações de consumo próprio		6	10
IP		208	217
Consumo de Energia ⁽³⁾	(MWh)	40 891	40 595
Domésticos		16 073	17 453
Comércio/ Serviços		11 848	11 565
Serviços Públicos		2 914	3 326
Industriais		7 238	5 788
Iluminação Pública		2 817	2 462
Emissão de energia	(MWh)	44 170	44 063
Térmica a Fuel		37 964	37 948
Térmica a Gasóleo		1	3
Eólica		6 154	6 107
Outras Renováveis ⁽⁴⁾		50	5
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 678	1 507
Ponta	(kW)	7 526	7 768
Vendas de Energia ⁽⁵⁾	(euros)	6 792 432	6 494 248
Trabalhadores ⁽⁶⁾	(nº)	45	51
Potência Instalada em Centrais ⁽⁷⁾	(kW)	19 167	19 167
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	2219	243,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	34 434	39 306

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2019 (SREA - 2020)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica e central de ondas

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2016 e 2020)

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Faial

		2016	2020
Superfície	(km ²)	173,1	173,1
População Residente ⁽¹⁾	(habitantes)	14 759	14 521
Nº de Instalações	(nº)	8 036	8 306
Média Tensão		50	49
Baixa Tensão		7 836	8 104
Instalações de consumo próprio		5	7
IP		145	146
Consumo de Energia ⁽³⁾	(MWh)	43 329	42 585
Domésticos		16 267	17 388
Comércio/ Serviços		13 890	12 848
Serviços Públicos		6 876	5 883
Industriais		4 346	4 902
Iluminação Pública		1 950	1 563
Emissão de energia	(MWh)	45 912	44 592
Térmica a Fuel		40 422	38 309
Térmica a Gasóleo		11	27
Hídrica		2	0
Eólica		5 477	6 256
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	2 863	3 235
Ponta	(kW)	8 557	8 140
Vendas de Energia ⁽⁴⁾	(euros)	7 055 945	6 658 911
Trabalhadores ⁽⁵⁾	(nº)	47	52
Potência Instalada em Centrais ⁽⁶⁾	(kW)	23 664	23 664
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	146,9	148,9
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	33 194	34 063

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2019 (SREA - 2020)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Não inclui compensação tarifária

(5) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1em 2016 e 2020)

(6) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Flores

		2016	2020
Superfície	(km ²)	1410	1410
População Residente ⁽¹⁾	(habitantes)	3 692	3 628 ⁽²⁾
Nº de Instalações	(nº)	2 441	2 508
Média Tensão		19	19
Baixa Tensão		2 363	2 429
Instalações de consumo próprio		8	9
IP		51	51
Consumo de Energia ⁽³⁾	(MWh)	10 677	10 241
Domésticos		4 011	4 109
Comércio/ Serviços		4 133	3 841
Serviços Públicos		1311	1261
Industriais		424	449
Iluminação Pública		797	581
Emissão de energia	(MWh)	11 102	10 876
Térmica a Gasóleo		5 209	5 556
Hídrica		4 915	4 712
Eólica		969	600
Outras Renováveis ⁽⁴⁾		9	8
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	637	524
Ponta	(kW)	1979	1990
Vendas de Energia ⁽⁵⁾	(euros)	1762 799	1608 085
Trabalhadores ⁽⁶⁾	(nº)	25	30
Potência Instalada em Centrais ⁽⁷⁾	(kW)	5 824	5 824
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	87,4	89,5
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	10 503	10 398

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2019 (SREA - 2020)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (2 em 2016 e 2020)

(7) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Corvo

		2016	2020
Superfície	(km ²)	17,1	17,1
População Residente (1)	(habitantes)	460	464 (2)
Nº de Instalações	(nº)	279	283
Média Tensão		2	1
Baixa Tensão		272	277
Instalações de consumo próprio		2	2
IP		3	3
Consumo de Energia (3)	(MWh)	1495	1518
Domésticos		646	667
Comércio/ Serviços		684	711
Serviços Públicos		81	66
Industriais		35	27
Iluminação Pública		49	46
Emissão de energia	(MWh)	1608	1651
Térmica a Gasóleo		1608	1651
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	76	62
Ponta	(kW)	313	315
Vendas de Energia (4)	(euros)	256 926	244 821
Trabalhadores (5)	(nº)	5	6
Potência Instalada em Centrais (6)	(kW)	816	848
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	2,9	2,9
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	1060	1060

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2019 (SREA - 2020)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Não inclui compensação tarifária

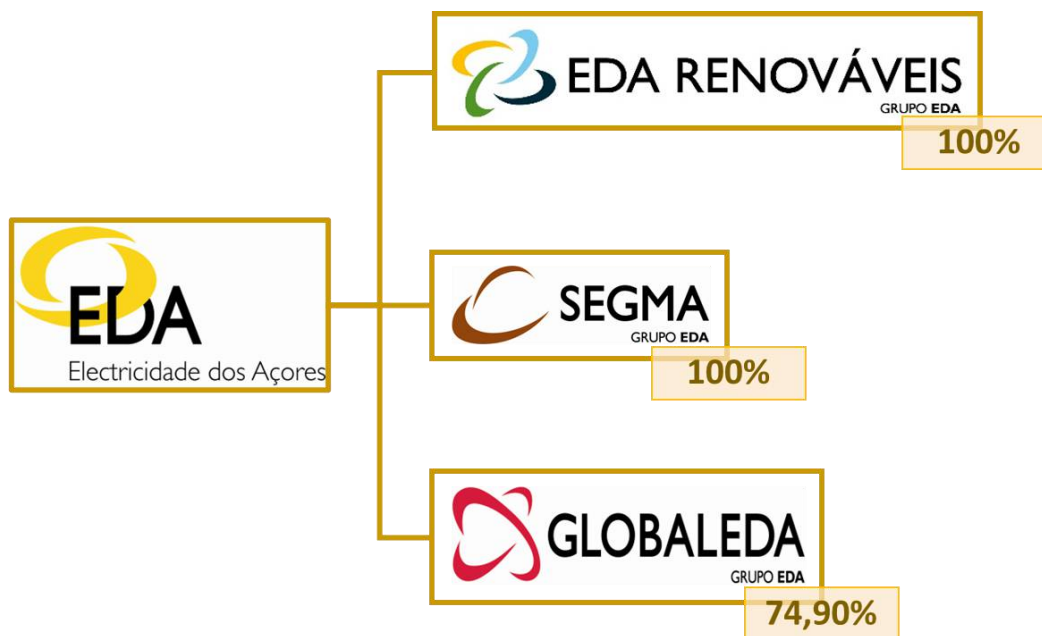
(5) Trabalhadores ativos no final de cada ano

(6) Apenas inclui potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

A2 – GRUPOEDA

1. UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO

Gráfico 20 – Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2020



O objeto social da Electricidade dos Açores, S. A. e das suas subsidiárias, incluídas na consolidação de contas, comporta as atividades de produção, aquisição, transporte, distribuição e venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas, e também a prestação de serviços de telecomunicações e sistemas de informação, conceção e elaboração de projetos de engenharia e manutenção de instalações industriais.

Atualmente, o capital das empresas subsidiárias é maioritariamente detido pela EDA - Electricidade dos Açores, S.A., com participações diretas de 100% na EDA Renováveis, 100% na SEGMA e 74,90% na GLOBALEDA.

Tabela 20 – Empresas incluídas na consolidação

GRUPO EDA	Capital	Participação	Resultado Líquido ⁽¹⁾	
	Próprio ⁽¹⁾	Capital	2020	2019
SEGMENTO ELETRICIDADE				
EDA, SA.	212 431	-	14 441	16 537
EDA RENOVÁVEIS, SA.	113 000	100,00%	9 951	9 390
SEGMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS				
SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	9 093	100,00%	1208	789
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA.	4 262	74,90%	714	345

(1) Mil Eur

2. ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS



Electricidade dos Açores

- Produção Térmica de Energia
- Transporte e Distribuição de Eletricidade
- Comercialização de Eletricidade



Produção de Eletricidade de base renovável:

- Geotérmica
- Hídrica
- Eólica
- Fotovoltaica



- Projetos
- Consultoria
- Manutenção



- Telecomunicações
- Sistemas de Informação

3. VALORES CARACTERÍSTICOS – GRUPO EDA

De seguida, são apresentados os principais indicadores económicos do Grupo EDA para o horizonte temporal compreendido entre 2016 e 2020.

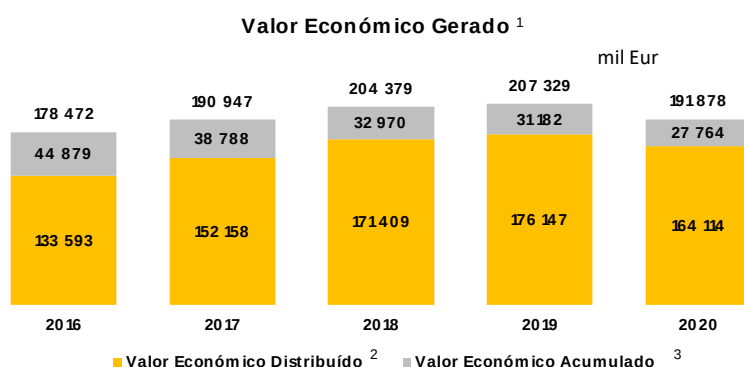
Tabela 21 – Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2016 a 2020

	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2020-19	%
Volum e Negócios ⁽¹⁾ (m il Eur)	175 214	187 647	202 420	204 303	188 032	(16 271)	(8,0%)
EBIT (m il Eur)	28 117	27 667	28 055	24 852	19 489	(5 363)	(21,6%)
EBITDA (m il Eur)	60 545	62 064	56 935	54 644	50 952	(3 692)	(6,8%)
Resultado Líquido ⁽²⁾ (m il Eur)	19 191	21 483	19 788	16 502	14 301	(2 200)	(13,3%)
Ativo (m il Eur)	503 302	504 316	523 642	518 470	532 748	14 278	2,8%

(1) Vendas + Prestação de Serviços + Subsídios à Exploração (inclui Norma, SA de 2016 a 2019)

(2) Atribuível a detentores do capital do Grupo EDA

Gráfico 21 – Valor Económico Gerado e Distribuído, entre 2016 e 2020



1 Valor Económico Gerado (VEG): Volume de negócios + Outros Proveitos Operacionais + Proveitos Financeiros + Ganhos/perdas em Associadas

2 Valor Económico Distribuído (VED): Custos das Vendas + Custos Operacionais + Imposto Corrente + Custos Financeiros + Pagamento de Dividendos

3 Valor Económico Acumulado: VEG - VED

Tabela 22 – KPI Sociais de 2016 a 2020

KPI Sociais		2016	2017	2018	2019	2020
Emprego	Grupo	932	941	970	983	1028
	Trabalhadores ativos	921	929	961	973	1019
	Novas contratações	49	56	68	57	76
	Saídas	31	47	39	44	31
Diversidade	Trabalhadores do género feminino	17%	17%	17%	18%	18%
Formação	Número total de horas de formação/colaborador	21,6	25,8	23,4	21,0	14,5
Saúde e Segurança	Número total de acidentes	-	33	15	19	15
	Número total de dias perdidos	-	1 165	410	420	788
	Tf - Índice de frequência	-	14,30	9,02	6,04	7,16
	Tg - Índice de gravidade	-	833	285	282	513
	Ti - Índice de incidência	-	22,12	14,13	9,37	10,98

Os dados de 2016 a 2019 não incluem a Norma SA e a Controlauto.

Tabela 23 – KPI Ambientais de 2016 a 2020

KPI Ambientais						
		2016	2017	2018	2019	2020
Eficiência Energética	Consumo energético das instalações produtoras de energia (GJ)	151 736	148 925	163 600	157 251	155 703
	Consumo específico de energia elétrica na EDA (GJ/GJ produzido)	0,054	0,053	0,064	0,064	0,066
		2016	2017	2018	2019	2020
Promoção das Energias Renováveis	Emissões de CO ₂ evitadas (ton CO ₂)	137 818	155 846	163 430	160 021	165 368
	Taxa de emissão de CO ₂ evitadas	25,7%	28,6%	29,8%	29,2%	31,5%
		2016	2017	2018	2019	2020
Água	Consumo de água (m ³) - EDA	44 109	40 702	41 911	52 000	50 649
	Consumo específico de água (m ³ /GJ)- EDA	0,016	0,014	0,023	0,030	0,031
		2016	2017	2018	2019	2020
Emissões	Total de CO ₂ emitido (ton) - EDAR	29 413	48 664	43 080	42 325	38 445
	Total de CO ₂ emitido (ton) - EDA	397 650	389 251	341 084	344 781	321 230
	Emissão específica de CO ₂ (KgCO ₂ /GJ) - EDA	137,94	132,82	131,11	135,51	129,88
		2016	2017	2018	2019	2020
Emissões Gases Fluorados com Efeito de Estufa	Total GFEE instalado (tonCO ₂ e)	54 550	57 194	62 290	65 440	64 416
	Taxa de GFEE emitido (%)	4,10%	2,10%	2,11%	2,38%	3,07%
		2016	2017	2018	2019	2020
Outras Emissões	Total de NO _x emitido (ton)	7 506,29	6 283,75	6 855,83	6 909,38	7 436,16
	Emissão específica de NO _x (Kg/GJ)	3,89	3,44	3,79	3,92	4,51
	Total de SO ₂ emitido (ton)	1 362,82	1 202,66	1 002,30	1 201,95	1 447,75
	Emissão específica de SO ₂ (Kg/GJ)	0,69	0,69	0,55	0,68	0,88
	Total de CO emitido (ton)	449,46	453,61	499,43	440,38	468,98
	Emissão específica de CO (Kg/GJ)	0,22	0,25	0,28	0,25	0,28
	Total de PTS emitida (ton)	182,00	172,00	169,37	163,10	94,68
	Emissão específica de PTS (Kg/GJ)	0,08	0,08	0,09	0,09	0,06
		2016	2017	2018	2019	2020
Resíduos	Produção total de resíduos (ton)	3 288	3 111	2 081	1 973	1 571,96
	Produção específica de resíduos (Kg/GJ)	1,16	1,10	0,71	0,69	0,57
		2017	2018	2019	2020	
Tipo de Resíduos	Não perigosos (%)	18,6%	34,8%	28,6%	48,0%	
	Perigosos (%)	81,4%	65,2%	71,4%	52,0%	
		2016	2017	2018	2019	2020
Produção Acumulada (dados de emissão)	Gasóleo	8,08%	8,20%	8,35%	7,50%	7,15%
	Fuelóleo	58,00%	54,30%	53,39%	54,18%	52,45%
	Hídrica	3,94%	3,75%	3,26%	3,74%	3,92%
	Geotérmica	19,53%	24,61%	25,09%	24,14%	25,11%
	Eólica	9,29%	7,93%	8,18%	8,79%	9,30%
	RSU	1,09%	1,10%	1,59%	1,49%	1,77%
	Outras	0,07%	0,10%	0,14%	0,16%	0,28%

4. DESEMPENHO

4.1. EDA

A EDA foi criada a 18 de julho de 1981 sob a denominação empresa de Electricidade dos Açores, E.P. (EDA) pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/81/A, tendo como património inicial as infraestruturas da Região Autónoma dos Açores (RAA) afetas ao serviço público de eletricidade e as restantes instalações e serviços de produção e distribuição de energia elétrica explorada pelas autarquias locais. A constituição da EDA teve como objetivo reestruturar o sector elétrico da RAA e criar uma única empresa para desenvolver as atividades de produção, transporte e distribuição de eletricidade na RAA e, ao mesmo tempo, promover o seu desenvolvimento económico e social.

Em 1997, a empresa foi transformada em sociedade anónima, passando a designar-se EDA - Electricidade dos Açores, S. A., num contexto de reestruturação do sector elétrico regional e nacional. Com a alteração da EDA para sociedade anónima nasce o Grupo EDA, através da aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios. Posteriormente, em 2000, o Grupo concretizou um processo de reestruturação orgânica, extinguindo os centros de exploração por ilha e criando as 3 atuais áreas de atividade verticalizadas: produção, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Enquanto entidade prestadora de um serviço público, a EDA atua num ambiente regulado, cuja entidade responsável é a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de março.

As atividades de gestão técnica do sistema elétrico, o transporte e distribuição de energia elétrica bem como a construção das infraestruturas que as integram, são desenvolvidas ao abrigo de um contrato de concessão, em regime de exclusividade, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000.

O contrato de concessão atribuído à EDA, para a gestão técnica do sistema eléctrico, transporte e distribuição de energia eléctrica, iniciou-se em outubro de 2000 e pelo prazo de 50 anos

A venda de energia elétrica tem por base as tarifas de eletricidade fixadas anualmente pela ERSE, de acordo com o Regulamento Tarifário.

Tabela 24 - Indicadores económico financeiros da EDA de 2016 a 2020

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2016	2017	2018	2019	2020
Volume de Negócios ¹⁾ (mil Eur)	164 127	177 167	191 942	195 275	180 033
EBITDA ²⁾ (mil Eur)	49 555	52 625	48 207	46 471	43 358
EBIT ³⁾ (mil Eur)	26 022	29 527	25 057	22 447	17 810
Resultado Líquido (mil Eur)	19 217	21 508	19 824	16 537	14 441
VAB ⁴⁾ (mil Eur)	75 666	76 382	75 984	78 959	75 681
Capital Próprio (mil Eur)	223 177	224 354	222 047	217 779	212 431
Rendibilidade Operacional ⁵⁾ (%)	15,9	16,7	13,1	11,5	9,9
Rendibilidade Líquida ⁶⁾ (%)	11,7	12,1	10,3	8,5	8,0
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷⁾ (%)	8,6	9,6	8,9	7,6	6,8
Endividamento ⁸⁾ (%)	58,5	58,9	61,3	62,2	63,9
Solvabilidade ⁹⁾ (%)	71,1	69,7	63,3	60,9	56,4
Autonomia financeira ¹⁰⁾ (%)	41,5	41,1	38,8	37,9	36,1
Número de Trabalhadores ¹¹⁾	713	721	748	755	784

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CM/VMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Resultado Operacional + Volume de Negócios

6) Resultado Líquido + Volume de Negócios

7) Resultado Líquido + Total Capital Próprio

8) Total do Passivo + Total do Ativo × 100

9) Total do Capital Próprio + Total do Passivo × 100

10) Total do Capital Próprio + Total do Ativo × 100

11) Não inclui cedidos (2020 = 17)

Com base na análise da tabela anterior, constata-se que o volume de negócios da EDA tem vindo a evoluir, implicitamente, a uma taxa de crescimento médio anual próxima dos 1,87%, entre 2016 e 2020. Em 2020 foi registada uma diminuição no Volume de Negócios da EDA, próximo dos 7,81%, como reflexo do contexto pandémico que assolou a RAA e o Mundo. Os Resultados assumiram valores positivos ao longo da série analisada, tendo sido registado o valor máximo em 2017.

Em 2020, a EDA gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 9,9%, o que significa que cada euro de volume de negócios gerava, em média, 9 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 8% e ilustra o resultado líquido obtido (8 cêntimos) por cada euro de volume de negócios realizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 6,80%, em 2020, o que reflete uma redução homóloga neste indicador de rendibilidade (7,6%, em 2019).

No que concerne à estrutura de capitais, verifica-se uma redução do indicador de autonomia financeira, desde 2016, ascendendo a 36%, em 2020. Este indicador evidencia uma taxa de crescimento médio anual, entre 2016 e 2020, a rondar os -2,78%, o que traduz uma evolução negativa da solidez financeira da empresa. O rácio de endividamento tem vindo a aumentar, ao longo da série analisada, ascendendo a cerca de 64% em 2020.

Finalmente, no que concerne ao número de colaboradores, estes têm vindo a aumentar, desde 2016, a uma taxa de crescimento médio implícito de 2%, totalizando 755 colaboradores em 2019 e 784 colaboradores, em 2020 (excluindo os trabalhadores cedidos).

4.2. EDA RENOVÁVEIS

A EDA RENOVÁVEIS, S. A., é uma sociedade anónima que tem como atividade principal o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos e solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros afins.

O Grupo EDA iniciou em 2013 um processo de reorganização da atividade de produção de energia a partir de fontes renováveis. Forma-se nesse ano a EDA RENOVÁVEIS, S. A. por fusão das sociedades SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S. A. e EEG –

Empresa de Electricidade e Gaz, Lda., mediante a transferência global do património da segunda (EEG) para a primeira (SOGEO). Em 2014, a referida reorganização estendeu-se à Geoterceira – Sociedade Geoelétrica da Terceira, S. A., incorporada por fusão na EDA Renováveis, S. A. A EDA - Electricidade dos Açores, S. A. é detentora de 99,68%¹² do capital social da EDA RENOVÁVEIS.

A EDA RENOVÁVEIS explora três centrais geotérmicas, com uma potência instalada conjunta de 26,5 MW, doze centrais hídricas (potência instalada conjunta de 8,4 MW) e sete parques eólicos (potência instalada conjunta de 28,6 MW). Integrada na política do Grupo EDA, a EDA RENOVÁVEIS procura, com a sua atividade de exploração, maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos existentes, e executa novos investimentos, sempre que a viabilidade técnica e económica seja demonstrada e a sua integração na estrutura de produção elétrica de cada ilha seja assegurada.

Tabela 25 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2020

	GW h			
	Geotérmica	Hídrica	Eólica	TOTAL
Santa Maria			3	3
São Miguel	169	24	15	208
Terceira	24	2	23	50
São Jorge			3	3
Pico			6	6
Faial			6	6
Flores		5	1	6
TOTAL	193	30	57	280

No ano de 2020, a EDA RENOVÁVEIS apresentou resultados positivos, com uma produção anual de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos de 280 GWh.

Do total de energia elétrica emitida pela EDA Renováveis, 280 GWh, 69% foi de origem geotérmica, 20% de origem eólica e 11% de origem hídrica. Face ao ano anterior verificou-se um acréscimo global de 0,6%, com variações de 1,9%, na produção hídrica, 0,9% na produção geotérmica e -1% na produção eólica.

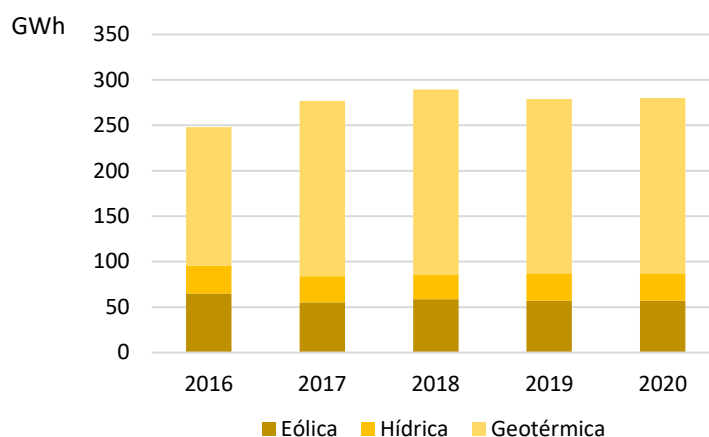
Mais especificamente, a produção das centrais geotérmicas aumentou de 191,5 GWh (em 2019) para 193,2 GWh (em 2020), recuperando o decréscimo na produção geotérmica de 2019, que teve origem, essencialmente, em ações de manutenção de algumas centrais.

No que diz respeito à produção de energia hidroelétrica, esta ascendeu a 30,2 GWh, em 2020, correspondendo a um acréscimo de 2% relativamente à produção de 29,6 GWh registada no ano anterior.

Relativamente à produção anual de energia elétrica de origem eólica, esta atingiu os 56,9 GWh, correspondendo a um decréscimo de 1% relativamente ao valor registado no ano anterior (57,4 GWh). O decréscimo na produção está relacionado com as indisponibilidades mais prolongadas de alguns aerogeradores, por passagens à massa em vários enrolamentos do alternador, que levaram à necessidade de intervenção da equipa do fabricante da especialidade, além das limitações de circulação entre as ilhas e em alguns casos as quarentenas obrigatórias dos trabalhadores.

¹² 0,32% são detidos pela SEGMA

Gráfico 22 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2016 a 2020



A EDA RENOVÁVEIS registou, em 2020, um volume de negócios a rondar os 28,37 milhões de euros e um Resultado líquido positivo de 9,95 milhões de euros, o que, comparativamente ao exercício de 2019, representa um acréscimo de 1,23% e 5,97%, respetivamente. No que diz respeito aos rendimentos operacionais, estes totalizaram 31,2 milhões de euros, em 2020, representando um acréscimo de 5,4% (+ 1,59 mil euros) face ao valor registado em 2019. Por seu lado, os gastos operacionais ascenderam a 18,95 milhões de euros, o que, face a 2019, se traduz num acréscimo de 7,4% (1,39 milhões de euros), explicado, sobretudo, pelo aumento de 30,08% (correspondente a cerca de 735 mil euros) nos outros gastos e perdas (maioritariamente relacionados com taxas de concessão), de 12,10% nos gastos com pessoal (correspondente a cerca de 233 mil euros) e por um aumento de 7,09% na rubrica FSE (cerca de 364 mil euros de acréscimo).

Em 2020, o volume de negócios da EDAR totalizou 28 milhões de euros

A evolução dos indicadores económico-financeiros da EDA RENOVÁVEIS, entre 2016 e 2020, é apresentada de seguida:

Tabela 26 - Indicadores económico financeiros da EDA RENOVÁVEIS, de 2016 a 2020

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2016	2017	2018	2019	2020
Volume de Negócios ¹⁾ (mil Eur)	24 109	27 299	28 977	28 026	28 370
EBITDA ²⁾ (mil Eur)	17 937	20 748	20 833	19 849	20 143
EBIT ³⁾ (mil Eur)	7 984	6 487	12 924	12 066	12 259
Resultado Líquido (mil Eur)	6 193	8 700	10 111	9 390	9 951
VAB ⁴⁾ (mil Eur)	19 237	20 632	21 509	20 777	222 273
Capital Próprio (mil Eur)	97 125	100 709	105 179	108 630	113 000
Rendibilidade Operacional ⁵⁾ (%)	33,1	23,8	44,6	43,1	43,2
Rendibilidade Líquida ⁶⁾ (%)	25,7	31,9	34,9	33,5	35,1
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷⁾ (%)	6,4	8,6	9,6	8,6	8,8
Endividamento ⁸⁾ (%)	20,5	18,3	16,0	14,0	13,4
Solvabilidade ⁹⁾ (%)	387,2	447,3	526,9	616,1	644,9
Autonomia financeira ¹⁰⁾ (%)	79,5	81,7	84,0	86,0	86,6
Número de Trabalhadores ¹¹⁾	49	53	54	60	70

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proventos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios

6) Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios

7) Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio

8) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

9) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

10) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

11) No ano de 2020, não estão incluídos 7 trabalhadores cedidos pela EDA à EDAR.

Com base na análise da tabela anterior, constata-se que o volume de negócios da EDAR tem vindo a evoluir, implicitamente, a uma taxa de crescimento médio anual próxima dos 3,31%, entre 2016 e 2020. Os Resultados assumiram valores positivos ao longo da série analisada, tendo sido registado o valor máximo em 2018.

Em 2020, a EDA RENOVÁVEIS, S. A. gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 43,21%, o que significa que cada euro de volume de negócios gerava, em média, 43 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 35,08% e ilustra o resultado líquido obtido (35 cêntimos) por cada euro de volume de negócios realizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 8,81%, em 2020, traduzindo uma melhoria homóloga neste indicador de rendibilidade.

No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira a rondar os 87%, em 2020, que é representativo do elevado índice de segurança financeira da empresa. Em 2020, apenas 13% do ativo total era financiado por capitais alheios.

Finalmente, no que concerne ao número de colaboradores, estes têm vindo a aumentar desde 2016, totalizando 60 colaboradores em 2019 e 70 colaboradores, em 2020.

De seguida é apresentada uma tabela que resume as principais áreas de investimento realizado, pela empresa, em 2020.

Tabela 27 - Investimento realizado em 2020¹³

Investimento (mil Eur)

Atividade	Total
Parques Eólicos	0
Aproveitamentos Hidroelétricos	35
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	12 124
Produção Fotovoltaica	843
Outros	639
Total	13 640

Em 2020, o volume de investimento realizado pela EDA Renováveis aumentou significativamente, em termos homólogos, totalizando 13,64 milhões euros, em termos globais, sendo que cerca de 89% e 6% do investimento foi realizado ao nível das centrais geotérmicas e centrais fotovoltaicas, respetivamente.

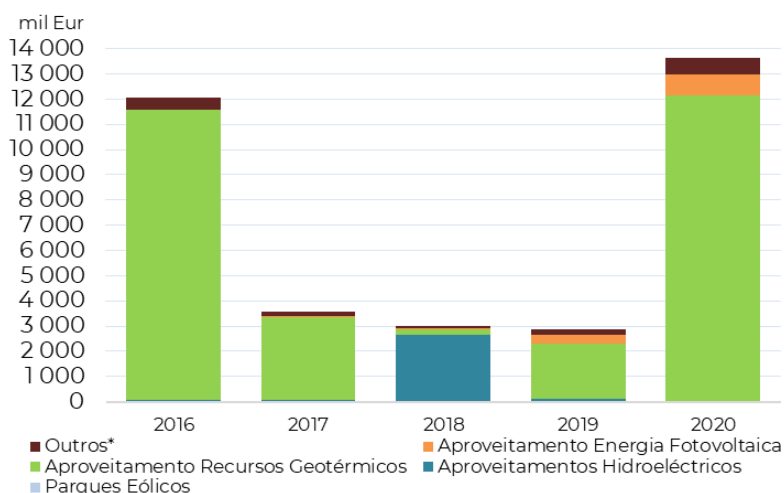
A evolução dos montantes investidos nas atividades de aproveitamento dos recursos endógenos existentes, a preços correntes, nos últimos períodos, é apresentada nos gráficos seguintes.

Gráfico 23 - Investimento total a preços correntes 2016 a 2020



¹³ A rubrica de Outros inclui: 620 588€ de Aquisições Diretas de Ativos Fixos Tangíveis, 2 255€ de Outros Investimentos Financeiros e 15 870€ de Adições de Ativos Fixos Intangíveis.

Gráfico 24 – Investimento a custos técnicos de 2016 a 2020



Com base na análise do Gráfico 24, constata-se que o aproveitamento de recursos geotérmicos tem vindo a assumir-se como uma das prioridades de investimento, no horizonte temporal compreendido entre 2016 e 2020, com exceção do ano 2018, ano em que o maior peso do investimento foi relacionado com aproveitamentos hidroelétricos.

4.3. Globaleda

A GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A. é uma empresa do Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela EDA, SA e em 25,1% pela *Novabase Business Solutions*, que tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como a comercialização de telefones móveis celulares. A atividade da empresa centra-se na comercialização de comunicações móveis, enquanto agente comercial Vodafone para os setores residencial e empresarial, na prestação de serviços de projeto, instalação e de manutenção de infraestruturas de telecomunicações e na prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e suporte de sistemas de informação.

Em 2020, o resultado líquido do exercício mais que duplicou de valor, ascendendo a cerca de 714 mil euros. Na base deste aumento é de destacar o crescimento de 39,37% (cerca de 2,73 milhões de euros) do volume de negócios, que compensou o aumento de 61,91% (2,06 milhões de euros) nos FSE, e a redução de 10,07% nos gastos com pessoal (que traduz uma poupança, em 2020, de 234 mil euros). O resultado operacional, que reflete o resultado entre os rendimentos e ganhos e gastos e perdas do período, incluindo as amortizações e depreciações, evoluiu, em termos homólogos, 103,5%, o que transparece um crescimento de cerca de 450,7 mil euros em 2020.

Em 2020, o volume de negócios da GLOBALEDA foi principalmente originário das prestações de serviço relacionadas com as tecnologias de informação (em cerca de 70%) e das prestações de serviços na vertente das telecomunicações (em cerca de 17%). As vendas (de equipamento informático, telemóveis, acessórios de telemóveis, outros) foram responsáveis por cerca de 10% do volume de negócios.

Em 2020, o volume de negócios da GLOBALEDA ascendeu a 9,66 milhões de euros

Os indicadores económico-financeiros da GLOBALEDA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2016 a 2020:

Tabela 28 - Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2016 a 2020

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2016	2017	2018	2019	2020
Volume de Negócios ¹⁾ (mil Eur)	6 769	5 984	6 065	6 934	9 664
EBITDA ²⁾ (mil Eur)	858	1 187	874	522	990
EBIT ³⁾ (mil Eur)	649	953	768	436	886
Resultado Líquido (mil Eur)	506	764	685	345	714
VAB ⁴⁾ (mil Eur)	2 760	2 981	2 910	2 844	3 551
Capital Próprio (mil Eur)	1 927	2 691	3 376	3 721	4 262
Rendibilidade Operacional ⁵⁾ (%)	9,6	15,9	12,7	6,3	9,2
Rendibilidade Líquida ⁶⁾ (%)	7,5	12,8	11,3	5,0	7,4
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷⁾ (%)	26,2	28,4	20,3	9,3	16,8
Endividamento ⁸⁾ (%)	58,4	37,5	37,6	28,8	30,3
Solvabilidade ⁹⁾ (%)	71,1	166,8	166,0	246,7	229,8
Autonomia financeira ¹⁰⁾ (%)	41,6	62,5	62,4	71,2	69,7
Número de Trabalhadores	83	86	88	91	97

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CM/VM - FSEs - Impostos Indiretos

5) Resultado Operacional + Volume de Negócios

6) Resultado Líquido + Volume de Negócios

7) Resultado Líquido + Total Capital Próprio

8) Total do Passivo + Total do Ativo × 100

9) Total do Capital Próprio + Total do Passivo × 100

10) Total do Capital Próprio + Total do Ativo × 100

Com base na análise da tabela anterior, constata-se que o volume de negócios tem vindo a evoluir, implicitamente, a uma taxa de crescimento médio anual próxima dos 7,38%, entre 2016 e 2020. Os Resultados assumiram valores positivos ao longo da série analisada, apesar do decréscimo a partir 2017, mas com uma recuperação dos resultados no ano 2020.

Em 2020, a GLOBALEDA gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 9,2%, o que significa que cada euro de volume de negócios gerava, em média, 9 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 7,4% e ilustra o resultado líquido obtido (7 cêntimos) por cada euro de volume de negócios realizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 16,8%, em 2020, traduzindo uma melhoria homóloga significativa.

No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira a rondar os 70%, em 2020, que reflete a supremacia dos capitais próprios, no financiamento do ativo, o que é representativo do elevado índice de segurança financeira da empresa. Em 2020, apenas 30% do ativo total era financiado por capitais alheios.

Finalmente, no que concerne ao número de colaboradores, estes têm vindo a aumentar desde 2016, totalizando 91 colaboradores em 2019 e 97 colaboradores, em 2020.

4.4. SEGMA

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., é uma empresa do Grupo EDA, constituída em 1998, que assume o compromisso de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo, progressivamente, a alargar a sua atividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado.

A organização da SEGMA por tipos de atividade (centros de resultado) e por núcleos de negócio, com órgãos de apoio flexíveis e leves, tem-se revelado um modelo eficaz, que continuará a ser utilizado. Como áreas de negócio, existem, atualmente, os Serviços da área Energia, a Manutenção, a Fiscalização, os Projetos, os Serviços Técnicos e a Consultoria.

Em 2020, o resultado líquido do exercício evoluiu cerca de 419 mil euros, totalizando 1,21 milhões de euros. Na base deste aumento é de destacar o

Em 2020, o volume de negócios da SEGMA ascendeu a 9,5 milhões de euros

crescimento de 24,72% (cerca de 1,89 milhões de euros) do volume de negócios, que compensou o aumento de 40,81% (1,36 milhões de euros) nos FSE, e o aumento de 7,14% (96,7 mil euros) nos gastos com pessoal. O resultado operacional, que reflete o resultado entre os rendimentos e ganhos e gastos e perdas do período, incluindo as amortizações e depreciações, apresenta um crescimento de cerca de 513 mil euros, em 2020, ou seja, uma variação homóloga de 53,31%..

O peso das prestações de serviços e das vendas no volume de negócios foi de 80% e 20%, respetivamente.

Os indicadores económico-financeiros da SEGMA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2016 a 2020:

Tabela 29 - Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2016 a 2020

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2016	2017	2018	2019	2020
Volume de Negócios ¹⁾ (mil Eur)	6 305	6 167	7 334	7 640	9 528
EBITDA ²⁾ (mil Eur)	1 269	1 022	871	1 118	1 633
EBIT ³⁾ (mil Eur)	1 178	922	765	963	1 476
Resultado Líquido (mil Eur)	984	758	629	789	1 208
VAB ⁴⁾ (mil Eur)	2 511	2 155	2 157	2 536	3 037
Capital Próprio (mil Eur)	7 296	7 566	7 812	8 282	9 093
Rendibilidade Operacional ⁵⁾ (%)	18,7	15,0	10,4	12,6	15,5
Rendibilidade Líquida ⁶⁾ (%)	15,6	12,3	8,6	10,3	12,7
Rendibilidade Capitais Próprios ⁷⁾ (%)	13,5	10,0	8,1	9,5	13,3
Endividamento ⁸⁾ (%)	19,8	17,1	17,6	20,2	16,8
Solvabilidade ⁹⁾ (%)	404,8	483,9	469,8	395,2	493,7
Autonomia financeira ¹⁰⁾ (%)	80,2	82,9	82,4	79,8	83,2
Número de Trabalhadores	55	48	52	50	51

¹⁾ Vendas + Prestações de Serviços

²⁾ EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

³⁾ Receitas Operacionais - Custos Operacionais

⁴⁾ Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + I.P.E.s + Proventos Suplementares - CMV/MC - FSEs - Impostos Indiretos

⁵⁾ Resultado Operacional + Volume de Negócios

⁶⁾ Resultado Líquido + Volume de Negócios

⁷⁾ Resultado Líquido + Total Capital Próprio

⁸⁾ Total do Passivo + Total do Ativo × 100

⁹⁾ Total do Capital Próprio + Total do Passivo × 100

¹⁰⁾ Total do Capital Próprio + Total do Ativo × 100

Com base na análise da tabela anterior, constata-se que o volume de negócios tem vindo a evoluir a uma taxa de crescimento médio anual próxima dos 8,61%, entre 2016 e 2020. Os Resultados assumiram valores positivos ao longo da série analisada, apesar da tendência decrescente registada entre 2016 e 2018, melhorando nos últimos dois anos da série temporal apresentada.

Em 2020, a SEGMA gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 15,5%, o que significa que cada euro de volume de negócios realizado se traduzia, em média, em 15 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 12,7% e ilustra o resultado líquido obtido (13 cêntimos) por cada euro de volume de negócios concretizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 13,3%, em 2020, evidenciando uma melhoria, face à rendibilidade registada em 2019 (9,5%).

No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira a rondar os 83,2%, em 2020, que reflete a supremacia dos capitais próprios, no financiamento do ativo, o que é representativo do elevado índice de segurança financeira da empresa. Em 2020, apenas 16,8% do ativo total era financiado por capitais alheios.

5. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

De seguida é apresentada a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, para os anos de 2019 e 2020.

Tabela 30 – Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2019 e 2020

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

	mil Eur			
	2020	2019	Var. 2020-19	Var. % 2020-19
Vendas e serviços prestados	188 032,1	204 302,7	(16 270,6)	(8,0%)
Outros rendimentos	3 844,6	3 026,1	818,5	27,0%
Rendimentos Operacionais	191 876,7	207 328,9	(15 452,1)	(7,5%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	59 355,0	71 714,2	(12 359,2)	(17,2%)
Gastos com pessoal	36 867,8	36 889,0	(21,2)	(0,1%)
Fornecimentos e serviços externos	26 415,5	26 307,0	108,5	0,4%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	31 462,7	29 791,8	1 670,9	5,6%
Imparidade inventários	0,0	-17,3	17,3	(100,0%)
Imparidade de contas a receber	595,9	122,1	473,8	388,1%
Imparidade de ativos não depreciables/ amortizáveis	0,0	102,6	(102,6)	(100,0%)
Provisões	0,0	370,0	(370,0)	(100,0%)
Outros gastos	17 690,5	17 197,1	493,4	2,9%
Gastos Operacionais	172 387,4	182 476,6	(10 089,2)	(5,5%)
Resultado Operacional	19 489,3	24 852,3	(5 363,0)	(21,6%)
EBITDA	50 952,0	54 644,1	(3 692,1)	(6,8%)
Resultados Financeiros	2 441,1	2 757,9	(316,7)	(11,5%)
Resultados antes de impostos	17 048,2	22 094,4	(5 046,2)	(22,8%)
Imposto sobre o rendimento	2 567,6	5 358,7	(2 791,1)	(52,1%)
Resultado líquido do período atribuível a:	14 480,6	16 735,7	(2 255,1)	(13,5%)
Detentores do capital do Grupo EDA	14 301,4	16 501,9	(2 200,5)	(13,3%)
Interesses que não controlam	179,2	233,9	(54,6)	(23,4%)
Rendimento integral do período atribuível a:	12 585,7	14 889,3	(2 303,6)	(15,5%)
Detentores do capital do Grupo EDA	12 406,4	14 655,4	(2 249,0)	(15,3%)
Interesses que não controlam	179,2	233,9	(54,6)	(23,4%)

Análise dos proveitos e custos operacionais

Em 2020 o volume de negócios do Grupo EDA rondou os 188 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 16,3 milhões de euros relativamente ao montante registado no ano anterior (204 milhões de euros).

As vendas de energia elétrica registaram uma diminuição de 5,9% sustentado pela contração de 3,2% na procura de eletricidade, e da baixa no preço médio de venda (2,7%). A compensação tarifária, contabilizada em 2020, atinge cerca de 56 milhões de euros. Os Serviços prestados ascenderam aos 20,8 milhões de euros, menos 8,5 % que em 2019, tendo o valor de serviços de construção, no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12) reduzido 1,1 milhões de euros (7,6%).

Em 2020, o volume de negócios do Grupo EDA ascendeu a cerca de 188 milhões de euros

No que concerne à estrutura dos Gastos operacionais, importa destacar o custo das Mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), que registou um valor a rondar os 59,4 milhões de euros e que representa uma proporção de 34% no total de gastos operacionais. Os Gastos com o pessoal, os FSE e os gastos com depreciações e amortizações comportaram cerca de 21,39%, 15,32% e 18,25% do total de gastos operacionais, respetivamente. Em termos globais, os gastos operacionais diminuíram 5,5%, o equivalente a um montante próximo dos 10 milhões de euros.

Entre 2019 e 2020, a rubrica de CMVMC diminuiu 17,2%, o equivalente a uma redução de 12,36 milhões de euros. Esta variação decorre fundamentalmente da redução dos gastos com combustíveis utilizados na produção de eletricidade, registada em 2020. A evolução do preço do petróleo, em 2020, levou a uma redução dos custos médios do fuelóleo e do gasóleo para valores na ordem dos 378,13 euros por tonelada, para o fuelóleo, e dos 524,69 euros por quilolitro, para o gasóleo.

Os Gastos com o pessoal ascendem a 36,9 milhões de euros em 2020, representando cerca de 21,4% dos Gastos operacionais. Os Fornecimentos e serviços externos ascenderam aos 26,4 milhões de euros, apresentando uma variação homóloga positiva de 0,4%. De salientar que, o valor e a evolução desta rubrica encontram-se fortemente influenciados pela adoção da IFRIC 12 – Contratos de Concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte e distribuição de energia elétrica passaram a ser incluídos em Fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados 7,2 milhões de euros em 2020 (7,7 milhões de euros em 2019). As rubricas incluídas em FSE com maior expressão monetária são as de subcontratos, conservação e reparação e Trabalhos especializados. Os gastos com subcontratos referem-se, fundamentalmente, à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos em curso. A rubrica de conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos equipamentos das centrais térmicas, dos ativos de produção instalados nos parques eólicos, obras de beneficiação dos poços geotérmicos e dos edifícios administrativos. Os Trabalhos especializados incluem maioritariamente serviços informáticos, estudos de monitorização ambiental, recolha de resíduos e consultorias diversas.

O montante de 17,7 milhões de euros registado em 2020 em Outros gastos e perdas aumentou cerca de 500 mil euros, face a 2019, e inclui, entre outros, licenças de emissões de CO₂ na ordem dos 7 milhões de euros, o pagamento de direitos de passagem aos Municípios¹⁴ de 4,9 milhões de euros, gastos com a taxa de licenciamento para a exploração de recursos geotérmicos no valor de 2,9 milhões de euros e contribuição extraordinária sobre o setor energético no valor de 1,8 milhões de euros.

No que diz respeito aos Gastos financeiros, o custo médio da dívida do Grupo EDA manteve-se em 1,24%, à semelhança do registado em dezembro de 2019.

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira consolidada do Grupo EDA.

¹⁴ Esta remuneração não representa um gasto para o Grupo EDA, atendendo a que em termos regulatórios, tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

Tabela 31 – Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2019 e 2020

mil Eur				
Rúbricas	2020	2019	Var. 2020-19	%
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	443 589,4	429 906,3	13 683,2	3,2%
Activos por impostos diferidos	14 168,9	11 641,5	2 527,4	21,7%
Clientes e outras contas a receber	168,19	763,4	918,5	120,3%
Outros Activos não Correntes	344,1	571,1	(227,0)	(39,8%)
Activo Não Corrente	459 784,3	442 882,3	16 902,0	3,8 %
Inventários	12 375,7	10 907,2	1 468,5	13,5%
Clientes e outras contas a receber	54 732,8	55 500,5	(767,7)	(1,4%)
Imposto sobre o rendimento a receber	0,0	44,1	(44,1)	(100,0%)
Caixa e equivalentes de caixa	5 855,6	5 102,3	753,3	14,8%
Ativos não correntes detidos para venda	0,0	4 034,0	(4 034,0)	(100,0%)
Activo Corrente	72 964,1	75 588,1	(2 624,1)	(3,5%)
Activo Total	532 748,3	518 470,4	14 277,9	2,8 %
Capital Próprio atribuível Detentores Capital	199 575,6	202 888,4	(3 312,7)	(1,6%)
Interesses não controlados	626,8	2 067,3	(1 440,4)	(69,7%)
Total Capital Próprio	200 202,4	204 955,6	(4 753,2)	(2,3%)
Provisões	3 044,0	3 004,3	39,7	1,3%
Empréstimos obtidos	223 853,1	209 386,3	14 466,9	6,9%
Obrigações de benefícios de reforma e outros	14 173,0	12 182,2	1 990,8	16,3%
Passivos por impostos diferidos	2 577,0	3 143,2	(566,3)	(18,0%)
Outros Passivos não Correntes	10 518,4	795,2	9 723,2	1222,7%
Passivo Não Corrente	254 165,5	228 511,2	25 654,3	11,2 %
Fornecedores e outras contas a pagar	40 880,2	36 014,9	4 865,2	13,5%
Imposto sobre o rendimento a pagar	2 041,0	1 528,1	512,9	33,6%
Empréstimos obtidos	35 459,3	46 125,3	(10 666,0)	(23,1%)
Outros Passivos Correntes	0,0	1 335,3	(1 335,3)	(100,0%)
Passivo Corrente	78 380,4	85 003,6	(6 623,1)	(7,8%)
Total Passivo	332 545,9	313 514,8	19 031,1	6,1%
Total do capital próprio e passivo	532 748,3	518 470,4	14 277,9	2,8 %

O Ativo não corrente consolidado do Grupo EDA, que corresponde a 86% do Ativo Total, totalizou 459,8 milhões de euros, mais 3,8% que no ano anterior.

O total de Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento ascendeu a 443,6 milhões de euros, o que equivale a uma adição de cerca de 13,7 milhões de euros, comparativamente ao valor registado em 2019. Os aumentos registados, durante o ano de 2020, em Ativos tangíveis englobam cerca de 28,6 milhões de euros em obras em curso, referentes, sobretudo, a investimento efetuado pelas empresas do segmento da eletricidade em

Em 2020, o Ativo total do Grupo EDA ascendeu a cerca de 533 milhões de euros

equipamentos de produção e redes. Ao nível do Ativo intangível, os aumentos do ano, num total de 21,9 milhões de euros, dizem respeito, na sua maioria, a adições de ativos afetos à atividade concessionada de transporte e distribuição de energia.

O Ativo corrente totalizou 72,9 milhões de euros, menos 2,6 milhões de euros (3,5%) que o ano homólogo. Na rubrica de Clientes e outras contas a receber, estão registados cerca de 4 milhões de euros referentes à convergência tarifária de 2020, dos quais 3,2 milhões de euros correspondem ao acerto do custo do capital, e 0,8 milhões de euros ao acerto final do ajustamento ao montante referente ao exercício de 2019.

O montante registado em Inventários enquadra, essencialmente, 12,3 milhões de euros de matérias-primas e peças de manutenção e reparação no qual se inclui 100 mil euros de equipamento de rádio, telemóveis e acessórios comercializados pela Globaleda, na sua atividade de Telecomunicações.

A diminuição de 4 milhões de euros em Ativos não correntes detidos para venda, refere-se, à alienação da participação da EDA no capital social da Norma Açores S.A., que ocorreu a 13 de fevereiro de 2020. A alienação da totalidade das ações da Norma Açores detidas pela EDA, representativas de 62,56% do capital social, resulta do processo de reestruturação do Setor Empresarial Público Regional, em conformidade com a Resolução do Conselho do Governo nº 108/2018, de 9 de outubro.

Os Capitais próprios atribuíveis aos detentores de capital do Grupo EDA, ascendem aos 199,6 milhões de euros, evidenciando um decréscimo de cerca de 3,3 milhões de euros (1,6%), decorrente do efeito conjugado do resultado do período e dos dividendos distribuídos relativos ao exercício de 2019.

Relativamente ao Passivo não corrente, os Financiamentos obtidos ascenderam a cerca de 223,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 14,5 milhões de euros (cerca de mais 6,9%, comparativamente ao ano anterior). De salientar que 86% dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

As Responsabilidades por benefícios pós emprego não financiadas registam em 2020 um valor superior em 2 milhões de euros (16,3%), fixando-se em 14,2 milhões de euros.

O decréscimo verificado no Passivo corrente resulta sobretudo da diminuição de 10,7 milhões de euros dos financiamentos obtidos de curto prazo.

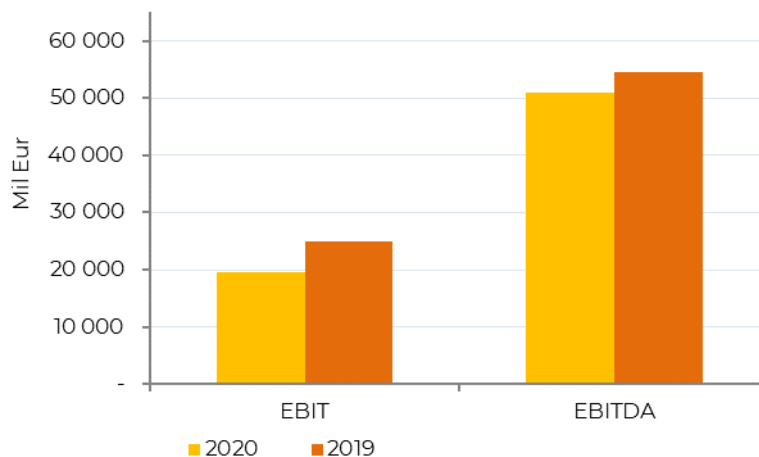
RESULTADOS DO PERÍODO

Tabela 32 – Resultados do período do Grupo EDA, em 2019 e 2020

Rúbricas	m il Eur			
	2020	2019	Var. 2020-19	%
EBIT	19 489,3	24 852,3	(5 363,0)	(21,6%)
EBITDA	50 952,0	54 644,1	(3 692,1)	(6,8%)
Resultados financeiros	(2 441,1)	(2 757,9)	316,7	(11,5%)
Resultados antes de impostos	17 048,2	22 094,4	(5 046,2)	(22,8%)
Resultado líquido do período atribuível a:	14 480,6	16 735,7	(2 255,1)	(13,5%)
Detentores do capital do Grupo EDA	14 301,4	16 501,9	(2 200,5)	(13,3%)
Interesses não controlados	179,2	233,9	(54,6)	(23,4%)
Rendimento integral do período atribuível a:	12 585,7	14 889,3	(2 303,6)	(15,5%)
Detentores do capital do Grupo EDA	12 406,4	14 655,4	(2 249,0)	(15,3%)
Interesses não controlados	179,2	233,9	(54,6)	(23,4%)
Resultado por Ação (€/ação)	0,890	1,050	(0,2)	(15,2%)

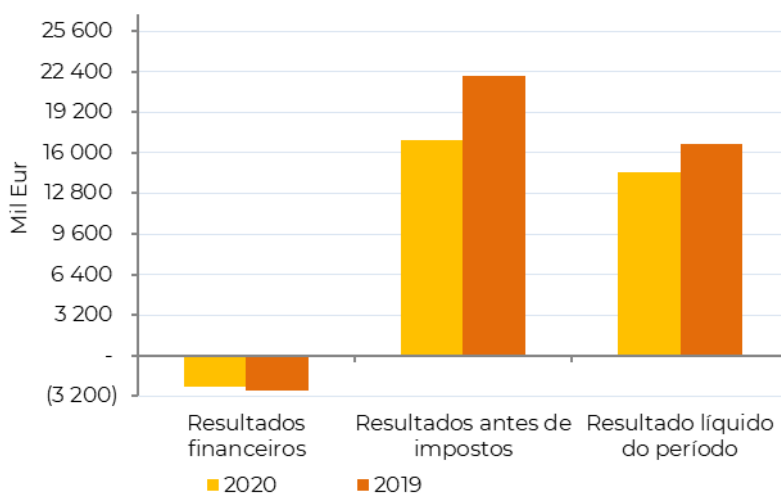
Em 2020, o Resultado operacional do Grupo EDA totalizou cerca de 19,5 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 21,6%, face ao valor de 24,9 milhões de euros registado em 2019. Entre 2019 e 2020, os rendimentos operacionais involuíram cerca de 15,5 milhões euros (7,5%) e os Gastos operacionais decresceram cerca de 10 milhões de euros (5,5%), gerando um EBITDA próximo dos 51 milhões de euros (que diminuiu 6,8%, em termos homólogos).

Gráfico 25 - EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2019 e 2020



De seguida é representado, no Gráfico 26, os resultados financeiros, os resultados antes de impostos e o resultado líquido do período.

Gráfico 26 – Resultados do Grupo EDA em 2019 e 2020



GESTÃO FINANCEIRA

Prosseguindo uma gestão suportada no planeamento cuidadoso dos recursos e dos compromissos associados aos planos de negócio de cada empresa do Grupo, a par de uma política de gestão financeira centralizada, no final de 2020, o Grupo EDA dispunha de um montante 298,5 milhões de euros de linhas de crédito contratadas, das quais 158,5 milhões de euros em linhas de curto prazo, 58,5 milhões de euros em contas correntes caucionadas e 100 milhões de euros em Programas de Emissão de Papel Comercial, instrumento que se tem revelado muito importante já que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

Quanto às facilidades de crédito de médio e longo prazo, também utilizadas para a gestão de tesouraria, a EDA dispunha no final de 2020, de um conjunto de Programas de Emissão de Papel Comercial, com compromisso de tomada firme, no montante de 140 milhões de euros, nas modalidades de colocação direta e leilão competitivo de taxas de juro.

Do montante global contratado para apoiar a tesouraria, no final do período de 2020, encontravam-se disponíveis e por utilizar 164,2 milhões de euros, cerca de 55% do limite total contratado.

No final do exercício de 2020 a dívida líquida do Grupo EDA ascendia a 259,7 milhões de euros, mais 4 milhões de euros que a dívida reportada ao final de 2019.

Tabela 33 - Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2019 e 2020

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
EDA	33 836	223 002	256 838	43 271	207 578	250 849
EDA Renováveis	864	1 955	2 818	2 039	2 818	4 857
GLOBALEDA	-	-	-	-	-	-
SEGMA	-	-	-	-	-	-
Consolidado	34 700	224 956	259 656	45 309	210 396	255 705
Juros a pagar - Empréstimos	759	-	759	816	-	816
Juros a pagar (antecipação)	-	(1 103)	(1 103)	-	(1 010)	(1 010)
	35 459	223 853	259 312	46 125	209 386	255 512

mil Eur

A dívida do Grupo está concentrada nas empresas do *core business* EDA e EDA Renováveis, em consequência do esforço de investimento que anualmente realizam. A dívida da EDA representa cerca de 98,91%.

Por fontes de financiamento, destacam-se os Programas de Papel Comercial que representam 51% do total da dívida e os empréstimos do mercado externo e interno com 32,9%. Os empréstimos obrigacionistas e os empréstimos de curto prazo assumem um peso na dívida de cerca de 15,4% e 0,7%, respetivamente.

Tabela 34 – Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2020

	mil Eur				
	EDA	EDAR	SEGMA	GB	Total
Custos Financeiros ¹					
Juros Empréstimos	(1 887)	56	10	1	(1 820)
Comissões, Taxa Aval e Outros	(1 349)	(27)	-	(8)	(1 385)
	(3 236)	29	10	(7)	(3 204)

(1) Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 771,95 mil euros

(1) Não inclui "Unwinding" de passivos de locação no montante de 10.270 euros, referente à adoção

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida consolidada, totalizaram no período, 3 204 mil euros, menos 347 mil euros que os custos financeiros suportados em 2019. Nestes estão incluídos os encargos financeiros capitalizados no montante de 771,95 mil euros.

Tabela 35 – Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2020

	Grupo EDA	EDA
2008	5,05%	4,99%
2009	2,91%	2,91%
2010	2,52%	2,60%
2011	3,44%	3,53%
2012	4,73%	4,76%
2013	3,67%	3,69%
2014	2,72%	2,95%
2015	2,29%	2,28%
2016	1,34%	1,29%
2017	1,21%	1,25%
2018	1,31%	1,34%
2019	1,24%	1,27%
2020	1,24%	1,27%

O custo médio da dívida da Grupo atingiu 1,24% (1,24% em dezembro de 2019). Da dívida do Grupo, 67,6 % estão contratualizados com taxa variável indexada à EURIBOR e 32,4% a taxas fixas.

Em 2020, o custo médio da dívida da Grupo EDA, foi de 1,24%

Quanto às políticas de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

No âmbito da sua ação social, o Grupo EDA tem dois planos de pensões em vigor, um de benefício definido e outro de contribuição definida. Para o financiamento das responsabilidades decorrentes dos complementos de reforma estão constituídos igualmente dois fundos de pensões.

O fundo de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, EDA Renováveis e SEGMA. Em termos complementares, os próprios beneficiários podem contribuir. Em 2020, as contribuições da empresa para este fundo totalizaram 525 mil euros.

O fundo de benefício definido é totalmente financiado pela EDA e gerido por uma sociedade gestora de fundos de pensões de acordo com a política de investimentos definida no respetivo contrato de gestão. As responsabilidades com benefícios de reforma são calculadas anualmente com base em estudo atuarial efetuado por atuário independente. As contribuições para o fundo são determinadas pelo nível de financiamento das responsabilidades. No final de 2020, as responsabilidades a cargo do fundo eram de 38,4 milhões de euros. O valor do fundo ascendia a 33,8 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu cargo de 88,2 %.

Nos termos das disposições previstas na Diretiva n.º 2/2014 da ERSE, que regulamenta os “Incentivos para a gestão otimizada dos CAE não cessados e das licenças de CO₂”, procedeu-se, em 2020, à aquisição no mercado de 264 000 licenças de emissão de CO₂ (EUA's) pelo valor de 6 504 mil euros, para cobertura dos direitos de emissão do ano.

B. SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA

1 Domínio social

1.1 Valorização dos trabalhadores

A equipa do GRUPO EDA

No final de 2020 a equipa do Grupo EDA englobava um total de 1 019 trabalhadores ativos vinculados às empresas, correspondendo a um acréscimo de 46 trabalhadores face ao período homólogo anterior. Existem ainda mais 9 trabalhadores que se encontravam requisitados por outras entidades ou em licença sem vencimento. Em 2020, dos 1 019 trabalhadores ativos, 18% eram do género feminino e 82% do género masculino. Esta predominância do género masculino decorre da natureza das funções, maioritariamente operacionais. Nota-se, no entanto, uma mudança de mentalidades e têm surgido candidaturas para as áreas operacionais de candidatas, pelo que começamos a ter operadoras de central nas nossas equipas.

Tabela 36 – Número de trabalhadores por empresa e género - 2016 a 2020

Número de Trabalhadores por empresa e género						
EMPRESAS	Género	2016	2017	2018	2019	2020
EDA		110	112	114	123	125
		624	630	653	649	676
EDARENOVÁVEIS		8	8	10	10	9
		41	45	44	50	61
GLOBALEDA		38	40	39	40	41
		45	46	49	51	56
SEGMA		6	4	5	5	6
		49	44	47	45	45
TOTAL	 	921	929	961	973	1019

Em 2020 o número de trabalhadores ativos no GRUPOEDA ascendia a 1 019.

Inclui trabalhadores cedidos (17) e não inclui trabalhadores requisitados (8) e em licença sem vencimento (1)

Em 2020, verificou-se um total de 76 admissões no Grupo EDA, mais 19 que em 2019, sendo que a contratação de indivíduos da faixa etária mais jovem, com idade inferior a 30 anos, foi predominante. Além disso, verificou-se a existência de uma tendência para a contratação de trabalhadores do género masculino. No total das admissões apenas foram contratados 12 trabalhadores do género feminino, correspondendo a 16% das admissões.

Em 2020, cerca de 51% das saídas ocorreram na faixa etária acima dos 50 anos

Por outro lado, registaram-se 31 saídas, menos 13 que no ano anterior, sobretudo trabalhadores da faixa etária acima dos 50 anos. Em consequência da predominância de trabalhadores do género masculino a desenvolver funções no Grupo, as saídas para este género também foram superiores.

Analisando os trabalhadores por faixa etária, o escalão que predomina é o correspondente a trabalhadores com idade superior a 50 anos, perfazendo um total de 429 trabalhadores, ou seja cerca de 42% da totalidade.

Tabela 37 – Número de trabalhadores por empresa e faixa etária - 2016 a 2020

Número de Trabalhadores por empresa e por faixa etária						
	Faixa etária	2016	2017	2018	2019	2020
EDA	< 30	75	67	80	100	116
	30-50	246	248	254	262	277
	> 50	413	427	433	410	408
EDARENOVÁVEIS	< 30	7	14	12	18	23
	30-50	30	27	29	29	34
	> 50	12	12	13	13	13
GLOBALEDA	< 30	6	11	10	15	13
	30-50	73	71	74	73	80
	> 50	4	4	4	3	4
SEGMA	< 30	15	16	17	16	16
	30-50	39	31	33	32	31
	> 50	1	1	2	2	4
TOTAL		921	929	961	973	1 019

Inclui trabalhadores cedidos (17) e não inclui trabalhadores requisitados (8) e em licença sem vencimento (1)

No período de 2017 a 2020, constata-se que existiu um esforço de rejuvenescimento dos trabalhadores ativos no GRUPOEDA

Tabela 38 – Número de saídas por empresa e faixa etária - 2016 a 2020

Número de saídas por empresa e por faixa etária						
	Faixa etária	2016	2017	2018	2019	2020
EDA	< 30	1	2	1	5	1
	30-50	3	3		4	
	> 50	14	15	17	23	18
EDARENOVÁVEIS	< 30		4	3		1
	30-50		5			1
	> 50	1				
GLOBALEDA	< 30	3	1	5		4
	30-50	4	5	5	5	4
	> 50				2	
SEGMA	< 30	1		4	3	
	30-50	4	12	4	2	2
	> 50					
TOTAL		31	47	39	44	31

Tabela 39 – Número de admissões por empresa e género - 2016 a 2020

Número de admissões por empresa e por género						
	Género	2016	2017	2018	2019	2020
EDA	Feminino	5	3	4	12	5
	Masculino	20	25	36	26	40
EDARENOVÁVEIS	Feminino	1		2		
	Masculino	11	13	2	6	12
GLOBALEDA	Feminino	4	7	5	4	6
	Masculino	1	3	7	6	10
SEGMA	Feminino	1		1		1
	Masculino	6	5	11	3	2
TOTAL		49	56	68	57	76

Tabela 40 – Novas contratações por empresa e faixa etária - 2016 a 2020

Novas Contratações por empresa e por faixa etária						
	Faixa etária	2016	2017	2018	2019	2020
EDA	< 30	16	12	27	25	31
	30-50	8	15	13	13	14
	> 50	1	1			
EDARENOVÁVEIS	< 30	6	11	2	6	9
	30-50	6	2	1		3
	> 50			1		
GLOBALEDA	< 30	1	8	6	5	9
	30-50	4	2	6	5	6
	> 50					1
SEGMA	< 30	6	5	6	2	1
	30-50	1		5	1	2
	> 50			1		
TOTAL		49	56	68	57	76

Tabela 41 – Número de regressos de requisitados / Licenças sem vencimento (LSV) - 2016 a 2020

Nº de regressos de requisição/LSV					
	2016	2017	2018	2019	2020
EDA	2		6	1	4
EDARENOVÁVEIS					
GLOBALEDA					1
SEGMA					
TOTAL	2	0	6	1	5

Tabela 42 – Número de saídas de requisitados / Licenças sem vencimento (LSV) - 2016 a 2020

Nº de saídas por requisição/LSV					
	2016	2017	2018	2019	2020
EDA	2		3	2	1
EDARENOVÁVEIS					
GLOBALEDA		1			3
SEGMA					
TOTAL	2	1	3	2	4

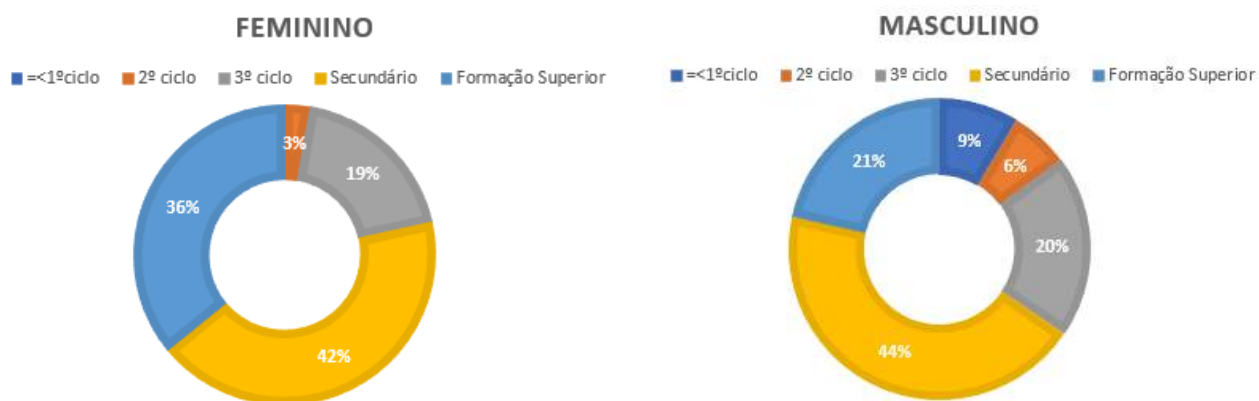
Tabela 43 – Saídas por empresa e género - 2016 a 2020

Saídas por empresa e por género						
	Género	2016	2017	2018	2019	2020
EDA	Feminino	4	1	3	4	2
	Masculino	14	19	15	28	17
EDARENOVÁVEIS	Feminino					1
	Masculino	1	9	3		1
GLOBALEDA	Feminino	1	5	6	3	5
	Masculino	6	1	4	4	3
SEGMA	Feminino	1	2			
	Masculino	4	10	8	5	2
TOTAL		31	47	39	44	31

O Grupo EDA tem vindo a desenvolver esforços no âmbito do recrutamento de recursos humanos mais qualificados, facto que é confirmado pelo aumento do número de colaboradores com qualificações iguais ou superiores ao ensino secundário.

Cerca de 68% dos trabalhadores têm qualificações académicas equivalentes ou superiores ao ensino secundário

Gráfico 27 – Qualificações dos trabalhadores do Grupo EDA – 2020



1.1.1. Gestão do capital humano

O Grupo EDA partilha da visão de que os Recursos Humanos constituem um importante ativo para um desempenho norteado por princípios de sustentabilidade. Desta forma, é fundamental garantir um conjunto de políticas e práticas de gestão de recursos humanos que devem estar alinhadas com a estratégia do Grupo, sendo sustentadas pela garantia do empenho e compromisso dos colaboradores. É fundamental assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável e promover o desenvolvimento de competências num contexto exigente que permita a evolução profissional e pessoal dos seus colaboradores.

Considera-se fundamental assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável e promover o desenvolvimento de competências num contexto exigente que permita a evolução profissional e pessoal dos colaboradores

A gestão dos recursos humanos segue uma política de gestão baseada nos princípios da valorização e da motivação de pessoas, nomeadamente:

- Promover um bom ambiente de trabalho, preservando a saúde e a segurança dos colaboradores;
- Implementar práticas de gestão de pessoas no âmbito do recrutamento e do desenvolvimento de competências que promovam as suas estratégias, políticas, práticas e processos, de acordo com os princípios e valores da igualdade e não-discriminação, da conciliação, da responsabilização, da transparência, da conduta ética e do respeito pelas partes interessadas;
- Alinhar todos os trabalhadores com os princípios e comportamentos evocados no Código de Ética e Conduta Profissional;
- Promover o desenvolvimento de competências em conformidade com os valores e cultura organizacional, objetivos e estratégia do Grupo; e
- Integrar novos colaboradores através de procedimentos de acolhimento, formação e acompanhamento.

A visão do grupo assenta na consciencialização da importância do capital humano na solidez e consolidação do mesmo, sendo que a pretensão para o futuro é de manutenção do investimento nesta vertente.

Por outro lado, o reforço do quadro permite aos atuais profissionais melhores condições de trabalho bem como o rejuvenescimento das equipas, um aspeto muito valioso e que cria oportunidades para os mais jovens.

Ainda em 2020 foi realizado um Estudo de Clima Organizacional “SOMOS NÓS, SOMOS EDA” em parceria com a MY CHANGE, que contou com uma taxa de participação de 75% dos seus colaboradores. Trata-se de um número muito positivo, que traduz a vontade de todos contribuírem com a sua visão e opinião para que a EDA possa no ano de 2021 percorrer um caminho de desenvolvimento focado naquilo que as suas Pessoas visionam como prioritário.

O “SOMOS NÓS, SOMOS EDA” teve como objetivo ouvir todos os Colaboradores e analisar as respetivas opiniões e necessidades, recolher feedback sobre o dia-a-dia na EDA e identificar os principais pontos positivos e oportunidades de melhoria no desempenho da nossa organização. É, por isso, uma ferramenta de diagnóstico sobre várias dimensões da satisfação e bem-estar organizacional como, por exemplo, a Liderança, o Desempenho e o Desenvolvimento, que retrata a visão dos Colaboradores sobre a realidade da EDA.

Tabela 44– Trabalhadores do Grupo EDA por chefia e género – 2020

Grupo Funcional	
Orgão de Gestão	11
feminino	2
masculino	9
Diretor	24
feminino	6
masculino	18
Chefia	89
feminino	20
masculino	69
Quadro Superior	127
feminino	33
masculino	94
Operacional/Admini	768
feminino	120
masculino	648
TOTAL	1 019

Todas as empresas do Grupo têm implementado um Acordo de Empresa, garantindo assim o equilíbrio e equidade na política salarial e hierárquica. Em 2020, foi negociada a revisão do Acordo de Empresa da EDA, que foi publicado em janeiro de 2021.

1.2 Formação profissional e Academia EDA

Em agosto de 2020, foi aprovada formalmente, em termos orgânicos, a Academia EDA, tendo esta estrutura iniciado a sua atividade no final de 2019, por deliberação da Comissão Executiva.

Em 2019, a Academia EDA iniciou a sua atividade

A situação de pandemia do novo coronavírus verificada em 2020, a partir do mês de março, implicou uma adaptação do paradigma da formação profissional, passando assim de presencial a digital/ virtual.

Como contributo para a alavancagem desta mudança, foi aprovado o modelo de Governo do Programa de Capacitação de Recursos Humanos na componente formativa, baseado na ferramenta de educação e treino “SAP Enable Now”, essencial para a formação dos utilizadores na nova plataforma “S/4HANA”.

O projeto em questão visava dotar a EDA de meios e condições para formar os seus colaboradores no uso das ferramentas, aplicações e atividades que suportam o processo de negócio, utilizando ferramentas “SAP”, nomeadamente “SAP Enable Now” e “SAP Success Factors Learning”, e, além disso, facilitar a execução das tarefas e procedimentos diários.

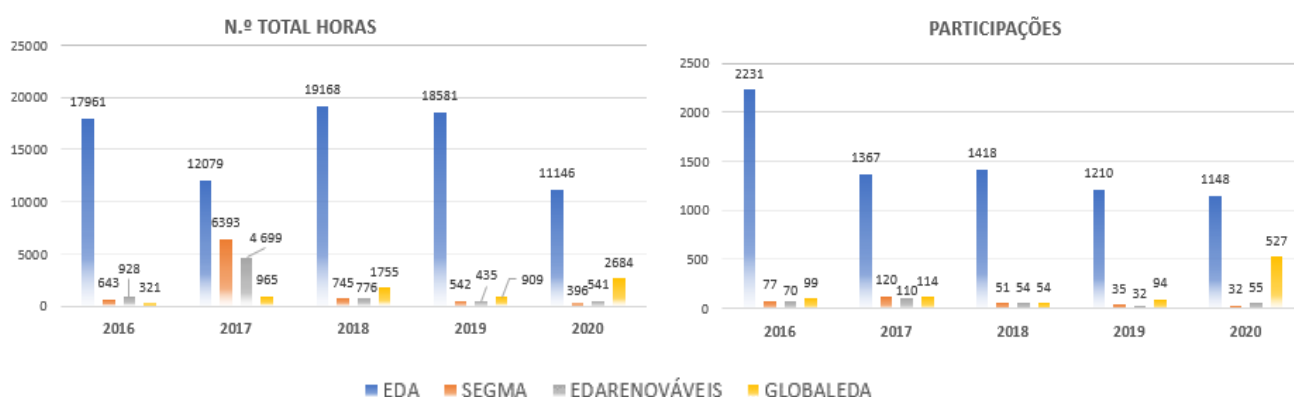
A aprendizagem “online” constitui uma aposta da Academia EDA, potenciada em 2020 pelo contexto pandémico

Esta plataforma desempenhou um papel fundamental na disponibilização de conteúdos formativos da Academia EDA, dotando a EDA de ferramentas de suporte à formação dos colaboradores da empresa, além de potenciar a difusão do conhecimento dos processos e do uso das aplicações e ferramentas de suporte à operação e ao trabalho.

Apesar da aprendizagem “online” constituir uma aposta da Academia EDA, esta foi impulsionada em função de diversos fatores como: a descontinuidade geográfica do arquipélago onde os seus trabalhadores exercem as suas atividades; o tipo de horários de trabalho, com colaboradores das áreas operacionais a laborarem em regime de turnos com folgas rotativas; a necessidade quer de manter as pessoas seguras, quer de continuar a assegurar formação às mesmas. Assim, procurou-se potenciar a aceleração da transição digital e o aumento das competências do capital humano, apesar do contexto pandémico que assolou a RAA e o Mundo.

A criação da Academia ilustra as alterações da política de formação na empresa. Assim, para além da pretensão de continuar a responder às necessidades de formação dos colaboradores, mediante o habitual levantamento de necessidades junto das hierarquias, entendeu-se que a Academia e a respetiva oferta formativa deveriam refletir a visão estratégica do negócio da empresa. Deste modo, a missão da Academia foi alinhada e definida como o motor da promoção do desenvolvimento dos colaboradores e da partilha do conhecimento no Grupo EDA, assegurando conteúdos e ações formativas de uma forma articulada com as suas orientações estratégicas, com particular enfoque nas áreas operacionais, contribuindo para a integração do capital humano e para o desenvolvimento das diferentes áreas de negócio da empresa.

Gráfico 28 – Número de horas de formação e participações, por empresa e por ano – 2016 a 2020



Por outro lado, é de salientar o sentido de responsabilidade social do Grupo EDA, manifesto, por exemplo na importância que assume a promoção e enquadramento de estágios, dispondo para o efeito de quatro tipologias distintas, nomeadamente: Estagiário T, Estagiário L, Estagiário U e Estágios curriculares, sendo que, em 2020, foram realizados 82 estágios. Além de investir nos jovens, alguns futuros quadros da empresa, os parceiros e prestadores de serviço também se envolvem nas ações de formação promovidas para os trabalhadores e, desta forma, é possível obter uma melhor qualidade dos serviços e promover uma maior harmonia entre os trabalhadores e os prestadores de serviço.

Avaliação de desempenho

O Grupo EDA procura impulsionar o reconhecimento do compromisso e dedicação dos seus colaboradores através da avaliação anual do seu desempenho que visam avaliar a contribuição de cada um para o cumprimento da estratégia de cada empresa do Grupo, mediante objetivos individuais e de equipa. O cumprimento desses objetivos traduz-se num prémio de desempenho.

Em 2020, todas as empresas do Grupo realizaram avaliação de desempenho, sendo que todo o processo foi realizado através da aplicação *Success Factors*, desde a definição dos objetivos até à determinação da avaliação final de cada colaborador.

É fundamental avaliar o desempenho para orientar os esforços, de uma forma eficaz, aos objetivos propostos anualmente.

Benefícios

O Grupo EDA disponibiliza aos seus colaboradores benefícios que visam o seu bem-estar e qualidade de vida aos níveis profissional, pessoal e familiar, com particular relevância nas condições de saúde e apoio na doença; na preparação da reforma; no reconhecimento do mérito e da responsabilidade; e nos meios e condições de trabalho.

Proteção de Dados

A proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais é um direito fundamental. A célere evolução tecnológica e a globalização criaram novos desafios relativamente à proteção de dados pessoais, exigindo um quadro de proteção mais sólido na União Europeia. Neste contexto, surgiu a necessidade de um regulamento que introduzisse alterações importantes sobre a proteção das pessoas singulares relativamente ao tratamento de dados pessoais, impondo novas obrigações aos cidadãos, empresas e outras organizações privadas e públicas. Neste sentido, foi aprovado, em abril de 2016, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Este Regulamento veio permitir uma maior transparência das empresas face aos titulares e gerou uma maior consciencialização coletiva da importância da privacidade.

Em 2020, manteve-se o trabalho de levantamento e identificação das atividades em que existe um tratamento de dados pessoais, em conformidade com as obrigações plasmadas no RGPD, nomeadamente no que diz respeito ao dever de assegurar a privacidade dos dados pessoais dos colaboradores, sendo para o efeito desenvolvido um sistema de gestão capaz de monitorizar e melhorar o controlo de proteção destes dados.

Saúde no trabalho

No âmbito da medicina no trabalho, são realizados 3 tipos de exames: Admissão, Periódicos e Ocasionais. Em 2020, realizaram-se 1 007 exames no Grupo EDA. A situação pandémica verificada na região levou a uma redução de deslocações inter-ilhas, facto que justificou a diminuição de exames realizados no grupo.

Tabela 45- Número de exames por empresa e tipologia – 2020

	Admissão	Periódico	Ocasionais	Total
EDA	33	284	521	838
EDA RENOVÁVEIS	13	22	10	45
GLOBALEDA	11	32	35	78
SEGMA	4	22	20	46
TOTAL	61	360	586	1 007

Tabela 46- Número de exames por empresa – 2016 a 2020

	2016	2017	2018	2019	2020
EDA	1 180	1 024	1 150	1 106	838
EDA RENOVÁVEIS	43	75	36	52	45
GLOBALEDA	79	75	97	74	78
SEGMA	57	54	62	59	46
TOTAL	1 359	1 228	1 345	1 291	1 007

Ao longo de 2020 foram realizadas 6 visitas do médico às instalações.

Tabela 47- Número de visitas por empresa – 2016 a 2020

	2016	2017	2018	2019	2020
EDA	15	13	6	7	3
EDA RENOVÁVEIS	1	1	1	1	0
GLOBALEDA	2	1	4	8	3
SEGMA	2	2		0	0
TOTAL	20	17	11	16	6

1.3 Segurança no trabalho

O Grupo EDA tem vindo ao longo dos anos a promover estrategicamente a melhoria continua das condições de segurança nos locais de trabalho, ao estabelecer melhores práticas e metodologias, tendo em vista à diminuição do risco, promovendo comportamentos seguros com a contribuição de todas as partes envolvidas, de modo a consolidar uma cultura de segurança positiva.

Como objetivos principais ao nível da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), para além da redução do risco nos locais de trabalho, da melhoria das condições de trabalho, pretende-se promover o bem-estar interno e a redução dos acidentes de trabalho, tendencialmente, para atingir o nível zero.

Para atingir esses objetivos, a EDA tem vindo de forma gradual a implementar o sistema de Gestão de Segurança, baseado na Norma ISO 45001:2018.

A EDA tem vindo a implementar o sistema de Gestão de Segurança, baseado na Norma ISO 45001:2018

Tendo em conta a atividade da EDA, considerada de risco elevado, a empresa possui serviços internos de Prevenção e Segurança no Trabalho, dotados de técnicos de segurança com as competências definidas na legislação em vigor e presta serviços às restantes empresas do Grupo EDA (EDA RENOVAVEIS, SEGMA e GLOBALEDA).

A Prevenção e Segurança assume um papel importante na segurança ocupacional de todos os trabalhadores e na respetiva cultura de segurança, contando com o envolvimento de todos para atingir os zero acidentes e principalmente sem danos para os trabalhadores.

No decurso de 2020, implementamos na EDA o projeto “A Segurança Toca a Todos” e mobilizámos todas as hierarquias a participar em sessões de trabalho, tendo estes posteriormente dinamizado as suas equipas, incentivando-os a adotar as melhores práticas em termos de segurança, e a participar as situações perigosas e quase acidentes. Este projeto potencia o aumento da cultura de segurança, através da responsabilização, atenção e prevenção de todos.

Tem sido forte a aposta da EDA na promoção de formação e ações de sensibilização nas temáticas de SST, na elaboração de procedimentos de segurança e na sua implementação, de acordo com as atividades desenvolvidas na empresa. Ao nível do sistema de emergência, tem sido dada relevância aos estabelecimentos industriais (centros produtores de energia elétrica) e principais edifícios administrativos, com a elaboração/revisão, bem como e implementação das medidas de autoproteção e realização de simulacros.

Todas as atividades desenvolvidas na área de Segurança no Trabalho, têm tido o envolvimento dos Representantes dos Trabalhadores de SST para a EDA, que foram eleitos para o triénio 2018/2021, conforme publicação no jornal oficial II série nº 168, de 31 de agosto de 2018.

Das empresas do Grupo EDA, a EDA, nomeadamente na Central Termoelétrica de Santa Bárbara, no Faial, obteve no final de 2020 a certificação em Segurança e Saúde no Trabalho no referencial ISO 45001:2018 (NP ISO 45001:2019). A GLOBALEDA possui certificação, através do referencial OHSAS 18001:2007, prevendo-se a transição para o referencial ISO 45001:2018 no início do ano de 2021. O

objetivo do Grupo EDA é estender gradualmente a todas as empresas e atividades o sistema de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

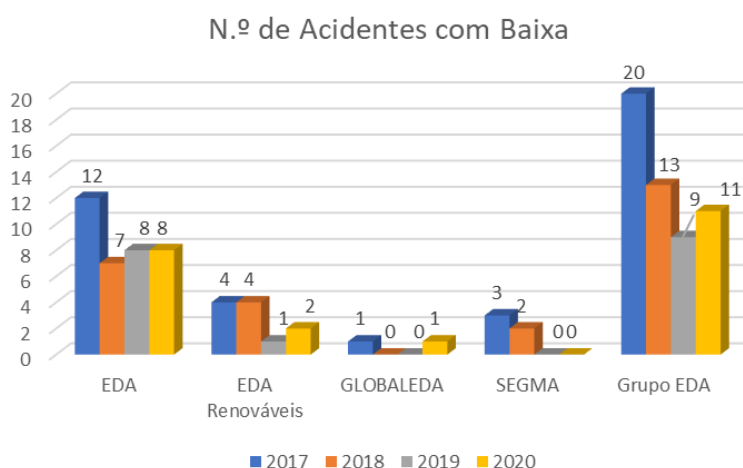
Pretende-se, assim:

- contribuir para uma melhoria contínua efetiva dos processos de segurança;
- reduzir a ocorrência de incidentes e doenças profissionais que envolvam, quer os trabalhadores da empresa, quer os trabalhadores dos fornecedores externos que colaboram com a EDA;
- garantir o cumprimento da legislação em vigor por todos os intervenientes nas atividades das empresas.

Indicadores da Segurança

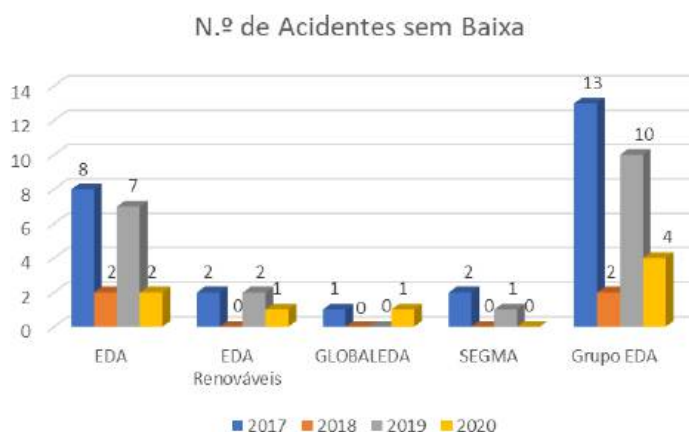
A sinistralidade laboral é um dos principais indicadores de monitorização do desempenho em SST. Em 2020, o Grupo EDA registou um total de 11 acidentes (com baixa), mais 2 do que em 2019.

Gráfico 29 – Acidentes com baixa médica, por empresa – 2017 a 2020



Após análise das causas raiz, promoveram-se várias ações tendo em vista sua eliminação e atuou-se preventivamente de forma a evitar o acidente.

Gráfico 30 – Acidentes sem baixa médica, por empresa – 2017 a 2020

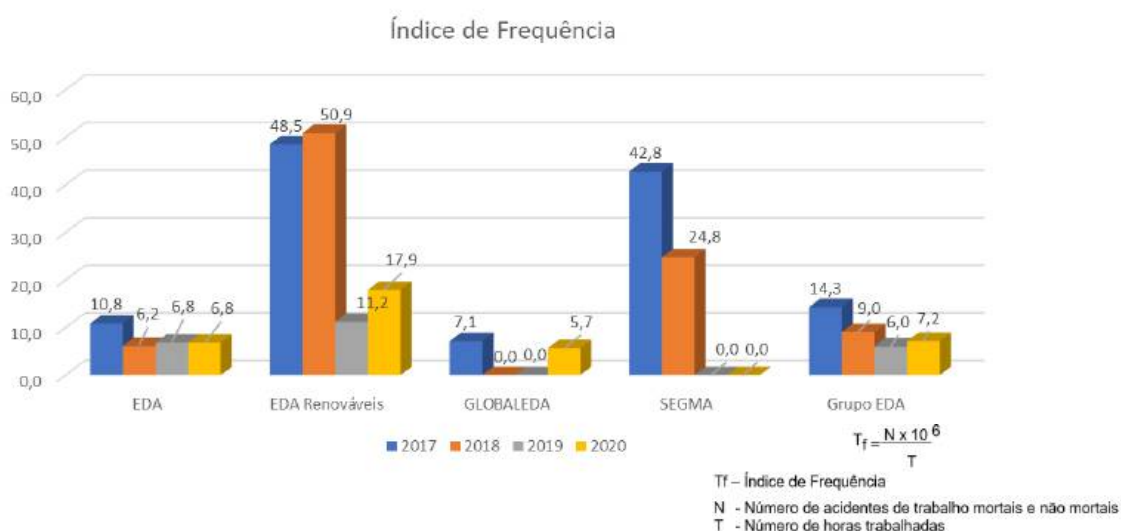


Apesar da diminuição dos acidentes sem baixa, promoveram-se várias medidas corretivas, nomeadamente no âmbito da sensibilização dos trabalhadores, para que não se repitam.

No Grupo EDA, em 2020, o número de dias perdidos, em consequência dos acidentes ocorridos, aumentou em 368 dias face ao registado em 2019, com um total de 788 dias. Na EDA verificou-se um aumento do número de dias perdidos, com o aumento em 399 dias em relação a 2019, com 730 dias perdidos, dos quais 253 dias dizem respeito a ausências derivadas de acidentes ocorridos em 2018 e 2019, passando o índice de frequência de 6,83 para 6,84 (a razão deste aumento não significativo, advém da diminuição do número de horas trabalhadas face a 2019, em 1 628,24 horas). O índice de frequência de 2020, face a 2019, do Grupo EDA apresenta uma ligeira subida de 6,0 para 7,2 face ao aumento do número de acidentes com baixa.

O Grupo EDA monitoriza ainda, para além do índice de frequência, os índices de gravidade e de incidência, para cada uma das suas empresas

Gráfico 31 – Índice de Frequência das empresas do Grupo EDA e respectiva evolução, por empresa



Na Tabela 48 é exibida uma síntese dos valores relevantes, bem com a respetiva evolução face ao ano transato de 2019, permitindo definir metodologias para reduzir os acidentes de trabalho, melhorar os índices de sinistralidade e incrementar a motivação e produtividade face à melhoria continua do Sistema de Gestão (ciclo PDCA).

Tabela 48- Resumo dos dados estatísticos de 2020 e respectiva evolução, comparativamente e a 2019

Ano: 2020		1002			1536.187		
		Acidentes cl baixa	Acidentes sl baixa	Dias Perdidos	Tf (%)	Ti (%)	Tg (%)
Grupo EDA	2020	11	4	788	7,16	10,98	513
	2019	9	10	420	6,04	9,37	282
	Δ	22,22%	<100%	87,62%	18,53%	17,22%	81,95%
		774			1169.157		
EDA	2020	8	2	730	6,84	10,34	624
	2019	8	7	331	6,83	10,48	283
	Δ	0,00%	<100%	>100%	0,14%	-14,2%	>100%
		70			111.574		
EDA Renováveis	2020	2	1	15	17,93	28,57	134
	2019	1	2	89	11,23	17,54	999
	Δ	100,00%	-100,00%	<100%	59,68%	62,86%	<100%
		50			78.885		
SEGMA	2020	0	0	0	0,00	0,00	0
	2019	0	1	0	0	0	0
	Δ	100,00%	-100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
		108			176.568		
Global EDA	2020	1	1	43	5,66	9,26	244
	2019	0	0	0	0,00	0,00	0
	Δ	100,00%	100,00%	>100%	>100%	>100%	>100%

1.4 Ética e prevenção da corrupção

Código de Ética do Grupo EDA

Devido à dimensão e diversidade do Grupo EDA, é necessário um quadro de referência que ajude a clarificar as expectativas da organização em relação aos trabalhadores e os princípios pelos quais o grupo se rege na relação com as diversas entidades com as quais interage.

Cada colaborador é um embaixador da imagem do Grupo EDA. A boa conduta no desempenho das suas funções é fator de orgulho para toda a organização. O Código de Ética do Grupo EDA nasceu para munir os trabalhadores de uma ferramenta que ajude a garantir em todas as ocasiões uma conduta à altura da sua condição.

No Código de Ética do Grupo, apresentam-se os princípios de ética para os seus trabalhadores: Respeito; Reconhecimento do Mérito; Equidade; Eficiência; Dever de informação; Imparcialidade; Objetividade.

Código de Conduta do Grupo EDA

Foi definido e aplicado para as empresas do Grupo EDA um Código de Conduta que constitui um instrumento no qual se inserem os valores das mesmas, bem como as normas de conduta a que todos os seus trabalhadores estão sujeitos e assumem como sendo suas.

Este Código visa clarificar junto dos seus trabalhadores as regras de conduta que os mesmos devem observar, através das suas decisões, comportamentos e atitudes, nas suas relações recíprocas e nas relações com os representantes da entidade empregadora, e ainda nas relações que em nome das empresas estabeleçam com terceiros, sejam clientes ou fornecedores, entre outros.

É também objetivo do Código de Conduta informar todos os seus trabalhadores sobre os seus direitos no meio laboral, bem como combater quaisquer comportamentos que possam de alguma forma ser enquadrados numa situação de assédio no local de trabalho.

Plano de Combate à Corrupção e Infrações Conexas

Adotada a “Convenção contra a Corrupção”, em 31-10-2003, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi a mesma aprovada pela Resolução n.º 47/2007, de 21 de setembro, da Assembleia da República, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 97/2007, de 21 de setembro.

Com o objetivo de desenvolver uma atividade de âmbito nacional, no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas, foi criado, pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), com estatuto de Entidade Administrativa Independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020 (Decreto Legislativo Regional n.º 1/2020/A, de 8 de janeiro), conseguiu a obrigação do Governo Regional dar cumprimento às orientações e recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, nos termos estipulados na Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, no que diz respeito, entre outros, ao setor público empresarial regional, no qual se insere o Grupo EDA.

Com vista a melhorar as inconsistências dos controlos internos existentes e tendo em referência a Recomendação n.º 3/2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho, os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA mantiveram a redação do “Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” aprovado em 2018.

Este plano tem como objetivo a identificação das principais áreas que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como dos principais riscos e correspondentes controlos instituídos pelas empresas do Grupo EDA, visando a sua mitigação.

2 Domínio ambiental

2.1 Âmbito do Reporte Ambiental

A EDA reconhece a importância das questões ambientais na gestão da sustentabilidade nas suas atividades e tem como objetivo diminuir os seus impactes ambientais com o desenvolvimento de estratégias de gestão em tópicos tão importantes como o consumo de recursos naturais, as alterações climáticas, emissões atmosféricas, consumo de água e a biodiversidade.

A EDA está atenta ao desempenho ambiental de cada uma das empresas do Grupo EDA promovendo a melhoria contínua numa ótica de ecoeficiência. Os dados constantes no presente Capítulo são referentes às empresas do Grupo EDA cujos impactes ambientais têm maior significância.

2.2 Parte interessadas

A EDA considera de extrema relevância o relacionamento com as suas partes interessadas, pois permite construir e reforçar relações de confiança, partilhar conhecimento e informação relevante, antecipar desafios e identificar novas oportunidades.

Gráfico 32 – Partes interessadas

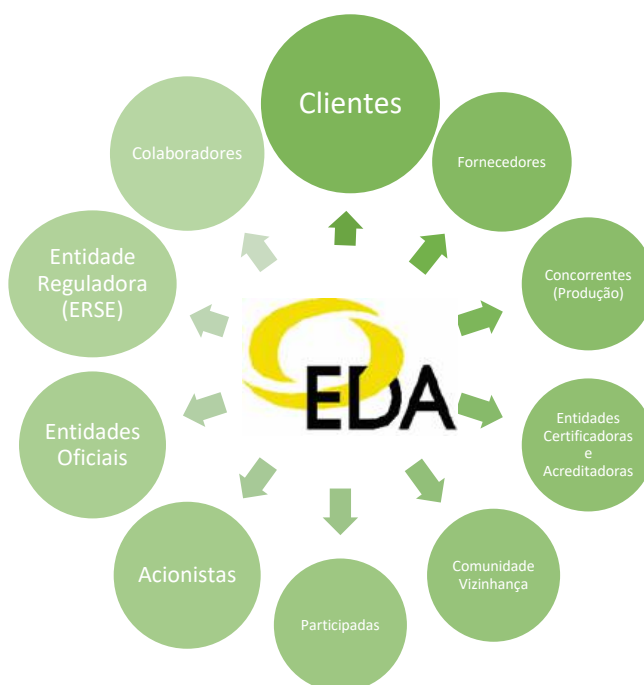


Tabela 49 – Partes interessadas e a sua influência no SGQAS

Identificação da Parte Interessada (PI)	Expectativas e necessidades da PI	Requisitos do SGQAS	Influência SGQAS (comentários)
CLIENTES	Garantir a continuidade e qualidade da energia elétrica fornecida salvaguardando a proteção ambiental Preços Tratamento adequado de reclamações e outros pedidos	Os requisitos especificados nos contratos dos diferentes tipos de cliente; Valores do RQS emitido pela ERSE em função da zona QS Proteção de dados pessoais Proximidade com o cliente (loja, call center, aplicações, site)	Melhoria dos Indicadores de desempenho da continuidade e qualidade de fornecimento Procedimentos do SGQAS Indicadores de desempenho do SGQAS Política da Qualidade e Ambiente
FORNECEDORES	Cumprimento de requisitos de parceria/contrato Garantia de continuidade do negócio Cumprimento do prazo de pagamento Avaliação do desempenho Potenciação da Imagem	Cumprimento de REO Qualificação, Seleção e Avaliação dos fornecedores Controlo de qualidade de receção Especificações de compra Estratégias de seleção e pagamento em função da ilha Sessões de esclarecimentos e sensibilização Participação na avaliação de desempenho	Procedimentos do SGQAS Indicadores de desempenho do SGQAS
CONCORRENTES (PRODUTORES DE ENERGIA ELÉTRICA)	Cumprimento de requisitos de parceria/ contrato de compra de energia Maximização da utilização da energia produzida Cumprimento do prazo de pagamento	Requisitos definidos no contrato	
COMUNIDADE / VIZINHANÇA	Preservação do meio ambiente Segurança do Sistema Elétrico Capacidade de resposta em situações de emergência Solidez financeira da empresa pública	Controlo do desempenho ambiental tendo por base os Aspetos Ambientais significativos identificados Cumprimento dos PSI Inspeção e Manutenção dos equipamentos do Sistema Elétrico Cumprimentos dos requisitos legais aplicáveis Eficácia e eficiência do SGQAS Política da Qualidade e Ambiente e Segurança	Procedimentos do SGQAS Garantia de tomada de medidas de minimização do impacte ambiental (ruído, emissões atmosféricas) na vizinhança das instalações industriais Metodologia de análise do risco Indicadores de desempenho do SGQAS
- EDA RENOVÁVEIS - SEGMA - GLOBALEDA - FUNDAÇÃO ENGENHEIRO JOSÉ CORDEIRO	Suporte financeiro Partilha de sinergias de negócio Assegurar a notoriedade da marca	Acompanhamento das participadas nos termos do previsto.	
ACCIONISTAS - RAA	Garantir o regime de empresa de utilidade pública no fornecimento de energia Influência na estratégia da energia na RAA Viabilidade financeira da empresa	Acompanha a empresa nos termos do previsto nos estatutos da sociedade. Participa na definição da estratégia da EDA Cumprimento do contrato de concessão pública do serviço de distribuição de energia	Plano de Atividade e Orçamento Anual aprovado pela EDA RAA sócia maioritária. Membros no CA da EDA Não tem influência no SGQAS

Identificação da Parte Interessada (PI)	Expectativas e necessidades da PI	Requisitos do SGQAS	Influência SGQAS (comentários)
	Controlar custos para os contribuintes		
ACCIONISTAS - PRIVADOS	Retorno de investimento; Preservar/ potenciação da Imagem	Reporte ao CA da EDA	Plano de Atividade e Orçamento Anual aprovado pela EDA Não tem influência no SGQAS
ENTIDADES OFICIAIS	Cumprimento de legislação e regulamentos aplicáveis	Cumprimento de legislação e regulamentação aplicável Comunicação de indicadores de desempenho Política da Qualidade e Ambiente e Segurança	Procedimentos do SGQAS Indicadores de desempenho do SGQAS
ERSE	Cumprimento de Regulamentos e Diretivas do setor elétrico		
COLABORADORES	Condições de ambiente de trabalho seguro Garantia de ambiente de trabalho saudável e justo Pagamento da remuneração do trabalho desenvolvido Conciliação do trabalho com a vida pessoal Solidez financeiro a longo prazo Preservar/ potenciação da Imagem	Funções e responsabilidades definidas e comunicadas. Requisitos de competência definidos Cumprimento de legislação laboral aplicáveis Sistema de avaliação do desempenho Regime remuneratório Política da Qualidade e Ambiente e Segurança	Manuais Procedimentos do SGQAS Política de recursos humanos Sindicados e representantes dos trabalhadores Indicadores de desempenho do SGQAS
ENTIDADES CERTIFICADORAS E ACREDITADORAS	Continuidade do serviço e preservação da imagem	Cumprimento da conformidade de acordo com os requisitos normativos adotados e cumprimento do regulamento de certificação.	Procedimentos do SGQAS

RQS – Regulamento da Qualidade de Serviço; SGQAS – Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança; REO – Regulamento de Execução Orçamental; PSI – Plano de Segurança Interno; CA– Conselho de Administração; ERSE–Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos; RAA- Região Autónoma dos Açores.

2.3 Ciclo de Vida do Produto/Serviço

Um desafio de gestão ambiental na EDA é a identificação dos aspetos ambientais relacionados com os seus produtos e serviços ao longo de todo o seu ciclo de vida, isto é, considerando todas as fases de um ciclo de vida desde a extração de matérias-primas, à produção, à utilização, à gestão final de resíduos e a todos os transportes necessários aos processos existentes, para determinar quais possam ter impactes significativos sobre o ambiente.

Com base nas etapas do ciclo de vida foi elaborada uma matriz específica para avaliação dos aspetos ambientais indiretos, aqueles que não são controláveis diretamente pela EDA. O ciclo de vida dos produtos e serviços da EDA é complexo, assim, optou-se por escolher as etapas sobre as quais a EDA tem uma relação direta com os fornecedores, com o objetivo de obter uma recolha de informação mais eficaz de modo a conseguir eventual maior influência.

Foram então consideradas as cinco principais componentes do ciclo:

- Fuel, Gasóleo e Óleos Lubrificantes;
- Construção;
- Manutenção;
- Fornecedores e Prestadores de Serviço (que não os envolvidos nas restantes fases do ciclo);
- Transporte e Distribuição.

Relativamente ao método de seleção, foram analisados os fornecedores/prestadores de serviço registados no ano de 2020, tendo sido aplicado um primeiro critério de exclusão com base no volume de faturação. Aos mais relevantes foram enviados questionários cujos resultados irão permitir em 2021 obter informação sobre o seu desempenho e desse modo implementar medidas que influenciem o desempenho ambiental do ciclo de vida.

Gráfico 33 – Ciclo de vida do produto/serviço da EDA



2.4 Gestão ambiental

É um grande desígnio da EDA o fornecimento de eletricidade aos seus clientes, alicerçado em modelos de produção e distribuição que reduzam continuamente o seu impacto no ambiente, no sentido de garantir a qualidade de vida desta e das gerações futuras.

O sistema de gestão ambiental da EDA é baseado no modelo PDCA (Plan, Do, Check, Act) abrange todas as instalações termoeletrónicas, sendo que o processo de certificação ambiental, segundo a ISO 14001, iniciado em 2012 já se aplica em cinco das nove instalações.

Pretendemos defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações de Açorianos.

É natural que à medida que uma sociedade se torna mais desenvolvida, aumentem as suas necessidades de conforto e o consumo de energia, mas é possível fazer uma utilização racional da energia, sem alterar o nosso estilo de vida ou abdicar do nosso conforto. Dessa forma, com o contributo de todos, pode-se evitar ou no mínimo diminuir o impacto ambiental do sector elétrico.

2.4.1 Metas e Objetivos de Gestão Ambiental

De uma forma geral, a maioria dos objetivos propostos para 2020 foram cumpridos parcialmente ou na íntegra, sendo que ao longo do ano verificaram-se algumas contrariedades que influenciam o desempenho ambiental global.

Tabela 50 – Metas e objetivos de Gestão Ambiental das centrais certificadas

Central	Desempenho 2019	Descritor	Objetivo	Metas 2020	Desempenho em 2020
CAD	0,084	Água	Reduzir o consumo específico de água – industrial (m³/MWh)	0,090	0,101
BJA	0,137			0,100	0,139
PIC	0,042			n.a.	0,038
SBA	0,261			n.a.	0,202
GRA	n.a.			n.a.	n.a.
CAD	2,5	Energia	Reduzir consumo específico de energia elétrica (%)	2,7	2,7
BJA	4,7			3,7	4,6
PIC	4,0			4,0	3,8
SBA	7,2			6,1	7,8
GRA	6,0			9,0	9,0
CAD	0,80	Resíduos	Reduzir produção específica de resíduos do combustível e lubrificante (ton resíduos/ton Fuel - em %)	0,72	0,78
BJA	0,40			0,45	0,36
PIC	1,80			n.a.	1,06
SBA	3,30			3,00	2,75
GRA	n.a.			n.a.	n.a.
CAD	205,6	Matérias-Primas	Reduzir consumo Específico de combustível – Fuel (g/kWh)	208,0	204,7
BJA	0,217			216,0	216,7
PIC	213,9			213,0	211,5
SBA	214,1			215,0	215,5
GRA	n.a.			n.a.	n.a.
CAD	0,0017	Matérias-Primas	Reduzir consumo Específico de combustível – Gasóleo (g/kWh)	0,0017	0,0015
BJA	0,0029			0,0024	0,0030
PIC	0,0044			0,0060	0,0045
SBA	0,0095			0,0060	0,0067
GRA	0,267			0,270	0,262

(CAD-Central Termoelétrica do Caldeirão, BJA-Central Termoelétrica do Belo Jardim, PIC-Central Termoelétrica do Pico, SBA-Central Termoelétrica de Santa Bárbara, GRA – Central Termoelétrica da Graciosa)

2.5 Cartilha de Sustentabilidade

A EDA é subscritora da Cartilha de Sustentabilidade dos Açores. Esta iniciativa da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas visa apoiar a adoção dos princípios do Desenvolvimento Sustentável (definidos pelas Nações Unidas) de forma inclusiva e abrangente nos diversos setores da nossa sociedade. A EDA, como subscritora da Cartilha da Sustentabilidade, assume o compromisso da prática duma gestão responsável e transparente e guiada pela implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com os seis compromissos assumidos pela EDA neste programa são potenciados os seguintes ODS:



7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

GARANTIR O ACESSO A FONTES DE ENERGIA FIÁVEIS, SUSTENTÁVEIS E MODERNAS PARA TODOS



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

TORNAR AS CIDADES E COMUNIDADES INCLUSIVAS, SEGURAS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS



12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

GARANTIR PADRÕES DE CONSUMO E DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS

Sendo que também são mitigados os seguintes ODS:



2.6 Certificações e Reconhecimentos

O reconhecimento externo e independente dos serviços prestados pela EDA tem sido um dos desígnios da empresa, de forma a garantir que os sistemas de gestão de qualidade, ambiente e segurança implementados se encontram em conformidade com os referenciais internacionais e, em simultâneo, garantam uma gestão mais eficaz, quer da melhoria, quer dos aspetos ambientais das atividades desenvolvidas pela EDA, tendo em consideração a proteção ambiental, a poluição, o cumprimento legal e as necessidades socioeconómicas, promovendo a criação de valor para todas as partes interessadas.

Tabela 51 – Certificações e Acreditações das atividades do Sistema de Gestão da EDA, SA

NORMA	DESIGNAÇÃO
NP EN ISO 9001 	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE – REQUISITOS Âmbito: Direção de Exploração da Produção - Produção de Energia em Sistemas Termoelétricos. Manutenção dos Sistemas de Produção de Energia; Direção de Exploração da Distribuição - Planeamento e Execução de Manutenção de Subestações, Linhas AT/MT/BT, Equipamentos de Manobra da Rede e Postos de Seccionamento e Transformação, Análise de Projetos para Instalações Particulares e de Serviço Público e Viabilidades para Operações Urbanísticas e Edificações; Direção Comercial - Comercialização de Energia, Potência e Serviços Conexos. Locais: Central do Caldeirão; Central do Belo Jardim; Central da Graciosa; Central do Pico; Central de Santa Bárbara; Serviços de Manutenção da Produção em todas as ilhas; Armazém central de São Miguel; Edifício Sede da Administração e Edifício escritórios dos Serviços Técnicos do Caminho da Levada; Subestações, linhas de MT/AT/BT e Postos de Seccionamento e Transformação associadas à distribuição; Edifícios da Distribuição em cada ilha; Lojas da EDA e Centros de Energia em todas as ilhas.
NP EN ISO 14001	SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL – REQUISITOS E LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA A SUA UTILIZAÇÃO

	Âmbito: Direção de Exploração da Produção - Produção de Energia em Sistemas Termoeletricos. Manutenção dos Sistemas de Produção de Energia Locais: Edifício Sede, da Administração e Escritórios dos Serviços Técnicos; Central do Caldeirão; Central do Belo Jardim; Central da Graciosa; Central do Pico; Central de Santa Bárbara; Serviços de Manutenção; Armazém de São Miguel.
NP ISO 45001 	SISTEMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL – REQUISITOS Âmbito: Direção de Exploração da Produção - Produção de Energia em Sistemas Termoeletricos. Locais: Central de Santa Bárbara.
NP EN ISO/IEC 17025 	REQUISITOS GERAIS DE COMPETÊNCIA PARA LABORATÓRIOS DE ENSAIO E CALIBRAÇÃO Âmbito: Contagem de Energia; Onda de Tensão. Locais: Laboratório LATES (Laboratório de Contadores, Telecontagem e <i>Smart Meters</i>)

2.7 Conformidade Ambiental

A identificação, análise e avaliação da conformidade dos requisitos legais aplicáveis em termos de Ambiente é uma tarefa prioritária, contudo é complexa e morosa. Através do auxílio de uma aplicação informática todos os responsáveis e restantes trabalhadores colaboram no sentido de garantirem a contínua conformidade legal das suas atividades e instalações.

De referir que, em 2020, as instalações da EDA e da EDAR foram sujeitas a algumas ações inspetivas pelas Autoridades Regionais, não tendo sido detetados incumprimentos legais ambientais que determinassem a instauração de processos de contraordenação e aplicação das respetivas coimas e/ou sanções acessórias.

2.8 Prevenção da Poluição e Emergências Ambientais

Para reduzir os impactes e riscos ambientais resultantes das suas atividades, a EDA procura, sempre que possível, implementar as melhores tecnologias disponíveis, promover as boas práticas ambientais, a melhoria contínua do seu desempenho e encontrar soluções para a minimização dos seus impactes ambientais.

As instalações localizadas nas ilhas de São Miguel e Terceira estão sujeitas a exigentes licenças ambientais, que têm em conta a sensibilidade do meio onde estão integradas.

Uma vez que podem ocorrer situações em cenário de emergência, complementarmente, a EDA dispõe de procedimentos de atuação em situações de emergência ambiental para as diferentes situações de risco identificadas, estando os seus colaboradores formados e treinados, sendo que os procedimentos de atuação são regularmente testados através de simulacros. Em 2020, foram registadas e

comunicadas quatro situações de potencial emergência ambiental que não originaram impactes ambientais devido a uma rápida deteção e resposta dos colaboradores das instalações no acionamento dos meios necessários para a sua resolução.

2.9 Utilização sustentável dos recursos ambientais

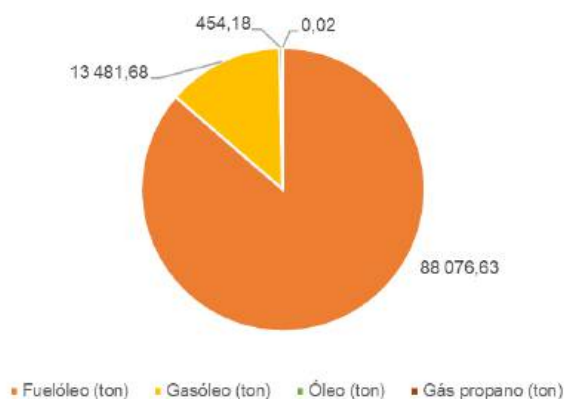
2.9.1 Materiais utilizados

Os recursos naturais são um dos temas de maior preocupação para o Grupo EDA, visto que alguns não são renováveis, pelo que a promoção de políticas e comportamentos para o uso eficiente dos mesmos faz parte da política estabelecida para a diminuição do impacte ambiental relacionada com o seu uso.

As centrais termoelétricas possuem motores de combustão interna e produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis (fuelóleo e gasóleo), que são as principais matérias-primas.

Os óleos lubrificantes são igualmente um recurso que se tem muita atenção, visto que para os equipamentos funcionarem corretamente necessitam de estar devidamente lubrificados.

Gráfico 34 – Consumo das principais matérias no grupo EDA



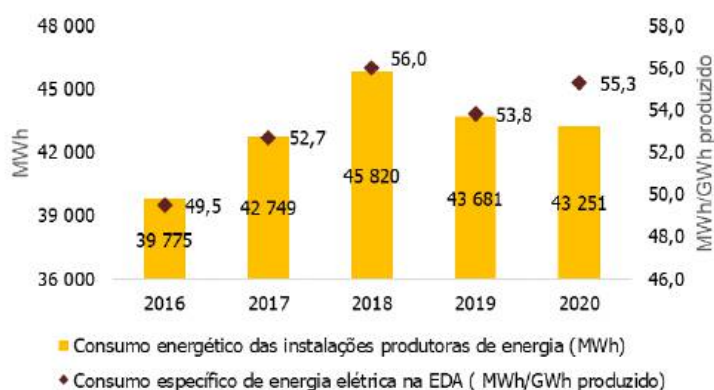
Comparativamente a 2019, verificou-se uma diminuição de 6.383 ton (-5,9%) no consumo dos principais materiais.

Tendo em conta a realidade da atividade principal do Grupo EDA, não é possível a utilização de produtos reciclados na produção e transporte de energia elétrica, nem a aplicação e recuperação de produtos e os respetivos materiais das embalagens.

2.9.2 Energia consumida

Os sistemas eletroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, são constituídos por 9 centrais termoelétricas (5 alimentadas a gasóleo e 4 a fuelóleo), 3 centrais geotérmicas, 7 parques eólicos e 12 centrais hidroelétricas. Nestas instalações eletroprodutoras é consumida energia elétrica para o funcionamento das mesmas. Em 2020, o valor de consumo energético foi de 43.251 MWh, o que representa uma diminuição em termos absolutos de 1,0% em relação ao ano anterior.

Gráfico 35 – Eficiência energética – 2016 a 2020



Nota: Engloba as centrais térmicas, centrais geotérmicas, parques eólicos e instalações hídricas.

A EDA encontra-se empenhada em identificar e desenvolver medidas que permitam melhorar continuamente o desempenho energético das suas instalações.

2.9.3 Água

A água é um recurso fundamental para as atividades da EDA, particularmente para as centrais hidroelétricas, geotérmicas e termoelétricas que dependem da sua quantidade e qualidade para uma operação adequada.

Gráfico 36 – Evolução do consumo de água nas Centrais Termoelétricas da EDA



Nas instalações de produção geotérmica da EDAR, a água de processo é o fluido geotérmico, o qual é captado nos poços de produção e devolvido na sua totalidade ao interior do reservatório geotérmico, em profundidade, através dos poços de injeção. No consumo de água da EDAR a única característica alterada é a temperatura, sendo que esta é monitorizada de acordo com as orientações da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) decorrentes das entidades oficiais.

Nas instalações de produção hídrica da EDAR, o volume de água utilizado é substancialmente superior aos das restantes instalações, contudo o uso resume-se à sua contenção, pelo que não existem alterações das suas características qualitativas. Nas ilhas de São Miguel e Flores, a taxa de uso da água disponível é superior às restantes ilhas devido à maior presença de produção hidroelétrica.

Nas instalações de produção termoelétrica, não houve reutilização e reciclagem de água.

Em 2020 verificou-se uma redução em termos absolutos de 2,6% no consumo de água face ao ano anterior. Contudo, apesar do elevado volume de água utilizada nas instalações da EDA, nas várias ilhas, o impacte do mesmo no ambiente é diminuto considerando a

quantidade de água disponível nos lençóis freáticos, ou seja, a EDA utiliza apenas um volume correspondente a 0,9% da água disponível na Região Autónoma dos Açores.

Gráfico 37 – Relação entre o usos da água pelas diversas atividades desenvolvidas pela EDA e a quantidade de água disponível em cada ilha (água superficial e água subterrânea explorável) ^a



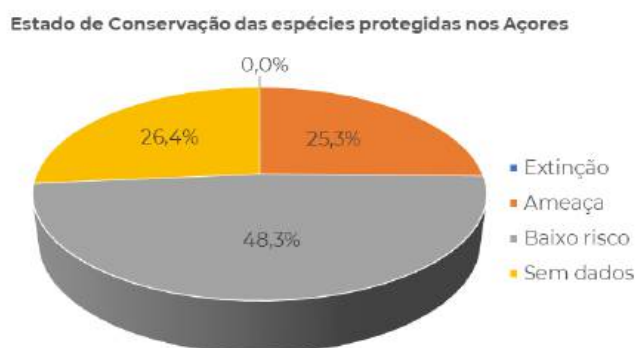
^a – Bibliografia: Portal do estado do Ambiente dos Açores (<http://rea.azores.gov.pt>)

2.9.4 Biodiversidade

De um modo simples, o termo biodiversidade pode ser descrito como a variedade de plantas e animais (espécies) e os lugares em que eles vivem (ecossistemas). A biodiversidade está para o planeta como um sistema imunitário saudável está para a saúde de cada um de nós: auxilia-nos a sermos mais produtivos e adaptáveis à mudança, mas a sua perda torna-nos muito vulneráveis e frágeis. Devido à sua posição geográfica e à sua dimensão territorial a biodiversidade nos Açores é bastante exclusiva e vulnerável.

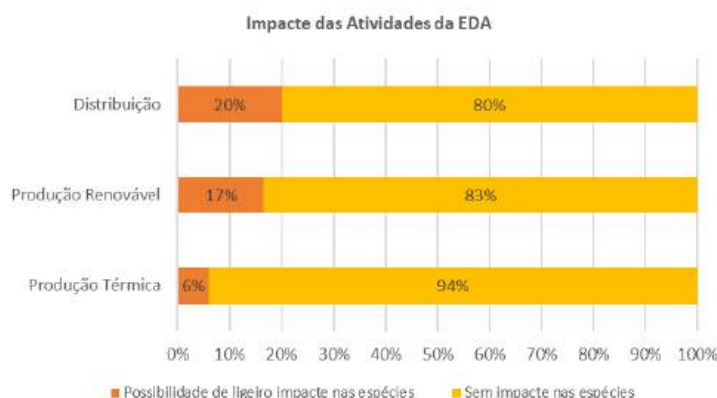
A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) possui uma lista das espécies ameaçadas (Lista Vermelha da IUCN) que constitui um inventário detalhado sobre o estado de conservação mundial de várias espécies de plantas, animais, fungos e protistas nos quais se incluem algumas espécies da Região Autónoma dos Açores. No gráfico abaixo, onde se apresenta o ponto de situação do estado de conservação, constata-se que a maior parte das espécies da RAA encontram-se num nível de baixo risco. Contudo, cerca de 25% estão atualmente em estado de conservação ameaçado.

Gráfico 38 – Estado de Conservação de algumas espécies protegidas da RAA, segundo a classificação (categorias) da IUCN



As instalações da EDA (centrais termoelétricas, parques eólicos, parques geotérmicos, linhas elétricas, etc) têm um impacto não negligenciável na biodiversidade, tanto na fauna como na flora. Desse modo, as atividades desenvolvidas, tanto ao nível da exploração, como da manutenção e construção, implicam por parte da EDA um empenho na tomada de medidas ao nível da formação, proteção e compensação dos seus impactos ambientais.

Gráfico 39 – Impactes das atividades da EDA na biodiversidade



Nas obras de maior relevância a EDA elabora Estudos de Impacte Ambiental que identificam as medidas necessárias para minimizar os impactes ambientais associados à instalação e exploração das suas infraestruturas. Entre as medidas mais relevantes destacam-se:

Tabela 52 – Medidas de proteção da biodiversidade implementadas pela EDA

Medidas implementadas na rede de distribuição para reduzir impacte na avifauna	No âmbito da implementação do projeto “Avaliação da Interação entre avifauna e a rede de transporte e distribuição de energia elétrica nos Açores”, foram adotadas decisões de melhoria das redes elétricas para a avifauna, especialmente nas áreas Protegidas e locais de importância ornitológica (ZPE – Zona Proteção Especial e IBA – Zonas Importantes para as Aves), com o objetivo de mitigação da mortalidade. As medidas definidas encontram-se em implementação à medida da realização das manutenções das linhas existentes ou na implementação de novas linhas.
Plano de Conservação para a Integração Paisagística	Na ilha Terceira, no âmbito do Plano de Conservação para a Integração Paisagística detalhada da Central Geotérmica do Pico Alto foram plantadas espécies endémicas lenhosas no interior da central geotérmica como o Cedro-do-mato, Folhado, Pau-branco, Uva-da-serra. Os taludes foram cobertos com plantas endémicas herbáceas, como por exemplo, <i>Sphagnum palustre</i> , <i>Hedera azorica</i> , <i>Selaginella azorica</i> , <i>Palhinha cernua</i> , <i>Deschapsia foliosa</i> ; <i>Festuca francoi</i> , <i>Tolpis azorica</i> .

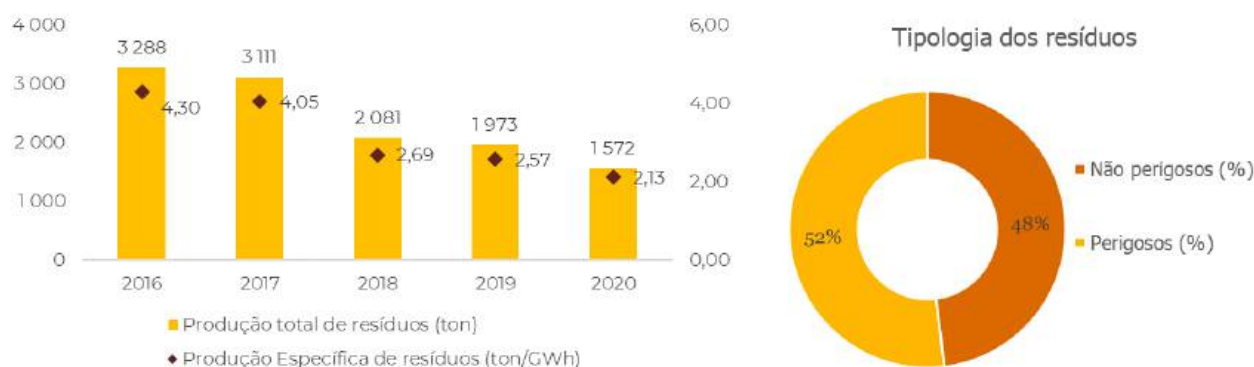
2.9.5 Resíduos e efluentes líquidos

A produção de energia elétrica implica, necessariamente, a exploração de recursos naturais com a consequente emissão de poluentes atmosféricos, mas também com produção de resíduos líquidos ou sólidos.

Em 2020, o Grupo EDA produziu um total de 1.572 toneladas de resíduos, um valor cerca de 20% inferior ao obtido em 2019, não considerado resíduos resultantes de uma situação excecional ocorrida em 2020 (392 ton de resíduos não perigosos encaminhados para Operador Licenciado resultantes de eliminação de passivo ambiental).

Desde 2016 que se tem verificado a sucessiva redução na produção de resíduos, sobretudo devido à melhoria de eficiência da utilização dos equipamentos de tratamento e desidratação dos resíduos de combustível e lubrificantes nas Centrais Termoelétricas que utilizam fuelóleo.

Gráfico 40 – Produção de resíduos 2016 a 2020 e tipologia dos resíduos



Conforme estipulado legalmente, todos os resíduos foram entregues a Operadores Licenciados ou Entidades Gestoras, sendo que 98,9% foram encaminhados para valorização e reciclagem. Apesar dos resíduos terem sido entregues a entidades sediadas na Região Autónoma dos Açores, cerca de 60% da quantidade de resíduo foi posteriormente enviada para Portugal Continental. De realçar que comparativamente a 2019, verificou-se um aumento de 23,2% na quantidade de resíduos que ficaram nos Açores, sendo que para esta situação muito contribuem os resíduos de construção e demolição que são entregues nos Operadores Licenciados regionais para reutilização em obras de construção civil, contribuindo assim para a economia circular.

Gráfico 41 – Distribuição do destino dos resíduos



Os efluentes líquidos produzidos na EDA, são descarregados nos solos, cumprindo as disposições legais. Na EDAR a totalidade de água geotérmica captada nos poços geotérmicos de produção é devolvida, após troca de calor nas centrais aos poços geotérmicos, cuja função é devolver o fluido geotérmico (água e vapor condensado) ao interior do reservatório geológico.

Segundo as Nações Unidas, os plásticos são considerados atualmente uma das principais causas de poluição e danos ao meio ambiente e à saúde devido ao seu curto período de uso, ao elevado tempo de degradação no meio ambiente e, principalmente ao destino inadequado dos respetivos resíduos. Cerca de metade do plástico consumido em todo o mundo é considerado de uso único.

Tendo em conta estas preocupações ambientais, a EDA implementou um plano de redução de plásticos de uso único com o objetivo de reduzir ou eliminar o uso destes tipos de plásticos nas suas atividades. Em 2020 foi estabelecida a meta de redução de 90% do consumo global de plásticos, que foi amplamente cumprida com a obtenção de uma redução de 98%.

Tabela 53 – Quantidades de tipos de plásticos de uso único 2020

Tipos de plásticos de uso único	Objetivo	2020		
		Valor de referência (unidades)	Resultado (unidades)	Δ%
Garrafas plástico	-90%	43 730	15 618	-64%
Copos plástico	-90%	531 825	-	-100%
Palletines	-90%	181 650	-	-100%
Consumo Global	-90%	757 205	15 618	-98%

2.10 Emissões atmosféricas

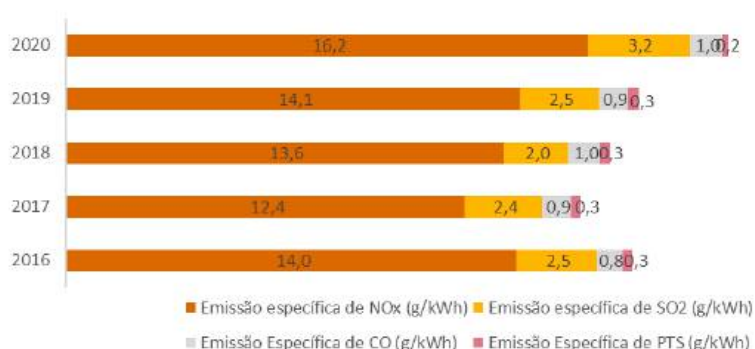
Resultado da sua exploração, são emitidas nas centrais termoelétricas da EDA poluentes primários e secundários, sendo que o Dióxido de Enxofre (SO₂), os Óxidos de Azoto (NO_x), o Monóxido de Carbono (CO) e as Partículas (PTS) são os mais relevantes. Apesar do aumento verificado em 2020 relativamente aos anos anteriores, são cumpridos todos os limites legais aplicáveis aos grupos eletrogeradores, quer na monitorização pontual, quer na monitorização em contínuo efetuada nas 4 centrais termoelétricas que utilizam fuelóleo como combustível.

Tabela 54 - Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas de 2016 a 2020

	2016	2017	2018	2019	2020
Total de NOx emitido (ton)	7 506,3	6 283,8	6 855,8	6 909,4	7 436
Total de SO ₂ emitido (ton)	1 362,8	1 202,7	1 002,4	1 202,0	1 447,8
Total de CO emitido (ton)	449,5	453,6	499,4	440,4	469,0
Total de PTS emitida (ton)	182,0	172,0	169,4	163,1	94,7

Nota: valores calculados com base nas monitorizações pontuais e contínuas dos efluentes gasosos.

Gráfico 41 - Emissões específicas de poluentes atmosféricos nas centrais termoelétricas de 2016 a 2020



Nota: valores calculados com base na produção bruta das centrais termoelétricas.

2.11 Alterações climáticas

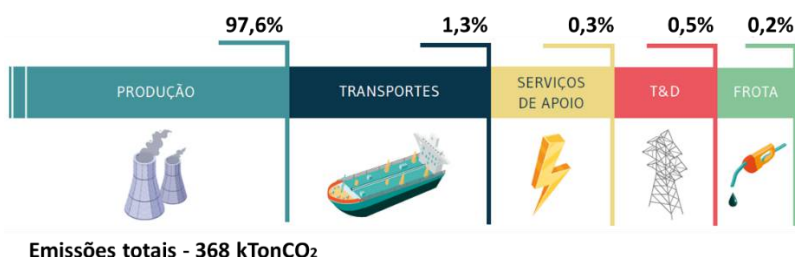
A nível mundial, o sector energético é um dos contribuidores para as emissões de gases com efeito de estufa, pelo que a EDA reconhece a importância de realizar o seu inventário de carbono, usando-o como instrumento de gestão e de suporte à definição de metas de redução de emissões nas suas diferentes áreas de atividade.

Este facto confere uma responsabilidade acrescida à EDA, que desta forma se integra numa estratégia do carbono, ajustadas ao contexto de cada uma das ilhas da RAA, através do mecanismo CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), quer através do incremento de energias renováveis no seu *mix* energético, quer através da implementação de medidas que melhorem a sua eficiência ambiental, quer através de medidas que influenciem positivamente os consumos dos seus clientes.

As emissões de GEE (Gases de Efeito de Estufa) da EDA estão organizadas em cinco áreas de atividade:

- ♦ **Produção:** as emissões da área da produção são contabilizadas pelo consumo de combustível (fuelóleo, gasóleo) nas Centrais Termoelétricas. Estas emissões são já reportadas pela EDA anualmente no CELE para quatro das suas nove centrais térmicas.
- ♦ **Serviços de apoio:** as emissões dos serviços de apoio são variadas. Entre elas estão as emissões referentes ao tratamento de resíduos (industriais perigosos e banais), emissões noutras fontes (consumo de gasóleo e gasolina em empilhadores, motosserras e geradores móveis), consumo de energia elétrica em centros logísticos, delegações, edifícios administrativos e operacionais (o consumo de energia elétrica nas centrais é considerado consumo próprio e já está a ser contabilizado nas emissões de produção, motivo pelo qual não é considerado), emissões fugitivas resultantes do uso de refrigerantes usados na sede e noutros serviços e emissões resultantes do tratamento de efluentes líquidos (determinadas a partir do número de colaboradores da EDA).
- ♦ **Transportes:** as emissões associadas ao transporte correspondem a emissões a montante e a jusante da atividade principal das centrais. Assim, são consideradas emissões resultantes do transporte de combustíveis (via marítima e terrestre) entre o continente e as centrais, e emissões resultantes do transporte de resíduos decorrentes da atividade da empresa para o continente. São ainda consideradas as viagens de negócios por via aérea.
- ♦ **Frota:** a EDA tem uma frota de veículos a gasolina, gasóleo e elétrica, pelo que as emissões associadas à frota correspondem ao consumo de gasolina, gasóleo e energia elétrica.
- ♦ **Transporte e distribuição de energia:** as emissões de transporte e distribuição de energia são emissões fugitivas resultantes do uso de refrigerantes usados em aplicações de alta e média tensão (hexafluoreto de enxofre-SF₆) e ainda emissões decorrentes das perdas associadas ao transporte e distribuição da eletricidade consumida da rede.

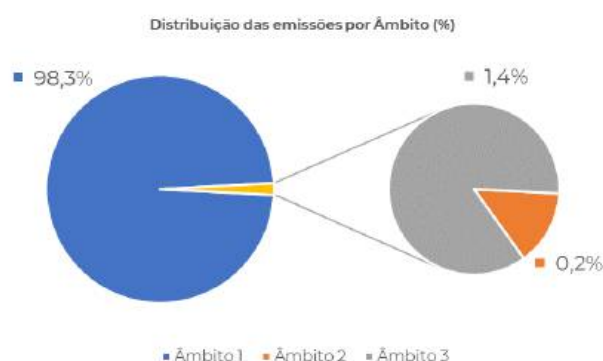
Gráfico 42 - Distribuição das emissões de GEE estimadas da EDA, por área de atividade



Seguindo os padrões internacionais, o inventário de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo EDA é também dividido em três âmbitos:

- **Âmbito 1:** representa todas as emissões diretas relacionadas com as operações que pertencem ou são controladas pela EDA, incluindo as fontes fixas de combustão, os veículos da empresa e emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa (GFE);
- **Âmbito 2:** representa as emissões indiretas relacionadas com o consumo de eletricidade para utilização própria, inclusive para viaturas elétricas.
- **Âmbito 3:** representa as outras emissões indiretas, que surgem como consequência das atividades da EDA, mas ocorrem em fontes que não são por si geridas ou controladas. Atividades relacionadas com transportes, viagens de negócios, tratamento de efluentes líquidos, tratamento de resíduos urbanos atividades logísticas são alguns exemplos das atividades que são contabilizadas no âmbito 3. A sua determinação no inventário serve para influenciar a cadeia de valor, permitindo que a EDA identifique as maiores fontes de emissões de GEE e estabeleça metas de redução para os seus fornecedores externos (relativamente à sociedade civil, clientes, investidores ou fornecedores).

Gráfico 43 - Distribuição das emissões de GEE estimadas por âmbito.

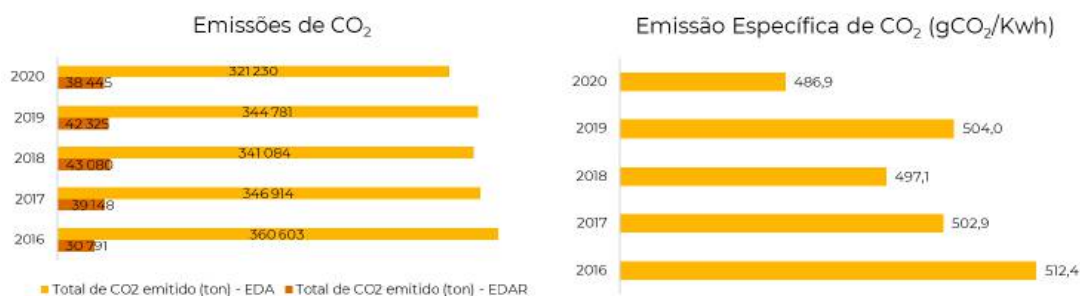


Âmbito 1: Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - Dióxido de Carbono - CO₂

Em 2020, na produção de energia elétrica, a EDA emitiu um total de 321.230 tonCO₂ e a EDAR um total de 38.445 tonCO₂. Este desempenho significou uma redução de 7,1% face às emissões de 2019 em termos absolutos e uma redução de 3,4% em termos de emissões específicas.

Em 2020, a EDA reduziu, em cerca de 7,1% as emissões de CO₂

Convém salientar que os campos geotérmicos estão localizados em regiões com taxas de elevado fluxo de CO₂, onde a emissão deste poluente para a atmosfera é um processo natural. Os poços geotérmicos funcionam como pontos privilegiados de condução de fluido geotérmico e, em consequência, dos gases não condensáveis. De facto, tem sido apontado por diversos autores (*Bertani, 2002*) que a exploração geotérmica pode acelerar um processo que ocorre naturalmente numa área vulcanicamente ativa.

Gráfico 44 – Total de CO₂ emitido e Emissões Específicas de CO₂ – 2016 -2020

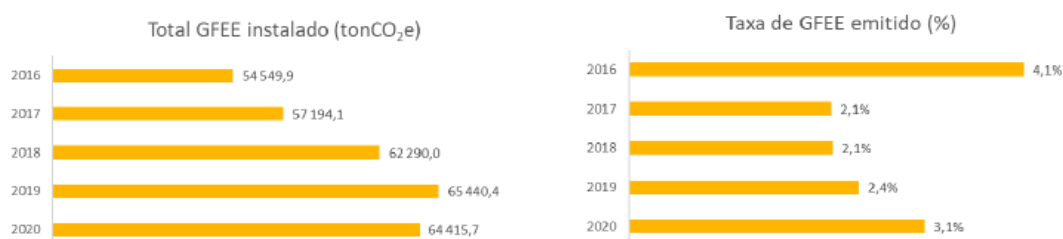
No decorrer das atividades do Grupo EDA foram igualmente emitidas 696 ton CO₂, resultantes do consumo de combustíveis fósseis na frota automóvel, que comparativamente a 2019 resultam numa redução de 9,9%.

A EDA tem também instalados GFEE em alguns dos seus equipamentos. Em 2020, decorrente de ocorrências técnicas nesses equipamentos, verificou-se uma taxa de fuga na ordem dos 3,1%, ou seja, um aumento de 28,7% das emissões equivalentes de CO₂ relativamente a 2019.

Tabela 55 - Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2020

	2016	2017	2018	2019	2020
Total GFEE instalado (tonCO₂e)	54 550	57 194	62 290	65 440	64 416
Taxa de GFEE emitido (%)	4,1%	2,1%	2,1%	2,4%	3,1%

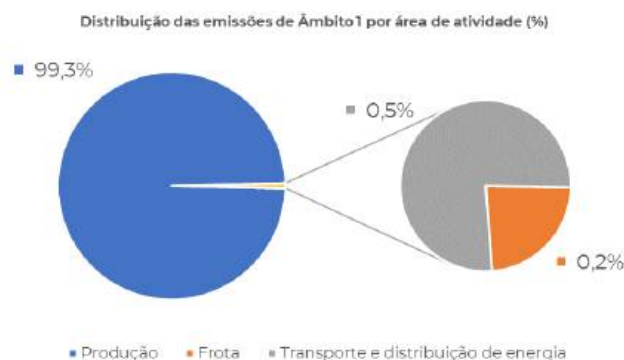
Gráfico 45 - Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2020



As emissões de âmbito 1, que correspondem a 98,3% do total dos GEE emitidos pelas atividades da EDA e a sua grande maioria, cerca de 99,3% resultam da produção de energia elétrica devido à queima de combustíveis fósseis nas centrais térmicas da EDA.

A distribuição das fontes deste âmbito está apresentada no gráfico abaixo.

Gráfico 46 - Emissões de Âmbito 1



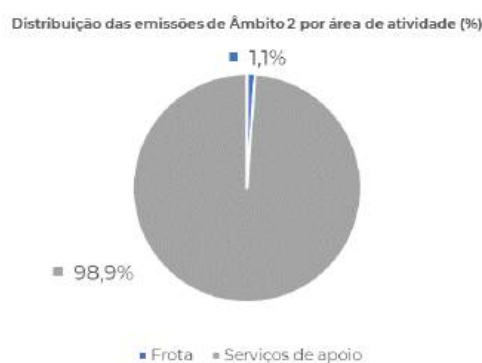
As restantes fontes de emissões de âmbito 1 correspondem às emissões fugitivas provenientes do uso de gases isoladores e refrigerantes em aplicações de alta e média tensão (hexafluoreto de enxofre-SF₆) e da frota automóvel da EDA.

Âmbito 2: Emissões indiretas de Gases de Efeito de Estufa

As emissões indiretas correspondentes ao consumo de eletricidade nas diversas instalações da EDA e na frota elétrica, corresponderam, em 2020, a cerca de 875 tonCO₂.

As emissões de âmbito 2 estão estimadas somente em 0,2% do total dos GEE emitidos pelas atividades desenvolvidas pela EDA, resultam quase na sua totalidade do consumo de energia elétrica nos serviços de apoio da EDA, sendo que o consumo de energia elétrica pela frota de veículos elétricos da EDA ainda é significativamente baixo.

Gráfico 47 - Emissões de Âmbito 2



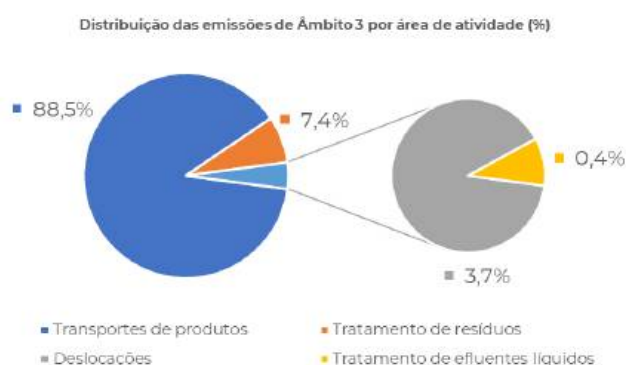
Âmbito 3: Emissões indiretas de Gases de Efeito de Estufa, não controlados pela empresa

As emissões de âmbito 3 são emissões indiretas a montante e jusante das atividades da EDA e que complementam o ciclo de vida associado às atividades da EDA. Corresponderam a apenas 1,4% do total dos GEE emitidos pelas atividades da EDA.

Tabela 56 - Emissões indiretas de Gases de Efeito de Estufa de âmbito 3

Área de atividade	Fonte	Emissões (tCO ₂ e)
Serviços de apoio	Tratamento de efluentes líquidos, associado aos seus trabalhadores	22
	Tratamento de resíduos (industriais banais e industriais perigosos)	388
Transportes	Transporte de combustíveis para centrais térmicas a partir do continente e transporte de resíduos decorrentes da atividade da empresa para o continente (via marítima e terrestre)	4 666
	Deslocações em serviço, por via aérea	197
Total		5 274

Gráfico 48 - Emissões de Âmbito 3



Cerca de 88,5% das emissões de âmbito 3 estimadas foram resultado do transporte de combustíveis e resíduos de e para o continente, cerca de 7,8% foram referentes a serviços de apoio, em particular ao tratamento de resíduos e efluentes líquidos, e as restantes resultantes das perdas associadas às deslocações em serviço, por via aérea (3,7%).

A partir da análise das emissões da EDA por âmbito, conclui-se que:

- ♦ Para fontes de âmbito 1, cerca de 99,3% das emissões resultaram da queima de combustíveis fósseis nas Centrais Termoeletricas para produção de energia elétrica;
- ♦ Para fontes de âmbito 2, as emissões resultaram na sua grande maioria do consumo de energia elétrica nos serviços de apoio e cerca de 1,1% no consumo de energia elétrica na frota;
- ♦ Para as emissões de âmbito 3, cerca de 88,5% das emissões resultaram do transporte de combustíveis e resíduos de e para o Continente.

Estratégia para a Neutralidade Carbónica

Portugal comprometeu-se internacionalmente com o objetivo de redução das suas emissões de gases com efeito de estufa por forma a que o balanço entre as emissões e as remoções da atmosfera (ex., pela floresta) seja nulo, em 2050. A EDA, reconhecendo a importância de uma atitude ativa na salvaguarda da proteção ambiental, relativamente às alterações climáticas envolveu-se com a estratégia para a neutralidade carbónica, participando nos workshops técnicos e nos ciclos temáticos desenvolvidos no âmbito do

Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050). O foco passa por implementar medidas que contribuam para diminuir estas emissões, através da diversificação do mix energético, em particular através da maximização da produção de energia elétrica através da utilização de recursos endógenos renováveis em detrimento da utilização dos recursos fósseis. As medidas de eficiência energética em implementação também têm contribuído para este desígnio.

A nível regional, a EDA, conjuntamente com outras entidades regionais, irá implementar um conjunto de ações no âmbito do projeto LIFE IP CLIMAZ enquadrado no Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC).

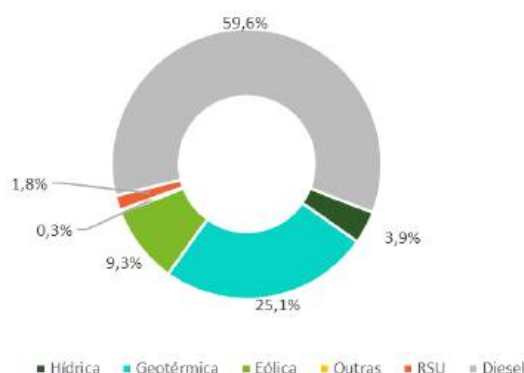
Promoção da energia renovável

Numa sociedade em que o consumo mundial de energia aumenta, os custos de produção aumentam e em que as exigências ambientais das partes interessadas são crescentes, a EDA definiu a sua estratégia com base no desenvolvimento sustentável, assente sobretudo no aumento do recurso a fontes de energia renovável, no aumento da sua eficiência energética e na proteção ambiental. Em 2020, a EDA conseguiu evitar um total de 165 368 tonCO₂ (31,5% das emissões totais), equivalente a uma poupança de consumo de recursos fósseis de 52 338 ton.

Em 2020 a EDA evitou a emissão de 165 368 tonCO₂ para a atmosfera

A produção de eletricidade, líquida de consumo de serviços auxiliares, de origem renovável/recursos endógenos foi de 40,4%, dos quais se destaca a de origem geotérmica que representa cerca de 25,1% do valor total.

Gráfico 49 – Mix energético 2020



Em 2020, a produção de eletricidade da EDA incluiu 40,4% de renováveis/recursos endógenos, sendo a mais relevante a geotérmica

2.12 Gestão da cadeia de fornecedores

A EDA está obrigada ao cumprimento das normas legais de contratação pública, estabelecidas pelos diplomas em vigor, efetuando concursos públicos para as aquisições que excedem os limiares comunitários definidos.

Privilegia uma relação de confiança com os seus fornecedores, com especial relevo para a transparência e ética, no respeito pelos valores constantes do Código de Ética em vigor na Empresa.

Para o registo e avaliação dos seus fornecedores a EDA utiliza um sistema, no qual estes se registam e mantêm a sua informação atualizada. É, também, nesta aplicação efetuada a avaliação aos fornecedores mais relevantes.

A avaliação de fornecedores de 2020, para aquisição de bens e serviços, excluindo a compra de energia, foi efetuada a cerca de 9% dos fornecedores com processos de compra registados, representando cerca de 96% do valor das aquisições. Mais de 74% do valor de compras, foi efetuada a fornecedores com sede na Região.

Aquando da contratação, são consideradas as preocupações ambientais específicas aplicáveis, em conformidade com os procedimentos instituídos.

Código da Contratação Pública (CCP)

A EDA, como empresa de capitais maioritariamente públicos, segue o Código da Contratação Pública (CCP). Contudo, ao atuar num setor especial (energia) aplica o CCP quando os procedimentos de contratação excedem os limiares comunitários de contratação pública (Empreitadas: 5 350 000€ e Fornecimento de bens e serviços: 428 000€). Abaixo destes limiares, a EDA não aplica a Parte II do CCP. Contudo, e de modo a manter procedimentos e relacionamentos com os operadores do mercado, transparentes, equitativos, e com princípios de igualdade e concorrência, a EDA definiu um Regulamento interno para os seus procedimentos de contratação, onde estão definidas regras similares às da Parte II do CCP.

2.13 Envolvimento com a Comunidade

O papel de uma empresa há muito que deixou de se restringir à sua atividade económica. Cada vez mais, a EDA tem vindo a ser chamada a contribuir ativamente na sociedade na qual está inserida, adotando práticas que revelem a sua consciência social.

Participação em Associações e Organizações

A EDA pertence a diversas associações e organizações dos setores energético, empresarial e universitário, através das quais partilha e acede a muita informação e conhecimento importante ao desenvolvimento da sua atividade, como a APE – Associação Portuguesa da Energia, representante português do Conselho Mundial da Energia – World Energy Council (WEC); a ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, representante português do EURELECTRIC – Union of the Electricity Industry; o WavEC – Offshore Renewables; o Conselho Externo de Aconselhamento e Aferição (CEAA) da Iniciativa Energia para a Sustentabilidade (EfS) da Universidade de Coimbra; e a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

A EDA Renováveis integra a APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis; o Conselho Europeu de Energia Geotérmica (EGEC), organismo que realiza de três em três anos o Congresso Europeu de Geotermia (European Geothermal Congress - EGC); e a Geothermal Rising, anterior Geothermal Resource Council, associação educacional e sem fins lucrativos que promove o uso da energia geotérmica.

Visitas às instalações do Grupo EDA

O ano de 2020 ficará marcado pelo início da pandemia do novo coronavírus. As empresas do Grupo EDA tiveram que se adaptar à nova realidade imposta e adotar medidas e estratégias que protegessem os seus colaboradores, clientes e assegurassem a manutenção da prestação dos serviços essenciais. Assim, como medida preventiva, foram suspensas todas as visitas às nossas instalações. No entanto, nos primeiros 2 meses do ano, realizaram-se 4 visitas aos nossos centros produtores nas ilhas de São Miguel e Terceira.

Proprietários

Tendo em conta que a EDA desempenha uma atividade concessionada, existem mecanismos legais definidos para atuar e permitir o estabelecimento de servidões para o estabelecimento de linhas e infraestruturas elétricas. Contudo, e de modo a estabelecer e desenvolver a sua atividade, em sintonia com os interesses externos à empresa, a EDA tem procedimentos de contato formal e presencial com os proprietários para minimizar o impacto das suas atividades de construção, procurando, tanto na fase da elaboração dos projetos, como no decorrer dos trabalhos de construção, adequar, na medida do possível, as instalações à salvaguarda dos

interesses dos proprietários. Como exemplo de tal preocupação, a implantação dos apoios AT/MT é em regra projetada para as extremas dos prédios, o que minimiza os constrangimentos à sua exploração, em particular no que respeita à operação de máquinas agrícolas. Existem também mecanismos previstos para indemnizar perdas de rendimento e outros eventuais prejuízos provocados pela atividade de construção da EDA, nos termos na legislação vigente e de acordo com o previsto nos Artigos 37.º e seguintes do decreto-Lei n.º 43335 de 19 de novembro de 1960.

Minimização do impacto na via pública

A EDA desenvolve parte da sua atividade de construção em vias públicas, principalmente em centros urbanos. Os procedimentos e regras de trabalho com os empreiteiros procuram minimizar o impacto das intervenções da EDA, junto da população em geral, garantindo todas as condições de segurança requeridas, minimizando os períodos da intervenção e procurando comunicar antecipadamente as intervenções a realizar. A EDA tem vindo a intensificar os contactos com outras entidades que também operam nas vias públicas, com o objetivo de compatibilizar as intervenções em troços comuns, permitindo assim a criação de sinergias que se refletem normalmente na redução de custos para as partes envolvidas e na minimização dos constrangimentos à normal utilização das vias alvo de intervenção.

Patrocínios

A EDA implementou, há algum tempo, uma política que visa a atribuição de donativos a instituições de solidariedade social e apoios de incentivo à cultura, educação e desporto na Região Autónoma dos Açores. Estes contributos são reflexo que a EDA tem preocupações mais abrangentes que apenas a boa execução da sua atividade de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Em 2020, a EDA concedeu um total de 119 mil euros em apoios e patrocínios

Os apoios concedidos em 2020, corresponderam a:

Tabela 57 – Patrocínios atribuídos em 2020

Área de intervenção	Montante
Solidariedade Social	28.000,00€
Cultura	25.300,00€
Desporto	10.500,00€
Educação	400,00€
Outros	54.575,00 €
TOTAL	118.775,00€

A Festa de Natal, promovida pela Comissão de Trabalhadores, e que também conta com o apoio da EDA, também sofreu alterações ao seu formato, devido à COVID-19. As festas presenciais não se realizaram, mantendo-se, no entanto, a distribuição dos brinquedos aos filhos dos colaboradores. Foi ainda disponibilizada, nesta época do ano, a possibilidade de aquisição de cabazes de Natal e de compras em grupo a fornecedores aderentes a esta iniciativa, que podem ser amortizadas ao longo do ano.

Participação em eventos

Na sua interação com a comunidade, a EDA participa habitualmente em vários acontecimentos, procurando contribuir ativamente para o desenvolvimento do meio em que se insere, no âmbito do objeto social das várias empresas do grupo. A situação de pandemia verificada no ano de 2020 prejudicou obviamente estas participação, bem como a organização das mesmas.

Ainda assim, será de assinalar a inauguração oficial em agosto do ano em referência do projeto piloto V2G – Vehicle to Grid Açores, que contou com a participação e envolvimento da EDA que, para o efeito, assegurou, no final de 2019, a aquisição de 10 veículos elétricos no quadro de renovação programada da sua frota.

A inauguração decorreu nas instalações da empresa e contou ainda com a participação da GALP, promotora da iniciativa, da Direção Regional da Energia, co-promotora do projeto, que envolve ainda como parceiros a NISSAN, a MagnumCap e a Nuvve. A Direção Geral da Energia e Geologia e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos acompanham ainda a evolução desta iniciativa.

Refira-se ainda o estabelecimento de protocolo de colaboração com a ELECTRA, Empresa de Electricidade e Água, que exerce a sua atividade em Cabo Verde e que ocorreu durante o primeiro trimestre do ano.

O protocolo em questão teve como objetivo a cooperação técnica e empresarial entre as duas empresas, nomeadamente ao nível da formação e assistência técnica, bem como a candidatura de projetos conjuntos no domínio da produção, transporte e comercialização de energia, que assegurem a sustentabilidade ambiental, ou a inovação tecnológica, junto de entidades internacionais.

No âmbito deste protocolo prevê-se assim a possibilidade, sempre que tal se revele pertinente e exequível, de intercâmbio de formadores, especialistas e técnicos de ambas as empresas na prossecução dos objetivos do referido protocolo.

Projeto “A EDA vai à Escola”

Desde 2013 que a EDA tem vindo a articular com vários estabelecimentos de ensino básico e secundário da Região, a realização de ações de divulgação das suas principais atividades, através de um programa que denominou “A EDA VAI À ESCOLA”, tendo como particular intenção a promoção do conceito de eficiência energética, contribuindo para um desenvolvimento sustentável da nossa Região, mediante a adoção de comportamentos ambientais e económicos mais adequados, promovendo a mobilidade elétrica e consciencializando a comunidade escolar para a importância da alteração dos hábitos do consumo da energia elétrica, condição indispensável para o incremento da produção a partir de fontes renováveis.

Desde 2013 a EDA tem um programa intitulado “A EDA VAI À ESCOLA”, visando a divulgação do conceito de eficiência energética junto dos estabelecimentos de ensino

Para o ano letivo 2020/2021, essencialmente devido às restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus COVID 19, a EDA reconverteu as suas apresentações para serem apresentadas on-line em modelo webinar, tendo já sido efetuadas algumas apresentações neste novo modelo, que potencia igualmente as novas tecnologias de que a empresa dispõe.

Projeto “Encontros com a Comunidade”

O programa “Encontros com a Comunidade”, cujo início se verificou em 2019 e que tem beneficiado de uma cooperação ativa de técnicos da segurança social do ISSA, privilegiando setores da população que necessitam de apoio e esclarecimento qualificado para uma escolha adequada das opções tarifárias dos seus contratos a par de uma adoção de práticas que possam conduzir a uma maior eficiência na utilização racional da energia elétrica, bem como no incremento de alguma literacia a este nível.

GREDA

O GREDA, Grupo Recreativo da EDA, é uma associação de trabalhadores que visa o desenvolvimento de um conjunto de atividades de caráter desportivo, cultural e recreativo que correspondam às expectativas de desenvolvimento físico, intelectual e social dos seus membros, bem como a solidariedade entre os trabalhadores e com associações congéneres, e ainda outras atividades que pela sua natureza beneficiem os seus associados, nomeadamente protocolos com prestadores de serviços de áreas diversas. Algumas destas ações possuem cumulativamente uma expressão positiva na comunidade em que a empresa se insere. O GREDA possui associados em todas as empresas do Grupo EDA, de Santa Maria ao Corvo, contando com um elemento representante da sua direção em todas as ilhas dos Açores. Para cumprir o seu objeto social, o GREDA elabora um plano de atividades anual, que tem sido continuamente apoiado pela EDA, S.A., o que voltou a ocorrer no ano de 2020.

De entre as atividades constantes no plano do ano em questão destaca-se o Grupo de Dadores de Sangue, que tem efetuado dádivas nos últimos 17 anos. Assumem ainda particular importância as iniciativas de âmbito cultural, desportivo e recreativo, como a organização de exposições fotográficas, passeios pedestres, torneios de pesca e de outras modalidades, bem como os eventos que assinalam tradicionais datas festivas que no ano em referência foram cancelados devido à situação de pandemia, respeitando assim esta associação, de forma escrupulosa, as orientações da empresa e das autoridades de saúde.

Refira-se ainda que foi dada continuidade ao desenvolvimento de diversas ações de intercâmbio e parceria com empresas e instituições públicas e privadas, bem como estabelecidos novos protocolos com empresas que permitem aos associados usufruírem de condições preferenciais na aquisição de bens e serviços.

O GREDA tem efetuado dádivas de sangue nos últimos 17 anos

2.14 Inovação

A EDA tem vindo a promover a integração da inovação em novas tecnologias, processos e produtos, bem como nos modelos de negócio, para aumentar a competitividade e criar valor para o negócio e para as partes interessadas. Para isso, tem desenvolvido parcerias duradouras e de sucesso com empresas líderes do sector energético e com a comunidade científica e tecnológica.

Neste contexto, apresentam-se as iniciativas mais relevantes desenvolvidas pela EDA.

Inovar é um processo criativo, transformador e que pode promover rupturas paradigmáticas, ainda que parciais, com impactos positivos sobre a qualidade de vida e o desenvolvimento humano

Utilização de isoladores poliméricos nas linhas MT

Projeto piloto iniciado no segundo semestre de 2018 e que teve como principal objetivo aferir a sua aplicabilidade ao nível da rede de MT da EDA (10/15/30 kV), em zonas caracterizadas pela alta exposição à intempérie e proximidade da orla costeira, pautada por intenso nevoeiro salino (tensão suportável à frequência industrial – seco e sob chuva e à tensão de choque, de acordo com as normas IEC¹⁵ em vigor), de modo a que pudesse ser testado o seu comportamento e fossem aferidas as eventuais vantagens/desvantagens com vista a uma utilização mais alargada em toda a Região Autónoma dos Açores, em situações específicas a serem normalizadas internamente.

¹⁵ IEC - International Electrotechnical Commission

Em complemento à instalação e monitorização do comportamento técnico dos isoladores poliméricos nas redes MT da EDA, realizaram-se em 2020 ensaios laboratoriais no LABELEC e, para além da análise ao comportamento dos equipamentos já instalados, os resultados destes ensaios deverão igualmente suportar a tomada de decisão futura ao nível da sua implementação com carácter generalizado em toda a Região Autónoma dos Açores.

Protocolo EDA / SPEA para a mitigação dos efeitos da presença da avifauna na origem de interrupções de curta e longa duração

Tendo como objetivo principal promover medidas de monitorização envolvendo o comportamento das aves e de análise estatística de interrupções de curta duração (religações), nas linhas distribuição (AT/MT), contribuindo para a alteração pontual e parcial dos elementos construtivos das infraestruturas existentes e a utilização futura de novos elementos estruturais e outros dispositivos que permitam mitigar o número de incidentes com origem na avifauna, encontra-se em curso desde 2019 um protocolo assinado entre a EDA e a SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, tendo sido já elaborado em 2020 um relatório sobre resultados intercalares obtidos ao abrigo dos trabalhos em curso na ilha Terceira.

De referir que, já em resultado das análises desenvolvidas, foi possível compreender melhor o problema e planear medidas concretas para mitigar no futuro os defeitos de MIF (Máxima Intensidade de Fase) e MIH (Máxima Intensidade Homopolar) provocadas pela interação entre a avifauna e as infraestruturas da rede elétrica e avançar internamente para o desenvolvimento de uma tipologia de travessa (TAL Avifauna), que, após aprovação interna pelas estruturas com responsabilidade na exploração e manutenção da distribuição e da construção de infraestruturas, deverá passar a ser implementada em toda a Região Autónoma dos Açores.

É ainda relevante a utilização de espaçadores poliméricos MT, de modo a assegurar o afastamento regulamentar dos condutores nos vãos de rede dotados de travessas metálicas GAL ou GAN, quando em sobrecarga de peso devido ao poiso da avifauna.

Utilização de estribos para colocação de ligadores de cunha - TET MT

O projeto piloto de introdução de Ligadores de estribos para a rede MT, tem como objetivo mitigar a degradação e quebra dos condutores nos pontos de ligação dos Ligadores TET MT (dispositivos denominados correntemente de ligadores de “bico móvel”).

Durante o ano de 2020, foram estabelecidos dois projetos piloto com instalação destes novos equipamentos em São Miguel e Terceira, estando a decorrer a monitorização da performance destes equipamentos, de modo a que, em tempo útil, possa ser validada a melhor opção tecnológica, a ser aplicada em toda a Região Autónoma dos Açores.

Monitorização da qualidade da onda de tensão na vizinhança de unidades de produção de autoconsumo

Deu-se continuidade ao projeto piloto para avaliação da qualidade da onda de tensão na vizinhança de instalações de utilização de clientes ligadas à rede pública de BT e que tenham a particularidade de estarem associadas a sistemas de produção para autoconsumo (clientes habitualmente denominados como "PROSUMERS"), com o objetivo de identificar e caracterizar o impacto para a rede e para os próprios sistemas de autoconsumo, em matéria de qualidade da onda de tensão (sobretensões transitórias, THS flicker, etc...).

Projeto piloto de instalação de ligadores de BT/6kV para redes em feixe auto-suportado (“torçadas”)

O Projeto piloto de ligadores para cabo de torçada de Baixa Tensão de 6 KV (dispositivos totalmente estanques), teve como objetivo substituir os atuais ligadores de aperto independente “forrados” com uma capa protetora (0,6 kV), uma vez que os ligadores então existentes, quando expostos à salinidade marítima, apresentam já um comportamento indevido para a nossa qualidade de serviço, com uma elevada incidência em avarias de BT, que por vezes originam prejuízos avultados nos equipamentos dos clientes.

Neste projeto piloto foram testados equipamentos de aperto simultâneo e de aperto independente, tendo em vista uma decisão sustentada a ser tomada sobre os modelos de ligadores que a EDA irá preferencialmente adotar na exploração das suas redes de BT em torçada. De referir que este projeto foi, entretanto, alargado às restantes ilhas dos Açores, com exceção da ilha do Corvo.

Campanha de promoção e venda de termoacumuladores para AQS

Dando sequência à campanha de promoção e venda de termoacumuladores elétricos para AQS iniciada no final de 2015 e que tem como principais objetivos a racionalização da utilização de energia elétrica por parte dos clientes, o incremento da penetração de energias renováveis para a produção de eletricidade e a consequente redução, entre outras, das emissões de CO₂.

Atualmente, a EDA disponibiliza 3 modelos de equipamentos de diferentes classes energéticas, sendo um deles híbrido, que assegura o aquecimento base através de uma bomba de calor de baixo COP e consumo (190 W).

Projeto V2G – Vehicle To Grid

Na sequência da parceria entre a EDA, a GALP e a NISSAN, decorreu durante o ano de 2020 o kick-off do projeto V2G – Vehicle To Grid, tendo em vista a realização de um piloto inovador em todo o país, promovendo na RAA, ilha de São Miguel, um verdadeiro laboratório de soluções integradas, assentes em práticas e tecnologias pioneiras disruptivas em matéria de mobilidade elétrica, com o intuito de testar e explorar novas abordagens e modelos de negócio para o mercado elétrico.

Projetos de sistemas de armazenamento de energia

A EDA tem como objetivo a integração de sistemas de armazenamento e de serviços de sistema à rede nas diversas ilhas da Região, que incorporem uma maior inteligência de gestão de energia, e que permitam garantir a segurança e qualidade de abastecimento ao mesmo tempo que se descarboniza o setor. Em 2019 foi apresentada uma candidatura a um programa FEDER, para um sistema de armazenamento de energia elétrica por intermédio de baterias (BESS) na ilha Terceira, e em 2020 para o sistema na ilha de São Miguel. Em 2020, teve início a obra de instalação de um sistema BESS na ilha Terceira de 15MW/10,5MWh End-of-Life (EoL), e em 2021 está previsto o início de uma obra similar em São Miguel para um sistema de 20MW/20MWh EoL. Pretende-se que estes sistemas permitam, com o aumento do potencial de produção renovável, aumentar a quota de produção de energia elétrica a partir de recursos renováveis na Região. Com estes sistemas poderá ser possível expandir a Central Geotérmica do Pico Alto para 10 MW, saturar a Central Geotérmica da Ribeira Grande até 13 MW e ampliar a Central do Pico Vermelho em mais de 5 MW e obter nas ilhas Terceira e de São Miguel, que representam perto de 80% do consumo de energia elétrica dos Açores, taxas de penetração de renováveis/recursos endógenos acima dos 60%.

Em 2020 foi proposta a integração no Plano de Recuperação e Resiliência nacional dos investimentos em sistemas BESS para as restantes ilhas dos Açores, com exceção da ilha da Graciosa, e tiveram início, para as ilhas do Faial e Flores, estudos de dimensionamento destes sistemas tendo por objetivo retirar, em diversos períodos, um grupo térmico de funcionamento e, desta forma, permitir a injeção direta nas redes de uma maior parcela de energia renovável, bem como auxiliar na manutenção da estabilidade dos respetivos sistemas elétricos.

Utilização de ligadores rápidos em geradores móveis

Tendo como objetivo a redução dos tempos de interrupção para ligação de geradores móveis e o aumento das condições de segurança da operação por parte dos trabalhadores operacionais da Distribuição, deu-se início a um projeto piloto durante o ano de 2019, tendo já decorrido o processo de seleção, aquisição e aprovisionamento dos equipamentos necessários para a realização deste projeto.

Ao nível da instalação dos equipamentos, decorreu durante o ano de 2020 a instalação dos acessórios necessários nos geradores móveis de São Miguel e Santa Maria, encontrando-se em curso as alterações necessárias efetuar, ao nível dos Postos de transformação, com a instalação dos equipamentos no Quadros Gerais de Baixa Tensão dos Postos de transformação.

Integração de produção renovável

No ano de 2020 verificou-se um aumento da quota anual de produção elétrica a partir de recursos renováveis na Região, que atingiu os 40,4%. Este aumento ficou a dever-se a um acréscimo da produção renovável nas ilhas Graciosa, Terceira e São Miguel, e a uma redução dos consumos na Região, devido ao contexto pandémico vivido nesse ano.

A ilha Terceira atingiu um novo máximo histórico em termos de quota de produção endógena, de 38%, motivado pelo aumento da produção hídrica, resultante do regresso à operação das centrais mini-hídricas existentes na ilha após as obras de substituição das suas condutas, e da produção da central de valorização energética de resíduos sólidos urbanos.

A ilha Graciosa passou a ser a ilha com maior quota anual de produção renovável na Região, que atingiu 60,8%, graças ao sistema de produção híbrido renovável de energia da Graciólica, que completou o seu primeiro ano civil de operação. Com este sistema de produção híbrido, constituído por um parque eólico de 4,5 MW, um parque fotovoltaico de 1 MW e um sistema de armazenamento de energia de 7,4MW / 2,6MWh (baterias de ião-lítio), foi possível, em 2020, abastecer todo o consumo da ilha por um período superior a seis dias (cerca de 150 horas consecutivas, entre 27 de novembro e 3 de dezembro) apenas com energia proveniente de recursos renováveis intermitentes.

Despacho central

A EDA está a implementar um Sistema de Despacho Central, cujo objetivo é supervisionar e gerir centralmente os Centros Produtores e Redes Elétricas das nove ilhas dos Açores.

O controlo dos ativos de Produção e Distribuição, será assegurado tanto no Despacho Central, como nos Despachos Locais de cada ilha, mantendo em cada uma das ilhas o Despacho Local, com funcionalidades de supervisão e gestão local.

Os Despachos Locais de cada ilha assegurarão a gestão em tempo real do parque produtor e das redes de transporte e distribuição, compreendendo conjuntos de funcionalidades diversas, de acordo com a maior ou menor complexidade dos sistemas, existentes em cada ilha.

No âmbito deste projeto foi iniciada a operação no novo sistema SCADA do Despacho da Terceira, localizado no edifício da Subestação da Vinha Brava e também na ilha de São Miguel, no recente edifício sito á rua Embaixador Faria e Maia onde coexistem dois sistemas de despacho, o Local de São Miguel e o Central.

Com a instalação do sistema SCADA redundante ao de São Miguel, no edifício da subestação dos Milhafres (Despacho de Emergência) e conclusão das funcionalidades de gestão de energia, prevê-se a conclusão deste projeto em 2021.

C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2020 a EDA - Electricidade dos Açores, S.A. apresentou resultados de 14.441.269,45 euros nas contas societárias preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC).

Considerando que:

- 1) O código das sociedades comerciais estipula a aplicação de 5% para constituição da reserva legal e o pagamento no mínimo de dividendos de 50% dos resultados apurados distribuíveis, salvo se aprovado em contrário pelos acionistas;
- 2) Que na Assembleia Geral realizada em 5 de março de 2021 os acionistas aprovaram a Proposta do Plano Plurianual e do Orçamento para 2021 que considerava o pressuposto de aplicação duma taxa de 5%, sobre o capital realizado, para efeito de determinação de uma estimativa de dividendos;

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- (i) 3 500 000,00 euros para dividendos, i.e. 0,25 € / ação, correspondente a uma remuneração média de 5% do capital social;
- (ii) o remanescente, de 10 941 269,45 euros para resultados transitados.

Ponta Delgada, 14 de abril de 2021

O Conselho de Administração

Assinado por : **NUNO HENRIQUE OLIVEIRA
PIMENTEL**

Num. de Identificação: BI055232906

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Assinado por : **Francisco Manuel Sousa Botelho**

Num. de Identificação: BI06084973

Data: 2021.04.14 15:53:30+00'00'

Francisco Manuel Sousa Botelho

Assinado por : **PAULO JORGE DA COSTA ANDRÉ**

Num. de Identificação: BI10291841

Data: 2021.04.14 16:02:12+00'00'

Paulo Jorge da Costa André

Assinado por : **João Carlos Santos Correia**

Num. de Identificação: BI07001334

Data: 2021.04.14 16:21:54+00'00'

João Carlos Santos Correia

Assinado por : **Maria da Conceição da Costa****Pimentel Viveiros Arruda**

Num. de Identificação: BI06566433

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Assinado por : **António Félix Flores Rodrigues**

Num. de Identificação: BI06275300

Data: 2021.04.14 19:55:51+00'00'

António Félix Flores Rodrigues

Assinado por : **Fernando Francisco de Paiva Dias**

Num. de Identificação: BI02398436

Data: 2021.04.14 19:08:37+00'00'

Fernando Francisco de Paiva dias



Joana Oliveira Freitas

Assinado por : **LUÍS MIGUEL DE ALBUQUERQUE****PATENA FORTE**

Num. de Identificação: BI06527934

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

ANEXO I – Decreto-Lei n.º 89/2017

Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho	Capítulo/secção	Página
Art.º 3º (remetido para Art. 66º-B e 508º-G do CSC): A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:		
a) Breve descrição do modelo empresarial da empresa	Relatório e Contas 2020: Universe da consolidação Organização dos negócios Valores característicos Grupo EDA	69 71 72
b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados	Relatório e Contas 2020: 5.Sustentabilidade na EDA -5.1 Domínio social -5.2 Domínio ambiental -5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas	91 104 104
c) Os resultados dessas políticas	Relatório e Contas 2020: 5.Sustentabilidade na EDA -5.1 Domínio social -5.2 Domínio ambiental -5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas -5.4 Inovação	91 104 104 126
d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa	Relatório e Contas 2020: 5.Sustentabilidade na EDA -5.1 Domínio social -5.2 Domínio ambiental	91 104
e) Indicadores -chave de desempenho relevante para a sua atividade específica	Relatório e Contas 2020: -5.1 Domínio social -5.2 Domínio ambiental -5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas -5.4 Inovação	91 104 104 126
Art.º 4º (remetido para o Artº 245.º- N.º 1 r) e N.º 2 do CVM): Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.	Requisito não aplicável à EDA	-

ANEXO II – Índice GRI Standard

GRI Standard		Pág.
DIVULGAÇÕES GERAIS	102-8	Informação dos colaboradores e outros trabalhadores
	102-16	Valores, princípios, standards e código de conduta da organização
	102-41	Acordos de negociação coletiva
	102-50	Período do relatório
	102-51	Data do relatório mais recente
	102-54	Formulação de relatórios de acordo com os GRI standards
	102-55	Índice GRI
SÉRIE ECONÓMICA	201-1	Valor económico gerado e distribuído
	201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização
	202-1	Rácio entre o salário mínimo por género, comparando com o salário mínimo local

GRI Standard			Pág.
SÉRIE AMBIENTAL	301-1	Materiais totais utilizados, por peso	111
	301-2	Materiais utilizados que são provenientes de reciclagem	-
	302-1	Consumo de energia dentro da organização	111 a 112
	302-3	Intensidade Energética	111 a 112
	302-4	Redução do consumo de energia	108 a 109, 111 a 112
	302-5	Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços	108 a 109, 111 a 112
	303-1	Relação da água com as bacias hidrográficas	112 a 113
	303-2	Gestão da água residual - Impactos relacionados	112 a 113
	303-3	Consumo de água	112 a 113
	304-2	Impactes significativos das atividades, produtos e serviços na biodiversidade	113 a 114
	304-3	Habitats protegidos ou restaurados	113 a 114
	304-4	Espécies da Lista Vermelha da IUCN e espécies da lista nacional de conservação com habitats em áreas afetadas por operações	113 a 114
	305-1	Emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 1)	117 a 121
	305-2	Emissões indiretas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 2)	120 a 121
	305-3	Emissões indiretas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 3)	120 a 121
	305-4	Intensidade Carbónica	119
	305-5	Redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa	108 a 109, 121 a 122
	305-7	NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	116
	306-2	Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	114 a 116
	306-3	Derrames significativos	110 a 111
	307-1	Incumprimento com legislação e regulamentação ambiental pelo não cumprimento das leis e regulações ambientais	110
	308-1	Fornecedores avaliados de acordo com critérios ambientais	122
	308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	106 a 107

GRI Standard			Pág.
SÉRIE SOCIAL	401-1	Contratação de novos colaboradores e rotatividade de colaboradores	91 a 92
	401-2	Banefícios para colaboradores em regime de full-time que não são fornecidos aos restantes trabalhadores	A atribuição de benefícios aos trabalhadores não é diferenciada pelo tempo de trabalho.
	401-3	Licença parental	No grupo EDA, foram gozadas 40 licenças parentais. Todos os trabalhadores que gozaram licenças parentais continuam ao serviço.
	402-1	Prazos de notificação prévia em relação a alterações operacionais	Face à realidade geográfica do Grupo EDA e à dificuldade de mobilidade entre as ilhas, as transferências verificam-se essencialmente dentro da ilha e sempre por acordo com o trabalhador. A mudança organizacional também é acordada com o trabalhador, salvo se for consequência de procedimento disciplinar.
	403-1	Colaboradores representados em comissões formais de segurança e saúde.	99 a 100
	403-2	Tipo de lesões, dias perdidos, índice de absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, discriminados por sexo	99 a 102
	403-6	Promoção da saúde dos trabalhadores	98 a 99
	403-7	Prevenção e mitigação de impactes na saúde e segurança relacionados com as questões do trabalho	99 a 102
	403-8	Trabalhadores abrangidos pelo Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional	100 a 102
	404-1	Média anual de horas de formação por ano por trabalhador	96 a 97
	404-3	Porcentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	O processo de definição de objetivos e avaliação de desempenho é uma ferramenta de gestão importante para o crescimento individual e coletivo. Aquando da avaliação é feita a identificação de reforço de competências e incluídas as necessidades de formação no plano do próprio ano ou ano seguinte, conforme a necessidade.
	405-1	Diversidade da administração e dos trabalhadores	91 a 92
	405-2	Rácio entre o salário base e remuneração entre homem e mulher para cada categoria	O acesso à carreira para homens e mulheres é o mesmo, conforme previsto em acordo de empresa. A diferença de salários é apenas devida à antiguidade na empresa e na função.
	407-1	Operações e fornecedores em que a liberdade de associação ou negociação coletiva possam estar em risco	A EDA garante o direito de liberdade de associação e negociação colectiva, de acordo com os princípios éticos e normas de conduta estabelecidos no Código de Conduta. Em 2020 não foram identificadas situações em que o direito de liberdade de associação e negociação colectiva estivesse em risco. Os mecanismos de gestão do direito à greve são garantidos pela legislação nacional em vigor.
	408-1	Operações e fornecedores em que se verifique risco significativo de incidentes com trabalho infantil	A EDA cumpre a legislação portuguesa que proíbe a contratação de trabalho infantil.
	409-1	Operações e fornecedores em que se verifique risco significativo de incidentes com trabalho forçado ou análogo a escravo	A EDA cumpre a legislação portuguesa no que respeita a garantia dos direitos humanos . Nunca foram identificadas situações de discriminação.
	412-2	Formação dos colaboradores em políticas e procedimentos de direitos humanos	Embora a EDA não tenha promovido qualquer ação de formação específica sobre políticas e procedimentos anticorrupção, o Código de Conduta da empresa define os mecanismos para comunicação de eventuais irregularidades ou infrações ao código.

D – APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

D1 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS.....	137
D2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS.....	213
D3 – ANEXOS	313

D1 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS

1.1. BALANÇO.....	138
1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	139
1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	140
1.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	141
1.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	142

1.1. Balanço

		31 de dezembro	
		2020	2019
Ativo	Nota		
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	171.678.229	169.449.135
Propriedades de investimento	7	2.147.910	2.218.607
Ativos intangíveis	8	214.734.821	211.109.196
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	125.284.901	119.951.989
Outros investimentos financeiros	10	310.163	289.735
Créditos a receber	11	1.386.494	722.786
Ativos por impostos diferidos	12	6.454.530	4.029.620
		521.997.048	507.771.068
Corrente			
Inventários	13	12.009.620	10.616.570
Clientes	14	40.920.338	39.901.075
Outros créditos a receber	11	8.316.308	10.375.157
Diferimentos	16	341.907	339.787
Ativos não correntes detidos para venda	17	-	1.775.274
Caixa e depósitos bancários	4	5.308.149	4.552.559
		66.896.322	67.560.421
Total do ativo		588.893.370	575.331.489
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	18	70.000.000	70.000.000
Reservas legais	19	14.000.000	14.000.000
Outras reservas	19	346.796	346.796
Resultados transitados	19	102.302.905	103.831.282
Ajustamento/outras variações no capital próprio	20	11.339.985	13.064.262
Resultado líquido do período	-	14.441.269	16.536.574
		212.430.955	217.778.914
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	21	221.898.604	206.568.089
Responsabilidades por benefícios pós emprego	22	14.172.971	12.182.189
Passivos por impostos diferidos	12	2.576.951	3.143.249
Outras dívidas a pagar	23	10.965.133	1.484.294
		249.613.659	223.377.821
Corrente			
Fornecedores	24	11.718.678	8.007.552
Estado e outros entes públicos	15	4.365.459	4.629.133
Financiamentos obtidos	21	91.051.786	101.794.642
Outras dívidas a pagar	23	19.712.833	19.743.426
		126.848.756	134.174.754
Total do passivo		376.462.415	357.552.575
Total do capital próprio e do passivo		588.893.370	575.331.489

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Maria Manuela C. Pontes Furtado

Francisco Manuel Sousa Botelho

Paulo Jorge da Costa André

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

1.2. Demonstração dos resultados

	Nota	Período	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	25	180.033.053	195.274.852
Subsídios à exploração	-	30.375	60.866
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias e associadas	9	11.694.472	10.539.978
Trabalhos para a própria entidade	26	4.185.956	4.859.833
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27	(85.065.050)	(97.148.129)
Fornecimentos e serviços externos	28	(24.428.605)	(25.210.824)
Gastos com o pessoal	29	(32.463.836)	(31.227.465)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	13	-	25.340
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	14	(587.323)	(43.617)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/ reversões)	9,17	-	(102.579)
Outros rendimentos	30	4.364.396	4.113.330
Outros gastos	31	(14.405.369)	(14.670.530)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43.358.069	46.471.054
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(25.548.310)	(24.024.369)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	7	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.809.759	22.446.684
Juros e gastos similares suportados	32	(3.235.792)	(3.539.156)
Resultado antes de impostos		14.573.966	18.907.528
Imposto sobre o rendimento do período	33	(132.697)	(2.370.954)
Resultado líquido do período		14.441.269	16.536.574
Resultado por ação básico		1,032	1,181

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Francisco Manuel Sousa Botelho

Paulo Jorge da Costa André

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

1.3. Demonstração das alterações no capital próprio

		Capital	Reservas	Outras	Resultados	Ajustamentos /Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
	Nota	subscrito	legais	reservas	transitados			
A 1 de janeiro de 2019		70.000.000	13.246.000	346.796	103.617.848	15.012.875	19.823.881	222.047.400
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	476.128	261.845	-	737.973
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	-	754.000	-	16.747.306	(2.210.458)	(19.823.881)	(4.533.033)
		-	754.000	-	17.223.434	(1.948.613)	(19.823.881)	(3.795.060)
Resultado líquido do período							16.536.574	16.536.574
Resultado integral							16.536.574	16.536.574
Outras operações no período								
Distribuições	19, 34	-	-	-	(17.010.000)	-	-	(17.010.000)
		-	-	-	(17.010.000)	-	-	(17.010.000)
A 31 de dezembro de 2019		70.000.000	14.000.000	346.796	103.831.282	13.064.262	16.536.574	217.778.914
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	488.635	242.742	-	731.377
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	14.152.988	(1.967.020)	(16.536.574)	(4.350.605)
		-	-	-	14.641.623	(1.724.278)	(16.536.574)	(3.619.228)
Resultado líquido do período							14.441.269	14.441.269
Resultado integral							14.441.269	14.441.269
Outras operações no período								
Distribuições	19, 34	-	-	-	(16.170.000)	-	-	(16.170.000)
		-	-	-	(16.170.000)	-	-	(16.170.000)
A 31 de dezembro de 2020		70.000.000	14.000.000	346.796	102.302.905	11.339.985	14.441.269	212.430.955

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Francisco Manuel Sousa Botelho

Paulo Jorge da Costa André

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

1.4. Demonstração de fluxos de caixa

		Período	
	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		217.548.454	223.164.191
Pagamentos a fornecedores		(106.917.953)	(134.215.993)
Pagamentos ao pessoal		(31.539.050)	(34.726.759)
		79.091.450	54.221.439
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.254.893)	(31.375)
Outros recebimentos/ pagamentos		(23.455.602)	(22.576.855)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		53.380.956	31.613.209
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(21.448.604)	(16.102.605)
Ativos intangíveis		(23.015.352)	(19.277.668)
Investimentos financeiros		(23.149)	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		255.486	179
Outros Ativos		443.818	-
Subsídios ao investimento		769.642	1.441.908
Dividendos	9	5.170.530	5.547.684
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(37.847.630)	(28.390.502)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		32.500.000	75.000.000
Outras operações de financiamento		160.810.000	133.335.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(26.510.584)	(66.737.073)
Juros e gastos similares suportados		(3.342.151)	(3.759.877)
Dividendos	34	(16.170.000)	(17.010.000)
Outras operações de financiamento		(162.065.000)	(124.330.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(14.777.736)	(3.501.950)
Variação de caixa e seus equivalentes		755.590	(279.243)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4.552.559	4.831.802
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	5.308.149	4.552.559

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Francisco Manuel Sousa Botelho

Paulo Jorge da Costa André

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

1.5. Anexo às demonstrações financeiras

1	INTRODUÇÃO	143
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	147
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	148
4	FLUXOS DE CAIXA	168
5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	169
6	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	170
7	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	173
8	ATIVOS INTANGÍVEIS	174
9	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	176
10	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	180
11	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	180
12	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	182
13	INVENTÁRIOS	184
14	CLIENTES	185
15	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	186
16	DIFERIMENTOS	186
17	ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	187
18	CAPITAL SUBSCRITO	187
19	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	188
20	AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	189
21	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	190
22	OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	192
23	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	197
24	FORNECEDORES	198
25	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	199
26	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	200
27	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	200
28	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	201
29	GASTOS COM PESSOAL	202
30	OUTROS RENDIMENTOS	202
31	OUTROS GASTOS	203
32	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	204
33	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	204
34	DIVIDENDOS	206
35	COMPROMISSOS	206
36	PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	206
37	MATÉRIAS AMBIENTAIS	207
38	PARTES RELACIONADAS	207
39	POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	210
40	DISPOSIÇÕES LEGAIS	210
41	EVENTOS SUBSEQUENTES	211

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A EDA – Electricidade dos Açores, S.A., (referida neste documento como EDA ou Empresa), com sede em Ponta Delgada na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei n.º 79/97, de 8 de abril.

Em 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A Empresa detém, presentemente, como principais atividades, a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão da gestão do sistema, o transporte e a distribuição de energia elétrica celebrado com a Região Autónoma dos Açores, a EDA tem a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000, data da aprovação da Resolução n.º 181/2000, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 41/2000.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 14 de abril de 2021, estando ainda sujeitas à aprovação pelos acionistas. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Adicionalmente a EDA prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS como estabelecido no n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística. Estas poderão ser consultadas no sítio da internet da EDA em: www.eda.pt.

1.1 – Atividades concessionadas e reguladas

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

- a) A receção da energia elétrica;
- b) O transporte de energia elétrica;
- c) A distribuição da energia elétrica;
- d) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

O contrato de concessão pode ser alterado por mútuo acordo, desde que a alteração não envolva a violação do regime jurídico da concessão nem implique a derrogação das presentes cláusulas. A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição das respetivas tarifas aditivas aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária, aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia, Comercialização e tarifa de Operação Logística de Mudança de Comercializador.

As tarifas são estabelecidas de forma a proporcionar à entidade concessionária da RNT e aos detentores de licença vinculada de distribuição um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas, sendo previamente sujeitas a um processo de aceitação pelo regulador.

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série — N.º 2, da Diretiva N.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo 117-A.º da Diretiva N.º 1/2014, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano $n-1$, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

Para o período regulatório 2018-2021, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, serão determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+1$ e $n+2$, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a

empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n.

Para o período regulatório 2018-2021, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2015-2017. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador também manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA, face às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. O custo de capital nos últimos períodos regulatórios, está indexado às yields das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário de dezembro de 2014, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do sector energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, através do Artigo 415.º Contribuição extraordinária sobre o setor energético, estabelece que, em 2021 mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético, cujo regime foi aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as

concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, foi criada pelo Decreto -Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 172/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 7 -A/2016, de 30 de março. A tarifa social de fornecimento de energia elétrica é calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal. O valor do desconto é determinado através de despacho do membro do Governo responsável pela área da energia, ouvida a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

O valor do desconto a aplicar na tarifa de acesso às redes é calculado pela ERSE nos termos do Despacho n.º 9807/2020, do membro do Governo responsável pela área da energia. A partir de 1 de janeiro de 2021 foi fixado um valor que corresponde a um desconto de 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.25.

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo por base a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as

atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2020, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em 59.064.797 euros. A Empresa tem ainda 107.500.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizadas, com vencimento até um ano, sendo renováveis automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos, bem como 55.740.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática anual ou trimestralmente, enquanto as de vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a Empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a EDA tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Gestão das subsidiárias.

Nas demonstrações financeiras individuais a valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da EDA, na aplicação do método da equivalência patrimonial.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência

significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais a EDA tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Ganhos ou perdas não realizadas em transações entre a Empresa e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela participada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como parte do valor inicialmente registado como investimento em associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, a Empresa reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2020	2019
USD	1,2271	1,1234
GBP	0,8990	0,8508
CHF	1,0802	1,0854

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. Os ativos elegíveis para capitalização são ativos que necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Contadores	16 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 16 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 40 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a direitos de utilização de software, a licenças de emissão de dióxido de carbono (licenças CO₂) adquiridas e ao direito de concessão resultante da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de serviço de concessão.

Os ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, sendo o ativo escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada desse ativo, sendo reconhecidos nos resultados.

Programas de computador

A EDA capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de upgrade. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Licenças emissões de gases (CO₂)

As atividades desenvolvidas pela EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO₂).

As licenças de carácter ambiental resultam da atividade operacional ou de negociação.

As licenças para consumo próprio são reconhecidas como ativo intangível sendo mensuradas ao preço de aquisição, enquanto que as licenças detidas para negociação são registadas ao preço de

aquisição e ajustadas para o justo valor correspondente ao preço de mercado. Os rendimentos e gastos resultantes destes ajustamentos são reconhecidos em resultados do ano.

Direitos de concessão

A empresa tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA permuta pelo direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas. Estes contratos de concessão podem ser designados por construir-operar-transferir, reabilitar-operar-transferir ou público-privado.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o período 2018 – 2021, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização estimada do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no início de cada período regulatório, acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de

substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde no SNC à NCRF 6, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advém das tarifas a praticar durante o período da concessão.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida estão sujeitos a depreciação/amortização por um período de 10 anos e, são objeto de testes de imparidade anuais quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros créditos a receber, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDA reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses ativos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados. Quando se tratam de instrumentos financeiros derivados de negociação, os ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do período nas rubricas de custos ou proveitos financeiros. Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (fair value hedge), o valor desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura de justo valor são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos coberto atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (cash flow hedge), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas no Capital próprio, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a EDA não tem negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados.

3.8. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação, assim como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou há lugar à descontinuação dos equipamentos a que se referem.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.9. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de se verificar.

O montante de perda por imparidade para um instrumento financeiro mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são desreconhecidos quando:

- (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.10. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado.

Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Quando a Empresa está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma subsidiária, a totalidade dos ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda quando se verificarem os critérios acima descritos, mesmo que a Empresa mantenha uma participação minoritária nessa subsidiária após a venda. Os ativos não correntes (e todos os ativos e passivos relacionados a alienar) classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico ou justo valor deduzido dos custos incrementais de realização da venda, excluindo custos financeiros e fiscais. Em contrapartida, estes ativos não são amortizados.

3.11. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.12. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.13. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa

de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outras dívidas a pagar, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.14. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o

Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,8%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

3.16. Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual não existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA uma provisão nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no Balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustamentos de experiência e alterações aos pressupostos atuariais e financeiros são registados em Capital próprio.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA constituiu o fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) contribuição base de 1% do salário pensionável pela Empresa sem qualquer condição;
- b) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

3.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.18. Subsídios e apoios do Governo

A EDA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

As participações atribuídas à EDA, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios obtidos para financiar a construção de infraestruturas para a concessão de serviço público incluindo as participações recebidas de clientes (cujo ativo é reconhecido pelo seu custo estimado) são deduzidos diretamente ao valor do ativo intangível reconhecido como direito de concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.19. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.20. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registrados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.21. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou permuta dissemelhante de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDA. O rédito é registrado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

No caso da EDA, para as atividades englobadas no contrato de concessão, é apresentada de forma individualizada o rédito proveniente dos serviços de construção e de exploração.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registrados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades reguladas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção, transporte e distribuição.

Serviços de construção

A EDA apresenta na sua Demonstração dos resultados o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração dos resultados. Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do price cap, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do custo de aquisição/construção.

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte a EDA não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão, pelo que o rédito e os encargos associados a serviço de construção destes ativos apresentam igual montante.

3.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.23. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.24. Matérias ambientais

A EDA reconhece os dispêndios de caráter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a EDA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.25. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.25.1 Convergência tarifária

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano $n+1$), para incorporação das tarifas do ano a seguir ($n+2$).

3.25.2 Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.25.3 Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade.

3.25.4 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos e do consumo dos benefícios económicos subjacentes, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.25.5 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data do balanço são constituídas perdas por imparidade equivalentes aos créditos de clientes vencidos há mais de 12 meses, exceto as dívidas das entidades públicas, atendendo ao risco associado.

3.26. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

3.27. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

4.2 – Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2020	2019
Caixa	6.594	6.695
Depósitos bancários	5.301.555	4.545.864
	5.308.149	4.552.559

Os valores considerados para efeitos da elaboração da Demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão de acordo com o quadro apresentado acima.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDA, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCRF 4.

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2020								
Custo de aquisição	2.871.080	69.603.446	280.290.424	6.201.364	8.808.620	35.212.002	20.275.159	423.262.095
Imparidade acumulada	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(37.169.092)	(176.344.777)	(5.452.385)	(7.916.922)	(26.594.200)	-	(253.477.377)
Valor líquido	2.871.080	32.434.354	103.610.065	748.979	891.698	8.617.802	20.275.159	169.449.135
Movimento do exercício								
Adições	159.533	-	-	5.365	438.480	446.226	15.334.842	16.384.446
Alienações e abates	-	-	(1.216.664)	(124.063)	(28.615)	(40.248)	-	(1.409.590)
Transferências	164.736	417.112	4.047.629	-	138.323	637.465	(5.405.266)	-
Depreciação - período	-	(2.254.647)	(9.778.574)	(329.764)	(455.409)	(1.336.592)	-	(14.154.986)
Depreciação - alienações	-	(13.530)	1.230.194	124.063	28.425	40.071	-	1.409.224
	3.195.349	30.583.289	97.892.649	424.580	1.012.901	8.364.726	30.204.736	171.678.229
31 de dezembro de 2020								
Custo de aquisição	3.195.349	70.020.558	283.121.389	6.082.666	9.356.807	36.255.446	30.204.736	438.236.951
Imparidade acumulada	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(39.437.269)	(184.893.158)	(5.658.086)	(8.343.906)	(27.890.720)	-	(266.223.139)
Valor líquido	3.195.349	30.583.289	97.892.649	424.580	1.012.901	8.364.726	30.204.736	171.678.229

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2019								
Custo de aquisição	2.871.080	68.623.706	273.291.813	5.981.916	8.326.901	34.192.835	21.646.939	414.935.191
Imparidade acumulada	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(35.010.927)	(167.461.950)	(5.167.821)	(7.490.383)	(25.240.348)	-	(240.371.430)
Valor líquido	2.871.080	33.612.779	105.494.282	814.095	836.517	8.952.487	21.646.939	174.228.178
Movimento do exercício								
Adições	-	-	-	296.216	486.359	457.977	8.038.481	9.279.033
Alienações e abates	-	(140.381)	(718.251)	(76.768)	(4.640)	(12.089)	-	(952.129)
Transferências	-	1.120.120	7.716.862	-	-	573.279	(9.410.261)	-
Depreciação - período	-	(2.261.490)	(9.601.079)	(361.332)	(431.179)	(1.365.941)	-	(14.021.021)
Depreciação - alienações	-	103.326	718.251	76.768	4.640	12.089	-	915.074
	2.871.080	32.434.354	103.610.065	748.979	891.698	8.617.802	20.275.159	169.449.135
31 de dezembro de 2019								
Custo de aquisição	2.871.080	69.603.446	280.290.424	6.201.364	8.808.620	35.212.002	20.275.159	423.262.095
Imparidade acumulada	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(37.169.092)	(176.344.777)	(5.452.385)	(7.916.922)	(26.594.200)	-	(253.477.377)
Valor líquido	2.871.080	32.434.354	103.610.065	748.979	891.698	8.617.802	20.275.159	169.449.135

Adições:

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2020 englobam 1.049.604 euros de aquisições diretas e 15.334.842 euros de obras em curso, que correspondem maioritariamente ao investimento efetuado pela EDA em equipamentos de produção, nomeadamente ampliações de centrais termoelétricas.

Em curso:

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2020	2019
Ampliação central térmica Belo Jardim - Grupo XI	17.154.530	13.085.441
Produção	4.501.780	2.761.739
Implementação e atualização de soluções informáticas	4.511.543	1.670.834
Outras obras	4.036.883	2.757.146
	30.204.736	20.275.159

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2020, no montante de 5.405.266 euros referem-se essencialmente a obras de ampliações e beneficiação de centros produtores nas ilhas da Terceira e São Jorge.

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Alienações e Abates

Em 2020 e 2019 o valor das alienações refere-se a materiais obsoletos tais como contadores, disjuntores, grupos geradores, edifícios e outros equipamentos administrativos e de transporte.

7 Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se ao antigo edifício sede da EDA na Calheta, o qual se encontra totalmente arrendado:

	2020	2019
A 1 de janeiro		
Valor bruto	3.000.000	3.000.000
Depreciações acumuladas	(771.844)	(701.147)
Imparidades acumuladas	(9.550)	(9.550)
Valor líquido	2.218.607	2.289.303
Reversão perda por imparidade	-	-
Depreciações - Período	(70.697)	(70.697)
	(70.697)	(70.697)
A 31 de dezembro		
Valor bruto	3.000.000	3.000.000
Depreciações	(842.540)	(771.844)
Imparidades	(9.550)	(9.550)
Valor líquido	2.147.910	2.218.607

Em conformidade com a avaliação patrimonial reportada a 1 de janeiro de 2018, os ativos classificados como propriedades de investimento, possuem o seguinte justo valor:

Terrenos	797.000
Edifícios	1.563.000
	2.360.000

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os rendimentos e gastos operacionais diretos associados às propriedades de investimento são os seguintes:

	2020		2019	
	Rendas	Gastos diretos	Rendas	Gastos diretos
Edifícios Calheta	119.684	46.788	120.264	26.754
	119.684	46.788	120.264	26.754

8 Ativos intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se a licenças de CO2, direitos de superfície, software e ao contrato de concessão. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Licenças CO2	Direitos de superfície	Software	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2020						
Custo de aquisição	45.668.365	27.154	16.176.438	392.875.715	-	454.747.673
Amortizações acumuladas	(45.218.231)	(9.108)	(12.291.570)	(186.119.567)	-	(243.638.475)
Valor líquido	450.134	18.046	3.884.869	206.756.147	-	211.109.196
Adições	6.516.565	-	30.524	13.156.734	2.178.744	21.882.567
Transferências e abates	-	-	2.178.744	32.384	(2.178.744)	32.384
Amortização - período	(6.966.699)	(596)	(1.915.480)	(9.406.551)	-	(18.289.326)
Valor líquido	-	17.450	4.178.657	210.538.714	-	214.734.821
31 de dezembro de 2020						
Custo de aquisição	52.184.929	27.154	18.385.707	406.064.833	-	476.662.624
Amortizações acumuladas	(52.184.929)	(9.704)	(14.207.050)	(195.526.117)	-	(261.927.801)
Valor líquido	-	17.450	4.178.657	210.538.714	-	214.734.821

	Licenças CO2	Direitos de superfície	Software	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2019						
Custo de aquisição	38.423.255	26.452	12.238.976	377.488.555	-	428.177.238
Amortizações acumuladas	(37.882.198)	(7.810)	(11.455.838)	(177.023.946)	-	(226.369.792)
Valor líquido	541.057	18.642	783.138	200.464.609	-	201.807.446
Adições	7.245.110	702	231.882	15.387.159	3.705.580	26.570.434
Transferências e abates	-	-	3.705.580	-	(3.705.580)	-
Amortização - período	(7.336.032)	(1.298)	(835.731)	(9.095.622)	-	(17.268.684)
Valor líquido	450.134	18.046	3.884.870	206.756.147	-	211.109.196
31 de dezembro de 2019						
Custo de aquisição	45.668.365	27.154	16.176.438	392.875.715	-	454.747.673
Amortizações acumuladas	(45.218.231)	(9.108)	(12.291.570)	(186.119.567)	-	(243.638.475)
Valor líquido	450.134	18.046	3.884.869	206.756.147	-	211.109.196

Licenças CO2:

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva nº 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2020 encontram-se registados em gastos 282.089 toneladas de licenças de CO₂, no montante de 6.966.699 euros (2019: 301.949 toneladas e 7.336.032 euros), relativas às emissões do exercício de 2020. Destas, 32 toneladas foram adquiridas no decorrer do exercício de 2021, encontrando-se especializadas em 31 de dezembro de 2020.

Software:

O valor capitalizado como software em 2020, refere-se essencialmente à aquisição de licenciamentos e novas soluções SAP.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2020				
Custo de aquisição	445.856.267	18.655.512	(71.636.063)	392.875.715
Amortizações acumuladas	(217.688.074)	-	31.568.508	(186.119.567)
Valor líquido	228.168.193	18.655.512	(40.067.556)	206.756.147
Adições	421.148	13.635.382	(899.796)	13.156.734
Transferências	10.685.443	(10.685.443)	-	-
Transferências e abates	-	32.384	-	32.384
Amortização - período	(12.634.937)	-	3.228.386	(9.406.551)
Valor líquido	226.639.846	21.637.835	(37.738.965)	210.538.714
31 de dezembro de 2020				
Custo de aquisição	456.962.858	21.637.835	(72.535.859)	406.064.833
Amortizações acumuladas	(230.323.012)	-	34.796.894	(195.526.117)
Valor líquido	226.639.846	21.637.835	(37.738.965)	210.538.714
	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2019				
Custo de aquisição	432.011.585	17.164.688	(71.687.717)	377.488.555
Amortizações acumuladas	(205.327.273)	-	28.303.328	(177.023.946)
Valor líquido	226.684.312	17.164.688	(43.384.389)	200.464.609
Adições	291.427	15.044.079	51.653	15.387.159
Transferências	13.553.255	(13.553.255)	-	-
Amortização - período	(12.360.801)	-	3.265.179	(9.095.622)
Valor líquido	228.168.193	18.655.512	(40.067.556)	206.756.147
31 de dezembro de 2019				
Custo de aquisição	445.856.267	18.655.512	(71.636.063)	392.875.715
Amortizações acumuladas	(217.688.074)	-	31.568.508	(186.119.567)
Valor líquido	228.168.193	18.655.512	(40.067.556)	206.756.147

No período de 2020 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 13.156.734 euros (2019: 15.387.159 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 9.406.551 euros (2019: 9.095.622 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

9 Participações financeiras – método equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

	Subsidiárias	Associadas	Total
1 de janeiro de 2019	117.518.012	252.700	117.770.712
Ganhos/(Perdas)	10.540.018	(40)	10.539.978
Outros movimentos no Capital	(933.164)	-	(933.164)
Dividendos recebidos	(5.547.684)	-	(5.547.684)
Perdas por imparidade do exercício	(102.579)	-	(102.579)
Transferências	(1.775.274)	-	(1.775.274)
31 de dezembro de 2019	119.699.330	252.659	119.951.989
Ganhos/(Perdas)	11.694.472	-	11.694.472
Outros movimentos no Capital	(938.370)	-	(938.370)
Dividendos recebidos	(5.170.530)	-	(5.170.530)
Abate participação	-	(252.659)	(252.659)
31 de dezembro de 2020	125.284.901	-	125.284.901

Os Ganhos/(Perdas) reconhecidos resultam da apropriação da quota-parte da EDA no resultado do período das subsidiárias e associadas. Nas situações em que para além da participação detida diretamente também existem participações cruzadas, como é o caso das empresas EDA Renováveis e SEGMA foi incorporada a percentagem detida por cada uma daquelas empresas, que serve de base para o cálculo do método de equivalência patrimonial.

Os valores registados em Outros movimentos de capital correspondem essencialmente ao Ajustamento em ativos financeiros, com origem na subsidiária EDAR.

Em 2020 a EDA recebeu dividendos das subsidiárias no total de 5.170.530 euros (EDAR: 4.685.453 euros; SEGMA: 355.500 euros; GLOBALEDA: 129.577 euros) e em 2019 um total de 5.547.684 euros (EDAR: 5.041.462 euros; SEGMA: 283.500 euros; NORMA: 222.723 euros).

Ainda no exercício de 2020, ocorreu o abate da participação na ONIAÇORES, por dissolução da sociedade no montante de 252.659 euros, tendo gerado um rendimento conforme Nota 30.

No seguimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 74 /2018, de 20 de junho, referente à reestruturação do Setor Empresarial Público Regional, o Governo Regional dos Açores, por resolução do Conselho do Governo n.º 108/2018, de 9 de outubro, determinou a alienação da totalidade das ações da Norma Açores detidas pela EDA, representativas de 62,625% do capital social, a realizar mediante concurso público, à exceção da venda direta aos trabalhadores, num máximo de 10% do capital. Ainda neste âmbito, por Despacho n.º 1922/2018, de 29 de outubro, da Presidência do Governo, foi nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento.

A alienação da participação da EDA no capital social da Norma Açores enquadra-se no Regime de alienação das participações do setor público (Lei n.º 7/88, de 24 de maio e Decreto-Lei n.º 328/88, de 27 de setembro), atendendo que a EDA é um ente público, detido maioritariamente pela Região Autónoma dos Açores.

Em 10 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário da República n.º 237, o procedimento n.º 10570/2018, para alienação de 42.100 ações, correspondentes a 52,625% do capital social da empresa. Do concurso público não resultou a alienação, dada a inexistência de propostas. No âmbito do processo de venda direta aos trabalhadores resultou a alienação de 50 ações de um lote de 8.000 ações.

Em 4 de setembro de 2019, foi publicado no Diário da República n.º 169, o procedimento n.º 9401/2019, para alienação de 50.050 ações, correspondentes a 62,563% do capital social da empresa. A proposta resultante deste concurso mereceu a aprovação, conforme Resolução do Conselho do Governo n.º 11/2020 publicada em 6 de janeiro de 2020.

Em seguimento da aprovação da alienação da participação financeira na Norma Açores, a referida participação passou a ser apresentada na rubrica de ativos não correntes detidos para venda (Nota 17) em 2019.

Em 13 de fevereiro de 2020, ocorreu a alienação da participação da EDA no capital social da empresa.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2020 e 2019, e os rendimentos e gastos gerados no período, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias e associadas, são como segue:

			Ativos		Passivos								
		Valor	Não	Correntes	Não	Correntes	Capital				Resultado	Contribuição	Contribuição
2020	% detida	contabilístico	correntes		correntes		Próprio	Rendimentos	Gastos		líquido	no	no Capital
Empresas subsidiárias													
EDA Renováveis, SA ¹	100,00%	113.909.374	76.821.092	53.699.856	7.717.572	9.803.254	113.000.122	31.280.020	21.328.856	9.951.164	10.072.008		935.846
GLOBALEDA													
- Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	3.192.259	965.003	5.151.563	-	1.854.538	4.262.028	9.819.841	9.105.729	714.112	534.870		-
SEGMA													
- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	90,00%	8.183.268	1.686.890	9.247.333	32	1.841.672	9.092.520	9.663.655	8.455.217	1.208.438	1.087.594		2.524
		125.284.901										11.694.472	938.370

¹ O valor contabilístico desta subsidiária inclui a apropriação de 10% da SEGMA que nas contas desta subsidiária está registado ao custo.

			Ativos		Passivos						Contribuição	Contribuição
2019	% detida	Valor contabilístico	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Resultado Líquido	no Resultado	no Capital Próprio
Empresas subsidiárias												
EDA Renováveis, SA ¹	100,00%	109.458.665	71.063.899	55.199.694	8.876.640	8.756.475	108.630.477	29.688.113	20.297.726	9.390.385	9.469.292	929.427
GLOBALEDA												
- Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	2.786.966	727.591	4.501.762	-	1.508.438	3.720.916	7.087.408	6.742.858	344.551	258.069	-
SEGMA												
- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	90,00%	7.453.697	1.752.888	8.624.384	755	2.094.631	8.281.886	7.762.539	6.973.470	789.068	710.162	3.737
NORMA AÇORES												
- Soc. De Estudos e Apoio no Desenvolvimento Regional, SA	62,56%	-	853.413	3.346.440	383.468	824.643	2.991.743	3.274.350	3.110.521	163.829	102.495	-
		119.699.330										
Empresas associadas												
ONIAÇORES												
- Infocomunicações, SA	40,00%	252.659	-	696.094	-	64.445	631.648	6.951	7.052	(101)	(40)	-
		252.659									10.539.978	933.164
Total		119.951.989										

¹ O valor contabilístico desta subsidiária inclui a apropriação de 10% da SEGMA que nas contas desta subsidiária está registado ao custo.

10 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa:

		% detida	2020	2019
Participações financeiras - método do custo				
NOS Açores Comunicações, S.A.		6,18%	228.649	228.649
Fundação Engenheiro José Cordeiro	i)	33,68%	3.242	3.242
INOVA		0,77%	5.297	5.297
			237.188	237.188
Outros investimentos				
Fundo de compensação do trabalho			72.975	52.547
			72.975	52.547
			310.163	289.735

i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 33,68% do Património social, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade.

11 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de outros créditos a receber são como segue:

		2020			2019		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	i)	964.282	-	964.282	404.107	-	404.107
Direitos de passagem municípios	ii)	200.526	401.050	601.576	200.526	601.578	802.104
Saldo pendente terceiros	iii)	578.033	-	578.033	551.239	-	551.239
Programa PRORURAL+		25.467	-	25.467	154.507	-	154.507
Terrenos da Calheta expropriados	iv)	29.090	92.118	121.208	29.090	121.208	150.298
Alienação NORMA-AÇORES	v)	443.818	887.637	1.331.455	-	-	-
Adiantamentos ao pessoal		79.501	-	79.501	31.291	-	31.291
Adiantamentos a fornecedores		24.527	-	24.527	27.342	-	27.342
		2.345.244	1.380.805	3.726.049	1.398.103	722.786	2.120.889
Devedores acréscimos rendimentos							
Energia a faturar (Nota 25)	vi)	2.004.681	-	2.004.681	2.337.983	-	2.337.983
Convergência tarifária:	vii)						
Ano de 2020 (Nota 25)		-	5.689	5.689	-	-	-
Ano de 2019		3.966.384	-	3.966.384	-	-	-
Ano de 2018		-	-	-	6.639.071	-	6.639.071
Compensação regional ao fuelóleo	viii)	6.412.041	-	6.412.041	6.412.041	-	6.412.041
		14.728.349	1.386.494	16.114.843	16.787.198	722.786	17.509.984
Imparidades acumuladas		(6.412.041)	-	(6.412.041)	(6.412.041)	-	(6.412.041)
		8.316.308	1.386.494	9.702.802	10.375.157	722.786	11.097.943

- i) O saldo inclui dívidas a receber de devedores diversos bem como regularizações de fornecedores que ocorrerão em 2021 com a receção de notas de crédito;
- ii) Em Direitos de passagem, encontra-se o montante a receber do Município de Ponta Delgada, com liquidação prevista em quatro anos, de 2020 a 2023, em prestações trimestrais constantes de 50.132 euros conforme protocolo assinado;
- iii) Em saldo pendente de terceiros consta a diferença entre o preço acordado e faturado relativamente a energia renovável da empresa Graciólica;
- iv) No que concerne ao saldo a receber referente aos antigos terrenos da Calheta foi estabelecido um acordo de pagamentos, que não vencem juros, para a sua liquidação em 120 prestações constantes e mensais de 2.424 euros, tendo sido liquidada a primeira em 28 de maio de 2015;
- v) Em 13 de fevereiro de 2020, ocorreu a alienação da participação da EDA pelo montante de 1.775.274 euros, tendo sido recebido nesta data o montante de 443.818 euros correspondendo a 25%. O recebimento do remanescente, e de acordo com o contrato celebrado, ocorrerá em 3 prestações constantes e anuais.
- vi) A rubrica de energia a faturar no montante de 2.004.681 euros (2019: 2.337.983 euros) respeita a valores em contador a faturar aos clientes em 2021;
- vii) A convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores. O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n , nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano $n+1$ (custo do capital) e $n+2$. Neste sentido, a convergência tarifária de 2019 inclui o custo do capital no valor de 3.204.006 euros, o acerto final do ajustamento ao tarifário no montante de 760.228 euros e juros vencidos neste período no valor de 2.149 euros;
- viii) Em conformidade com o acordo celebrado em 18 de dezembro de 2009 com a Região Autónoma dos Açores relativo ao abastecimento de fuel, o saldo que se estima receber da compensação do diferencial do preço de aquisição do período de janeiro de 2010 a setembro de 2012 é assim representado:

	2020	2019
Ano de 2010	3.402.269	3.402.269
Ano de 2011	864.911	864.911
Ano de 2012	2.144.861	2.144.861
	6.412.041	6.412.041

Dada a incerteza sobre a sua efetiva realização, foi registrada uma imparidade de montante similar, que não apresentou qualquer movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes têm remunerações mínimas iguais ou superiores às taxas de mercado.

12 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2020	2019
<u>Impactos na demonstração dos resultados</u>		
Ativos por impostos diferidos	1.936.274	(2.455.060)
Passivos por impostos diferidos	566.298	1.407.950
	<u>2.502.572</u>	<u>(1.047.110)</u>
<u>Impactos no capital próprio</u>		
Ativos por impostos diferidos	488.635	476.128
	<u>488.635</u>	<u>476.128</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>2.991.207</u>	<u>(570.982)</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Prejuízos fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2020	2.497.349	1.372.374	68.794	91.103	-	4.029.620
Constituição/reversão por capital	488.635	-	-	-	-	488.635
Constituição por resultados	-	1.993.334	-	57.008	-	2.050.342
Reversão por resultados	(80.525)	(33.543)	-	-	-	(114.068)
Movimento do período	408.110	1.959.791	-	57.008	-	2.424.909
A 31 de dezembro de 2020	2.905.460	3.332.165	68.794	148.111	-	6.454.530

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Prejuízos fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2019	3.020.363	1.314.469	68.794	108.281	1.496.646	6.008.553
Constituição/reversão por capital	476.128	-	-	-	-	476.128
Constituição por resultados	-	57.906	-	-	-	57.906
Reversão por resultados	(999.142)	-	-	(17.178)	(1.496.646)	(2.512.966)
Movimento do período	(523.014)	57.906	-	(17.178)	(1.496.646)	(1.978.932)
A 31 de dezembro de 2019	2.497.349	1.372.374	68.794	91.103	-	4.029.620

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2020	(119.384)	(2.671.269)	(352.596)	(3.143.249)
Constituição por resultados	-	(812.381)	-	(812.381)
Reversão por resultados	12.765	1.356.801	9.113	1.378.679
Movimentos do período	12.765	544.420	9.113	566.298
A 31 de dezembro de 2020	(106.619)	(2.126.849)	(343.483)	(2.576.951)

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	(133.381)	(4.056.110)	(361.709)	(4.551.200)
Constituição por resultados	-	(591.198)	-	(591.198)
Reversão por resultados	13.997	1.976.039	9.113	1.999.148
Movimentos do período	13.997	1.384.840	9.113	1.407.950
A 31 de dezembro de 2019	(119.384)	(2.671.269)	(352.596)	(3.143.249)

O montante de Outros está relacionado com a revalorização do terreno e edifícios da Calheta.

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 20,5% (2019: 20,5%), que inclui a derrama estadual resultante do aditamento ao CIRC aprovado pela Lei nº 12-A/2010.

13 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	2020	2019
Matérias primas	2.043.243	2.209.551
Matérias subsidiárias	210.083	191.565
Materiais diversos	9.561.312	8.068.190
Materiais em trânsito	222.065	195.998
	12.036.702	10.665.304
Imparidade de inventários	(27.082)	(48.734)
	12.009.620	10.616.570

O saldo de inventários refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuel, gasóleo e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

O custo dos inventários reconhecidos em 2020 como gasto e incluído na rubrica custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 85.065.050 euros (2019: 97.148.129 euros) (Nota 27).

Imparidade de inventários

	2020	2019
A 1 de janeiro	48.734	100.066
Reversões	-	(25.340)
Utilizações	(21.652)	(25.993)
A 31 de dezembro	27.082	48.734

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 21.652 euros (2019: 25.993 euros).

14 Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	2020			2019		
		Não			Não	
	2020	corrente	Total	Corrente	corrente	Total
Clientes - gerais	42.334.238	-	42.334.238	40.808.043	-	40.808.043
Clientes - partes relacionadas (Nota 38)	216.334	-	216.334	238.006	-	238.006
i)	42.550.572	-	42.550.572	41.046.048	-	41.046.048
Imparidade de clientes	(1.630.234)	-	(1.630.234)	(1.144.973)	-	(1.144.973)
	40.920.338	-	40.920.338	39.901.075	-	39.901.075

i) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os seguintes saldos a receber de clientes:

a) valores faturados à REN a título de convergência tarifária no montante de 7.012.576 euros (em 2019: 7.619.879 euros);

b) outros serviços diversos no montante de 1.019.455 euros (2019: 1.379.824 euros);

c) os saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de eletricidade, que apresentam a seguinte antiguidade:

	2020			2019		
	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total
Entidades públicas	4.724.713	18.699.550	23.424.263	5.345.176	17.522.947	22.868.123
Empresarial e particulares	9.801.434	1.292.844	11.094.278	8.537.379	640.843	9.178.222
	14.526.147	19.992.394	34.518.541	13.882.555	18.163.790	32.046.345

A Empresa não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade para as contas a receber de entidades públicas com elevada antiguidade por entender que as mesmas são recuperáveis.

Imparidade de clientes

	2020	2019
A 1 de janeiro	1.144.973	1.395.803
Aumentos	587.323	43.617
Utilizações	(102.062)	(294.447)
A 31 de dezembro	1.630.234	1.144.973

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de clientes deveu-se essencialmente ao reforço da imparidade de clientes no montante de 587.323 euros (2019: 43.617 euros) e à utilização direta no montante de 102.062 euros (2019: 294.447 euros).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15 Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2020		2019	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	1.613.454	-	1.299.689
Impostos s/ rendimento - IRS	-	314.827	-	286.869
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	1.716.004	-	2.359.957
Contribuições p/ segurança social	-	584.539	-	544.447
Outros impostos	-	136.634	-	138.171
	-	4.365.459	-	4.629.133

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2020	2019
Pagamentos por conta	(997.878)	-
Retenções na fonte	(23.937)	(24.157)
Estimativa de IRC (Nota 33)	2.635.269	1.323.844
	1.613.454	1.299.689

16 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a EDA tem registado na rubrica Diferimentos – Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	2020	2019
Seguros e outros serviços	341.907	339.787
	341.907	339.787

17 Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica apresenta em 31 de dezembro de 2019, o contributo da Norma Açores, que em função da deliberação da sua alienação e da observância das condições de reconhecimento, está classificado como ativo não corrente detido para venda, conforme referido na Nota 9.

Em 13 de fevereiro de 2020, ocorreu a alienação da participação da EDA pelo montante de 1.775.274 euros, tendo sido recebido nesta data o montante de 443.818 euros correspondendo a 25%. O recebimento do remanescente, e de acordo com o contrato celebrado, ocorrerá em 3 prestações constantes e anuais.

18 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social da EDA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	<u>Número de ações</u>	<u>Capital Social</u>
Capital	<u>14.000.000</u>	<u>70.000.000</u>
	<u>14.000.000</u>	<u>70.000.000</u>

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	<u>Nº Ações</u>	<u>% detida</u>
Região Autónoma dos Açores	7.014.000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S.A.	5.558.120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	1.400.000	10,0%
Outros	27.880	0,2%
	<u>14.000.000</u>	<u>100%</u>

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2020 e 2019. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de

direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

19 Outras reservas e Resultados transitados

	Reserva Legal	Reserva para investimentos	Reserva para fins sociais	Reservas especiais	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2019	13.246.000	100.911	19.235	226.650	103.617.848	117.210.644
Aplicação do Resultado do período	754.000	-	-	-	19.069.881	19.823.881
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	476.128	476.128
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	(2.322.576)	(2.322.576)
Distribuições 2018	-	-	-	-	(12.915.000)	(12.915.000)
Distribuições anos anteriores	-	-	-	-	(4.095.000)	(4.095.000)
31 de dezembro de 2019	14.000.000	100.911	19.235	226.650	103.831.282	118.178.077
Aplicação do Resultado do período	-	-	-	-	16.536.574	16.536.574
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	488.635	488.635
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	(2.383.586)	(2.383.586)
Distribuições 2019	-	-	-	-	(11.165.000)	(11.165.000)
Distribuições anos anteriores	-	-	-	-	(5.005.000)	(5.005.000)
31 de dezembro de 2020	14.000.000	100.911	19.235	226.650	102.302.905	116.649.701

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 15 de maio de 2020, o resultado apurado no período de 2019 teve a seguinte aplicação:

Dividendos	11.165.000
Resultados transitados	5.371.574
	16.536.574

Adicionalmente foram distribuídos dividendos por conta de Resultados transitados de anos anteriores, no valor de 5.005.000 euros.

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 1.567.536 euros (2019: 1.723.203 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em Resultados transitados e Resultados do exercício os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expetavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

	2020	2019
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2020	11.694.472	-
Ano 2019	5.369.449	10.437.399
Anos anteriores	57.170.748	57.170.748
Perdas Atuariais	(15.042.967)	(12.659.382)
Compensação Tarifária		
Ano 2020	(9.836.732)	-
Ano 2019	3.924.209	(282.466)
Ano 2018	(12.599)	6.626.420
	53.266.578	61.292.719

20 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Total
1 de janeiro de 2019	8.702.131	6.310.744	15.012.875
Amortização de subsídio (Nota 30)	-	(1.277.294)	(1.277.294)
Ajustamento por imposto (Nota 23)	-	261.845	261.845
Ajustamento capital próprio subsidiária (Nota 9)	(933.164)	-	(933.164)
31 de dezembro de 2019	7.768.967	5.295.295	13.064.262
Amortização de subsídio (Nota 30)	-	(1.184.108)	(1.184.108)
Atribuição no ano	-	161.953	161.953
Ajustamento por imposto (Nota 23)	-	242.742	242.742
Ajustamento capital próprio subsidiária (Nota 9)	(938.370)	-	(938.370)
Ajustamento da participação em associadas	(6.495)	-	(6.495)
31 de dezembro de 2020	6.824.102	4.515.883	11.339.985

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no capital próprio das subsidiárias.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no capital próprio pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	2020	2019
1 de janeiro	5.295.295	6.310.744
Atribuição de subsídios	161.953	-
Amortização	(1.184.108)	(1.277.294)
Ajustamento por imposto (Nota 23)	242.742	261.845
31 de dezembro	4.515.883	5.295.295

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 23).

21 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de financiamento, no final de cada período, é como segue:

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	20.000.000	112.500.000	132.500.000	15.000.000	85.000.000	100.000.000
Empréstimos bancários	12.076.299	70.501.623	82.577.922	13.740.584	82.577.922	96.318.506
Obrigações	-	40.000.000	40.000.000	-	40.000.000	40.000.000
Contas correntes caucionadas	1.760.000	-	1.760.000	14.530.000	-	14.530.000
Outros empréstimos (Nota 37)	56.460.000	-	56.460.000	57.715.000	-	57.715.000
	90.296.299	223.001.623	313.297.922	100.985.584	207.577.922	308.563.506
Juros a pagar - Empréstimos	755.487	-	755.487	809.058	-	809.058
Juros pagos (antecipação)	-	(1.103.019)	(1.103.019)	-	(1.009.833)	(1.009.833)
	91.051.786	221.898.604	312.950.390	101.794.642	206.568.089	308.362.731

A EDA é subscritora de 9 programas de papel comercial no valor de 240.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 132.500.000 euros a 31 de dezembro de 2020. Destes programas de papel comercial 112.500.000 euros são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do Grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados pelo Governo da República em 31 de dezembro de 2020 eram de 8.363.636 euros (2019: 12.545.454 euros). Existem outros empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República no montante de 30.214.286 euros (2019: 35.357.143 euros). Para o montante de 7.636.364 euros (2019: 9.545.455 euros) e, por exigência do BEI foi constituída uma garantia bancária (Nota 36).

Nos Outros Empréstimos são englobados a cedência de fundos das participadas no montante de 56.460.000 euros, que vencem juros à taxa média anual de 0,14% (2019: 0,13%).

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	menos de 1 ano	entre 1 ano e 5 anos	mais de 5 anos	Total
Papel comercial	20.000.000	112.500.000	-	132.500.000
Empréstimos bancários	12.076.299	49.599.838	20.901.786	82.577.922
Obrigações	-	25.000.000	15.000.000	40.000.000
Contas correntes caucionadas	1.760.000	-	-	1.760.000

No final do período de 2020 e 2019 a EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2020	2019
Linhas disponíveis		
correntes	135.740.000	117.970.000
não correntes	27.500.000	25.000.000
	163.240.000	142.970.000

Nota: correntes inclui contas correntes caucionadas e PPC CP. Não correntes inclui PPC MLP.

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente. As linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido.

A taxa média de financiamento da EDA foi de 1,27% em 2020 (2019: 1,27%).

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados *Covenants*.

Os *Covenants* associados aos contratos de financiamento da EDA são:

	Empréstimos Mercado Interno	Empréstimos Mercado Externo	Papel Comercial	Obrigacionistas	Conta Corrente
Empréstimo A	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Asset Disposal	Ownership Clause
Empréstimo B	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	Cross Default
Empréstimo C	-	Rácios Financeiros Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-	-
Empréstimo D	-	Garantia GCD Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-	-
Empréstimo E	-	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-	-
Empréstimo F	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	-	-
Empréstimo G	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	-	-
Empréstimo H	-	-	Ownership Clause Pari Passu Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	-	-
Empréstimo I	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cross Default	-	-

A EDA está em cumprimento com os *Covenants* acima apresentados com referência a 31 de dezembro de 2020.

22 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações pós-emprego: i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

A EDA constituiu um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras é como segue:

	2020	2019
Obrigações no balanço		
Plano de benefícios definidos	14.172.971	12.182.189
	14.172.971	12.182.189
	2020	2019
Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de benefícios definidos	521.135	647.369
Plano de contribuições definidas	460.053	514.017
	981.188	1.161.386

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial são os abaixo indicados:

	2020	2019
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa técnica de rendimento	1,00%	1,25%
Taxa técnica de actualização	1,00%	1,25%
Taxa de crescimento salarial	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	1,50%	1,50%
Taxa de revalorização salarial	0,25%	0,25%

Em 2020, a taxa técnica de atualização usada foi de 1,00% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 1,25% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.377.190 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2020, seria superior em 1.360.959 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 0,75%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 1.443.793 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.426.599 euros.

Em a 31 de dezembro de 2020 existiam responsabilidades por financiar de 4.539.875 euros, enquanto que a contribuição estimada para o Fundo de pensões, em 2021, ascende a 372.464 euros.

Deste modo, a contribuição a pagar em 2021, acrescida de juros será no montante de 4.961.462 euros, liquidada em dez prestações mensais de 496.462 euros, com início no mês de março e termo em dezembro de 2021.

22.1. Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida no Balanço é determinado como segue:

	2020	2019
Valor presente da obrigação	48.021.277	48.834.492
Justo valor dos ativos do plano	(33.848.306)	(36.652.303)
	14.172.971	12.182.189

Existem 9.633.095 euros de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2019	46.497.896	(31.764.422)	14.733.474
Custo serviço corrente	403.444	-	403.444
Juro líquido	860.211	(616.286)	243.925
Sub-total	47.761.552	(32.380.708)	15.380.843
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(1.367.474)	(1.367.474)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	3.690.050	-	3.690.050
Contribuições	-	(4.496.491)	(4.496.491)
Benefícios pagos	(2.617.110)	1.592.370	(1.024.739)
A 31 de dezembro 2019	48.834.492	(36.652.303)	12.182.189
Custo serviço corrente	372.464	-	372.464
Juro líquido	610.431	(461.760)	148.671
Sub-total	49.817.387	(37.114.063)	12.703.324
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	1.674.972	1.674.972
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	708.613	-	708.613
Contribuições	-	-	-
Benefícios pagos	(2.504.724)	1.590.785	(913.939)
A 31 de dezembro 2020	48.021.277	(33.848.306)	14.172.971

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo e a taxa técnica de atualização aplicada e dos ganhos de experiência resultantes da rotação de trabalhadores.

As perdas atuariais resultam essencialmente da atualização da taxa de atualização das responsabilidades de 1,25% para 1,00%.

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2020	2019
Custos serviços correntes	372.464	403.444
Juro líquido	148.671	243.925
	521.135	647.369

Os impactos do plano registados em Capital próprio são como segue:

	2020	2019
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(12.659.382)	(10.336.806)
Ganhos/ (perdas) atuariais do período	(2.383.586)	(2.322.576)
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas (Nota 19)	(15.042.967)	(12.659.382)

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é o seguinte:

	2020	2019
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	13,40	13,85
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	1.605.689	1.501.845
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1 ; 3] anos	3.337.063	3.162.251
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3 ; 6] anos	5.262.373	5.055.681
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6 ; 11] anos	9.280.591	9.283.990
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11 ; 14] anos	5.565.826	5.768.043
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	21.638.319	24.303.149

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2020	2019
Depósitos	1.563.280	3.534.499
Fundos de investimento e outros	1.940.792	2.414.428
Ações	12.268.482	12.737.467
Obrigações	15.913.505	15.683.648
Imóveis	2.162.247	2.282.261
	33.848.306	36.652.303

Composição da carteira de ativos:

	2020				2019			
	Ativos cotados	Não cotados	Total	%	Ativos cotados	Não cotados	Total	%
Liquidez	1.563.280	-	1.563.280	4,6%	3.534.499	-	3.534.499	9,6%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1.538.232	1.538.232	4,5%	-	1.538.232	1.538.232	4,2%
Ações								
Domésticas	2.368.889	-	2.368.889	7,0%	2.193.314	-	2.193.314	6,0%
Estrangeiras	9.066.496	-	9.066.496	26,8%	8.480.012	-	8.480.012	23,1%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	1.985.917	-	1.985.917	5,9%	2.517.935	-	2.517.935	6,9%
Estrangeiros, AAA a BBB -	6.739.972	-	6.739.972	19,9%	4.740.755	-	4.740.755	12,9%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1.709.447	-	1.709.447	5,1%	3.916.129	-	3.916.129	10,7%
Fundos de Investimento								
Ações								
Domésticas	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiras	833.097	-	833.097	2,5%	2.064.142	-	2.064.142	5,6%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	4.399.084	-	4.399.084	13,0%	4.508.829	-	4.508.829	12,3%
Estrangeiros, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1.079.085	-	1.079.085	3,2%	-	-	-	0,0%
Imobiliário								
Domésticos	304.024	-	304.024	0,9%	418.781	-	418.781	1,1%
Estrangeiros	319.992	-	319.992	0,9%	325.248	-	325.248	0,9%
Outros investimentos	1.940.792	-	1.940.792	5,7%	2.414.428	-	2.414.428	6,6%
	32.310.074	1.538.232	33.848.306	100,0%	35.114.071	1.538.232	36.652.303	100,0%

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da Empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2020 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

22.2. Contribuição definida

Em 2020, o valor das contribuições definidas efetuadas pela EDA para o Plano Pensões Futuro+, ascendeu a 460.053 euros (2019: 514.017 euros).

23 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos i)						
Fornecedores de investimentos - gerais	11.902.949	-	11.902.949	11.855.236	-	11.855.236
Fornecedores de investimentos - partes relacionadas (Nota 38)	697.223	-	697.223	387.920	-	387.920
	<u>12.600.172</u>	<u>-</u>	<u>12.600.172</u>	<u>12.243.155</u>	<u>-</u>	<u>12.243.155</u>
Outros credores e Acréscimos por gastos						
Convergência tarifária ii)						
Ano de 2020 (Nota 25)	-	9.842.421	9.842.421	-	-	-
Ano de 2019	42.175	-	42.175	163.626	118.840	282.466
Ano de 2018	12.599	-	12.599	12.651	-	12.651
	<u>54.774</u>	<u>9.842.421</u>	<u>9.897.195</u>	<u>176.277</u>	<u>118.840</u>	<u>295.117</u>
Subsídios investimento-Imposto a pagar iii)	-	1.122.712	1,122.712	-	1.365.454	1.365.454
Encargos com remunerações	4.494.082	-	4.494.082	4.300.035	-	4.300.035
Outros acréscimos por gastos	866.506	-	866.506	1.449.579	-	1.449.579
Caução Globaleda	563.885	-	563.885	531.485	-	531.485
Cauções outros	336.042	-	336.042	387.980	-	387.980
Outros credores	797.374	-	797.374	654.915	-	654.915
	<u>7.112.662</u>	<u>10.965.133</u>	<u>18.077.794</u>	<u>7.500.271</u>	<u>1.484.294</u>	<u>8.984.564</u>
	<u>19.712.833</u>	<u>10.965.133</u>	<u>30.677.966</u>	<u>19.743.426</u>	<u>1.484.294</u>	<u>21.227.720</u>

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;

ii) A rubrica de convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a

recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores.

O mecanismo em vigor para a regularização destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n , nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano $n+2$. Desta forma o ajustamento estimado para 2020 é de 9.842.421 euros.

iii) Saldo referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento:

	Subsídios ao investimento
A 1 de janeiro de 2019	(1.627.299)
Reversão por capital (Nota 20)	261.845
Movimentos do período	261.845
A 31 de dezembro de 2019	(1.365.454)
Reversão por capital (Nota 20)	242.742
Movimentos do período	242.742
A 31 de dezembro de 2020	(1.122.712)

24 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

		2020	2019
Fornecedores - gerais	i)	7.260.828	3.721.497
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 38)	ii)	4.268.153	3.830.906
Fornecedores - Faturas em receção e conferência		189.697	455.150
		11.718.678	8.007.552

i) Fornecedores – gerais: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;

ii) Fornecedores – partes relacionadas: saldo referente à aquisição de energia elétrica à EDA Renováveis e de serviços técnicos à Segma e Globaleda.

25 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados em 2020 e 2019, é detalhado como segue:

	2020	2019
Vendas de eletricidade		
Em média tensão	30.937.473	34.286.799
Em baixa tensão	75.009.348	78.580.928
Energia em contadores (Nota 11)	2.004.681	2.337.983
Ajustamentos de tarifário	i) 56.136.071	62.995.148
Serviços prestados		
De eletricidade	777.779	894.860
De outros	1.272.778	1.135.056
Serviços de construção IFRIC 12	ii) 13.894.924	15.044.079
	180.033.053	195.274.852

i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2020 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2019, como se indica:

Descrição	2020	2019
Convergência de tarifário do período *	62.256.851	60.320.216
Tarifa social do período	2.836.884	2.955.166
Desvio tarifário de 2020 (Nota 23)	(9.842.421)	
Desvio tarifário de 2019	-	(118.840)
Desvio da tarifa social de 2020 (Nota 11)	5.689	
Desvio da tarifa social de 2019	-	(163.626)
Correção Desvio Tarifário 2019 (ERSE)	879.068	
Correção Desvio Tarifário 2018 (ERSE)	-	(49.109)
Devolução créditos - Instrução N.º 4 / 2018	-	51.342
	56.136.071	62.995.148

* Inclui acerto custo capital do ano n-1 registado em n

ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2020	2019
Fornecimentos e serviços externos (Nota 28)	7.185.070	7.660.719
Materiais	3.239.361	3.504.881
Pessoal	2.235.837	2.444.751
Fornecimentos e serviços externos - outros	1.174.054	1.378.474
Impostos	60.602	55.254
	13.894.924	15.044.079

26 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2020	2019
Materiais	356.299	388.362
Fornecimentos e serviços externos	1.722.290	2.200.275
Impostos	4.818	9.708
Pessoal	1.330.599	1.456.887
Encargos financeiros	771.950	804.600
	4.185.956	4.859.833

Os valores mais significativos capitalizados referem-se aos custos com empreitadas contratadas para a realização de ampliações nos centros produtores.

27 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2020	2019
Inventários iniciais (Nota 13)	10.665.304	11.288.246
Compras	86.436.447	96.525.187
Inventários finais (Nota 13)	(12.036.702)	(10.665.304)
	85.065.050	97.148.129

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2020	2019
Energia adquirida	33.035.049	30.776.568
Combustíveis	41.755.396	54.687.877
Outros	10.274.605	11.683.684
	85.065.050	97.148.129

i) Do valor de energia adquirida, 28.303.476 euros (2019: 28.026.272 euros) dizem respeito à EDA Renováveis (Nota 38).

28 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2020	2019
Serviços de construção IFRIC 12 (Nota 25)	i)	7.185.070	7.660.719
Trabalhos especializados	ii)	6.800.603	7.532.647
Conservação e reparação	iii)	5.777.407	4.892.944
Comunicações	iv)	882.566	870.751
Limpeza, higiene e conforto	v)	721.031	463.537
Seguros		596.288	594.314
Vigilância e segurança		552.515	455.176
Honorários		304.720	358.186
Comissões		268.957	264.747
Deslocações e estadas		235.393	577.425
Combustíveis		227.728	283.304
Água		159.551	239.893
Material escritório		155.185	137.778
Publicidade e propaganda		122.710	219.451
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		119.957	101.674
Cursos de formação profissional		83.261	123.427
Rendas e alugueres		70.258	248.934
Transporte mercadorias		48.014	119.446
Outros		117.391	66.469
		24.428.605	25.210.824

i) Os Serviços de construção incluem essencialmente gastos com aquisição de serviços e equipamentos para as infraestruturas afetas à concessão;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos e consultorias diversas;

iii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos, como a manutenção, desmontagem e alteração de linhas e a manutenção dos equipamentos das centrais;

iv) Os gastos com Comunicações referem-se maioritariamente a gastos de correio com expedição de faturação a clientes, aluguer de circuitos e gastos com comunicações telefónicas;

v) A variação ocorrida na rubrica de Limpeza, higiene e conforto relativamente ao período homólogo diz respeito essencialmente a serviços extraordinários de limpeza e desinfeção no âmbito do COVID-19.

29 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Remunerações		
Órgãos sociais	405.571	407.962
Pessoal	24.491.171	23.325.516
	24.896.742	23.733.477
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	5.577.748	5.287.710
Benefícios pós-emprego	981.188	1.161.386
Seguros acid.trabalho e doenças profissionais	163.978	164.180
Gastos de ação social	756.012	767.483
Outros	88.168	113.230
	7.567.094	7.493.988
	32.463.836	31.227.465

O número médio de empregados em 2020 foi de 791 (2019: 781).

Os gastos com benefícios pós-emprego referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 521.135 euros (2019: 647.369 euros) para o plano de benefícios definidos e de 460.053 euros (2019: 514.017 euros) para o plano de contribuição definida.

30 Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de Outros rendimentos é apresentado como segue:

	2020	2019
Outros rendimentos operacionais i)	3.080.921	2.596.613
Amortização de subsídios ao investimento ii)	1.184.108	1.277.294
Excesso para estimativa de imposto	42.674	-
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	16.033	200.664
Correções relativas a exercícios anteriores	14.834	35.926
Benefícios e penalidades contratuais	7.586	-
Recuperação de dívidas	7.105	2.418
Ganhos na alienação de ativos financeiros	6.600	-
Outros	4.535	415
	4.364.396	4.113.330

i) A rubrica de Outros rendimentos operacionais inclui: (i) os juros cobrados a clientes pelo atraso no pagamento; (ii) o rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores; e (iii) rendas obtidas através da cedência de edifícios;

ii) Esta rubrica de outros rendimentos refere-se ao valor da amortização dos subsídios ao investimento registada em resultado no período;

31 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2020	2019
Direitos passagem Municípios	i)	4.889.514	4.874.807
Desp.propriedade industrial	ii)	6.966.699	7.336.032
Contr.extraord.setor energético	iii)	1.757.581	1.704.108
Impostos e Outras licenças	iv)	470.508	494.430
Outros gastos operacionais		184.511	172.597
Outras perdas		39.070	50.214
Donativos		85.400	37.475
Multas e penalidades		12.087	867
		14.405.369	14.670.530

i) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;

ii) Na rubrica de Despesas Propriedade Industrial encontram-se registados essencialmente os gastos com as licenças de CO2 correspondentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano (Nota 8);

iii) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei n.º 83-C /2013 de 31 de dezembro;

iv) Esta rubrica inclui maioritariamente o encargo com as taxas de exploração dos ativos afetos às atividades de produção e distribuição.

32 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

		2020	2019
Juros e gastos similares			
Encargos financeiros suportados	i)	1.809.005	1.790.995
Outros gastos e perdas financeiras	ii)	1.349.267	1.676.389
Encargos financeiros de empresas do grupo (Nota 38)		77.520	71.772
		3.235.792	3.539.156

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDA para o financiamento das suas atividades;

ii) Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos contraídos.

33 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2020	2019
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 15)	2.635.269	1.323.844
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)	(2.502.572)	1.047.110
	132.697	2.370.954

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2020	2019
Resultado antes de Imposto	14.573.966	18.907.528
Diferenças temporárias:		
Convergência tarifária	12.215.664	7.037.785
Plano de pensões	(392.804)	(3.870.695)
Perdas por imparidade em contas a receber	278.089	(83.797)
Outros	162.090	131.471
	12.263.039	3.214.765
Diferenças permanentes:		
MEP	(11.694.472)	(10.539.978)
Outros	1.763.110	1.674.589
Benefícios fiscais	(18.500)	-
Restituição de imposto	(42.674)	-
	(9.992.536)	(8.865.389)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	16.844.469	13.256.905
Prejuízos fiscais dedutíveis	-	(8.911.178)
Taxa nominal de imposto	16,8%	16,8%
	2.829.871	730.082
Derrama Municipal	194.305	198.854
Derrama Estadual	517.779	374.276
Tributação autônoma	15.620	20.634
Deduções à coleta	(922.306)	-
Imposto diferido	(2.502.572)	1.047.110
	132.697	2.370.954
Taxa efetiva de imposto	0,9%	12,5%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2020	2019
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	7,20%	7,20%

34 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2020 e 2019 foram de 16.170.000 euros e 17.010.000 euros respetivamente.

35 Compromissos

Os compromissos assumidos pela empresa à data do Balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os investimentos contratados ainda não ocorridos, na data do Balanço são como segue:

	2020	2019
Mercadorias encomendadas a fornecedores	2.359.888	2.355.035
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	34.654.886	11.525.143
	37.014.774	13.880.178

36 Passivos e Ativos Contingentes

A EDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2020	2019
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	5.454.545	6.818.182
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	2.181.818	2.727.273
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220.468	220.468
APISM	Gestão das Portas do Mar	2008	140.527	140.527
PT Comunicações	Fornecimento e instalação de posto de transformação na estação da Vista do Rei para a PT Comunicações - DONA	2009	3.986	3.986
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1.590	1.590
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1.472	1.472
Direção Regional Ordenamento Território e Recursos Hídricos	Contrato de monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas São Miguel e Santa Maria	2008	-	9.229
			8.004.406	9.922.726

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a EDA não tinha identificado outros passivos contingentes

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a EDA não tinha identificado ativos contingentes.

37 Matérias Ambientais

Como referido na Nota 8, a EDA para o período 2013-2020 não beneficiou da atribuição gratuita de licenças de emissão de CO₂.

Em 2020 a EDA registou o consumo de licenças de CO₂ correspondentes à emissão de 282.089 toneladas, enquanto que em 2019 o consumo foi de 301.949 toneladas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

38 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da Empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

38.1. Remuneração dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da EDA foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2020	2019
Remunerações	389.158	391.162
	389.158	391.162

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos ao Conselho Fiscal os seguintes montantes:

	2020	2019
Conselho Fiscal	16.413	16.800
	16.413	16.800

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas são os seguintes:

	2020	2019
Serviços de revisão legal de contas	30.333	28.000
	30.333	28.000

38.2. Saldos e transações com empresas subsidiárias e associadas

(a) Natureza do relacionamento

Subsidiárias:

EDA Renováveis, S.A.

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A. (em 2019)

(b) Transações e Saldos Pendentes

Durante os períodos de 2020 e 2019 a EDA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	2020	2019
EDA Renováveis, S.A.	557.199	623.263
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	716.668	642.054
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	86.213	92.204
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	-	44.799
	1.360.080	1.402.320

Compra de energia

	2020	2019
EDA Renováveis, S.A.	28.303.476	28.026.272
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	8.689	10.953
	28.312.165	28.037.225

Compras de produtos e serviços

	2020	2019
EDA Renováveis, S.A.	42	-
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	6.335.479	3.476.150
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	2.623.525	2.922.978
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	-	1.083.444
	8.959.047	7.482.572

Juros e gastos similares

	2020	2019
EDA Renováveis, S.A.	66.556	64.249
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	1.461	1.724
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	9.504	5.800
	77.520	71.773

No final dos períodos de 2020 e 2019 os saldos pendentes resultantes de transações efetuadas com subsidiárias e associadas são como segue:

Saldos devedores

	2020	2019
<u>Clientes e Outros créditos a receber</u>		
EDA Renováveis, S.A.	135.334	137.890
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	70.733	57.648
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	10.267	34.480
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	-	7.987
	216.334	238.005

Saldos credores

	2020	2019
<u>Fornecedores</u>		
EDA Renováveis, S.A.	3.442.563	3.325.630
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	383.156	54.223
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	442.435	333.045
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	-	118.008
	4.268.153	3.830.906
<u>Outras dívidas a pagar</u>		
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	i) 616.904	617.046
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	80.319	141.782
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	-	160.576
	697.223	919.404
<u>Financiamentos</u>		
EDA Renováveis, S.A.	49.680.000	51.115.000
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	1.900.000	1.550.000
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	4.880.000	5.050.000
	56.460.000	57.715.000
	61.425.376	62.465.310

i) Em 2020 este montante inclui 563.885 euros relativos à Caução Globaleda (2019: 531.485 euros).

39 Políticas de gestão do risco financeiro

As políticas de gestão de risco financeiro são divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

40 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

41 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

O Conselho de Administração

Assinado por : **NUNO HENRIQUE OLIVEIRA
PIMENTEL**
Num. de Identificação: BI055232906

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Assinado por : **Francisco Manuel Sousa Botelho**
Num. de Identificação: BI06084973
Data: 2021.04.14 15:55:07+00'00'

Francisco Manuel Sousa Botelho

Assinado por : **PAULO JORGE DA COSTA ANDRÉ**
Num. de Identificação: BI10291841
Data: 2021.04.14 16:05:33+00'00'

Paulo Jorge da Costa André

Assinado por : **João Carlos Santos Correia**
Num. de Identificação: BI07001334
Data: 2021.04.14 16:23:19+00'00'

João Carlos Santos Correia

Assinado por : **Maria da Conceição da Costa
Pimentel Viveiros Arruda**
Num. de Identificação: BI06566433

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Assinado por : **António Félix Flores Rodrigues**
Num. de Identificação: BI06275300
Data: 2021.04.14 19:49:31+00'00'

António Félix Flores Rodrigues

Assinado por : **Fernando Francisco de Paiva Dias**
Num. de Identificação: BI02398436
Data: 2021.04.14 19:15:25+00'00'



Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Assinado por : **LUÍS MIGUEL DE ALBUQUERQUE
PATENA FORTE**
Num. de Identificação: BI06527934

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

O Contabilista Certificado

Assinado por : **MARIA MANUELA CABIDO PONTES
FURTADO**
Num. de Identificação: BI055309763

Maria Manuela C. Pontes Furtado

D2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS

2.1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA	214
2.2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL	215
2.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	216
2.4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	217
2.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	218

2.1. Demonstração consolidada da posição financeira

		31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	226 062 670	217 038 591
Ativos sob direito de uso	9	257 554	267 677
Propriedades de investimento	10	2 292 625	1 210 969
Ativos intangíveis	11	214 976 579	211 389 025
Interesses em associadas	12	-	252 659
Ativos por impostos diferidos	13	14 168 925	11 641 527
Outros ativos financeiros	15	344 080	318 457
Clientes e outras contas a receber	16	1 681 851	763 360
		459 784 284	442 882 265
Corrente			
Inventários	17	12 375 742	10 907 246
Clientes e outras contas a receber	16	54 732 756	55 500 484
Imposto sobre o rendimento a receber	18	-	44 134
Caixa e equivalentes de caixa	19	5 855 552	5 102 301
Ativos não correntes detidos para venda	20	-	4 033 960
		72 964 050	75 588 126
Total do Ativo		532 748 334	518 470 391
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	21	70 000 000	70 000 000
Outros instrumentos de capital	-	251 007	138 964
Outras reservas	22	14 346 796	14 346 796
Ajustamentos em associadas	-	-	6 496
Resultados acumulados	22	100 676 415	101 894 238
Resultado líquido atribuível a detentores de capital		14 301 388	16 501 859
		199 575 606	202 888 352
Interesses que não controlam	23	626 819	2 067 252
Total capital próprio		200 202 425	204 955 605
Passivo			
Não corrente			
Provisões	24	3 044 049	3 004 301
Empréstimos obtidos	25	223 853 150	209 386 271
Obrigações de benefícios de reforma e outros	26	14 172 971	12 182 189
Passivos por impostos diferidos	13	2 576 950	3 143 249
Fornecedores e outras contas a pagar	27	10 308 023	577 689
Passivos de locação	28	210 336	217 509
		254 165 479	228 511 209
Corrente			
Fornecedores e outras contas a pagar	27	40 824 960	35 960 051
Passivos de locação	28	55 198	54 860
Imposto sobre o rendimento a pagar	18	2 040 979	1 528 112
Empréstimos obtidos	25	35 459 293	46 125 281
Passivos não correntes detidos para venda	20	-	1 335 275
		78 380 430	85 003 578
Total Passivo		332 545 909	313 514 787
Total do capital próprio e passivo		532 748 334	518 470 391

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Francisco Manuel Sousa Botelho

Paulo Jorge da Costa André

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

2.2. Demonstração consolidada dos resultados e do rendimento integral

	Nota	Período	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	29	188 032 085	204 302 709
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	30	(59 354 985)	(71 714 214)
Fornecimentos e serviços externos	31	(26 415 495)	(26 307 028)
Gastos com pessoal	32	(36 867 802)	(36 888 982)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	8,9,10,11	(31 462 683)	(29 791 772)
Imparidade inventários	17	-	17 263
Imparidade de contas a receber	16	(595 895)	(122 095)
Imparidade de ativos não depreciáveis/ amortizáveis	20	-	(102 579)
Provisões	24	-	(370 000)
Outros rendimentos	33	3 844 630	3 026 141
Outros gastos	34	(17 690 539)	(17 197 145)
Resultado operacional		19 489 315	24 852 298
Custos financeiros	35	(2 442 698)	(2 757 842)
Proveitos financeiros	35	1 565	-
Ganhos/ (Perdas) de interesses em associadas	12	-	(40)
Resultados antes de impostos		17 048 182	22 094 415
Imposto sobre o rendimento	36	(2 567 551)	(5 358 692)
Resultado líquido do período		14 480 630	16 735 724
Outros rendimentos do período:			
Itens que não reclassificam por resultados:			
Remensuração de planos de benefícios definidos, valor bruto	26	(2 383 586)	(2 322 576)
Imposto sobre as remensurações de planos de benefícios definidos	13	488 635	476 128
Outros rendimentos do período - líquidos de imposto		(1 894 951)	(1 846 448)
Total do rendimento integral do período		12 585 680	14 889 276
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		14 301 388	16 501 859
Interesses que não controlam	23	179 242	233 865
		14 480 630	16 735 724
Rendimento integral do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		12 406 438	14 655 410
Interesses que não controlam		179 242	233 865
		12 585 680	14 889 276
Rendimento integral por ação:			
- básico	37	0,89	1,05
- diluído	37	0,89	1,05

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Francisco Manuel Sousa Botelho

Paulo Jorge da Costa André

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

2.3. Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

		Capital	Outros instrumentos capital	Outras reservas	Ajustamentos Associadas	Resultados acumulados	Resultado exercício	Capital Próprio atribuível accionistas	Interesses que não controlam	Total dos Capitais Próprios
A 1 de janeiro de 2019	Nota	70 000 000	138 964	13 592 796	6 496	101 716 286	19 788 400	205 242 942	2 103 106	207 346 048
Rendimento integral										
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	16 501 859	16 501 859	233 865	16 735 724
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidas de imposto		-	-	-	-	(1 846 448)	-	(1 846 448)	-	(1 846 448)
Total do rendimento integral do exercício		-	-	-	-	(1 846 448)	16 501 859	14 655 411	233 865	14 889 276
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(17 010 000)	-	-	(269 719)	(17 279 719)
Transf. para outras reservas		-	-	754 000	-	19 034 400	(19 788 400)	-	-	-
A 31 de dezembro de 2019		70 000 000	138 964	14 346 796	6 496	101 894 238	16 501 859	202 888 352	2 067 252	204 955 605
Rendimento integral										
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	14 301 388	14 301 388	179 242	14 480 630
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidas de imposto		-	-	-	-	(1 894 951)	-	(1 894 951)	-	(1 894 951)
Total do rendimento integral do exercício		-	-	-	-	(1 894 951)	14 301 388	12 406 438	179 242	12 585 680
Alienação participações em associadas		-	112 043	-	(6 496)	345 268	-	450 815	(1 576 251)	(1 125 435)
Distribuição de dividendos	22, 37	-	-	-	-	(16 170 000)	-	(16 170 000)	(43 423)	(16 213 423)
Transf. para outras reservas	22	-	-	-	-	16 501 859	(16 501 859)	-	-	-
A 31 de dezembro de 2020		70 000 000	251 007	14 346 796	-	100 676 415	14 301 388	199 575 606	626 819	200 202 425

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Francisco Manuel Sousa Botelho

Paulo Jorge da Costa André

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

2.4. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

		Período	
	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		232 060 205	241 505 743
Pagamentos a fornecedores		(88 726 057)	(115 420 384)
Pagamentos ao pessoal		(37 370 628)	(41 926 465)
Outros recebimentos/pagamentos atividade operacional		(29 595 857)	(30 825 066)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(4 578 071)	(3 417 665)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		71 789 593	49 916 163
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		12 711	4 663
Investimentos financeiros		255 486	-
Outros ativos		448 915	179
Subsídios ao investimento		769 642	1 441 908
Juros e rendimentos similares		59 654	65 394
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(56 831 190)	(37 308 572)
Investimentos financeiros		(33 402)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(55 318 185)	(35 796 429)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		32 500 000	75 000 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(28 549 221)	(68 796 433)
Juros e gastos similares		(3 383 644)	(3 829 675)
Dividendos		(16 213 423)	(17 279 719)
Locações		(71 868)	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(15 718 156)	(14 905 827)
Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		753 252	(786 092)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19	5 102 301	8 520 030
Transferência para Ativos não correntes detidos para venda		-	(2 631 635)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19	5 855 552	5 102 301
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		7 693	8 362
Depósitos bancários		5 847 859	5 093 939
		5 855 552	5 102 301

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Francisco Manuel Sousa Botelho

Paulo Jorge da Costa André

João Carlos Santos Correia

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

António Félix Flores Rodrigues

Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

2.5. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1	INFORMAÇÃO GERAL.....	219
2	INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO ATRIBUÍDOS.....	221
3	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	226
4	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	231
5	POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	251
6	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS	255
7	INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	258
8	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	261
9	ATIVOS SOB DIREITO DE USO.....	267
10	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	268
11	ATIVOS INTANGÍVEIS	269
12	INTERESSES EM ASSOCIADAS.....	272
13	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	273
14	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	274
15	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS.....	275
16	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	276
17	INVENTÁRIOS.....	279
18	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	280
19	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	280
20	ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	281
21	CAPITAL SOCIAL.....	282
22	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS.....	283
23	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	285
24	PROVISÕES	285
25	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	286
26	OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS.....	290
27	FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	295
28	LOCAÇÕES.....	296
29	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	297
30	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	298
31	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	298
32	GASTOS COM PESSOAL.....	299
33	OUTROS RENDIMENTOS.....	300
34	OUTROS GASTOS	300
35	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	301
36	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	302
37	DIVIDENDOS POR AÇÃO.....	303
38	COMPROMISSOS.....	303
39	PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES	304
40	EMPRESAS CONSOLIDADAS	308
41	ALTERAÇÕES NO GRUPO	310
42	PARTES RELACIONADAS.....	310
43	DISPOSIÇÕES LEGAIS	311
44	EVENTOS SUBSEQUENTES	311

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1 Informação geral

A Electricidade dos Açores, S.A. (referida neste documento como EDA ou Grupo EDA), com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde nº1, Ponta Delgada, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei nº. 79/97, de 8 de abril.

Em 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei nº.243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores ("RAA") só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A 31 de dezembro de 2020, os maiores acionistas da EDA são a RAA e a ESA, com 50,1% e 39,7% do capital, respetivamente.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 14 de abril de 2021, estando ainda sujeitas à aprovação dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A transformação da EDA em sociedade anónima introduziu um novo conceito empresarial, o de Grupo EDA, com a aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios em áreas onde a EDA detinha elevado *know-how*. O Grupo EDA detém, presentemente, uma área de negócio principal, a Eletricidade, e outras atividades secundárias como a prestação de serviços de telecomunicações e a conceção e elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais.

O Grupo EDA é constituído pelas seguintes entidades:

Negócio Eletricidade

Electricidade dos Açores, SA (EDA)

Empresa-mãe do Grupo EDA, o seu objeto social é a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão do transporte e distribuição de energia elétrica celebrado com a RAA, a EDA tem o direito e a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000. Esta atividade está sujeita a regulação por parte da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

EDA Renováveis, SA (EDAR)

A EDA Renováveis foi constituída em 2 de fevereiro de 1990, e tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da RAA. Em 2014, no seguimento do processo de reestruturação do Projeto Geotérmico da ilha Terceira que contemplou a aquisição do capital detido pela EDP Imobiliária e Participações, S.A. e outras medidas de caráter financeiro, foi aprovado um processo de fusão por incorporação da Geoterceira – Sociedade Geoelétrica da Terceira, S.A..

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como objeto a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica e eólica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 19 centros produtores (7 parques eólicos e 12 centrais mini-hídricas) instalados em 7 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando

prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2020 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 101,00 euros/MWh (2019: 100,60 euros/MWh).

Atividades complementares

Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA

Empresa cujo objeto é o aproveitamento dos recursos existentes e o know-how da EDA, SA, nas áreas de telecomunicações e sistemas de informação. Associado à contratualização da prestação de serviços informáticos em regime de outsourcing para o Grupo EDA, foi efetuada a venda de 60% do capital da Globaleda à Novabase Consulting, em fevereiro de 2008. Em agosto de 2008, com vista à reestruturação dos negócios da Globaleda foi efetuada a cisão do negócio de sistemas de informação para uma nova entidade criada para o efeito, designada por Novabase Atlântico. Esta reestruturação permitiu o realinhamento das participações pela EDA, que passou a deter 60% da Globaleda e 40% da Novabase Atlântico. Em 2013, os acionistas deliberaram a fusão da Novabase Atlântico, até 2012 classificada como Associada, na Globaleda mediante a transferência global do seu património, a qual foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 26 de dezembro de 2013. Atualmente, a Globaleda é detida em 74,9% pela EDA, Electricidade dos Açores, SA e em 25,1% pela Novabase Business Solutions.

Segma – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda

Empresa cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia associados a infra-estruturas elétricas ao nível dos projetos ou supervisão de execução quer ao Grupo EDA quer a entidades terceiras.

2 Informação sobre os contratos de concessão atribuídos

2.1 Contrato de concessão de eletricidade

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

- i) A receção da energia elétrica;
- ii) O transporte de energia elétrica;
- iii) A distribuição da energia elétrica;
- iv) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

O contrato de concessão pode ser alterado por mútuo acordo, desde que a alteração não envolva a violação do regime jurídico da concessão nem implique a derrogação das presentes cláusulas. A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição das respetivas tarifas aditivas aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária, aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso

Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia, Comercialização e tarifa de Operação Logística de Mudança de Comercializador.

As tarifas são estabelecidas de forma a proporcionar à entidade concessionária da RNT e aos detentores de licença vinculada de distribuição um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas, sendo previamente sujeitas a um processo de aceitação pelo regulador.

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série — N.º 2, da Diretiva N.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo 117-A.º da Diretiva N.º 1/2014, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano $n-1$, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

Para o período regulatório 2018-2021, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, serão determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+1$ e $n+2$, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n .

Para o período regulatório 2018-2021, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2015-2017. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador também manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA, face às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. O custo de capital nos últimos períodos regulatórios, está indexado às yields das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário de dezembro de 2014, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do sector energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, através do Artigo 415.º Contribuição extraordinária sobre o sector energético, estabelece que, em 2021 mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o sector energético, cujo regime foi aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, foi criada pelo Decreto -Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 172/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 7 -A/2016, de 30 de março. A tarifa social de fornecimento de energia elétrica é calculada mediante a aplicação de um desconto

na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal. O valor do desconto é determinado através de despacho do membro do Governo responsável pela área da energia, ouvida a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

O valor do desconto a aplicar na tarifa de acesso às redes é calculado pela ERSE nos termos do Despacho n.º 9807/2020, do membro do Governo responsável pela área da energia. A partir de 1 de janeiro de 2021 foi fixado um valor que corresponde a um desconto de 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2.2 - Concessão de exploração atribuída à EDA Renováveis

A EDA Renováveis tem atribuídos dois contratos de concessão para a exploração de recursos geotérmicos, sendo um na ilha de S. Miguel, na zona situada no Concelho da Ribeira Grande, pelo prazo de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e o outro na ilha Terceira, no Pico Alto, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

No âmbito deste contrato a EDA Renováveis obriga-se a:

- i) executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de exploração previamente aprovado;
- ii) manter permanentemente um serviço de monitorização sísmica e vulcânica;
- iii) proceder à eliminação dos resíduos de óleos e produtos de limpeza de furos;
- iv) proceder ou mandar proceder à prospeção e pesquisa de novos aquíferos, dentro da área da concessão.

Como compensação pela concessão da exploração a EDA Renováveis deverá pagar à entidade concedente uma taxa anual, a título de compensação, que será incrementada consoante as quantidades extraídas.

A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão e pelo decurso do prazo. No decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente, mediante as condições a acordar entre as partes.

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros e incluem informação comparativa em relação ao período anterior.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente, à data de 1 de janeiro de 2020. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a EDA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, ao justo valor. Os ativos não correntes detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou o justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Nota 6.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo por base as atividades desenvolvidas pelo Grupo e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2020, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em 5.416.380 euros. O Grupo tem ainda 107.500.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizadas, com vencimento até um ano, sendo renováveis automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de

5 anos, bem como 56.740.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática anual ou trimestralmente, enquanto as de vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, o Grupo gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Normas que se tornaram de aplicação efetiva em 1 de janeiro de 2020

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE
Regulamento n.º 2075/2019	Referenciações à Estrutura Conceptual nas normas IFRS (alterações)
Regulamento n.º 2104/2019	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alteração de Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Material (alterações)
Regulamento n.º 34/2020	Reforma das taxas de juro de referência (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)
Regulamento n.º 551/2020	IFRS 3 Combinações de Negócios: Definição de Negócio (alterações)
Regulamento n.º 1434/2020	IFRS 16 Locações: Concessões de rendas relacionadas com a Covid-19 (alterações)

Não houve qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões referidas na tabela acima.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, que a União Europeia já endossou:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE
Regulamento n.º 2097/2020	IFRS 4 Contratos de seguro (será substituída pela IFRS 17): Extensão da exceção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações)
Regulamento n.º 25/2021	IFRS 9 Instrumentos Financeiros; IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração; IFRS 7 Instrumentos financeiros:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE
	Divulgações; IFRS 4 Contratos de seguro; e IFRS 16 Locações - Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 (alterações)

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021 e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da empresa.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, mas que a União Europeia ainda não endossou

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações)	1 janeiro 2023
IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais: Referências para a Estrutura Conceptual (alterações)	1 janeiro 2022
IAS 16 Ativos fixos tangíveis: Rendimentos anteriores ao uso esperado (alterações)	1 janeiro 2022
IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Custos de cumprimento de contratos onerosos (alterações)	1 janeiro 2022
Ciclo 2018-2020 de melhoria às normas IFRS: IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Locações e IAS 41 Agricultura (alterações)	1 janeiro 2022

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras.

3.2. Bases de Consolidação

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos

variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa. As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 40.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados diretamente em resultados do período.

Quando à data da aquisição do controlo a EDA já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam, são alocados na percentagem detida aos interesses que não controlam, independentemente destes se tornarem negativos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações com empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se constituírem uma perda de imparidade no ativo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina, bem como nas variações de capital resultantes de registos diretos no capital próprio por parte das Associadas. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais o Grupo tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela Associada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, o qual, está considerado no valor inscrito como investimento do Grupo em associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do rendimento integral.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Concentrações de atividades empresariais sob controlo comum

Concentrações de atividades empresariais sob controlo comum referem-se a transações realizadas entre empresas do mesmo grupo ou controladas por um mesmo acionista, e podem consubstanciar-se numa aquisição ou fusão.

O Grupo regista as transações de aquisição de participações/negócios entre entidades sob controlo comum, que configurem a obtenção de controlo sobre um negócio de acordo com o método do "*predecessor accounting*". Assim, a entidade identificada como adquirente integra os ativos e passivos da entidade/negócio adquirido tal como estes se encontram mensurados nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade que possui o controlo sobre as duas entidades/negócios que se estão a concentrar/ fundir. Qualquer diferença apurada entre o valor do investimento e o valor dos ativos e passivos integrados é registada no capital próprio, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganho na transação.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

4.1. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- iii) Sobre a qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional, a Eletricidade e outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: Segma e Globaleda, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

4.2. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras consolidadas da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação do Grupo.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado, na rubrica de gastos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira

Moeda	2020	2019
USD	1,2271	1,1234
GBP	0,8990	0,8508
CHF	1,0802	1,0854
NZD	-	1,6653

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

4.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. Os ativos elegíveis para capitalização são ativos que necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos para os períodos de 2020 e 2019 são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 6 e 60 anos
Equipamento básico	
Produção hidroelétrica	Entre 20 e 60 anos
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Produção geotérmica	Entre 10 e 20 anos
Contadores	16 anos
Outros	Entre 4 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 2 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 16 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 e 40 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado.

4.4. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A vida útil dos edifícios considerados em propriedades de investimento varia entre 30 anos e 50 anos.

4.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira referem-se a licenças CO2 adquiridas, direitos de utilização de *software*, direitos de superfície e direitos de concessão.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos, exceto se forem referentes à atividade de exploração e avaliação de recursos minerais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada desse ativo, sendo reconhecidos nos resultados.

Licenças CO2

Algumas das atividades desenvolvidas pelo Grupo EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO2). O Grupo tem licenças de emissão de CO2.

O registo das licenças de CO2, como um ativo intangível, é efetuado na data da sua atribuição/aquisição ao valor de mercado da data da atribuição/aquisição e subsequentemente ao custo. O registo dos consumos das licenças é efetuado na base FIFO.

Software

O Grupo EDA capitaliza na rubrica de *software* os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrade*. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos pela empresa do grupo, a EDAR, para a construção de parques eólicos. O direito adquirido é amortizado pelo período estimado do contrato.

Direitos de concessão

O Grupo tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA tem o direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas. Estes contratos de concessão podem ser designados por construir-operar-transferir, reabilitar-operar-transferir ou público-privado.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/ renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, por via da permuta de serviços de construção, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o triénio 2018 – 2021, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização estimada do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no início de cada período regulatório (3 anos), acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde nas IFRS à IAS 38, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advêm das tarifas a praticar durante o período da concessão, sendo os ativos intangíveis amortizados durante esse mesmo período.

4.6. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

O Grupo EDA inclui no perímetro de consolidação uma empresa cujo objeto social é o aproveitamento de recursos minerais, através da construção e operação de instalações de produção de energia elétrica ou outra. Estes ativos são amortizados entre 10 e 20 anos.

Esta entidade desenvolve, para além do aproveitamento dos recursos minerais já instalados, trabalhos de prospeção em novas áreas delimitadas, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure altamente provável. Desta forma, e ao abrigo da 'IFRS 6 – exploração e avaliação de recursos naturais', os custos incorridos com estudos e testes na fase de prospeção são capitalizados como ativo intangível em curso e os custos com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data em que se determine a sua viabilidade.

Durante a fase de prospeção, e sempre que existam indicadores de imparidade, a EDA procede ao cálculo e registo de imparidade. Os principais indicadores de imparidade resultam das seguintes situações: i) a prospeção na área específica não levou à descoberta de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais e a entidade decidiu descontinuar essas atividades na área específica; ou ii) o desenvolvimento na área específica é viável mas estima-se que a quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação não seja recuperada na totalidade, no âmbito da exploração efetiva do recurso mineral ou através de alienação.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados na Demonstração da

posição financeira a deduzir à respetiva de categoria de ativos, na situação presente Ativos fixos tangíveis.

4.7. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização e são objeto de testes de imparidade anuais quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Os ativos com vida útil finita são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável.

Assim, sempre que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo EDA regista a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Para os ativos valorizados de acordo com o modelo do custo depreciado, as perdas por imparidade e as suas reversões, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral consolidado.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou a sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

4.8. Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento financeiro de capital próprio de outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas as seguintes condições:

- o ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais;
- os termos contratuais do ativo dão origem em datas definidas a fluxos de caixa contratuais que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre capital em dívida são classificados e mensurados ao justo valor através dos resultados.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor. Os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos financeiros e passivos financeiros a valor justo através de resultados) são acrescidos ou deduzidos, conforme o caso, do justo valor dos ativos ou passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos imediatamente em resultados.

Para efeitos de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- mensurados ao justo valor (através do outro rendimento integral ou através de resultados), e
- mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado são originados no decurso normal das operações do Grupo, em relação aos quais não existe intenção de os negociar. Classificam-se nesta categoria as contas a receber de clientes e outras contas a receber, os empréstimos concedidos a terceiros e os depósitos bancários. A mensuração subsequente destes ativos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- mensurados ao justo valor através de resultados, e
- mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mensurados ao justo valor respeitam essencialmente aos instrumentos financeiros derivados. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo justo valor e registado na demonstração das alterações no capital próprio, se reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura. Se não reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura, o justo valor destes ativos financeiros é registado na demonstração de resultados.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondem aos outros passivos financeiros que não sejam de classificar na categoria anterior. Classificam-se nesta categoria os empréstimos bancários e os empréstimos de outras entidades, incluindo acionistas, e as contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

Considerando o modelo de contabilização previsto na IFRS 16, os resultados financeiros passam a incluir os custos com juros ("unwinding") calculados sobre os passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento).

i) Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outras contas a receber são registadas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, e podem ser revertidas, num período posterior, se as perdas estimadas diminuírem.

ii) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo e mensurados pelo custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses empréstimos, pagas usualmente antecipadamente aquando da emissão dos mesmos, designadamente as comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses empréstimos. As referidas despesas incorridas são apresentadas a deduzir à rubrica de "Empréstimos bancários".

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto do selo) são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data de relato, classificados na rubrica de "Outros passivos correntes".

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar a terceiros são registadas ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Mensuração inicial dos passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento)

De acordo com o estabelecido na IFRS 16, o Grupo EDA valoriza os passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) com base no valor presente dos pagamentos futuros dos contratos de locação, descontados pela taxa incremental de financiamento do Grupo EDA para cada portfolio de locações identificado.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem os seguintes pagamentos pelo direito de usar o ativo subjacente, que não tenham sido efetuados nessa data, durante o prazo de locação:

- a) Os pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
- b) Os pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou a taxa à data de entrada em vigor;
- c) As quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
- d) O preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- e) Os pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

O Grupo EDA aplica a exceção de reconhecimento prevista na IFRS 16 para os contratos de locação cujo prazo de arrendamento é igual ou inferior a 12 meses e para os contratos de locação sobre ativos de baixo valor.

Após a data de aplicação inicial, o passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) é aumentado por forma a refletir os juros sobre o passivo e reduzido de modo a refletir os pagamentos efetuados.

Remensuração dos passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento)

O Grupo procede à remensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) e ajusta o ativo sob direito de uso em conformidade, descontando os pagamentos de locação revistos, à taxa incremental de financiamento inicial, sempre que:

- existe uma alteração nos pagamentos futuros decorrente de alterações no índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos; ou
- existe uma alteração de pagamentos esperados enquanto valores residuais garantidos.

Sempre que o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, o Grupo EDA procede à remensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) e ajusta o ativo sob direito de uso em conformidade, descontando os pagamentos de locação revistos, à taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento), nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período em que o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

iv) Ativos e passivos não correntes detidos para venda

O conjunto de ativos e passivos relativos a subsidiárias detidas para venda são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado.

Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais.

Todos os ativos e passivos a alienar classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico ou justo valor, menos os custos incrementais relacionados com a venda, excluindo os custos financeiros e gastos fiscais. Em contrapartida, estes ativos não são amortizados.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses da data de constituição e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Empréstimos bancários de curto prazo e outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira.

vi) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (ECL) em contas a receber e ativos contratuais. A quantia de perdas de crédito esperadas é atualizada em cada data de relato para refletir as alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro.

O Grupo reconhece sempre as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil das contas a receber. As perdas de crédito esperadas para estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de provisões com base no histórico de perdas de crédito do Grupo, ajustada por fatores específicos dos devedores, condições económicas gerais e uma avaliação, tanto corrente como de previsão, das condições à data de relato, incluindo o valor temporal do dinheiro, quando apropriado.

Para todos os outros instrumentos financeiros, o Grupo reconhece a as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil sempre que se verifique um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Contudo, se o risco de crédito do instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo avalia a provisão de perdas para esse instrumento financeiro num valor igual às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses na data de relato corrente.

As perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil representam as perdas de crédito esperadas que resultarão de todos os possíveis eventos de incumprimento durante a vida útil de um instrumento financeiro. Em contraste, as perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses representam a parte das perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil que se esperam em resultado de eventos de incumprimento num instrumento financeiro num prazo de 12 meses após a data de relato.

Medição e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

A mensuração das perdas de crédito esperadas é em função da probabilidade de incumprimento, da perda em caso de incumprimento (ou seja, a magnitude da perda se houver incumprimento) e a exposição à situação de incumprimento. A avaliação da probabilidade de incumprimento e a perda em caso de incumprimento é baseada em dados históricos ajustados por informações prospetivas, conforme descrito acima.

Política de anulação

O Grupo anula um ativo financeiro quando existe informação de que o devedor está em graves dificuldades financeiras e que não há perspetivas de recuperação, por ex. quando o devedor se

encontrar em liquidação ou em processo de insolvência. Os ativos financeiros anulados podem ainda estar sujeitos a atividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Grupo, tendo em conta o aconselhamento jurídico, quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas em resultados.

4.9. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação e na comercialização de telemóveis e acessórios, bem como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou quando os equipamentos a que se referem são descontinuados.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

4.10. Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

4.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor para os exercícios de 2020 e 2019 na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,8%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais, as empresas que integram o perímetro de consolidação estão sujeitas à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo

de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010 e alterada pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro conforme os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. No que se refere aos prejuízos fiscais reportados, o registo do efeito fiscal futuro da sua dedução ao lucro tributável, como imposto diferido ativo, apenas é efetuado na medida em que a sua recuperação seja previsível dentro do prazo de reporte dos prejuízos fiscais definido por lei.

4.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos em desenvolvimento são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

4.13. Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

As empresas do Grupo EDA, a EDAR e a Segma aderiram ao fundo de contribuição definida da EDA, a Futuro +, em novembro de 2007 que inclui todos os empregados efetivos que não estejam abrangidos por qualquer um dos planos de benefício definido.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual não existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA uma provisão nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

As remensurações decorrentes de alterações de pressupostos demográficos e financeiros e de ajustamentos de experiência são registadas nos capitais próprios, em Resultados Transitados.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA foi a primeira entidade a constituir este fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data. Em novembro de 2007, aderiram a este fundo as empresas do Grupo, a EDAR e a Segma, abrangendo todos os seus empregados efetivos à data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- i) contribuição base de 1% do salário pensionável pelo Grupo EDA sem qualquer condição;
- ii) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano o Grupo EDA não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições referidas no parágrafo anterior. As contribuições efetuadas são registadas como custos com o pessoal na demonstração do rendimento integral do período em que ocorrem.

4.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário, um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos pagamentos estimados para extinguir a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para desmantelamento são reconhecidas quando o Grupo EDA assume a responsabilidade de desmantelar e/ou remover os equipamentos de produção dos parques eólicos instalados em propriedade de terceiros. O valor da provisão é determinado tendo por base o prazo do contrato de arrendamento e a vida útil associada aos ativos de cada parque, considerando o tipo de trabalhos a realizar para repor os locais de instalação na sua condição inicial. O valor estimado é calculado pelo valor presente aplicando aos dispêndios estimados uma taxa de desconto sem risco.

4.15. Subsídios do Estado e outros

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma dedução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza (ver Nota 8 e 11), sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

4.16. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.17. Rédito

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens e prestação de serviços é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração, sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

O modelo de reconhecimento do rédito, de acordo com esta norma, baseia-se numa abordagem de cinco etapas de análise, por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante a reconhecer:

- i) Identificação de um contrato com um cliente;
- ii) Identificação das obrigações de desempenho;
- iii) Determinação do preço de transação;
- iv) Alocação do preço de transação às obrigações de desempenho;

- v) Reconhecimento do rédito à medida que a EDA satisfaz as obrigações de desempenho.

O reconhecimento do rédito depende se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou se, pelo contrário, o controlo sobre o bem ou serviço é transferido para o cliente num determinado momento, sendo mensurado pelo montante que a entidade espera receber.

O rédito do Grupo EDA assume diferentes naturezas consoante as áreas de atividade.

Eletricidade:

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção; transporte e distribuição.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário, do ano, de acordo com os regulamentos e regras publicadas pela ERSE.

Telecomunicações:

O rédito reconhecido resulta:

- i) da comercialização de telemóveis e outros acessórios (em lojas exclusivas sob a insígnia da Vodafone). O rédito é reconhecido quando é efetuada a venda ao cliente final;

- ii) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações no ato da venda;
- iii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento.

Serviços de construção:

O Grupo EDA apresenta na sua Demonstração consolidada do rendimento integral o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração consolidada do rendimento integral.

Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do *price cap*, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do preço de aquisição/construção.

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte o Grupo EDA não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão, pelo que o rédito e os encargos associados a serviço de construção destes ativos apresentam igual montante.

Outros:

O rédito reconhecido pelas empresas que não pertencem ao segmento da eletricidade e ao negócio de telecomunicações refere-se essencialmente à prestação de serviços de conceção de projetos e fiscalização e atividades de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento à medida que os serviços são prestados.

4.18. Locações

O Grupo classifica as suas locações de acordo com a IFRS 16. A IFRS 16 estabelece os princípios que se aplicam ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação referentes a contratos de locação, tendo como principal objetivo garantir que os locatários e locadores fornecem as informações necessárias para que as transações relacionadas com locações sejam representadas fielmente.

O Grupo apresenta o ativo sob direito de uso e o passivo de locação em rubricas segregadas na demonstração da posição financeira.

Uma locação é definida como um contrato que confere o direito de controlar o uso de um ativo identificável durante um certo período e em troca de um determinado valor.

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação, reconhecendo um ativo sob direito de uso e um passivo de locação.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo valor inicial do passivo de locação ajustado de quaisquer pagamentos efetuados na data de início ou antes desta, de custos diretos iniciais incorridos, de custos estimados de desmantelamento e restauro (caso aplicável), e deduzido dos incentivos incorridos.

O valor do passivo de locação corresponde ao valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação ou, se esta não puder ser facilmente identificada, a taxa incremental de financiamento do Grupo.

Para obtenção do valor do ativo e passivo de locação importa também o prazo da locação, sendo este o período não cancelável do contrato acrescido de quaisquer opções de prorrogação ou deduzido de rescisão da locação, se razoavelmente certas.

No que respeita à mensuração subsequente, o Grupo mensura os ativos por direito de uso ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade e o passivo de locação com base no seu custo amortizado.

O valor do passivo de locação aumenta refletindo os juros sobre o mesmo e é reduzido pelos pagamentos de locação realizados no período.

O passivo de locação pode, também, sofrer remensurações caso se verifiquem alterações nos pagamentos futuros, devendo o Grupo reconhecer o referido montante como um ajustamento ao ativo sob direito de uso. Caso a quantia escriturada do ativo sob direito de uso estiver reduzida a zero, a quantia remanescente da remensuração deve ser reconhecida na demonstração de resultados.

5 Políticas de gestão do risco financeiro

5.1. Fatores do risco financeiro

As atividades da EDA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A evolução dos mercados é analisada em consonância com a política de gestão de riscos determinada pelo Conselho de Administração.

A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento financeiro com base em políticas aprovadas pela Comissão Executiva. O departamento financeiro identifica, avalia e remete à aprovação da Comissão Executiva, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da EDA.

A Comissão Executiva define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

i. Risco de taxa de câmbio

O Grupo EDA não tem operações significativas em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com as suas obrigações sob a aplicação de um instrumento financeiro ou um contrato com cliente, conduzindo a uma perda financeira. O risco de crédito do Grupo EDA deve ser avaliado por área de negócio:

Eletricidade:

O risco de crédito existe, uma vez que parte significativa da venda de eletricidade resulta da faturação emitida aos consumidores finais de eletricidade. A pandemia COVID-19, pelas suas consequências na economia, provocou um aumento transversal deste risco para toda a atividade empresarial. O risco de crédito é contudo, ponderado pela natureza essencial do bem fornecido, a energia elétrica, pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento e pela dispersão da faturação por um número muito elevado de clientes.

Telecomunicações e Outros serviços:

Nas empresas do Grupo, com atividades inseridas em sectores de mercado concorrenciais, o risco de crédito de clientes é mais elevado embora pouco significativo. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Empresa, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. Esta abordagem é complementada pelos procedimentos de cobrança.

No que se refere aos depósitos bancários do grupo, classificadas como Caixa e equivalentes de caixa, estas estão contratadas junto de instituições financeiras com um rating de crédito que varia entre A2 e Caa2, conforme a classificação da *Moody's*.

Rating	2020	2019
A2	685 569	405 346
Baa1	944 044	-
Baa2	-	472 076
Baa3	2 051 818	22 762
Ba1	368	368
Ba3	4 819	3 604
B1	9 409	1 828 861
B2	2 062 943	-
B3	-	11 363
Caa2	-	2 307 037
s/classificação	88 888	42 523
Total (Nota 19)	5 847 859	5 093 939

iii. Risco de liquidez

O Grupo EDA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme, para garantir o acesso imediato aos fundos. Estas linhas contratadas junto de instituições nacionais são utilizadas em complemento a programas de papel comercial e emissão de obrigações, assim como de créditos financeiros, contratados junto de instituições nacionais e internacionais, neste caso, quase exclusivamente contratados com o Banco Europeu de Investimento, os quais permitem diversificar as fontes de financiamento de curto e médio e longo prazo do Grupo EDA.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da EDA e os derivados financeiros pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à

maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2020			
Empréstimos obtidos:			
- empréstimos bancários	17 319 168	63 147 737	28 976 089
- obrigacionista	492 257	21 973 627	20 576 824
- papel comercial	15 731 326	88 437 991	-
Fornecedores e contas a pagar	30 874 993	-	-

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2019			
Empréstimos obtidos:			
- empréstimos bancários	17 319 168	63 147 737	28 976 089
- obrigacionista	492 257	21 973 627	20 576 824
- papel comercial	15 731 326	88 437 991	-
Fornecedores e contas a pagar	25 993 020	-	-

iv. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem dois impactos nas contas do Grupo: na remuneração dos ativos da empresa, conforme o regulamento tarifário; e no serviço da dívida contratada. O departamento financeiro da empresa, monitoriza de forma regular a evolução das taxas de juro, propondo à Comissão Executiva mecanismos para minimização desses impactos.

Uma vez que parte significativa dos ativos da EDA tem um rendimento garantido através das tarifas, refletindo tendencialmente a taxa de juro do mercado, os seus fluxos de caixa operacionais são substancialmente afetados pelas alterações da taxa de juro de mercado. Acréscimos desta taxa determinam aumentos substanciais dos fluxos de caixa e vice-versa.

A EDA apresenta ainda exposição ao risco de taxa de juro, por via dos empréstimos obtidos pelas empresas do grupo. Os empréstimos emitidos com taxa variável expõem a EDA ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro. Os empréstimos emitidos com taxa fixa expõem a EDA ao risco de justo valor, decorrente de alterações na taxa de juro.

Análise de sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo EDA subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019.

31 de dezembro de 2020

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2020, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 360 milhares de euros.

31 de dezembro de 2019

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2019, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 322 milhares de euros.

v. Riscos da atividade regulada

Os ganhos registados em cada período pela EDA resultam diretamente dos pressupostos considerados pelo regulador, a ERSE, na definição das tarifas.

5.2. Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo EDA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de construção de ativos para a concessão e ativos de empresas de produção a partir de energias renováveis; ii) a taxa de remuneração dos ativos regulados prevista no regulamento tarifário em vigor; e iii) a política de dividendos definida.

A EDA monitoriza ainda o seu capital total com base no rácio de *gearing*, o qual é determinado como sendo a dívida líquida a dividir pelo capital. A dívida líquida é calculada como o montante total de empréstimos (incluindo os saldos correntes e não-correntes conforme divulgado na Demonstração

da posição financeira deduzido dos montantes de caixa e equivalentes de caixa). O capital total é calculado através da soma dos capitais próprios (como divulgado na Demonstração da posição financeira) acrescido da dívida líquida.

Os rácios de *gearing* em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontram-se de acordo com os objetivos definidos e apresentavam os seguintes valores:

	2020	2019
Empréstimos totais (Nota 25)	259 312 442	255 511 552
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 19)	(5 855 552)	(5 102 301)
Dívida líquida	253 456 890	250 409 251
Capitais próprios	199 575 606	202 888 352
Capital Total	453 032 497	453 297 603
<i>Gearing</i>	56%	55%

5.3. Contabilização de instrumentos financeiros derivados

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo EDA não tinha qualquer instrumento financeiro derivado, negociado.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem.

Estimativas contabilísticas relevantes

6.1.Desvios tarifários

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano $n+1$), para incorporação das tarifas do ano a seguir ($n+2$), não tendo sido apuradas diferenças significativas nos últimos exercícios (ver Nota 16 e 27).

6.2. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis em curso relacionados com as atividades de prospeção de recursos minerais, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é efetuada regularmente de forma a determinar a viabilidade de cada poço *per si* e do projeto como um todo.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

No que respeita ao cálculo da imparidade (e da passagem do modelo de perda incorrida para o modelo de perda esperada), o Grupo optou por uma abordagem simplificada. A avaliação está alinhada com os critérios de mitigação do risco de crédito implementados no Grupo e segue o seguinte:

- i) Identificação das dívidas comerciais, estratificadas em dívida corrente e dívida não corrente, líquidas das garantias prestadas (cauções e garantias bancárias);
- ii) Definição do risco de *default* por segmento de cliente e análise casuística (cliente a cliente). Este risco está alinhado com os procedimentos em matéria de gestão de risco de crédito.

6.3. Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A EDA reconhece na demonstração consolidada da posição financeira a estimativa do valor a pagar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro, de acordo com a melhor estimativa dos trabalhos a efetuar e o respetivo custo (ver Nota 24).

6.4. Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades e às tabelas de mortalidade utilizadas (ver Nota 26).

Quanto à tabela de mortalidade utilizada, a TV73/77, considera-se que esta continua a ser adequada, dado o plano de benefícios atribuído ser um plano fechado e atendendo à faixa etária dos beneficiários e ao histórico de esperança média de vida dos participantes no Fundo.

6.5. Ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

6.6. Ativos intangíveis

A determinação do padrão de amortização dos direitos de concessão corresponde à melhor estimativa do consumo dos benefícios económicos estimados para os mesmos. A diferença entre o padrão de amortização utilizado e o que resultaria da aplicação de uma taxa de amortização linear equivalente ao prazo da concessão não é considerada significativa.

7 Informação por segmentos

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional, a Eletricidade e outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: Segma, Globaleda, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras. Dada a venda da participação na Norma Açores em fevereiro de 2020, estas empresas estão consideradas no segmento Outros na informação referente ao ano de 2019.

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	208 403 244	19 191 673	-	227 594 918
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(28 832 565)	(39 801)	(10 690 467)	(39 562 833)
Vendas e serviços prestados	179 570 680	19 151 872	(10 690 467)	188 032 085
Resultado Operacional por Segmento	19 005 811	2 281 355	(1 797 849)	19 489 315
Custos financeiros	(2 443 362)	(10 300)	10 964	(2 442 698)
Proveitos financeiros	1 565	10 964	(10 964)	1 565
Ganhos/ (perdas) em Associadas	-	-	-	-
Resultados antes do imposto				17 048 182
Imposto do período				(2 567 551)
Resultado Líquido do período total				14 480 630
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(31 178 764)	(283 919)	-	(31 462 683)
Reforço Imparidade de ativos	-	-	-	-

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	223 301 124	18 536 139	-	241 837 263
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(29 241 636)	(142 579)	(8 150 339)	(37 534 554)
Vendas e serviços prestados	194 059 488	18 393 560	(8 150 339)	204 302 709
Resultado Operacional por Segmento	24 212 473	1 726 584	(1 086 758)	24 852 298
Custos financeiros	(2 755 505)	(9 860)	7 523	(2 757 842)
Proveitos financeiros	-	7 523	(7 523)	-
Ganhos/ (perdas) em Associadas	(40)	-	-	(40)
Resultados antes do imposto				22 094 415
Imposto do período				(5 358 692)
Resultado Líquido do período total				16 735 724
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(29 460 400)	(331 372)	-	(29 791 772)
Reforço Imparidade de ativos	(102 579)	-	-	(102 579)

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2020, são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	537 759 773	17 086 852	(22 098 290)	532 748 334
Investimentos em associadas	-	-	-	-
Total ativos	537 759 773	17 086 852	(22 098 290)	532 748 334
Passivos	337 556 892	3 733 341	(8 744 325)	332 545 908
Investimento em ativos tangíveis	30 006 149	394 596	-	30 400 744
Investimento em ativos intangíveis	21 898 436	-	-	21 898 436

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2019 são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	520 432 675	19 790 818	(22 005 761)	518 217 732
Investimentos em associadas	252 664	-	(5)	252 659
Total ativos	520 685 339	19 790 818	(22 005 766)	518 470 391
Passivos	316 792 320	4 432 768	(7 710 302)	313 514 787
Investimento em ativos tangíveis	12 166 328	287 852	-	12 454 180
Investimento em ativos intangíveis	26 570 704	3 390	-	26 574 094

Os montantes na coluna “Anulações” referem-se aos saldos em aberto entre as empresas dos dois segmentos de relato que são anulados no processo de consolidação, em cada data de relato financeiro.

8 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2020								
Custo de aquisição	7 249 214	101 196 367	509 316 289	8 006 677	9 690 882	36 338 236	25 822 543	697 620 209
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 536 329)	(27 757 226)	-	-	-	(1 958 319)	(31 820 062)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(118 255 690)	-	(13 002)	(58 481)	-	(118 701 446)
Depreciações acumuladas	-	(55 807 376)	(330 990 700)	(6 890 576)	(8 681 356)	(27 626 826)	-	(429 996 835)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	99 567 487	-	-	58 481	-	99 936 724
Valor líquido	6 681 027	43 789 145	131 880 160	1 116 101	996 524	8 711 409	23 864 224	217 038 591
Movimento do período								
Adições	551 620	-	122 391	174 317	479 635	501 426	28 571 356	30 400 744
Alienações	(10 260)	-	(1 175 352)	(199 439)	(29 654)	(40 248)	-	(1 454 953)
Transferências e abates	(259 254)	(660 148)	5 267 860	-	136 813	637 465	(7 064 814)	(1 942 077)
Adições subsídios	-	-	(161 953)	-	-	-	-	(161 953)
Depreciação - período	-	(3 168 539)	(16 699 761)	(492 268)	(506 290)	(1 366 156)	-	(22 233 014)
Depreciação - alienações	-	(13 530)	1 230 194	199 439	29 684	40 071	-	1 485 859
Depreciação - transf. e abates	-	633 632	-	-	-	-	-	633 632
Amortização Subsídio	-	-	2 295 842	-	-	-	-	2 295 842
	6 963 132	40 580 561	122 759 381	798 150	1 106 712	8 483 969	45 370 766	226 062 670
31 de dezembro de 2020								
Custo de aquisição	7 531 320	100 536 219	513 531 188	7 981 554	10 277 675	37 436 880	47 329 085	724 623 922
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 536 329)	(27 757 226)	-	-	-	(1 958 319)	(31 820 062)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(118 417 643)	-	(13 002)	(58 481)	-	(118 863 399)
Depreciações acumuladas	-	(58 355 812)	(346 460 268)	(7 183 405)	(9 157 962)	(28 952 911)	-	(450 110 358)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	101 863 329	-	-	58 481	-	102 232 566
Valor líquido	6 963 132	40 580 561	122 759 381	798 150	1 106 712	8 483 969	45 370 766	226 062 670

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2019								
Custo de aquisição	7 249 214	101 177 967	502 826 683	7 842 176	9 494 361	35 307 272	24 539 571	688 437 245
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 536 329)	(27 757 226)	-	-	-	(1 958 319)	(31 820 062)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(118 609 297)	-	(13 002)	(58 481)	-	(119 055 053)
Depreciações acumuladas	-	(53 043 563)	(315 912 666)	(6 783 576)	(8 566 017)	(26 240 114)	-	(410 545 937)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	97 375 353	-	-	58 481	-	97 744 590
Valor líquido	6 681 026	46 534 557	137 922 846	1 058 600	915 343	9 067 159	22 581 252	224 760 784
Movimento do período								
Adições	-	-	96 838	568 556	618 323	473 774	10 696 688	12 454 180
Alienações	-	(140 381)	(657 799)	(118 235)	(4 640)	(16 089)	-	(937 143)
Transferências e abates	-	1 120 120	7 716 862	-	(221)	573 279	(9 410 261)	(221)
Ajustamento de subsídios	-	-	(6 947)	-	-	-	-	(6 947)
Depreciação - período	-	(3 249 712)	(16 457 758)	(498 478)	(500 739)	(1 400 635)	-	(22 107 323)
Depreciação - alienações	-	103 326	749 474	118 235	4 727	13 922	-	989 684
Amortização Subsídio	-	-	2 408 915	-	-	-	-	2 408 915
	6 681 026	44 367 911	131 772 431	1 128 678	1 032 792	8 711 409	23 867 679	217 561 928
Transferência para Ativos não correntes detidos para venda								
Custo de aquisição	-	(961 339)	(666 295)	(285 820)	(416 942)	-	(3 455)	(2 333 851)
Subsídio ao investimento	-	-	360 554	-	-	-	-	360 554
Depreciações acumuladas	-	382 574	630 250	273 243	380 673	-	-	1 666 741
Amortizações subsídio Acum.	-	-	(216 781)	-	-	-	-	(216 781)
	-	(578 765)	107 729	(12 577)	(36 268)	-	(3 455)	(523 337)
31 de dezembro de 2019								
Custo de aquisição	7 249 214	101 196 367	509 316 289	8 006 677	9 690 882	36 338 236	25 822 543	697 620 209
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 536 329)	(27 757 226)	-	-	-	(1 958 319)	(31 820 062)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(118 255 690)	-	(13 002)	(58 481)	-	(118 701 446)
Depreciações acumuladas	-	(55 807 376)	(330 990 700)	(6 890 576)	(8 681 356)	(27 626 826)	-	(429 996 835)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	99 567 487	-	-	58 481	-	99 936 724
Valor líquido	6 681 027	43 789 145	131 880 160	1 116 101	996 524	8 711 409	23 864 224	217 038 591

Subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis encontram-se líquidos de subsídios ao investimento, cujo valor é de 16.630.833 euros em 2020 e 18.764.722 euros em 2019.

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2020 englobam 1.829.388 euros de aquisições diretas (em 2019: 1.757.491 euros), e ainda 28.571.356 euros de obras em curso concluídas durante o período (em 2019: 10.696.688 euros) que correspondem ao investimento efetuado pelas empresas do segmento da eletricidade em equipamentos de produção, nomeadamente em ampliações de centrais termoelétricas.

Ativos tangíveis em curso

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor acumulado dos ativos tangíveis em curso ascende a 45.370.766 euros e 23.864.224 euros respetivamente.

O valor de custos com empréstimos capitalizados em 2020 nos ativos tangíveis em curso ascende a 771.950 euros (804.600 euros em 2019).

No caso da EDA parte significativa dos ativos fixos tangíveis em curso são obras de média duração relativas à ampliação de potência e sistemas de segurança de centrais produção.

EDA (Individual)

	2020	2019
Ampliação central térmica Belo Jardim - Grupo XI	17 154 530	13 085 441
Produção	4 501 780	2 761 739
Implementação e atualização de soluções informáticas	4 511 543	1 670 834
Outras obras	4 036 883	2 757 146
	30 204 736	20 275 159

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2020, no montante de 5.405.266 euros referem-se essencialmente a obras de ampliações e beneficiação de centros produtores nas ilhas da Terceira e São Jorge.

Os ativos em curso nas restantes empresas do grupo correspondem essencialmente aos seguintes projetos:

EDA Renováveis

	2020	2019
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	402.550	367.910
Parques eólicos		
Ilha do Corvo	-	114.913
Parques fotovoltaicos		
Ilha de Santa Maria	1.190.704	470.329
Ilha do Corvo	148.437	26.237
	1.741.692	979.390
Campo Geotérmico Pico Alto		
Ensaio e prospeção adicional (7 MW)	110.702	108.794
Execução de três poços	3.367.860	459.658
Campo Geotérmico Ribeira Grande		
Execução de três poços Pico Vermelho	6.112.549	411.027
Execução de três poços Cachaços Lombada	3.142.036	474.436
RG5	1.958.319	1.958.319
Beneficiação do edifício	281.005	-
Substituição encabeçamento poços CL	276.993	393.445
Substituição encabeçamento poços CPV	133.036	1.077
Subestação CPV	162	162
Atualização do sistema de controlo CL	-	385.576
Bombas condutas redutantes vaporização CPV	-	234.604
Central Pico Vermelho	-	114.589
Beneficiação de sonda de perfuração	-	24.768
Outros	-	1.541
	15.382.660	4.567.996
Imparidade RG5	(1.958.319)	(1.958.319)
	13.424.341	2.609.677
	15.166.033	3.589.067

Imparidade

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham essencialmente o seguinte destino:

	2020	2019
Central Geotérmica do Pico Alto	21 811 479	21 811 479
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 451 409	1 451 409
	31 470 823	31 470 823

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico. Assim, avançou numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017. Com base na avaliação dos níveis de produtividade dos poços, iniciar-se-á a expansão da sua capacidade produtiva até 10 MW, num investimento que deverá atingir cerca de 23,3 milhões de euros, prevendo-se a sua conclusão em 2024. Inclui o desenvolvimento de uma nova campanha de perfuração de 2 a 3 poços geotérmicos direcionais até uma profundidade máxima de cerca de 2.000 metros que se espera concretizar em 2021, no montante estimado de 9,2 milhões de euros.

O total investido no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 44.589.740 euros (excluindo o poço abandonado PA1), tendo a central geotérmica atingido em 2020 uma produção de cerca de 23,7 GWh (em 2019 – 24,2 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	2020	2019
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,08%	5,05%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos após a concretização plena da fase de ampliação. À semelhança do ano anterior utilizou-se uma taxa WACC agravada em cerca de trinta pontos percentuais para fazer face ao risco de uma menor produtividade dos poços.

Os fluxos de caixa futuros estimados refletem os pressupostos que foram utilizados na elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2021/2025 e Orçamento para 2021 aprovado na Assembleia Geral de 5 de março de 2021, documento orientador da política de desenvolvimento do acionista Electricidade dos Açores e das empresas subsidiárias, que nos últimos anos tem ponderado que a recuperabilidade deste ativo tem implícito a ampliação da atual central para 10 MWh até finais de 2024, mantendo-se as expectativas de potencial produtivo do campo geotérmico, através de um investimento adicional orçado em cerca de 23,3 milhões de euros, que não serão cofinanciados por qualquer entidade.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2021 e que se manteve constante para o período projetado de 2021-2042, para o qual foram estimados níveis de produção abaixo da capacidade instalada em cerca de 15% (diminuindo 2% a cada 5 anos, para os períodos entre 2025 e 2042). Os níveis de produção de energia elétrica estimados foram ajustados relativamente ao previstos no referido plano e orçamento e resumem-se como segue:

Unid: MWh					
2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2042
21 000	21 000	25 500	36 500	85 100	72 502

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 5,08%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos e mormente por se ter ponderado que os principais pressupostos no seu cálculo poderão não sofrer alterações significativas num cenário de normalidade.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,08%	4,08%	6,08%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	10 045 278	13 076 803	7 449 077
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	12 577 353		
Redução de 10%	7 513 203		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros e do risco operacional, a quantia recuperável da unidade geradora de caixa foi estimada em 10.045.278 euros, superior em 590.947 euros face ao valor do ativo registado em 2020:

	2020	2019
Valor de custo (líquido de depreciações e de subsídios ao investimento)	31 265 809	29 696 961
Imparidades acumuladas	(21 811 479)	(21 811 479)
	9 454 330	7 885 482

A Administração não procedeu ao registo da reversão da imparidade no período por não haver uma certeza absoluta que essa tendência ocorra numa forma segura, enquanto não se concretizar a ampliação da capacidade produtiva atrás mencionada.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

9 Ativos sob direito de uso

Os movimentos na rubrica de Ativos sob direito de uso durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, para o Grupo, são analisados como se segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
1 de janeiro de 2020			
Custo de aquisição	168 899	162 246	331 145
Depreciações acumuladas	(20 179)	(43 288)	(63 467)
Valor líquido	148 719	118 958	267 677
Movimento do período			
Adições	-	54 763	54 763
Depreciação - período	(20 179)	(44 707)	(64 887)
	128 540	129 014	257 554
31 de dezembro de 2020			
Custo de aquisição	168 899	217 009	385 908
Depreciações acumuladas	(40 359)	(87 995)	(128 354)
Valor líquido	128 540	129 014	257 554

Os movimentos na rubrica de Ativos sob direito de uso durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, para o Grupo, foram os seguintes:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
1 de janeiro de 2019			
Custo de aquisição	126 372	162 246	288 618
Depreciações acumuladas	-	-	-
Valor líquido	126 372	162 246	288 618
Movimento do período			
Adições	42 527	-	42 527
Depreciação - período	(20 179)	(43 288)	(63 467)
	148 719	118 958	267 677
31 de dezembro de 2019			
Custo de aquisição	168 899	162 246	331 145
Depreciações acumuladas	(20 179)	(43 288)	(63 467)
Valor líquido	148 719	118 958	267 677

10 Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se às instalações da estação geodésica, na ilha de Santa Maria e ao antigo edifício sede da EDA na Calheta:

	2020		
	Terrenos	Edifícios	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	104 345	1 327 949	1 432 294
Depreciações acumuladas	-	(221 325)	(221 325)
Valor líquido	104 345	1 106 624	1 210 969
Transferência custo de aquisição	423 991	1 375 355	1 799 346
Transferência depreciação acumulada	-	(633 632)	(633 632)
Depreciações - Período	-	(84 058)	(84 058)
A 31 de dezembro	423 991	657 665	1 081 656
Valor bruto	528 336	2 703 304	3 231 640
Depreciações acumuladas	-	(939 015)	(939 015)
Valor líquido	528 336	1 764 290	2 292 625

	2019		
	Terrenos	Edifícios	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	104 345	1 327 949	1 432 294
Depreciações acumuladas	-	(177 060)	(177 060)
Valor líquido	104 345	1 150 889	1 255 234
Depreciações - Período	-	(44 265)	(44 265)
A 31 de dezembro	-	(44 265)	(44 265)
Valor bruto	104 345	1 327 949	1 432 294
Depreciações acumuladas	-	(221 325)	(221 325)
Valor líquido	104 345	1 106 624	1 210 969

Dada a venda da participação do Grupo na Norma Açores em fevereiro de 2020, o edifício arrendado pela EDA a esta empresa foi transferido para propriedades de investimento.

Relativamente à estação geodésica, todos os encargos e despesas decorrentes da utilização das instalações têm sido suportados pelo utilizador do imóvel, não estando ainda formalmente estabelecidas as rendas que serão suportadas pela entidade arrendatária - Região Autónoma dos Açores -, tendo sido estimado um montante acumulado de 135.000 euros, em 31 de dezembro de 2020, com base nas negociações havidas.

11 Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo dos intangíveis detalha-se como se segue:

	Licenças CO2	Software	Direito de concessão	Direitos superfície	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2020						
Custo de aquisição	45 668 365	16 312 211	392 875 714	642 415	-	455 498 706
Amortizações acumuladas	(45 218 231)	(12 363 999)	(186 119 568)	(407 883)	-	(244 109 680)
Valor líquido	450 134	3 948 213	206 756 147	234 532	-	211 389 025
Adições	6 516 565	30 524	13 156 734	15 869	2 178 744	21 898 436
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	2 178 744	32 384	-	(2 178 744)	32 384
Amortização - período	(6 966 699)	(1 951 084)	(9 406 551)	(18 932)	-	(18 343 266)
	-	4 206 397	210 538 714	231 468	-	214 976 579
31 de dezembro de 2020						
Custo de aquisição	52 184 930	18 521 479	406 064 832	658 284	-	477 429 525
Amortizações acumuladas	(52 184 929)	(14 315 082)	(195 526 118)	(426 816)	-	(262 452 946)
Valor líquido	-	4 206 397	210 538 714	231 468	-	214 976 579

	Licenças CO2	Software	Direito de concessão	Direitos superfície	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2019						
Custo de aquisição	38 423 255	12 371 088	377 488 555	641 713	-	428 924 612
Amortizações acumuladas	(37 882 198)	(11 493 147)	(177 023 946)	(388 725)	-	(226 788 016)
Valor líquido	541 057	877 942	200 464 610	252 988	-	202 136 595
Adições	7 245 110	235 542	15 387 159	702	3 705 580	26 574 094
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	3 705 580	-	-	(3 705 580)	-
Amortização - período	(7 336 032)	(870 851)	(9 095 622)	(19 158)	-	(17 321 664)
	450 134	3 948 212	206 756 147	234 532	-	211 389 025
31 de dezembro de 2019						
Custo de aquisição	45 668 365	16 312 211	392 875 714	642 415	-	455 498 706
Amortizações acumuladas	(45 218 231)	(12 363 999)	(186 119 568)	(407 883)	-	(244 109 680)
Valor líquido	450 134	3 948 212	206 756 147	234 532	-	211 389 025

Licenças CO2

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva n.º 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2020 encontram-se registados em gastos 282.089 toneladas de licenças de CO2, no montante de 6.966.699 euros (2019: 301.949 toneladas e 7.336.032 euros), relativas às emissões do exercício de 2020. Destas, 32 toneladas foram adquiridas no decorrer do exercício de 2021, encontrando-se especializadas em 31 de dezembro de 2020.

Software

O valor capitalizado como software em 2020, refere-se essencialmente à aquisição de licenciamento SAP.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como se segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2020				
Custo de aquisição	445 856 267	18 655 512	(71 636 063)	392 875 715
Amortizações acumuladas	(217 688 074)	-	31 568 508	(186 119 567)
Valor líquido	228 168 193	18 655 512	(40 067 556)	206 756 147
Adições	421 148	13 635 382	(899 796)	13 156 734
Transferências	10 685 443	(10 685 443)	-	-
Transferências e abates	-	32 384	-	32 384
Amortização - período	(12 634 937)	-	3 228 386	(9 406 551)
Valor líquido	226 639 846	21 637 835	(37 738 965)	210 538 714
31 de dezembro de 2020				
Custo de aquisição	456 962 858	21 637 835	(72 535 859)	406 064 833
Amortizações acumuladas	(230 323 012)	-	34 796 894	(195 526 117)
Valor líquido	226 639 846	21 637 835	(37 738 965)	210 538 714

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2019				
Custo de aquisição	432 011 585	17 164 687	(71 687 717)	377 488 555
Amortizações acumuladas	(205 327 273)	-	28 303 328	(177 023 946)
Valor líquido	226 684 312	17 164 687	(43 384 389)	200 464 610
Adições	291 427	15 044 079	51 653	15 387 159
Transferências	13 553 255	(13 553 255)	-	-
Amortização - período	(12 360 801)	-	3 265 179	(9 095 622)
Valor líquido	228 168 193	18 655 512	(40 067 556)	206 756 147
31 de dezembro de 2019				
Custo de aquisição	445 856 267	18 655 512	(71 636 063)	392 875 715
Amortizações acumuladas	(217 688 074)	-	31 568 508	(186 119 567)
Valor líquido	228 168 193	18 655 512	(40 067 556)	206 756 147

No período de 2020 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 13.156.734 euros (2019: 15.387.159 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 9.406.551 euros (2019: 9.095.622 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos.

Amortizações

Do valor constante no mapa de movimentos como amortizações do período no montante de 18.343.266 euros (em 2019: 17.321.664 euros), 11.376.567 euros (2019: 9.985.632 euros) encontram-se reconhecidos na rubrica de Gastos/Reversões de depreciação e amortização e o remanescente, relativo às licenças de CO2, em outros gastos operacionais (ver Nota 34).

12 Interesses em associadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento registado nos interesses em associadas é como segue:

	2020	2019
1 de janeiro	252 659	252 699
Abate participação	(252 659)	-
Ganhos / (Perdas) por equivalência	-	(40)
31 de dezembro	-	252 659

A Oniaçores, SA foi dissolvida em 2020 pelo que a participação detida foi liquidada, estando o diferencial registado nos resultados no exercício.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2019 e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas associadas, são como segue:

	% capital detido	Ativos correntes	Passivos correntes	Rédito	Resultado do período	Saldo
31 de dezembro de 2019						
Oniaçores, SA	40,00%	696 094	64 445	-	(101)	252 659
		696 094	64 445	-	(101)	252 659

13 Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

	2020	2019
Capital próprio		
Imposto diferido	488 635	476 128
	488 635	476 128
Demonstração do rendimento integral		
Imposto diferido	2 605 061	(1 115 271)
	2 605 061	(1 115 271)

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	2020	2019
Impacto na demonstração do rendimento integral		
Ativos por impostos diferidos	2 038 763	(2 523 222)
Passivos por impostos diferidos	566 298	1 407 950
	2 605 061	(1 115 271)
Impactos no Capital próprio		
Ativos por impostos diferidos	488 635	476 128
	488 635	476 128

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Pensões	Convergência tarifária	Benefícios fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2020	2 497 348	1 372 374	-	424 820	7 346 986	11 641 527
Constituição/reversão por capital	488 635	-	-	-	-	488 635
Constituição por resultados	-	1 993 334	270 294	37 277	(123 503)	2 177 402
Reversão por resultados	(80 525)	(33 543)	-	-	(24 571)	(138 639)
Movimento do exercício	408 110	1 959 791	270 294	37 277	(148 074)	2 527 398
A 31 de dezembro de 2020	2 905 459	3 332 165	270 294	462 097	7 198 912	14 168 925

	Pensões	Convergência tarifária	Prejuízos Fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	3 020 362	1 314 468	1 496 646	339 309	7 587 691	13 758 476
Constituição/reversão por capital	476 128	-	-	-	-	476 128
Constituição por resultados	-	57 906	-	85 510	(204 417)	(61 002)
Reversão por resultados	(999 142)	-	(1 496 646)	-	33 567	(2 462 220)
Movimento do exercício	(523 014)	57 906	(1 496 646)	85 510	(170 850)	(2 047 094)
Transferência para Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	(69 854)	(69 854)
A 31 de dezembro de 2019	2 497 348	1 372 374	-	424 820	7 346 986	11 641 527

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Revalorização transição	Total
A 1 de janeiro de 2020	(119 384)	(2 671 271)	(352 593)	(3 143 249)
Constituição por resultados	-	(812 381)	-	(812 381)
Reversão por resultados	12 765	1 356 801	9 113	1 378 679
Movimento do exercício	12 765	544 420	9 113	566 298
A 31 de dezembro de 2020	(106 619)	(2 126 851)	(343 479)	(2 576 950)

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Revalorização transição	Total
A 1 de janeiro de 2019	(133 381)	(4 056 112)	(361 707)	(4 551 200)
Constituição por resultados	-	(591 198)	-	(591 198)
Reversão por resultados	13 997	1 976 039	9 113	1 999 148
Movimento do exercício	13 997	1 384 840	9 113	1 407 950
A 31 de dezembro de 2019	(119 384)	(2 671 271)	(352 593)	(3 143 249)

14 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2020	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	5 855 552	-	-	-	-	5 855 552
Clientes e outras contas a receber	56 414 608	-	-	-	-	56 414 608
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	-	344 080	-	-	-	344 080
Total ativos financeiros	62 270 160	344 080	-	-	-	62 614 240
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(259 312 442)	-	(259 312 442)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(41 237 790)	(9 895 193)	(51 132 983)
Total passivos financeiros	-	-	-	(300 550 232)	(9 895 193)	(310 445 425)

2019	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	5 102 301	-	-	-	-	5 102 301
Clientes e outras contas a receber	56 263 844	-	-	-	-	56 263 844
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	-	318 457	-	-	-	318 457
Total ativos financeiros	61 366 145	318 457	-	-	-	61 684 602
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(255 511 552)	-	(255 511 552)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(26 746 987)	(9 790 753)	(36 537 740)
Total passivos financeiros	-	-	-	(282 258 539)	(9 790 753)	(292 049 292)

O justo valor dos ativos e passivos valorizados ao justo valor corresponde aos seguintes níveis, tal como previsto na IFRS 13 – Justo valor.

15 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos nas seguintes entidades:

Entidade	% detida 2020	2020	% detida 2019	2019
NOS Açores Comunicações, S.A.	6,18%	228 649	6,18%	228 649
Fundação Eng. José Cordeiro	i) 60,00%	5 736	60,00%	5 736
INOVA - Instituto Inovação Tecnológica dos Açores	0,77%	5 297	0,77%	5 297
Total participações capital		239 682		239 682
Outros investimentos		2020		2019
Fundo de compensação do trabalho		104 397		78 775
		104 397		78 775
		344 080		318 457

- i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 60% do capital, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade;

As participações de capital encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

16 Clientes e outras contas a receber

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a decomposição da rubrica de Clientes e outras contas a receber é como se segue:

		2020			2019		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes	i)	46 614 141	295 357	46 909 498	44 288 890	40 574	44 329 464
Imparidade de clientes	ii)	(1 998 549)	-	(1 998 549)	(1 504 716)	-	(1 504 716)
Clientes - Valor líquido		44 615 592	295 357	44 910 949	42 784 174	40 574	42 824 748
Terrenos da Calheta expropriados		29 090	92 118	121 208	29 090	121 208	150 298
Direitos de passagem municípios		200 526	401 050	601 576	200 526	601 578	802 104
Alienação NORMA-AÇORES		443 818	887 637	1 331 455	-	-	-
Programa PRORURAL+		25 467	-	25 467	154 507	-	154 507
Saldo pendente de terceiros	iii)	578 033	-	578 033	551 239	-	551 239
Convergência tarifária	iv)	3 966 384	5 689	3 972 073	6 639 071	-	6 639 071
Outros devedores	v)	1 747 740	-	1 747 740	1 649 648	-	1 649 648
Acréscimo proveitos	vi)	3 126 107	-	3 126 107	3 471 818	-	3 471 818
Compensação regional ao fuelóleo	vii)	6 412 041	-	6 412 041	6 412 041	-	6 412 041
Estado e Outros Entes Públicos		-	-	-	20 411	-	20 411
		61 144 797	1 681 851	62 826 648	61 912 526	763 360	62 675 886
Imparidade devedores acréscimos rendimentos		(6 412 041)	-	(6 412 041)	(6 412 041)	-	(6 412 041)
		54 732 756	1 681 851	56 414 607	55 500 484	763 360	56 263 845

- i) Clientes:

Os principais clientes do Grupo EDA têm as seguintes naturezas:

- 7.012.576 euros (2019: 7.619.879 euros) referem-se aos valores faturados à REN a título de convergência tarifária;
- 34.518.541 euros (2019: 32.396.847 euros) referem-se a saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de energia elétrica, sendo 11.100.812 euros referentes a clientes do setor empresarial e particular (2019: 9.534.467 euros) e 23.417.729 euros de entidades públicas (2019: 22.862.380 euros);

Qualidade do crédito

A qualidade de crédito dos ativos financeiros, podem ser avaliados com referência ao *rating* de crédito ou informação histórica das entidades a que se referem:

	2020	2019
Baa3	7 012 576	7 619 879
Outros sem rating	39 896 922	36 709 585
Total de créditos e valores a receber	46 909 498	44 329 464

A antiguidade dos saldos a receber sem rating associado e por segmento de cliente são os mostrados de seguida no final do exercício de 2020 e 2019:

2020	< 6 meses	< 12 meses	<18 meses	> 18 meses	Total
Entidades Publicas	5 616 956	1 555 709	2 373 238	15 351 995	24 897 899
Setor Emp. Particular	12 941 750	811 311	250 394	995 568	14 999 023
	18 558 706	2 367 021	2 623 632	16 347 563	39 896 922

2019	< 6 meses	< 12 meses	<18 meses	> 18 meses	Total
Entidades Publicas	5 915 236	1 649 886	1 834 651	14 653 973	24 053 747
Setor Emp. Particular	11 207 144	283 675	316 077	848 942	12 655 838
	17 122 380	1 933 561	2 150 728	15 502 915	36 709 585

ii) Imparidade de clientes

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor da imparidade de clientes registou os seguintes movimentos:

	2020	2019
A 1 de janeiro	1 504 716	2 278 372
Aumentos	689 436	231 839
Utilizações	(102 062)	(488 064)
Reduções	(93 541)	(109 744)
Movimento do exercício	493 833	(365 966)
Transferência para Ativos não correntes detidos para venda	-	(407 687)
A 31 de dezembro	1 998 549	1 504 716

- iii) Em saldo de pendente de terceiros consta a diferença entre o preço acordado e faturado relativamente a energia renovável da empresa Gracióllica;
- iv) A convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores. O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+1 (custo do capital) e n+2. Neste sentido, o saldo de 2020 da convergência tarifária inclui o acerto do custo do capital no valor de 3.204.006 euros, o acerto final do ajustamento ao tarifário no montante de 760.228 euros e juros vencidos neste período no valor de 2.149 euros, todos relativos ao ano de 2019;
- v) Outros devedores:

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de Outros devedores inclui Adiantamentos a fornecedores no montante de 35.419 euros (2019: 134.012 euros), 539.660 euros (2019: 930.856 euros) referente a Custos diferidos e ainda 411.205 euros de regularizações de fornecedores que ocorrerão em 2021 com a receção de notas de crédito.

- vi) Acréscimos de proveitos:

Inclui a energia em contador no montante de 2.004.681 euros (2019: 2.337.983 euros) a faturar aos clientes em 2021 e serviços prestados relacionados com a atividade das subsidiárias e ainda não faturados;

- vii) Compensação regional de fuelóleo:

Em conformidade com o acordo celebrado em 18 de dezembro de 2009 com a Região Autónoma dos Açores relativo ao abastecimento de fuelóleo, o saldo que se estima receber da compensação do diferencial do preço de aquisição do período de janeiro de 2010 a setembro de 2012 é assim representado:

	2020	2019
Ano de 2010	3 402 269	3 402 269
Ano de 2011	864 911	864 911
Ano de 2012	2 144 861	2 144 861
	6 412 041	6 412 041

Dada a incerteza sobre a sua efetiva realização foi registada uma imparidade de montante similar, que não apresentou movimentos nos últimos exercícios:

	2020	2019
A 1 de janeiro	6 412 041	6 412 041
Aumentos	-	-
A 31 de dezembro	6 412 041	6 412 041

17 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	2020	2019
Mercadorias	146 677	149 501
Materiais diversos	12 269 500	10 820 375
	12 416 177	10 969 876
Imparidade:		
Materiais diversos	(40 434)	(62 630)
	(40 434)	(62 630)
	12 375 742	10 907 246

O saldo de mercadorias em 31 de dezembro de 2020 refere-se essencialmente a equipamento de rádio, telemóveis e acessórios comercializados pela Globaleda, na sua atividade de Telecomunicações.

O saldo de materiais diversos refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuelóleo e gasóleo, e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

Evolução da imparidade de inventários:

	2020	2019
A 1 de janeiro	62 630	112 241
Aumentos	-	8 077
Utilizações	(22 196)	(32 348)
Reduções	-	(25 340)
Valor líquido	40 434	62 630

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 22.196 euros (2019: 32.348 euros).

18 Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	2020	2019
Pagamentos por conta	(3 434 274)	(2 620 494)
Retenções na fonte	(42 794)	(41 373)
IRC a recuperar	-	-
Estimativa de IRC	5 518 047	4 145 844
IRC a pagar	-	-
Total imposto s/ rendimento	2 040 979	1 483 977
Saldo ativo	-	(44 134)
Saldo passivo	2 040 979	1 528 112
	2 040 979	1 483 977

19 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2020	2019
Caixa	7 693	8 362
Depósitos bancários	5 847 859	5 093 939
	5 855 552	5 102 301

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é igual ao apresentado acima, dado não existirem descobertos bancários a estas datas.

20 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Os critérios para classificação dos Ativos e passivos detidos para venda, bem como a sua forma de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA, encontram-se descritos nas políticas contabilísticas.

No seguimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 74 /2018, de 20 de junho, referente à reestruturação do Setor Empresarial Público Regional, o Governo Regional dos Açores, por resolução do Conselho do Governo n.º 108/2018, de 9 de outubro, determinou a alienação da totalidade das ações da Norma Açores detidas pela EDA, representativas de 62,625% do capital social, a realizar mediante concurso público, à exceção da venda direta aos trabalhadores, num máximo de 10% do capital. Ainda neste âmbito, por Despacho n.º 1922/2018, de 29 de outubro, da Presidência do Governo, foi nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento.

A alienação da participação da EDA no capital social da Norma Açores enquadra-se no Regime de alienação das participações do setor público (Lei n.º 7/88, de 24 de maio e Decreto-Lei n.º 328/88, de 27 de setembro), atendendo que a EDA é um ente público, detido maioritariamente pela Região Autónoma dos Açores.

A rubrica Ativos e passivos não correntes detidos para venda a 31 de dezembro de 2019 respeita ao contributo da Norma Açores e Controlauto, que em função da deliberação da alienação da Norma Açores e da observância das condições de reconhecimento, passaram a estar classificados como Ativos e passivos não correntes detidos para venda.

A 31 de Dezembro de 2019 foram efetuadas as seguintes reclassificações para ativos e passivos detidos para venda:

	Norma Açores	Controlauto	Total
Ativos			
Ativos fixos tangíveis	17.520	505.817	523.337
Ativos por impostos diferidos	69.854	-	69.854
Clientes e outras contas a receber	774.025	9.908	783.933
Impostos sobre o rendimento a receber	-	25.200	25.200
Caixa e equivalentes de caixa	2.156.835	474.800	2.631.635
	3.018.235	1.015.726	4.033.960
Passivos			
Provisões para riscos e encargos	377.935	-	377.935
Fornecedores e outras contas a pagar	738.936	96.748	835.684
Empréstimos obtidos	-	72.531	72.531
Imposto sobre o rendimento a pagar	49.125	-	49.125
	1.165.996	169.279	1.335.275

Esta reestruturação originou o registo de uma imparidade em resultados no exercício de 2019 no montante de 102.495 euros, referente à diferença do valor de venda e do valor líquido contabilístico da Norma Açores.

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2019 apresenta o seguinte detalhe:

	Saldo 31.12.2019
Ativos detidos para venda	
Norma Açores	3.018.235
Controlauto	1.015.726
	4.033.960
Passivos detidos para venda	
Norma Açores	1.165.996
Controlauto	169.279
	1.335.275

Em 13 de fevereiro de 2020, ocorreu a alienação da participação da EDA pelo montante de 1.775.274 euros. A 31 de dezembro de 2020 estão por receber 1.331.455 euros apresentados em outras contas a receber (ver nota 16).

21 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social da EDA, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é o seguinte:

	Número de ações	Capital Social
Capital Social	14 000 000	70 000 000
	14 000 000	70 000 000

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	Nº Ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7 014 000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA	5 558 120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, SA	1 400 000	10,0%
Outros	27 880	0,2%
	14 000 000	100%

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2020 e 2019. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

22 Outras reservas e resultados acumulados

Outras reservas

A rubrica Outras reservas registou os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reserva Justo valor	Total
A 1 de janeiro de 2019	13 246 000	346 796	-	13 592 796
Aplicação Resultado Líquido	754 000	-	-	754 000
A 31 de dezembro de 2019	14 000 000	346 796	-	14 346 796
Aplicação Resultado Líquido	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2020	14 000 000	346 796	-	14 346 796

A Reserva legal ficou, nos termos da lei, totalmente constituída em 2019 (20% do capital social), pelo que não foi reforçada a sua dotação na aplicação de resultados de 2019. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

As Reservas estatutárias referem-se a reservas constituídas em períodos anteriores à data da transformação da EDA em sociedade anónima em 1997. Estas reservas não são distribuíveis podendo apenas ser utilizadas para aumentos de capital.

Resultados acumulados

Por deliberação da Assembleia Geral da EDA (contas individuais), de 15 de maio de 2020, a aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2019, resultou na distribuição a título de dividendos de 11.165.000 euros, correspondendo a 0,7975 euros por ação, e Resultados transitados no montante de 5.371.574 euros. Adicionalmente foram distribuídos extraordinariamente dividendos no montante de 5.005.000 euros por conta de Resultados transitados de anos anteriores, correspondendo a 0,3575 euros por ação. Deste modo, o total de dividendos distribuídos perfaz o montante de 16.170.000 euros, correspondendo a 1,155 euros por ação.

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 1.567.536 euros (2019: 1.723.203 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em resultados os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expectavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

	2020	2019
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2020	11 694 472	-
Ano 2019	5 369 449	10 437 399
Anos anteriores	57 170 748	57 170 748
Perdas Atuariais	(15 042 967)	(12 659 382)
Compensação Tarifária		
Ano 2020	(9 836 732)	-
Ano 2019	3 924 209	(282 466)
Ano 2018	(12 599)	6 626 420

23 Interesses que não controlam

O valor de interesses que não controlam registou a seguinte evolução:

		2020	2019
A 1 de janeiro		2 067 252	2 103 106
Dividendos pagos	i)	(43 423)	(269 719)
Alienações	ii)	(1 576 251)	-
Lucro/(prejuízo) do período:			
- Globaleda		179 242	86 482
- Norma		-	71 810
- Controlauto		-	75 573
A 31 de dezembro		626 819	2 067 252

i) Os dividendos pagos referem-se à subsidiária Globaleda;

ii) Alienação das subsidiárias Norma Açores e Controlauto.

O saldo de interesses que não controlam refere-se às seguintes participações:

		2020		2019
	% capital	Saldo	% capital	Saldo
Globaleda	25,10%	626 819	25,10%	491 001
Norma	-	-	37,438%	1 018 896
Controlauto	-	-	62,463%	557 356
		626 819		2 067 252

A informação financeira relativa às entidades que têm interesses que não controlam está apresentada na Nota 40.

24 Provisões

O Grupo EDA reconheceu nas suas demonstrações financeiras uma provisão referente a gastos a incorrer com desmantelamentos no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Desmantelamento	Subsídios	Outros riscos e encargos	Total
A 1 de janeiro 2019	2 897 094	7 935	-	2 905 029
Efeito financeiro do desconto	15 532	-	-	15 532
Dotação	91 675	-	370 000	461 675
Transferência para Ativos não correntes detidos para venda	-	(7 935)	(370 000)	(377 935)
A 31 de dezembro de 2019	3 004 301	-	-	3 004 301
Efeito financeiro do desconto	(1 565)	-	-	(1 565)
Dotação	41 312	-	-	41 312
A 31 de dezembro de 2020	3 044 049	-	-	3 044 049

25 Empréstimos obtidos

A repartição dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel comercial	20 000 000	112 500 000	132 500 000	15 000 000	85 000 000	100 000 000
Empréstimos bancários	14 699 935	72 456 169	87 156 104	30 309 221	85 396 104	115 705 325
Obrigações	-	40 000 000	40 000 000	-	40 000 000	40 000 000
	34 699 935	224 956 169	259 656 104	45 309 221	210 396 104	255 705 325
Juros a pagar - Empréstimos	759 358	-	759 358	816 060	-	816 060
Juros pagos (antecipação)	-	(1 103 019)	(1 103 019)	-	(1 009 833)	(1 009 833)
	35 459 293	223 853 150	259 312 442	46 125 281	209 386 271	255 511 552

A EDA é subscritora de 9 programas de papel comercial no valor de 240.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 132.500.000 euros a 31 de dezembro de 2020. Destes programas de papel comercial 112.500.000 euros são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do Grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes

dos empréstimos avalizados pelo Governo da República em 31 de dezembro de 2020 eram de 8.363.636 euros (2019: 12.545.454 euros). Existem outros empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República no montante de 30.214.286 euros (2019: 35.357.143 euros). Para o montante de 9.818.182 euros (2019: 12.272.727 euros) e, por exigência do BEI foi constituída uma garantia bancária (Nota 39).

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	menos de 1 ano	entre 1 ano e 5 anos	mais de 5 anos	Total
Papel comercial	20 000 000	112 500 000	-	132 500 000
Empréstimos bancários	14 699 935	51 554 383	20 901 786	87 156 104
Obrigações	-	25 000 000	15 000 000	40 000 000
	34 699 935	189 054 383	35 901 786	259 656 104

O detalhe dos empréstimos bancários e contas correntes caucionadas em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

		Montante	Moeda	Data Inicio	Data Fim	Remuneração	Reembolso
CCC BCP	Empréstimo 1	540 000	euros	28/12/2001	(a)	EUR_360_3M + spread	-
CCC BPI	Empréstimo 2	1 220 000	euros	15/03/2003	(b)	EUR_360_6M + spread	-
BPI	Empréstimo 3	22 000 000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Santander	Empréstimo 4	7 500 000	euros	23/08/2019	23/08/2029	EUR_360_12M + magem fixa	Semestral
NB	Empréstimo 5	7 500 000	euros	04/11/2019	04/05/2029	EUR_360_12M + magem fixa	Semestral
BEI VI Tranche B	Empréstimo 6	-	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
BEI VI Tranche B	Empréstimo 7	-	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
BEI VII Tranche A	Empréstimo 8	4 272 727	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche A	Empréstimo 9	3 454 545	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche B	Empréstimo 10	5 454 545	euros	30/09/2010	15/09/2024	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche B	Empréstimo 11	2 181 818	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
BEI VIII Tranche A	Empréstimo 12	25 714 286	euros	29/10/2014	29/10/2032	Taxa Fixa	Semestral
BEI VIII Tranche B	Empréstimo 13	4 500 000	euros	29/04/2017	29/04/2035	Taxa Fixa	Semestral
BEI VI Tranche A	Empréstimo 14	272 727	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche A	Empréstimo 15	363 636	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche B	Empréstimo 16	2 181 818	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
BEI VI Tranche B	Empréstimo 17	-	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
BEI VI Tranche B	Empréstimo 18	-	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Total		87 156 104					

(a) Renovação trimestral automática

(b) Renovação semestral automática

O detalhe dos empréstimos bancários e contas correntes caucionadas em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

CCC BCP	Empréstimo 1	2 870 000	euros	28/12/2001	(a)	EUR_360_3M + spread	-
CCC Santander	Empréstimo 2	5 430 000	euros	28/09/2017	(b)	EUR_360_6M + spread	-
CCC BPI	Empréstimo 3	6 230 000	euros	15/03/2003	(b)	EUR_360_6M + spread	-
BPI	Empréstimo 5	26 000 000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Santander	Empréstimo 6	7 500 000	euros	23/08/2019	23/08/2029	EUR_360_12M + margem fixa	Semestral
NB	Empréstimo 7	7 500 000	euros	04/11/2019	04/05/2029	EUR_360_12M + margem fixa	Semestral
BEI VI Tranche B	Empréstimo 10	800 000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
BEI VI Tranche B	Empréstimo 11	1 025 000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
BEI VII Tranche A	Empréstimo 12	6 409 091	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche A	Empréstimo 13	5 181 818	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche B	Empréstimo 14	6 818 182	euros	30/09/2010	15/09/2024	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche B	Empréstimo 15	2 727 273	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
BEI VIII Tranche A	Empréstimo 16	27 857 143	euros	29/10/2014	29/10/2032	Taxa Fixa	Semestral
BEI VIII Tranche B	Empréstimo 17	4 500 000	euros	29/04/2017	29/04/2035	Taxa Fixa	Semestral
BEI VI Tranche A	Empréstimo 18	409 091	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche A	Empréstimo 20	545 455	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
BEI VII Tranche B	Empréstimo 21	2 727 273	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
BEI VI Tranche B	Empréstimo 22	175 000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
BEI VI Tranche B	Empréstimo 24	1 000 000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Total		115 705 325					

(a) Renovação trimestral automática

(b) Renovação semestral automática

No final do período de 2020 e 2019, o Grupo EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2020	2019
Linhas disponíveis		
correntes	136 740 000	118 970 000
não correntes	27 500 000	25 000 000
	164 240 000	143 970 000

Nota: correntes inclui contas correntes caucionadas e PPC CP. Não correntes inclui PPC MLP

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente.

A exposição dos empréstimos do Grupo EDA às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas é como se segue:

	2020	2019
Até 6 meses	175 623 636	163 984 545
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	84 032 468	91 720 779
Superior a 5 anos	-	-
	259 656 104	255 705 325

O justo valor dos empréstimos são como se segue:

	Justo valor	
	2020	2019
Papel Comercial	132 500 000	100 000 000
Empréstimos Bancários	76 493 421	113 662 164
Obrigações	37 058 622	37 812 281

O justo valor é calculado pelo método dos cash flows descontados, utilizando a taxa de desconto, da data do relato financeiro, de acordo com as características de cada empréstimo. O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos. No caso dos empréstimos com taxas de juro fixas (ex: BEI VII) é calculado o respetivo justo valor, para efeitos de divulgação.

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados Covenants. A 31 de dezembro de 2020 os Covenants encontram-se integralmente cumpridos.

Os *Covenants* associados aos contratos de financiamento do Grupo EDA são, por tipo de empréstimo:

	Empréstimos Mercado Interno	Empréstimos Mercado Externo	Papel Comercial	Obrigacionistas	Conta Corrente
Empréstimo A	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Asset Disposal	Ownership Clause
Empréstimo B	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	Cross Default
Empréstimo C	-	Rátios Financeiros Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-	-
Empréstimo D	-	Garantia GCD Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-	Ownership Clause Pari Passu Cross Default
Empréstimo E	-	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-	-
Empréstimo F	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	-	-
Empréstimo G	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	-	-
Empréstimo H	-	-	Ownership Clause Pari Passu Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	-	-
Empréstimo I	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Rácio Net Debt/EBITDA Cross Default	-	-

26 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações de pagamento de benefícios aos empregados pós-emprego:

i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos (EDA)

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

As empresas do Grupo EDA, EDA Renováveis e Segma constituíram um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras consolidadas é como segue:

	2020	2019
Obrigações na Demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	14 172 971	12 182 189
	14 172 971	12 182 189
 Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de pensões	521 135	647 369
Planos contribuições definidas	525 001	571 592
	1 046 136	1 218 961

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

	2020	2019
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa técnica de rendimento	1,00%	1,25%
Taxa técnica de actualização	1,00%	1,25%
Taxa de crescimento salarial	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	1,50%	1,50%
Taxa de revalorização salarial	0,25%	0,00%

Em 2020, a taxa técnica de actualização usada foi de 1,00% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 1,25% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.377.190 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2020, seria superior em 1.360.959 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 0,75%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 1.443.793 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.426.599 euros.

A 31 de dezembro de 2020 existiam responsabilidades por financiar de 4.539.875 euros, enquanto a contribuição estimada para o Fundo de pensões, em 2021, ascende a 372.464 euros.

Deste modo, a contribuição a pagar em 2021, acrescida de juros será no montante de 4.961.462 euros, liquidada em dez prestações mensais de 496.462 euros, com início no mês de março e termo em dezembro de 2021.

26.1. Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida na Demonstração da posição financeira consolidada é determinado como segue:

	2020	2019
Valor presente da obrigação	48 021 277	48 834 492
Justo valor dos ativos do plano	(33 848 306)	(36 652 303)
	14 172 971	12 182 189

Existem 9.633.095 euros de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2019	46 497 896	(31 764 422)	14 733 474
Custo serviço corrente	403 444	-	403 444
Juro líquido	860 211	(616 286)	243 925
Sub-total	47 761 552	(32 380 708)	15 380 843
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(1 367 474)	(1 367 474)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	3 690 050	-	3 690 050
Contribuições	-	(4 496 491)	(4 496 491)
Benefícios pagos	(2 617 110)	1 592 370	(1 024 739)
A 31 de dezembro 2019	48 834 492	(36 652 303)	12 182 189
Custo serviço corrente	372 464	-	372 464
Juro líquido	610 431	(461 760)	148 671
Sub-total	49 817 387	(37 114 063)	12 703 324
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	1 674 972	1 674 972
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	708 613	-	708 613
Contribuições	-	-	-
Benefícios pagos	(2 504 724)	1 590 785	(913 939)
A 31 de dezembro 2020	48 021 277	(33 848 306)	14 172 971

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo e a taxa técnica de atualização aplicada e dos ganhos de experiência resultantes da rotação de trabalhadores.

As perdas atuariais resultam essencialmente da atualização da taxa de atualização das responsabilidades de 1,25% para 1,00%.

Os impactos do plano na demonstração do rendimento integral consolidado são como segue:

	2020	2019
Custos serviços correntes	372 464	403 444
Juro líquido	148 671	243 925
	521 135	647 369

Os impactos do plano registados em capital próprio são como segue:

	2020	2019
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(12 659 382)	(10 336 806)
Ganhos/ (perdas) atuariais do período	(2 383 586)	(2 322 576)
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas	(15 042 967)	(12 659 382)

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é a seguinte:

	2020	2019
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	13,40	13,85
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	1 605 689	1 501 845
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1 ; 3] anos	3 337 063	3 162 251
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3 ; 6] anos	5 262 373	5 055 681
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6 ; 11] anos	9 280 591	9 283 990
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11 ; 14] anos	5 565 826	5 768 043
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	21 638 319	24 303 149

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2020	2019
Depósitos	1 563 280	3 534 499
Fundos de investimento e outros	1 940 792	2 414 428
Ações	12 268 482	12 737 467
Obrigações	15 913 505	15 683 648
Imóveis	2 162 247	2 282 261
	33 848 306	36 652 303

Composição da carteira de ativos e valor do fundo:

	2020				2019			
	Ativos cotados	Não cotados	Total	%	Ativos cotados	Não cotados	Total	%
Liquidez	1 563 280	-	1 563 280	4,6%	3 534 499	-	3 534 499	9,6%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1 538 232	1 538 232	4,5%	-	1 538 232	1 538 232	4,2%
Ações								
Domésticas	2 368 889	-	2 368 889	7,0%	2 193 314	-	2 193 314	6,0%
Estrangeiras	9 066 496	-	9 066 496	26,8%	8 480 012	-	8 480 012	23,1%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	1 985 917	-	1 985 917	5,9%	2 517 935	-	2 517 935	6,9%
Estrangeiros, AAA a BBB -	6 739 972	-	6 739 972	19,9%	4 740 755	-	4 740 755	12,9%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1 709 447	-	1 709 447	5,1%	3 916 129	-	3 916 129	10,7%
Fundos de Investimento								
Ações								
Domésticas	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiras	833 097	-	833 097	2,5%	2 064 142	-	2 064 142	5,6%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	4 399 084	-	4 399 084	13,0%	4 508 829	-	4 508 829	12,3%
Estrangeiros, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1 079 085	-	1 079 085	3,2%	-	-	-	0,0%
Imobiliário								
Domésticos	304 024	-	304 024	0,9%	418 781	-	418 781	1,1%
Estrangeiros	319 992	-	319 992	0,9%	325 248	-	325 248	0,9%
Outros investimentos	1 940 792	-	1 940 792	5,7%	2 414 428	-	2 414 428	6,6%
	32 310 074	1 538 232	33 848 306	100,0%	35 114 071	1 538 232	36 652 303	100,0%

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da Empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2020 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

26.2. Contribuição definida

Em 2020, o valor das contribuições definidas efetuadas pelo Grupo para o Plano Pensões Futuro+ ascendeu a 525.001 euros (2019: 571.592 euros).

27 Fornecedores e outras dívidas a pagar

A decomposição da rubrica Fornecedores e outras dívidas a pagar, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

		2020			2019		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores							
Fornecedores	i)	10 246 733	-	10 246 733	6 523 296	-	6 523 296
Outros credores							
Credores diversos	ii)	968 414	465 602	1 434 016	814 253	458 849	1 273 102
Fornecedores de investimentos	iii)	15 630 650	-	15 630 650	13 878 883	-	13 878 883
Estado e outros entes públicos		4 334 646	-	4 334 646	4 180 124	-	4 180 124
Proveitos diferidos							
Outros proveitos diferidos		252 136	-	252 136	601 538	-	601 538
Acréscimos de custos							
Convergência tarifária		54 774	9 842 421	9 897 195	176 277	118 840	295 117
Férias e subsídio férias		5 308 412	-	5 308 412	5 009 091	-	5 009 091
Taxas de concessão	iv)	2 439 017	-	2 439 017	2 347 411	-	2 347 411
Outros		1 590 180	-	1 590 180	2 429 178	-	2 429 178
Fornecedores e outras contas a pagar		40 824 960	10 308 023	51 132 983	35 960 051	577 689	36 537 740

- i) Fornecedores: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;
- ii) Esta rubrica inclui essencialmente 160.165 euros (2019: 184.562 euros) de cauções de clientes de energia, 420.857 euros (2019: 384.289 euros) de taxas da contribuição audiovisual faturadas a clientes e 472.500 euros referentes a cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto;
- iii) Fornecedores de investimentos: saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;

- iv) compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2020 no montante de 2.439.017 euros (2019: 2.347.411 euros).

28 Locações

A rubrica Passivos de Locação (Rendas vincendas de contratos de arrendamento) - Não Corrente e Corrente, inclui o montante de 210.336 euros e 55.198 euros, respetivamente.

	2020			2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos de locações	55 198	210 336	265 534	54 860	217 509	272 368

A variação do período inclui: (i) 54.763 euros correspondentes a passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) com data de início após 1 de janeiro de 2020; (ii) 71.868 euros correspondentes a pagamentos de rendas efetuados; e (iii) 10.270 euros correspondentes à atualização financeira do passivo (ver Nota 35). À data de 31 de dezembro de 2020, o valor nominal dos passivos de locação (rendas vincendas dos contratos de arrendamento) é apresentado por maturidade como segue:

	2020	2019
Até 5 anos	234 525	204 733
Entre 5 e 10 anos	10 226	44 654
Entre 10 e 15 anos	12 272	11 832
Superior a 15 anos	8 512	11 149
	265 534	272 368

29 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração do rendimento integral consolidado é detalhado como segue:

		2020	2019
Vendas de eletricidade			
Em média tensão		30 937 473	34 286 799
Em baixa tensão		74 865 724	78 429 236
Energia em contadores		2 004 681	2 337 983
Ajustamentos de tarifário	i)	56 136 071	62 995 148
Vendas de serviços telecomunicações		3 206 913	3 425 305
Serviços prestados			
De eletricidade		777 779	894 860
De outros		6 208 521	6 889 299
Serviços de construção IFRIC 12	ii)	13 894 924	15 044 079
		188 032 085	204 302 709

- i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2020 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2019, como se indica:

Descrição	2020	2019
Convergência de tarifário do período *	62 256 851	60 320 216
Tarifa social do período	2 836 884	2 955 166
Desvio tarifário de 2020	(9 842 421)	-
Desvio tarifário de 2019	-	(118 840)
Desvio da tarifa social de 2020	5 689	-
Desvio da tarifa social de 2019	-	(163 626)
Correção Desvio Tarifário 2019 (ERSE)	879 068	-
Correção Desvio Tarifário 2018 (ERSE)	-	(49 109)
Devolução créditos - Instrução N.º 4 / 2018	-	51 342
	56 136 071	62 995 148

* Inclui acerto custo capital do ano n-1 registado em n

- ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2020	2019
Fornecimentos e serviços externos (Nota 31)	7 185 070	7 660 719
Materiais	3 239 361	3 504 881
Pessoal	2 235 837	2 444 751
Fornecimentos e serviços externos - outros	1 174 054	1 378 474
Impostos	60 602	55 254
	13 894 924	15 044 079

30 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas dos períodos de 2020 e 2019 demonstra-se como segue:

	2020	2019
Inventários iniciais	10 969 876	11 510 286
Compras	60 819 262	71 194 289
Regularização de inventários	(17 977)	(20 486)
Inventários finais (Nota 17)	(12 416 176)	(10 969 876)
	59 354 985	71 714 214

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2020	2019
Combustíveis	41 755 396	54 687 877
Peças de reserva e materias de redes	10 159 195	11 573 892
Energia adquirida	4 722 883	2 739 344
Equipamento de comunicações	860 193	891 250
Material diverso	1 857 317	1 821 851
	59 354 985	71 714 214

31 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos dos períodos de 2020 e 2019 é como segue:

		2020	2019
Serviços Construção IFRIC 12 (Nota 29)	i)	7 185 070	7 660 719
Subcontratos	ii)	4 136 612	3 065 612
Conservação e reparação	iii)	4 072 895	3 622 421
Trabalhos especializados	iv)	3 840 543	4 398 768
Seguros		1 008 798	989 108
Comunicações		957 160	952 643
Limpeza, higiene e conforto		820 140	536 915
Vigilância e segurança		675 321	575 001
Honorários		641 795	548 683
Rendas e alugueres	v)	472 051	546 643
Deslocações e estadas		403 238	904 036
Combustíveis		326 800	413 338
Outros (inferiores a 300.000 euros)		1 875 072	2 093 140
		26 415 495	26 307 028

- i) Os gastos com serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão referem-se à subcontratação de entidades terceiras na construção de novas infraestruturas para a concessão;
- ii) A rubrica de Subcontratos refere-se maioritariamente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução dos projetos em curso;
- iii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos equipamentos das centrais térmicas, dos ativos de produção instalados nos parques eólicos, obras de beneficiação dos poços geotérmicos e dos edifícios administrativos;
- iv) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos, estudos de monitorização ambiental, recolha de resíduos da produção e consultorias diversas.

32 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2020 e 2019, foram como segue:

	2020	2019
Remunerações		
Orgãos sociais	859 162	931 700
Pessoal	27 005 208	26 605 701
	27 864 370	27 537 401
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	6 822 552	6 781 036
Benefícios pós-emprego	1 056 223	1 229 049
Custos de ação social	883 623	892 441
Outros	241 033	449 056
	9 003 432	9 351 581
	36 867 802	36 888 982

O número médio de empregados do Grupo EDA em 2020 foi de 1.002 (2019: 1.045).

Os gastos com benefícios pós-emprego referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 521.135 euros (2019: 647.369 euros) para o plano de benefícios definidos e de 525.001 euros (2019: 571.592 euros) para o plano de contribuição definida e 10.088 euros (em 2019: 10.088 euros) com pensões de sobrevivência não fundeadas.

33 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada da seguinte forma:

		2020	2019
Outros juros de mora - clientes e devedores	i)	1 447 225	909 952
Cedência de utilizações linhas	ii)	829 633	789 857
Deslastragens		517 162	-
Comparticipações Vodafone		139 207	135 057
Venda de sucata		62 287	306 160
Subsídio à exploração		40 914	67 848
Ganhos na alienação de ativos tangíveis		37 574	204 651
Outros (< 30.000 euros)		770 629	612 616
		3 844 630	3 026 141

- i) Inclui os juros cobrados a clientes pelo atraso no pagamento;
- ii) Rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores Comunicações, S.A..

34 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2020	2019
Direitos passagem Municípios	i)	4 889 514	4 874 807
Desp. Propriedade Industrial	ii)	6 966 699	7 336 032
Taxas de licenciamento	iii)	2 941 818	2 921 535
Contr.Extraord.Setor Energético	iv)	1 757 581	1 704 108
Deslastragens		527 583	-
Outros gastos operacionais		201 534	187 110
Donativos		171 145	72 327
Outras perdas		64 986	95 873
Correções relativas a períodos anteriores		51 026	-
Outros		118 652	5 354
		17 690 539	17 197 145

Os outros gastos e perdas operacionais referem-se:

- i) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão

ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;

- ii) Em Despesas de Propriedade Industrial encontram-se registados os gastos com as licenças de CO2 referentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano;
- iii) Às taxas pagas no âmbito dos licenciamentos atribuídos para o período da atividade de exploração de recursos geotérmicos no valor de 2.439.017 euros (em 2019: 2.347.411 euros) e de instalações elétricas de serviço público no valor de 364.075 euros (em 2019: 358.363 euros) e outros impostos e taxas diversas;
- iv) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei nº. 83-C /2013 de 31 de dezembro.

35 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

		2020	2019
Gastos financeiros			
Juros empréstimos	i)	(1 047 603)	(1 007 555)
Comissões, taxas aval e outros		(1 384 825)	(1 739 167)
"Unwinding" de passivos de locação	ii)	(10 270)	(11 120)
		(2 442 698)	(2 757 842)
Rendimentos financeiros			
Provisão desmantelamento - efeito financeiro		1 565	-
		1 565	-

- i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pelo Grupo EDA para o financiamento das suas atividades;
- ii) A rubrica "Unwinding" de passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) inclui a atualização financeira inerente aos passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) registadas a valor presente (ver Notas 3 e 28).

36 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2020	2019
Imposto s/ rendimento corrente	5 172 613	4 272 016
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	-	(28 596)
Imposto s/ rendimento diferido	(2 605 061)	1 115 271
	2 567 551	5 358 692

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2020	2019
Resultado consolidado antes de Imposto	17 048 182	22 094 415
Diferenças temporárias		
Convergência tarifária	12 215 664	7 037 785
Plano de pensões	(392 804)	(3 870 695)
Perdas por imparidade em contas a receber	232 594	(38 516)
Perdas por imparidade em ativos	65 877	50 135
Outros	162 187	467 682
Diferenças permanentes		
Contrib. Extraord. Setor Energético	1 757 580	1 704 108
Benefícios fiscais	(40 700)	-
Restituição de imposto	(42 674)	-
Prejuízo Fiscal	-	-
Outros	268 067	34 961
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	31 273 973	27 479 876
Prejuízos fiscais dedutíveis	-	(8 911 178)
Taxa nominal de imposto	16,8%	16,8%
	5 254 027	3 119 541
Derrama	1 256 912	1 114 448
Tributação autónoma	27 189	38 027
Deduções à coleta	(1 020 082)	-
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(345 434)	(28 596)
Imposto diferido	(2 605 061)	1 115 271
	2 567 551	5 358 692
Taxa efetiva de imposto	15,1%	24,3%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2020	2019
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	7,20%	7,20%

37 Dividendos por ação

Os dividendos pagos pela EDA durante o período de 2020 foram de 16.170.000 euros, o que corresponde a 1,155 euros por ação (2019: 17.010.000 euros, correspondendo a 1,215 euros por ação).

O rendimento integral básico por ação em 2020 e 2019 foram os seguintes. Não existem diferenças entre o resultado integral básico por ação e o resultado integral diluído por ação:

	2020	2019
Rendimento integral	12 406 438	14 655 410
Nº de ações	14 000 000	14 000 000
Rendimento integral por ação	0,89	1,05

38 Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDA, à data do relato financeiro do período findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são como segue:

	2020	2019
Mercadorias encomendadas a fornecedores	2 359 888	2 355 035
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	57 298 515	14 905 264
	59 658 403	17 260 299

39 Passivos e Ativos Contingentes

O Grupo EDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2020	2019
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	5 454 545	6 818 182
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	2 181 818	2 727 273
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	2 181 818	2 727 273
Região Autónoma Açores	Concessão de exploração de recursos geotérmicos no campo geotérmico da ribeira grande	2020	500 601	-
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220 468	220 468
APISM	Gestão das Portas do Mar	2008	140 527	140 527
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 391	83 691
RCAT, SA	Fornecimento de duas unidades modelo XOPT 1009S D e duas unidades Modelo CZT/FC 1004K	2020	67 527	-
EDA, SA	Fornecimento de Luminárias para Iluminação Pública Equipadas com tecnologia LED	2018	53 466	53 466
RCAT, SA	Fornecimento de duas unidades modelo HTS 056H incluindo peças de substituição	2020	36 750	-
Somague Ediçor	Instalação sistema AVAC na empreitada de construção e remodelação do Hotel Príncipe de Mónaco	2016	30 880	30 880
NAV, E.P.E.	Reabilitação das Estações NDB-FIL e NDB-H5	2019	24 482	24 482
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Equipamentos	2017	24 024	24 024
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	22 001
NAV, E.P.E.	Empreitada de adaptação das Infraestruturas EGNOS V3 – Monte da Guia-Horta-Consulta Prévia- P11.02.06.0211-3.01/DEP/2020	2020	19 093	-
EDA, SA	Contratação de Luminárias de Iluminação Pública	2017	18 858	18 858
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2016	15 440	15 440
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2015	15 440	15 440
NAV, E.P.E.	Construção Posto Transformação e equipamentos técnicos da Horta	2014	14 736	14 736
Crismetal	Fornecimento e montagem de dois tanques de Decantação	2019	9 576	9 576
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	9 074	9 074
			11 623 914	13 454 788

Beneficiário	Objeto	Início	2020	2019
ANA, SA	ASM - Iluminação da Plataforma	2019	8 496	8 496
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2017	7 894	7 894
ANA, SA	AJP II-Aerogare substituição da iluminação das áreas publicas	2020	7 776	-
NAV, E.P.E.	Contrato de Empreitada de Reabilitação das instalações do NDB Locator de Ponta Delgada	2016	7 609	7 609
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Elementos Construtivos	2017	7 576	7 576
EUROSCUT Açores	Instalação de Lumunárias Led's Nó do hospital	2018	7 102	7 102
Sata	Trabalhos de construção civil para fornecimento e instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)	2020	6 870	-
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó da Levada e Nó S. Gonçalo	2017	6 370	6 370
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia elétrica através do sistema se produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2017	5 520	5 520
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5 000	5 000
NAV, E.P.E.	Contrato Fornecimento e Instalação QGBT para o Centro Emissor e Recetor em Santa Maria	2018	4 999	4 999
ANA, SA	Prestação de Serviços para manutenção preventiva e corretiva das Instalações Técnicas do Aeroporto de Santa Maria	2018	4 740	4 740
PT Comunicações	Fornecimento de posto de seccionamento e transformador do tipo cabine-dupla alimentado por MT no edifício sede DONA - Processo 28810	2010	4 598	4 598
ANA, S.A.	AJP II - Fornecimento e montagem grupo MT	2010	4 400	4 400
ANA, S.A.	Reforço caução de 5% da empreitada ASMIAFL	2016	4 285	4 285
ANA, S.A.	Caucionar o valor de 5% da empreitada de ASM e AFL-Substituição dos Papis	2015	4 285	4 285
PT Comunicações	Fornecimento e instalação de posto de transformação na estação da Vista do Rei para a PT Comunicações - DONA	2009	3 986	3 986
NAV, E.P.E.	Instalação Grupo Emergência e Instalações Elétricas na Estação Localizer do Aeroporto João Paulo II	2018	3 800	3 800
Somague Ediçor	Construção Civil da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	3 792	3 792
Crismetel	Trabalhos de eletricidade e manutenção na empreitada de nova armazenagem/estação de bombagem de água de incêndios, central termoeleétrica do belo jardim	2020	3 698	-
ANA, S.A.	AHR - Aerogar - Substituição de chiller bomba de calor	2013	3 674	3 674
ANA, S.A.	AJP II Substituição de Papis	2016	3 499	3 499
Banco Santander	AVAC Eficiência ENER 2019 na Agência Ribeira Grande	2019	3 405	3 405
ANA, SA	Empreitada de AJP II - Fornecimento e Montagem de cabo de Pista	2017	3 338	3 338
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó de Belém	2017	3 229	3 229
Banco Santander	AVAC Eficiência ENER 2019 na Agência Povoação	2019	2 942	2 942
ANA, S.A.	Empreitada de AJP - Prestação de Serviços de Manutenção AVAC	2013	2 840	2 840
ANA, SA	ASM-Substituição de Quadros Elétricos	2020	2 812	-
ANA, SA	AJP II Substituição Proteções MT	2017	2 494	2 494
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	1990	2 494	2 494
ANA, S.A.	AJP II Fornecimento e Monatagem Cabo de Pista	2016	2 487	2 487
Somague Ediçor	Execução da Rede AVAC da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	2 068	2 068
ANA, S.A.	AFL Novos circuitos para alimentação de Papis	2016	1 799	1 799
			<u>149 874</u>	<u>128 718</u>

Beneficiário	Objeto	Início	2020	2019
Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Aquisição e implementação do sistema de gestão da rede de abastecimento da água do concelho de Angra do Heroísmo	2014	1 668	1 668
ANA, SA	AFL - Iluminação da Plataforma	2019	1 662	1 662
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1 590	1 590
ANA, S.A.	APJII - Serviços Administrativos - Fornecimento e Montagem de Chiller Bomba de Calor com referência 0003/DAA/2015	2015	1 536	1 536
INATEL	Fornecimento e montagem de unidades exteriores de ar condicionado para unidades hoteleiras da Fundação Inatel da Ilha das Flores	2019	1 492	1 492
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1 472	1 472
ANA, S.A.	Melhoria das terras de serviço e proteção dos postos de transformação do aeroporto João Paulo II	2015	1 140	1 140
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
ANA, S.A.	Consulta 002/DAA 2016 ASM Fornecimento e Montagem Quadro Elétrico	2016	870	870
NAV, E.P.E.	Fornecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2019	799	799
Ministério da Defesa Nacional	MNEC nº64/13.PM 41/Ponta Delgada (RG2) - Quartel dos Arrifes - Proteção dos quadros elétricos contra descargas elétricas	2013	413	413
Direção Regional Ordenamento Território e Recursos Hídricos	Contrato de monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas São Miguel e Santa Maria	2008	-	9 229
NAV, E.P.E.	Fornecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2017	-	-
T.M.E	Fornitura e Montaggi Intercollegamenti Sale Quadri e trasformatori in accordo a specifica tecnica STA - 10176EES233	2016	-	8 658
Petrolgas Açores	Fornecimento de combustíveis	2002	-	3 000
Fundo Reg. Act. Economicas	Imovel Rua de S. João	2006	-	2 373
Ilhas de Valor	Hotel da Graciosa	2007	-	3 435
Dir. Reg. Trabalho	Edifício Rua Conselheiro Medeiros, Horta	2007	-	900
Sec. Reg. Economia	Remodelação Termas do Carapacho	2009	-	1 187
Dir. Reg. Trabalho	Bairro N. Sra. Fatima, Praia da Vitoria	2009	-	4 807
SPRaçores	Requal. Margens da Lagoa das Furnas	2009	-	3 750
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Piscinas Naturais Termas do Carapacho	2009	-	2 600
Assoc. S. João de Deus	Creche bê -à-ba	2010	-	1 237
Sec. Reg. Educação e Formação	Escola Francisco F. Drumond	2010	-	6 338
APTG	Frente Marítima Horta	2009	-	23 748
Sec. Reg. Agricultura e Florestas	Laboratório Reg. Veterinaria	2009	-	9 771
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Casa de aprestos da Horta	2009	-	1 000
			13 641	95 674

Beneficiário	Objeto	Início	2020	2019
SPRaçores	Portinho de S. Pedro	2009	-	450
Sec. Reg. Saúde	Centro de Saúde da Graciosa	2010	-	4 250
Dir. Reg. Cultura	Museu Indústria Baleeira	2010	-	674
Sec. Reg. Educação e Formação	Escola de Água de Pau	2010	-	5 125
Lotaçor	Posto de recolha dos Mosteiros	2010	-	655
Hospital da Horta	Hospital da Horta	2010	-	1 744
APISM	Oficinas Gerais Porto de Ponta Delgada	2011	-	1 388
Sec. Reg. Ciência	Beneficiação 17KM estradas Reg. Flores	2011	-	3 722
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Centro de process. e valorização orgânica de s. Jorge	2011	-	3 974
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Centro de process. e valorização orgânica de Sta. Maria	2011	-	3 974
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Muro suporte Caminho da Laracha - Sta- Maria	2011	-	1 388
Hospital da Horta	Novo Corpo C do Hospital da Horta	2011	-	4 618
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Marginal do Pocinho - ilha do Pico	2012	-	539
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Centro Compostagem na ilha do Faial	2012	-	3 630
MUSAMI	Central de valorização energética S. Miguel	2015	-	59 636
Fundo CA Imobiliário	Arrendamento escritório na Terceira	2016	-	2 550
Sec. Reg. Economia	Contrato Concessão Incentivo nº 68/2011	2011	-	72 531
			-	170 848
			11 787 429	13 850 028

Passivos contingentes:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo EDA não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo EDA não tinha identificado ativos contingentes.

40 Empresas Consolidadas

As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

Designação / sede	Atividade	Data de referência	Capital próprio	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/ (prejuízo)	% detida	
								Grupo	Individual
<u>Segmento Eletricidade</u>									
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de eletricidade e prestação de serviços	31/12/2020	212 430 955	588 893 370	376 462 415	180 033 053	14 441 269	-	-
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de eletricidade a partir de fontes geotérmicas hídricas e eólicas	31/12/2020	113 000 122	130 520 948	17 520 826	28 370 191	9 951 164	100,00%	100,00%
<u>Outros</u>									
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2020	9 092 520	10 934 223	1 841 703	9 528 126	1 208 438	100,00%	90,00%
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2020	4 262 028	6 116 566	1 854 538	9 663 547	714 112	74,90%	74,90%

As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

Designação / sede	Atividade	Data de referência	Capital próprio	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/ (prejuízo)	% detida	
								Grupo	Individual
<u>Segmento Eletricidade</u>									
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de eletricidade e prestação de serviços	31/12/2019	217 778 914	575 331 489	357 552 575	195 274 852	16 536 574	-	-
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de eletricidade a partir de fontes geotérmicas hídricas e eólicas	31/12/2019	108 630 477	126 263 592	17 633 115	28 026 272	9 390 385	100,00%	100,00%
<u>Outros</u>									
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2019	8 281 886	10 377 272	2 095 386	7 639 700	789 068	100,00%	90,00%
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2019	3 720 916	5 229 353	1 508 438	6 933 625	344 551	74,90%	74,90%
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços	31/12/2019	2 991 743	4 199 854	1 208 111	3 095 627	163 829	62,56%	62,56%
CONTROLAUTO-AÇORES - Controlo Técnico de Automóveis, SA Angra do Heroísmo	Controlo técnico de Automóveis	31/12/2019	932 699	1 122 155	189 456	867 188	188 932	37,58%	0,00%

41 Alterações no grupo

No seguimento da Resolução do Conselho de Governo n.º 74 /2018, de 20 de junho, referente à reestruturação do Setor Empresarial Público Regional, o Governo Regional dos Açores, por resolução do Conselho do Governo n.º 108/2018, de 9 de outubro, determinou a alienação da totalidade das ações da Norma Açores detidas pela EDA, representativas de 62,625% do capital social. A alienação ocorreu a 13 fevereiro de 2020. Adicionalmente, a Oniaçores foi dissolvida a 30 de junho de 2020, com a partilha de ativos pelos acionistas.

No período de 2019 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

42 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

a) Remuneração dos Órgãos de Gestão

Como elementos chave da gestão no âmbito da IAS 24 foram considerados os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, as remunerações auferidas pelos mesmos referem-se às seguintes naturezas:

	2020	2019
Remunerações	859 163	872 712
	859 163	872 712

Os membros dos Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com as empresas, para os períodos apresentados.

b) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

- Região Autónoma dos Açores;

- ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA (agrupamento composto pelas sociedades: Bensaúde Participações SGPS, SA; Bensaúde, SA; Bentrans – Carga e Transitários, SA; Agência Açoreana de Viagens, SA; Novo Banco, SA e Novo Banco dos Açores SA);
- EDP - Gestão da Produção de Energia, SA.

43 Disposições legais

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas da empresa-mãe e ao Fiscal Único das empresas subsidiárias são os seguintes:

	2020	2019
Empresa		
Serviços de revisão legal de contas	30 333	28 000
	30 333	28 000
Subsidiárias		
Serviços de revisão legal de contas	28 500	28 500
	28 500	28 500
	58 833	56 500

44 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

O Conselho de Administração

Assinado por: **NUNO HENRIQUE OLIVEIRA**
PIMENTEL
 Num. de Identificação: BI055232906

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Assinado por : **Francisco Manuel Sousa Botelho**

Num. de Identificação: BI06084973

Data: 2021.04.14 15:56:48+00'00'

Francisco Manuel Sousa Botelho

Assinado por : **PAULO JORGE DA COSTA ANDRÉ**

Num. de Identificação: BI10291841

Data: 2021.04.14 16:08:35+00'00'

Paulo Jorge da Costa André

Assinado por : **João Carlos Santos Correia**

Num. de Identificação: BI07001334

Data: 2021.04.14 16:25:22+00'00'

João Carlos Santos Correia

Assinado por : **Maria da Conceição da Costa
Pimentel Viveiros Arruda**

Num. de Identificação: BI06566433

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Assinado por : **António Félix Flores Rodrigues**

Num. de Identificação: BI06275300

Data: 2021.04.14 19:53:52+00'00'

António Félix Flores Rodrigues

Assinado por : **Fernando Francisco de Paiva Dias**

Num. de Identificação: BI02398436

Data: 2021.04.14 19:24:55+00'00'



Fernando Francisco de Paiva Dias

Joana Oliveira Freitas

Assinado por : **LUÍS MIGUEL DE ALBUQUERQUE
PATENA FORTE**

Num. de Identificação: BI06527934

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

O Contabilista Certificado

Assinado por : **MARIA MANUELA CABIDO PONTES****FURTADO**

Num. de Identificação: BI055309763

Maria Manuela C. Pontes Furtado

D3 – ANEXOS

D3.1 Apreciação e Certificação de Contas Individuais

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Contas Individuais 2020)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2020 e parecer sobre o relatório, contas individuais e proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO

I. Introdução

A EDA-Electricidade dos Açores, S. A., é uma empresa qualificada como entidade de interesse público, nos termos da alínea l) do artº3 da Lei 148/2015 de 9 de setembro.

A EDA-Electricidade dos Açores, S. A., adota um modelo fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma SROC, que não é membro daquele órgão, conforme o previsto na alínea b) do nº1 do artº413 do CSC.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 15 de maio de 2020, para o mandato de 2020-2022, sendo composto por três membros efetivos e um suplente.

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 1 do artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

Relativamente ao exercício de 2020, o Conselho Fiscal realizou seis reuniões, nas quais estiveram presentes todos os membros, tendo sido exaradas as respetivas atas.

A 30 de setembro de 2020, o Conselho Fiscal definiu e calendarizou um plano de ação de fiscalização para o período de 2020/2021.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu Regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu várias ações durante o ano de 2020, das quais destaca as seguintes:

1. Fiscalizar a administração da Sociedade, vigiar o cumprimento da lei e do contrato de sociedade e acompanhar de modo permanente a atividade da empresa

O acompanhamento permanente da atividade da EDA, Electricidade dos Açores, S. A., durante o ano de 2020, foi realizado, designadamente, através da análise das atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, apreciação do Plano Estratégico Plurianual e Orçamento para 2021, participação em todas as Assembleias Gerais realizadas, análise mensal do *tableau de bord* e relatório do serviço da dívida, bem como dos relatórios e contas anuais e trimestrais emitidos.

No seguimento da Resolução do Conselho de Governo nº 74 /2018, de 20 de junho, referente à reestruturação do Setor Empresarial Público Regional, o Governo Regional dos Açores, por resolução do Conselho do Governo nº 108/2018, de 9 de outubro, determinou a alienação da totalidade das ações da Norma Açores detidas pela EDA, representativas de 62,625% do capital social. O Conselho Fiscal acompanhou o processo de alienação da referida participação financeira, que ficou concluído em 13 fevereiro de 2020.

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente o processo de dissolução e liquidação da empresa Oniaçores, concretizado com referência a 30 de junho de 2020, com a partilha de ativos pelos acionistas.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal reuniu com o Revisor Oficial de Contas, com o Auditor Externo e com a Administradora Executiva responsável pelo pelouro financeiro.

Por outro lado, os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes na reunião do Conselho de Administração, realizada por videoconferência em 14 de abril de 2021, em que foram aprovadas as contas anuais, relativas ao período de 2020.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e revisão de contas nos documentos de prestação de contas da sociedade

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através de reuniões com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, da análise da certificação legal de contas, do relatório adicional dirigido ao órgão de fiscalização, previsto no artº24 do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, do relatório de auditoria e do anexo às demonstrações financeiras de 2020.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequada, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

3. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem ao órgão de gestão, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

A fiscalização da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna foi exercida pelo Conselho Fiscal, durante o ano de 2020, através do reporte de informação pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, análise do relatório adicional ao órgão de fiscalização e apreciação das políticas de gestão de riscos constantes no relatório e contas de 2020.

No âmbito da monitorização do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (PPRCIC), aprovado em março de 2018, foi solicitado o Relatório de execução do Plano de Atividades de 2020 da Direção de Auditoria Interna, para avaliação do grau de implementação das medidas nele contempladas. Tendo sido identificada pela Direção de Auditoria Interna a necessidade de adequar o atual Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, encontra-se em desenvolvimento a preparação de um novo Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.

4. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros

Compete ao Conselho Fiscal, enquanto órgão social responsável pela fiscalização da Sociedade, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outras entidades, assim como registar, por escrito, as denúncias recebidas, bem como todas as verificações, fiscalizações e diligências feitas e os procedimentos definidos com vista à regularização das irregularidades detetadas.

No ano de 2020, o conselho fiscal não recebeu qualquer denúncia de fraude ou irregularidade conforme estabelecido no regulamento.

5. Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante a prestação de serviços adicionais

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal, durante o exercício de 2020, verificou que não foi prestado qualquer serviço distinto do de revisão legal de contas.

Na sequência da comunicação do Revisor Oficial de Contas de que os honorários totais recebidos da EDA – Electricidade dos Açores, S. A. foram em 2020 superiores a 15% dos honorários totais recebidos, o Conselho Fiscal analisou em conjunto as possíveis ameaças da sua independência, conforme disposto no n.º 3 do art.º 77 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo considerado adequadas as respetivas salvaguardas e deliberou que a J. Silva e Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, Lda, relativo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2020, fossem objeto de revisão de controlo de qualidade por outro revisor externo à sociedade.

O Conselho Fiscal obteve e apreciou o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização nos termos do artº24 do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA), aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, da certificação legal das contas e do relatório adicional ao órgão de fiscalização emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do relatório de auditoria emitido pelo Auditor Externo, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

No âmbito das nossas funções verificamos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- a) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A.;
- b) As demonstrações financeiras individuais e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da certificação legal de contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia geral aprove:

- O relatório e contas 2020;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como a Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 14 de abril de 2021

O Conselho Fiscal,

Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente

Assinado por : **Catarina Isabel Furtado Pacheco**

Num. de Identificação: BI09764946

Data: 2021.04.14 19:30:55+00'00'



João Manuel Beliz Trabuco – Vogal

Assinado por : **João Manuel Beliz Trabuco**

Num. de Identificação: BI04859522

Data: 2021.04.14 19:39:44+00'00'



Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

Assinado por : **Carlos Eduardo Ferreira Oliveira**

Num. de Identificação: BI10085505

Data: 2021.04.14 19:57:29+00'00'



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (a Entidade ou EDA), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 588.893.370 euros e um total de capital próprio de 212.430.955 euros, incluindo um resultado líquido de 14.441.269 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Estimativa do ajustamento da compensação tarifária (a EDA apresentou uma estimativa de 9.842.421 euros).

Ver notas 1.1, 3.21, 3.25.1, 11, 23, 25 do anexo.

Descrição dos riscos significativos	Síntese da abordagem de auditoria
As tarifas de eletricidade praticadas pela EDA são fixadas anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em conformidade com o Regulamento Tarifário.	O âmbito da auditoria incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos: - Compreensão do regime regulatório; - Teste à exatidão das fórmulas de cálculo utilizadas na estimativa do ajustamento da

A EDA regista em réditos a estimativa, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, do montante de proveitos permitidos com base nos custos operacionais estimados aceites, que serão apurados em definitivo em 2021, com base nos valores reais do ano findo.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário do ano, que reflete a diferença entre os rendimentos devidos e as tarifas praticadas no exercício.

Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa anual do desvio tarifário.

compensação tarifária, verificando a sua concordância com o Regulamento Tarifário;

- Teste à integridade dos dados financeiros no apuramento do desvio tarifário, verificando a sua concordância com os registos contabilísticos;

- Análise da exatidão da estimativa do desvio tarifário realizado no ano anterior face aos valores finais apurados e publicados pela ERSE;

- Verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades de benefícios pós-emprego (a EDA apresenta uma responsabilidade líquida de 14.172.971 euros).

Ver notas 3.16.i), 3.25.3 e 22.i) do anexo.

Descrição dos riscos significativos

A valorização das responsabilidades da EDA de complementos de pensões de reforma envolve julgamentos e estimativas relativas a diversos pressupostos utilizados na avaliação atuarial destas responsabilidades, entre os quais a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.

Atendendo à incerteza aportada nos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades de complementos de pensões de reforma, consideramos a valorização das referidas responsabilidades uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

A abordagem de auditoria para esta matéria incluiu, entre outros, a análise crítica e a avaliação da razoabilidade e neutralidade dos pressupostos chave considerados pela EDA e pelos atuários responsáveis pelo cálculo das responsabilidades com complementos de pensões de reforma, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e as tábuas de mortalidade face a referenciais de mercado e informação preparada internamente para o efeito.

Avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos atuários independentes contratados pela EDA, bem como a competência profissional e a independência.

Analísámos a relevância, plenitude e rigor dos dados utilizados pelo atuário e se os mesmos são coerentes face à realidade apresentada na Entidade.

Verificámos a existência de alterações no método e nos pressupostos utilizados face ao ano anterior.

Adicionalmente, avalíamos a adequação das divulgações relativas aos benefícios de empregados, incluindo as análises de sensibilidade.

Recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias (a EDA apresenta em partes de capital em subsidiárias o montante de 125.284.901 euros).

Ver notas 3 e 9 do anexo.

Descrição dos riscos significativos	Síntese da abordagem de auditoria
A recuperabilidade de investimentos financeiros depende da obtenção de negócios suficientemente rentáveis no futuro. A valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método da equivalência patrimonial, sendo identificados a cada data de relato indícios de imparidade. Caso existam indícios, o valor do ativo é testado por imparidade. A determinação do valor recuperável de um ativo é subjetiva, devido à incerteza inerente às projeções financeiras e ao desconto dos fluxos de caixa futuros. Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa da recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias.	Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: - Avaliação da capacidade da Entidade em determinar a existência de indícios de imparidade; - Análise do método utilizado na determinação do justo valor do investimento de produção e se apropriado face ao normativo contabilístico aplicado; - Avaliação crítica da razoabilidade e neutralidade dos pressupostos chave considerados pela EDA para a avaliação dos seus investimentos; - Verificação da existência de alterações no método e nos pressupostos utilizados face ao ano anterior. - Confirmação da adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão e da demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à

independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de agosto de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2020 para um segundo mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 14 de abril de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

14 de abril de 2021

R. Cordeiro & Associados, SROC, Lda.

Representada por Rúben Mota Cordeiro, ROC nº 1670

Registado na CMVM com o nº 20161280

Assinado por : **RÚBEN MOTA CORDEIRO**

Num. de Identificação: BI11302808

Data: 2021.04.14 14:01:13+00'00'

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 588.893.370 euros e um total de capital próprio de 212.430.955 euros, incluindo um resultado líquido de 14.441.269 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EDA - Electricidade dos Açores, S.A., em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Recuperabilidade das participações financeiras subsidiárias e associadas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
O montante total de investimento em empresas subsidiárias e associadas registado nas demonstrações financeiras da EDA - Electricidade dos Açores, S.A., a 31 de dezembro de 2020, ascende a 125.284.901 euros. Os investimentos em empresas subsidiárias e associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota 3 das demonstrações financeiras, sendo analisado a existência de indícios de imparidade na data de relato de forma a	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ▶ Verificámos a concordância da informação incluída no detalhe da valorização das participações financeiras com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e outras informações de suporte relativamente às participações financeiras; ▶ Testámos a exatidão aritmética dos cálculos efetuados pela Entidade; ▶ Revimos e analisámos a razoabilidade dos montantes reconhecidos pela Entidade relativamente a participações financeiras em subsidiárias e associadas; e



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

identificar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.

Se forem identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados, o que requer a definição de um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado, nomeadamente as que se relacionam com a projeção dos fluxos de caixa futuros e taxa de desconto.

O risco de imparidade dos Investimentos em subsidiárias e associadas, foi considerado uma matéria relevante de auditoria por o montante escriturado ser significativo no total do ativo, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, caso existam, nomeadamente num ambiente económico significativamente impactado pela pandemia Covid-19.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Avaliámos a existência de indícios de imparidade na valorização dos investimentos em subsidiárias e associadas, à luz de fontes internas e externas que se traduzam em impactos potencialmente negativos para o desempenho de cada uma das subsidiárias e associadas, nomeadamente no que se refere à produção de energia geotérmica da subsidiária EDA Renováveis, S.A., no âmbito da valorização desta participação financeira, integralmente detida pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A..

Verificámos também a adequação das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 3 e 9 das notas às demonstrações financeiras.

2. Desvio tarifário

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Os saldos a receber e a pagar referentes à convergência tarifária referem-se ao desvio tarifário, apurado entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados, incluídos na determinação das tarifas por parte da Entidade Reguladora de Serviços Energéticos (ERSE).

A estimativa do desvio tarifário, realizada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., a cada data de relato, e que no exercício de 2020 ascende a 9.842.421 euros, envolve um elevado grau de julgamento conforme divulgado nas notas 1.1, 3.21 e 3.25.1 das demonstrações financeiras.

Atendendo à relevância dos saldos relativos à convergência tarifária e a elevada complexidade da metodologia utilizada para estimar os consumos de energia dos seus clientes e o grau de julgamento envolvido, nomeadamente no que respeita a volumes de consumo e preços médios associados,

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Realizámos reuniões com a Gestão a fim de identificar as metodologias e os principais pressupostos considerados no apuramento dos preços e consumos;
- ▶ Verificámos a concordância da informação obtida com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, nomeadamente no reconhecimento contabilístico da estimativa de compensação tarifária;
- ▶ Testámos a razoabilidade do cálculo tendo por base a informação de suporte do cadastro dos ativos regulados, a documentação emitida pela ERSE, a informação sobre as taxas de remuneração das Obrigações de Tesouro a 10 anos, entre outras; e
- ▶ Testámos a exatidão aritmética dos cálculos efetuados pela Entidade.

Verificámos também a adequação das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 1.1, 3.21, 3.25.1, 11, 23 e 25 das notas às demonstrações financeiras.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

justificam que este assunto tenha sido considerado uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

3. Responsabilidade com benefícios pós-emprego

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Em 31 de dezembro de 2020, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., apresenta nas suas demonstrações financeiras responsabilidades líquidas com obrigações de benefícios de reforma e outros que ascendem a 14.172.971 euros. As referidas responsabilidades abrangem, essencialmente, complementos de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e elevado nível de julgamento do modelo de avaliação das responsabilidades. A EDA - Electricidade dos Açores, S.A. recorre a um atuário externo para a determinação do valor atual das suas responsabilidades com benefícios pós-emprego, no entanto o cálculo requer a utilização de estimativas e pressupostos por parte do atuário e da Gestão, que dependem de previsões atuariais, económicas e de mercado, nomeadamente tabela de mortalidade e invalidez, taxa de crescimento das pensões e salários e taxa de juro técnica, conforme divulgado na nota 3.16 e 3.25.3 das demonstrações financeiras.

Face ao julgamento associado aos pressupostos financeiros e atuariais utilizados no apuramento das responsabilidades líquidas, consideramos este assunto como uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Realizámos reuniões com a Gestão a fim de identificar a metodologia, os principais pressupostos financeiros e atuariais considerados e as principais alterações ocorridas nos referidos pressupostos financeiros e atuariais comparativamente com o período anterior;
- ▶ Procedemos à leitura do estudo atuarial elaborado com referência a 31 de dezembro de 2020 e avaliámos os principais pressupostos utilizados com o apoio dos nossos especialistas atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábua de mortalidade, taxa de crescimento dos salários e pensões;
- ▶ Verificámos a concordância da informação incluída no estudo atuarial com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, nomeadamente no reconhecimento contabilístico dos gastos com serviços passados e dos desvios atuariais resultantes de alterações de pressupostos;
- ▶ Testámos a informação relativa à população utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; e
- ▶ Verificámos o registo do atuário responsável junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões (ASF) e confirmámos a existência da sua declaração de independência relativa ao estudo atuarial de 31 de dezembro de 2020.

Verificámos também a adequação das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 3.16, 3.25.3 e 22 das notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de abril de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Pedro Magalhães Varela Mendes - ROC n.º 1841
Registado na CMVM com o n.º 20170024

3.2 Apreciação e Certificação de Contas Consolidadas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (Contas Consolidadas 2020)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º, do nº1 do artº508-D do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e da alínea g) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2020 e parecer sobre o relatório e contas consolidadas.

1. RELATÓRIO

Para além das ações fiscalizadoras levadas a cabo pelo Conselho Fiscal, constantes do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às contas individuais do exercício de 2020, apreciamos os relatórios e contas, pareceres e certificações legais das contas emitidos pelos órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis, de todas as empresas integradas no perímetro de consolidação.

Conforme mencionado na nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, relativa às alterações ocorridas no Grupo, no seguimento da Resolução do Conselho de Governo nº 74 /2018, de 20 de junho, referente à reestruturação do Setor Empresarial Público Regional, o Governo Regional dos Açores, por resolução do Conselho do Governo nº 108/2018, de 9 de outubro, determinou a alienação da totalidade das ações da Norma Açores detidas pela EDA, representativas de 62,625% do capital social. A alienação ocorreu a 13 fevereiro de 2020. Adicionalmente, a Oniaçores foi dissolvida a 30 de junho de 2020, com a partilha de ativos pelos acionistas.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, da certificação legal das contas e do relatório adicional ao órgão de fiscalização emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do relatório de auditoria emitido pelo Auditor Externo, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- a) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., e do conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da sua atividade e satisfaz, de um modo geral, os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais;
- b) As demonstrações financeiras consolidadas e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos, conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia geral aprove o Relatório e Contas Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como a Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 14 de abril de 2021

O Conselho Fiscal,

Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente

Assinado por : **Catarina Isabel Furtado Pacheco**

Num. de Identificação: BI09764946

Data: 2021.04.14 19:32:36+00'00'



João Manuel Beliz Trabuco – Vogal

Assinado por : **João Manuel Beliz Trabuco**

Num. de Identificação: BI04859522

Data: 2021.04.14 19:42:09+00'00'



Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

Assinado por : **Carlos Eduardo Ferreira Oliveira**

Num. de Identificação: BI10085505

Data: 2021.04.14 19:52:34+00'00'



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 532.748.334 euros e um total de capital próprio de 200.202.425 euros, incluindo um resultado líquido de 14.301.388 euros), a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Estimativa do ajustamento da compensação tarifária (o Grupo apresentou uma estimativa de 9.842.421 euros).

Ver notas 2.1, 6.a), 16, 27 e 29 do anexo.

Descrição dos riscos significativos	Síntese da abordagem de auditoria
As tarifas de eletricidade praticadas pelo Grupo são fixadas anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)	O âmbito da auditoria incluiu, entre outros, os seguintes procedimentos: - Compreensão do regime regulatório;

em conformidade com o Regulamento Tarifário.

O Grupo regista em réditos a estimativa, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, do montante de proveitos permitidos com base nos custos operacionais estimados aceites, que serão apurados em definitivo em 2021, com base nos valores reais do ano findo.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário do ano, que reflete a diferença entre os rendimentos devidos e as tarifas praticadas no exercício.

Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa anual do desvio tarifário.

- Teste à exatidão das fórmulas de cálculo utilizadas na estimativa do ajustamento da compensação tarifária, verificando a sua concordância com o Regulamento Tarifário;

- Teste à integridade dos dados financeiros no apuramento do desvio tarifário, verificando a sua concordância com os registos contabilísticos;

- Análise da exatidão da estimativa do desvio tarifário realizado no ano anterior face aos valores finais apurados e publicados pela ERSE;

- Verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades de benefícios pós-emprego (O Grupo apresentou uma responsabilidade líquida de 14.172.971 euros).

Ver notas 4.m.i), 6.d) e 26 do anexo.

Descrição dos riscos significativos

A valorização das responsabilidades da EDA de complementos de pensões de reforma envolve julgamentos e estimativas relativas a diversos pressupostos utilizados na avaliação atuarial destas responsabilidades, entre os quais a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.

Atendendo à incerteza aportada nos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades de complementos de pensões de reforma, consideramos a valorização das referidas responsabilidades uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

A abordagem de auditoria para esta matéria incluiu, entre outros, a análise crítica e a avaliação da razoabilidade e neutralidade dos pressupostos chave considerados pela EDA e pelos atuários responsáveis pelo cálculo das responsabilidades com complementos de pensões de reforma, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e as tábuas de mortalidade face a referenciais de mercado e informação preparada internamente para o efeito.

Avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos atuários independentes contratados pela EDA, bem como a competência profissional e a independência.

Analisámos a relevância, plenitude e rigor dos dados utilizados pelo atuário e se os mesmos são coerentes face à realidade apresentada pelo Grupo.

Verificámos a existência de alterações no método e nos pressupostos utilizados face ao ano anterior.

Adicionalmente, avaliámos a adequação das divulgações relativas aos benefícios de empregados, incluindo as análises de sensibilidade.

Recuperabilidade do valor dos ativos de produção de energia.

Ver notas 4.c), 4.f), 4.g), 6.b) e 8 do anexo.

Descrição dos riscos significativos	Síntese da abordagem de auditoria
A recuperabilidade dos ativos associados à produção de energia geotérmica depende da obtenção de negócios suficientemente rentáveis no futuro. Os ativos de produção de energia são analisados a cada data de relato por forma a identificar a existência de indícios de imparidade. Caso existam indícios, o valor do ativo é testado por imparidade. A determinação do valor recuperável de um ativo de produção de energia é subjetiva, devido à incerteza inerente às projeções financeiras e ao desconto dos fluxos de caixa futuros. Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa da recuperabilidade dos ativos associados à produção de energia geotérmica.	Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: - Avaliação da capacidade do Grupo em determinar a existência de indícios de imparidade; - Análise do método utilizado na determinação do justo valor do investimento de produção e se apropriado face ao normativo contabilístico aplicado; - Avaliação crítica da razoabilidade e neutralidade dos pressupostos chave considerados pelo Grupo para a avaliação dos seus investimentos; - Verificação da existência de alterações no método e nos pressupostos utilizados face ao ano anterior. - Confirmação da adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, e da demonstração não financeira consolidada

nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor; a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório consolidado de gestão.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de agosto de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2020 para um segundo mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 14 de abril de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8,

do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

14 de abril de 2021

R. Cordeiro & Associados, SROC, Lda.

Representada por Rúben Mota Cordeiro, ROC nº 1670

Registado na CMVM com o nº 20161280

Assinado por : **RÚBEN MOTA CORDEIRO**

Num. de Identificação: BI11302808

Data: 2021.04.14 14:02:17+00'00'

Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 532.748.334 euros e um total de capital próprio de 200.202.425 euros, incluindo um resultado líquido de 14.301.388 euros), a Demonstração consolidada dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de EDA - Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Recuperabilidade de ativos não correntes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A 31 de dezembro de 2020, o montante de ativos não corrente registado nas demonstrações financeiras consolidadas da EDA - Electricidade dos Açores, S.A. ascende a 459.784.284 euros e compreende 226.062.670 euros de ativos fixos tangíveis e 214.976.579 euros de ativos intangíveis. Conforme divulgado na nota 4c), 4 f) e 4 g) das demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo procede à realização de testes de imparidade sobre os ativos fixos tangíveis e	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: - Entendemos e avaliamos o processo de definição das unidades geradoras de caixa do Grupo e de identificação de indicadores de imparidade ou reversão de imparidade, através da realização de reuniões com a Gestão a fim de identificar as metodologias e os principais pressupostos considerados; - Testámos a exatidão aritmética e a plenitude do modelo de fluxos de caixa descontados nos testes de imparidade preparados pela Gestão, nomeadamente aos ativos do Campo Geotérmico do Pico Alto. Para os ativos sujeitos a perdas por imparidade em

4

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

ativos intangíveis sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que o seu valor líquido contabilístico possa não ser recuperado.

Se forem identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados, o que requer a definição de um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado, nomeadamente as que se relacionam com a projeção dos fluxos de caixa futuros e taxa de desconto.

Na sua atividade de desenvolvimento e exploração de recursos geotérmicos, o Grupo efetuou um investimento no Campo Geotérmico do Pico Alto de aproximadamente 44.589.740 euros que, conforme divulgado na nota 8, apresenta uma imparidade acumulada de 21.811.479 euros. As projeções dos fluxos de caixa deste investimento assentam essencialmente no desempenho produtivo e receitas futuras, na capacidade produtiva, na taxa de desconto e nas taxas de crescimento no período de recuperação do investimento.

A materialidade dos montantes de ativos não correntes no total do ativo do Grupo e o grau de julgamento associado à aferição de indícios de imparidade e, quando aplicável, à avaliação da recuperabilidade dos ativos não correntes, os quais requerem a definição de estimativas e pressupostos complexos por parte da Gestão, nomeadamente num ambiente económico significativamente impactado pela pandemia Covid-19, justificam que este assunto tenha sido considerado uma matéria relevante de auditoria.

2. Desvio tarifário

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Os saldos a receber e a pagar referentes à convergência tarifária referem-se ao desvio tarifário, apurado entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

exercícios anteriores, comparámos os resultados atuais com os pressupostos anteriormente considerados e avaliamos a necessidade de reversões de perdas por imparidade;

- ▶ Validámos a razoabilidade dos pressupostos de maior sensibilidade e julgamento na determinação do valor de uso, nomeadamente, taxa de desconto, produção média anual de energia e realizámos a conciliação dos fluxos de caixas futuros com o Plano Plurianual e Estratégico do Grupo EDA;
- ▶ Verificámos a concordância da informação obtida com as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020, nomeadamente se o valor recuperável é superior ao valor contabilístico líquido;
- ▶ Testámos a taxa de desconto usada nos testes de imparidade, com o apoio dos nossos especialistas em modelos financeiros, que avaliaram a metodologia utilizada pela Gestão e testaram a documentação que suporta o cálculo da taxa de desconto; e
- ▶ Avaliámos as análises de sensibilidade sobre os pressupostos do modelo de imparidade de modo a determinar o impacto de variações, incluindo de fluxos de caixa e taxa de desconto.

Verificámos também a adequação das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 4 c), 4 f), 4 g) e 8 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Realizámos reuniões com a Gestão a fim de identificar as metodologias e os principais pressupostos considerados no apuramento dos preços e consumos;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Elétrica e os custos estimados, incluídos na determinação das tarifas por parte da Entidade Reguladora de Serviços Energéticos (ERSE). A estimativa do desvio tarifário, realizada pela EDA - Electricidade dos Açores, S.A., a cada data de relato, e que no exercício de 2020 ascende a 9.842.421 euros, envolve um elevado grau de julgamento conforme divulgado nas notas 2.1, 2.1 q) e 6 a) das demonstrações financeiras consolidadas. Atendendo à relevância dos saldos relativos à convergência tarifária e a elevada complexidade da metodologia utilizada para estimar os consumos de energia dos seus clientes e o grau de julgamento envolvido, nomeadamente no que respeita a volumes de consumo e preços médios associados, justificam que este assunto tenha sido considerado uma matéria relevante de auditoria.	- Verificámos a concordância da informação obtida com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, nomeadamente no reconhecimento contabilístico da estimativa de compensação tarifária; - Testámos a razoabilidade do cálculo tendo por base a informação de suporte do cadastro dos ativos regulados, a documentação emitida pela ERSE, a informação sobre as taxas de remuneração das Obrigações de Tesouro a 10 anos, entre outras; e - Testámos a exatidão aritmética dos cálculos efetuados pela Entidade. Verificámos também a adequação das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 2.1, 2.1 q), 6 a), 16, 27 e 29 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Responsabilidade com benefícios pós-emprego

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2020, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas responsabilidades líquidas com obrigações de benefícios de reforma e outros que ascendem a 14.172.971 euros. As referidas responsabilidades abrangem, essencialmente, complementos de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço. A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e elevado nível de julgamento do modelo de avaliação das responsabilidades. A EDA - Electricidade dos Açores, S.A. recorre a um atuário externo para a determinação do valor atual das suas responsabilidades com benefícios pós-emprego, no entanto o cálculo requer a utilização de estimativas e pressupostos por parte do atuário e da Gestão, que dependem	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: - Realizámos reuniões com a Gestão a fim de identificar a metodologia, os principais pressupostos financeiros e atuariais considerados e as principais alterações ocorridas nos referidos pressupostos financeiros e atuariais comparativamente com o período anterior; - Procedemos à leitura do estudo atuarial elaborado com referência a 31 de dezembro de 2020 e avaliámos os principais pressupostos utilizados com o apoio dos nossos especialistas atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábua de mortalidade, taxa de crescimento dos salários e pensões; - Verificámos a concordância da informação incluída no estudo atuarial com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, nomeadamente no reconhecimento contabilístico dos gastos com serviços passados e dos desvios atuariais resultantes de alterações de pressupostos; - Testámos a informação relativa à população utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; e - Verificámos o registo do atuário responsável junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões (ASF) e

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
de previsões atuariais, económicas e de mercado, nomeadamente tabela de mortalidade e invalidez, taxa de crescimento das pensões e salários e taxa de juro técnica, conforme divulgado na nota 2.1 m) e 6 d) das demonstrações financeiras consolidadas. Face ao julgamento associado aos pressupostos financeiros e atuariais utilizados no apuramento das responsabilidades líquidas, consideramos este assunto como uma matéria relevante de auditoria.	confirmámos a existência da sua declaração de independência relativa ao estudo atuarial de 31 de dezembro de 2020. Verificámos também a adequação das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas 2.1 m) e 6 d) e 26 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de abril de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Pedro Magalhães Varella Mendes - ROC n.º 1841
Registado na CMVM com o n.º 20170024